



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Rafaela Vieira

**Ascensão e crise do governo de conciliação de classes do Partido dos
Trabalhadores**

Rio de Janeiro
2022

Rafaela Vieira

Ascensão e crise do governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Deise Mancebo

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

V658	Vieira, Rafaela Ascensão e crise do governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores / Rafaela Vieira. – 2022. 221 f. Orientadora: Deise Mancebo. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 1. Partido dos Trabalhadores – Teses. 2. Governo Lula – Teses. 3. Governo Dilma Rousseff – Teses. I. Mancebo, Deise. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.
bs	CDU 32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafaela Vieira

Ascensão e crise do governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Deise Mancebo (Orientador)(a)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Eurelino Coelho

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. Gaudênio Frigotto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Lucí Faria Pinheiro

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

**Aos meus avós, José Adaltro e
Maria**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Theotônio dos Santos (*in memoriam*), que me aceitou como sua orientanda no PPFH/UERJ, e agradeço à professora Deise Mancebo, que me acolheu e me orientou com muito carinho e atenção.

Agradeço aos professores da minha banca e à professora Elaine Behring pelas contribuições na qualificação.

Agradeço aos professores e funcionários do PPFH. Agradeço também aos meus colegas da turma de doutorado 2017 e aos orientandos da Deise que me acompanharam nessa jornada.

Agradeço à minha família: mãe, padrasto, irmão, avós, tios e primos; e claro, meu filhote lindo.

Agradeço, por fim, à FAPERJ, pela concessão da bolsa de estudos, que foi fundamental nesse período.

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.
Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

Vladimir Maiakovski

RESUMO

VIEIRA, Rafaela. *Ascensão e crise no governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores*. 2022. 221f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente tese tem como objetivo compreender o processo sociopolítico que abrange o auge do governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, e sua posterior crise em meados dos anos 2010. Para tanto, iniciamos analisando os primeiros anos do PT e o processo de *transformismo* vivenciado pelo partido na década que precedeu sua chegada ao governo federal, por acreditarmos que tal abordagem seja fundamental para a compreensão das escolhas políticas do grupo que chegou ao poder em 2003. Posteriormente, procuramos trazer os elementos que explicam o êxito da gestão petista no governo federal durante os anos Lula e início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, bem como as contradições observadas naquele contexto. Por fim, pontuamos os aspectos que entendemos terem sido determinantes para a crise da gestão de Dilma Rousseff e sua destituição do cargo de presidente da república, em 2016.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; transformismo petista; governo Lula; governo Dilma Rousseff; golpe de 2016

ABSTRACT

VIEIRA, Rafaela. Rise and crisis of the Workers' Party's class conciliation government. 2022. 221f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis aims to understand the sociopolitical process that encompasses the peak of the government headed by the Workers' Party (PT), from 2003 onwards, and its subsequent crisis in the mid-2010s. To do so, we begin by analyzing the early years of the PT and the transformism process experienced by the party in the decade that preceded its arrival in the federal government, because we believe that such an approach is fundamental to understanding the political choices of the group that came to power in 2003. Subsequently, we try to bring the elements that explain the success of the PT administration in the federal government during the Lula years and the beginning of Dilma Rousseff's first term, as well as the contradictions observed in that context. Finally, we point out the aspects that we understand to have been decisive for the crisis of Dilma Rousseff's management and her removal from the position of president of the republic, in 2016.

Keywords: Workers' Party; PT transformism; Lula government; Dilma Rousseff government; 2016 coup d'état

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABCD – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema
ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base
Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
APH's – aparelhos privados de hegemonia
BF – Bolsa Família
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA – Central Intelligence Agency
CIOLS – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Confederação Nacional da Indústria
Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
DF – Distrito Federal
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DR – Democracia Radical
EDP – Estratégia Democrática e Popular
EPL – Estudantes Pela Liberdade

EUA – Estados Unidos da América
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fies – Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
FSM – Federação Sindical Mundial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-D – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade
IDP – Índice de Desempenho Presidencial
IEE – Institutos de Estudos Empresariais
IL – Instituto Liberal
IMB – Instituto Von Mises Brasil
IMIL – Instituto Millenium
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
LIBELU – Liberdade e Luta
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexul
MBC – Movimento Brasil Competitivo
MBL – Movimento Brasil Livre
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDDF – Movimento dos Direitos dos Favelados
MEI – Microempreendedor Individual
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MG – Minas Gerais
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG's – organizações não-governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – organização da sociedade civil de interesse público
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PJ – pessoa jurídica
PL – Partido Liberal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOP – Política Operária
PPS – Partido Popular Socialista
PRC – Partido Revolucionário Comunista
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni – Programa Universidade para Todos
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Reintegra – Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras
RJ – Rio de Janeiro
ROL – Revoltados Online
SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves

Sinaval – Sindicato da Indústria Naval

SP – São Paulo

STF – Superior Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vem Pra Rua

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DA ORIGEM ÀS ELEIÇÕES DE 2002	19
1.1	O contexto de fundação do Partido dos Trabalhadores	19
1.2	Fundação do partido e primeiras formulações	22
1.2.1	<u>Os grupos envolvidos no processo</u>	22
1.2.2	<u>Concepções teóricas preliminares</u>	26
1.3	O Socialismo e a Estratégia Democrático-Popular	30
1.4	As primeiras dificuldades práticas da estratégia petista	38
1.5	As transformações dos anos 1990	40
1.5.1	<u>Neoliberalismo e reestruturação produtiva</u>	40
1.5.2	<u>O fim do socialismo real e a crise das esquerdas</u>	46
1.6	O transformismo petista	48
1.6.1	<u>A via democratizante</u>	49
1.6.2	<u>As correntes majoritárias</u>	52
1.6.3	<u>A rápida guinada à esquerda</u>	54
1.6.4	<u>Alianças e campanhas eleitorais</u>	56
1.6.5	<u>Afastamento das lutas sociais e burocratização</u>	58
1.6.6	<u>Projeto antineoliberal no lugar de projeto anticapital</u>	60
1.7	Eleições de 2002: “Lulinha paz e amor”	65
2	ASCENSÃO E AUGE DO GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES (2003-2012)	69
2.1	Política econômica da era Lula	69
2.1.1	<u>Política econômica: perpetuação do neoliberalismo</u>	70
2.1.2	<u>Política econômica: consolidação do Modelo Liberal Periférico</u>	76
2.1.3	<u>Política econômica e frações burguesas</u>	79
2.1.4	<u>Economia brasileira e conjuntura externa</u>	80
2.1.5	<u>Impactos da crise de 2008</u>	81
2.1.6	<u>Desempenho econômico da era Lula em perspectiva histórica</u>	82
2.2	Presidencialismo de coalizão	85
2.2.1	<u>Crise do mensalão</u>	86

2.3	Críticas do partido ao governo	87
2.4	Reeleição e particularidades do segundo mandato	88
2.5	O realinhamento eleitoral	91
2.6	Redução da pobreza e queda da desigualdade	94
2.6.1	Críticas ao Programa Bolsa Família	98
2.6.2	Reformismo fraco?	102
2.7	Trabalho na era Lula	106
2.8	Reconfiguração do movimento sindical	117
2.8.1	Sindicalistas e fundos de pensão	119
2.9	Conciliação de classes	121
2.9.1	<u>Burguesia no governo Lula</u>	123
2.9.2	<u>Apassivamento da classe trabalhadora</u>	125
2.9.3	<u>Reforma agrária</u>	131
2.9.4	<u>Conferências e participação popular</u>	133
2.10	A eleição de Rousseff e a perpetuação do lulismo	135
3	CRISE DO GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES (2013-2016)	137
3.1	Fim do apassivamento? Antecedentes de 2013	138
3.2	Manifestações de 2013.	140
3.3	As eleições de 2014	157
3.4	Crise econômica	160
3.5	Lavajatismo	166
3.6	Neoconservadorismo no Brasil	169
3.7	As manifestações pelo “Fora Dilma” e seu componente misógino	187
3.8	O golpe	192
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS	209

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o processo que abrange a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, o período exitoso de sua gestão durante o governo Lula e início do governo Dilma Rousseff, bem como sua posterior crise, que resultou no golpe de Estado de 2016. Trata-se da continuidade de estudos já realizados em nossa jornada acadêmica, desde o trabalho de conclusão de curso intitulado “O PT e os movimentos sociais: da autonomia à cooptação”, defendido em 2010 no âmbito do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, e a dissertação “O PT entre a grande e a pequena política”, defendida em 2015 no curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, a presente tese elaborada no âmbito do curso de doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro traz um amadurecimento daqueles estudos, recorre a novas fontes e abrange o período posterior a eles, mais precisamente, a conjuntura que levou à destituição de Rousseff.

O interesse pelo tema vem de uma inquietação surgida durante a graduação, quando estudávamos acerca das medidas neoliberais adotadas pelo governo Lula e parecia-nos contraditório que um partido que havia sido combativo no passado tivesse mudado tanto a ponto de manter as políticas que criticava quando era opositor. Assim, buscávamos compreender os determinantes para as transformações históricas do PT. A isso se somou outro questionamento mais recente. Sabemos que ao longo dos dois mandatos de Lula e no início do primeiro mandato de Rousseff a gestão petista teve êxito, apesar das críticas à esquerda e de uma oposição sempre presente à direita. Os bons índices de popularidade dos presidentes comprovam o sucesso daqueles governos que consideramos terem sido de conciliação de classes. Dessa forma, quais foram os fatores que levaram à crise do governo Dilma? Apesar de termos acompanhado esse período em tempo real, desejávamos compreender melhor e de forma sistematizada todo esse contexto.

Para além de um interesse pessoal, entendemos ser necessária a compreensão do processo sociopolítico que abrange a ascensão e a crise do governo de conciliação encabeçado pelo PT. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas de dar uma contribuição à já extensa bibliografia acerca do tema. Quando iniciamos o curso de doutorado, em 2017, os textos disponíveis sobre o golpe de 2016 eram mais análises de conjuntura do que pesquisas mais amplas. Hoje, segundo semestre de 2022, acreditamos que estejam surgindo mais obras

com essa abordagem, e esperamos que esta tese possa contribuir com o debate e auxiliar pesquisas futuras.

No momento da defesa talvez já tenhamos Lula eleito (assim esperamos) para o início de um novo ciclo petista em 2023. Neste trabalho, no entanto, não abordaremos os acontecimentos pós-golpe, que resultaram na prisão de Lula e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o posterior anulamento das condenações de Lula, sua aliança com seu antigo rival Geraldo Alckmin e sua campanha presidencial em 2022. Restringimos nosso recorte ao período que vai do surgimento do partido e sua trajetória pré-governo federal, uma vez que consideramos ser de suma importância a compreensão de seu processo de transformismo histórico para o melhor entendimento do seu desempenho no governo, até o derradeiro golpe de Estado sofrido por Dilma Rousseff.

Sabe-se que Lula da Silva terminou seu governo em dezembro 2010 com recorde de popularidade. Embora houvesse perdido parte de seu eleitorado original logo no início de seu primeiro mandato por ter mantido a política econômica neoliberal, o que levou uma parcela dos militantes de esquerda a passarem a criticar a gestão petista, Lula angariou apoio de amplos setores sociais e conseguiu eleger sua ex-ministra Dilma Rousseff para sucedê-lo. Rousseff, que iniciou seu governo em janeiro de 2011 herdando a popularidade de Lula, enfrentou graves problemas já no final de seu primeiro mandato, tendo encontrado dificuldades para se reeleger em 2014 e sofrido um golpe de Estado em 2016. O que justificaria, dessa forma, essa passagem do sucesso quase incontestável da maneira de governar petista à impopularidade estrondosa de Rousseff no segundo governo, tendo isso reverberado no antipetismo capaz de eleger Jair Bolsonaro?

Assim, visando atender ao objetivo geral de analisar o processo que permitiu o êxito e posteriormente gerou a crise da gestão petista, buscamos explicar as diferenças conjunturais dos governos Lula e Dilma, identificar as bases de apoio que tornaram possível o sucesso de Lula e compreender os motivos que levaram à perda do apoio político e social de sua sucessora, correlacionando todo esse contexto às mudanças globais, sobretudo à crise econômica e ao avanço do neoconservadorismo.

Para tanto, nos apoiamos em uma gama de autores que tratam da história do PT, bem como da atuação de Lula e Rousseff no governo, suas políticas implementadas, além dos diversos fatores que resultaram na crise da gestão petista. Dessa forma, serão encontrados autores como Rachel Meneguello, Lincoln Secco, Mauro Iasi, Eurelino Coelho, Leda Paulani, Ruy Braga, Márcio Pochmann, André Singer, Armando Boito Jr., dentre muitos outros.

Como categoria principal de análise, utilizaremos a já citada classe social. Diz a famosa frase de Marx e Engels que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (1998, p. 8). Mas se no Manifesto Comunista, obra da qual extraímos esta citação, nossos autores afirmam que na sociedade burguesa os antagonismos de classe se simplificaram, estando de um lado os capitalistas e na posição diametralmente oposta o proletariado, em textos posteriores há o reconhecimento de maior diversidade entre estas classes fundamentais. Em O 18 Brumário, por exemplo, Marx faz referência à burguesia industrial, comercial e financeira, à pequena burguesia, além do campesinato, lumpemproletariado etc.

Thompson (1987) considera que a classe social não deve ser compreendida como uma estrutura ou uma categoria. Ao contrário, ela é um fenômeno histórico, algo que acontece de fato e que pode ser visualizado nas relações humanas. Afirma ele:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 11)

Com base em Marx, Iasi (2006) pontua que não se pode compreender classe como um conceito fechado, imutável. Mais adequado é pensar a classe, tal como o conceito de concreto, como unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações. A primeira determinação consiste na mais difundida entre os marxistas: a posição em relação aos meios de produção, isto é, ser ou não dono de meios de produção. Soma-se a isso a posição no interior de uma relação social de produção, como, por exemplo, ser o vendedor ou o comprador da força de trabalho. Mas essas determinações não podem ser assim simplificadas. Como lembra o autor, há uma infinidade de gradações tanto entre os proprietários quanto entre os trabalhadores, o que forma as classes médias e parece diluir o próprio conceito de classes. Uma terceira determinação é a posição diante da contradição entre o avanço das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, isto é, se as classes se apresentam como revolucionárias ou contrarrevolucionárias. Há ainda duas outras determinações: a ação da classe e a consciência.

O quadro teórico utilizado, como acreditamos já ter sido possível perceber, é o materialismo histórico-dialético. Tal opção ocorre por concordarmos com Michael Löwy e sua alegoria do mirante. Comparando o cientista social a um pintor que observa a paisagem e produz seu quadro de cima de um mirante, Löwy (1994) afirma que quanto mais alto se está, mais ampla é a visão. Relacionando às classes sociais, o autor defende que o proletariado ocupa a parte mais alta do mirante porque não precisa ocultar fatos da realidade, uma vez que não tem interesse na conservação da ordem. A burguesia, ao contrário, produz mistificações. Por isso, Löwy parafraseia Sartre ao dizer que “o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico da nossa época”.

Porém, o ponto de vista burguês também é capaz de produzir importantes conhecimentos científicos, embora dentro dos limites impostos por sua ideologia de classe. Considerando isso, o autor acredita que a ciência vinculada à visão proletária pode incorporar o conhecimento produzido pelas outras classes, sendo esta incorporação uma integração dos elementos da verdade (que são parciais devido aos limites impostos pela ideologia da classe dominante) em um conjunto estruturado. Desde que as divergências fundamentais das visões de classes não sejam encobertas, isso não significa um ecletismo. Löwy dá os exemplos de Marx e Rosa Luxemburgo que incorporaram elementos da obra de Sismondi às suas análises. Esse processo consiste em uma relação dialética de continuidade-crítica-superação (*Aufhebung*). Por estas razões, utilizamos o materialismo histórico como quadro teórico, ainda que possamos, eventualmente, incorporar elementos de outras correntes de pensamento.

A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica e documental. Além dos autores anteriormente citados, dialogamos com diversos outros estudiosos brasileiros e estrangeiros. Além disso, realizamos análise de alguns documentos que embasaram nossa pesquisa, como levantamentos do IBGE, os balanços de greves do DIEESE, pesquisas eleitorais, bem como, documentos oficiais do PT disponíveis no site oficial do partido.

No capítulo um, realizamos um recorte temporal que vai da criação do partido no contexto das lutas sociais no final dos anos 1970 até a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. Buscamos analisar os determinantes históricos que resultaram no transformismo petista, que fez com que o partido de 2002 já fosse substancialmente diferente daquele dos anos 1980.

No capítulo dois, nosso recorte vai de 2003, quando Lula toma posse, até o início do governo Rousseff. Buscamos destacar os aspectos econômicos e sociais da gestão petista, abarcando os elementos que resultaram em seu sucesso, bem como suas contradições.

No capítulo três, iniciamos abordando o contexto de crescimento das greves pré-jornadas de 2013 e terminamos no golpe de Estado de 2016. Discorremos acerca dos fatores que contribuíram para a crise do governo Rousseff, como a crise econômica, o lavajatismo e o neoconservadorismo, abordando também as manifestações contrárias ao governo e o citado golpe jurídico-parlamentar.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos dois aspectos que não foram trabalhados ao longo do trabalho, bem como apresentamos nossas conclusões.

1 PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): da origem às eleições de 2002

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve sua origem no final da ditadura civil-militar no Brasil, isto é, no cerne da redemocratização iniciada nos últimos anos da década de 1970. Naquele contexto de intensas lutas sociais, ampliou-se o debate em torno da criação de um partido constituído por trabalhadores do campo e das cidades que pudesse ser uma força capaz de representar a classe no cenário político. À medida que diferentes grupos se juntavam à agremiação em construção, esta ganhava forma. As divergências entre os grupos envolvidos e, mais tarde, a conjuntura determinaram o que o partido de fato se tornou.

Não é incomum que um partido passe por transformações ao longo de sua trajetória. Aliás, manter o mesmo programa e os mesmos ideias durante várias décadas, imune às mudanças conjunturais e aos interesses dos mais diversos membros, provavelmente é o principal desafio de partidos grandes. Neste capítulo, buscamos discorrer sobre as transformações pelas quais o PT passou ao longo de suas duas primeiras décadas de existência. Com efeito, o partido que chegou ao governo federal em 2003 já apresentava diferenças significativas daquele fundado em 1980.

1.1 O contexto da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)

Entre o final dos anos 1960 e meados da década seguinte a classe operária brasileira praticamente se quadruplicou em decorrência do chamado “milagre econômico”, termo pelo qual se convencionou chamar a fase que correspondeu ao auge da industrialização no Brasil. Todavia, esse período teve seu fim junto com a chegada ao país da crise mundial, que já atingia o centro capitalista desde 1973. A política econômica brasileira não foi capaz de amenizar os efeitos dessa crise, e como resultado tivemos altos índices inflacionários, taxas elevadas de juros, crescimento do desemprego e da dívida externa, dentre outras consequências.

Paralelamente a isso, o arrocho salarial já vigorava desde 1965, quando a Lei 4.725 estabeleceu que os reajustes salariais não poderiam se efetivar em períodos anteriores a um ano e “seriam determinados com base no 'salário real médio' dos 24 meses anteriores, com o

acréscimo de uma taxa que corresponderia ao 'aumento da produtividade nacional' no ano anterior, sendo todos esses cálculos fornecidos pelo governo” (SADER, 1991, p.179). Com isso, a classe trabalhadora brasileira teve sua renda mensal diminuída, o que provocou o subconsumo e a pauperização das famílias. A histórica concentração de renda no país, por sua vez, aumentou durante o regime militar, contribuindo também para o aumento vertiginoso dos índices de pauperismo de significativa parcela da população brasileira.

A esse cenário econômico e social, somou-se uma crise de legitimidade política do regime, que culminou, no final da década de 1970, na intensificação das lutas das massas trabalhadoras por melhores condições de vida e trabalho, evoluindo para o debate acerca da redemocratização do país. Assim, novos atores políticos entraram em cena.

Em meados dos anos 1970, surgiu na região do ABC paulista, importante parque industrial do país, o chamado “novo sindicalismo”, uma corrente sindical ainda minoritária que se opunha ao peleguismo característico do sindicalismo brasileiro desde a era Vargas. Segundo Sader (1991), a ditadura exercia repressão e controle sobre as ações sindicais, e a isso se somou o esvaziamento do cunho reivindicatório dos sindicatos, ocasionado, sobretudo, pelo arrocho salarial. Grande parte dos dirigentes havia se acomodado àquela situação e a maioria dos sindicatos passou a desempenhar um papel estritamente assistencial. Contudo, em algumas categorias, conflitos localizados pressionaram os dirigentes por mudanças no papel dessas entidades. Quando isso aconteceu, ou foi criada uma oposição às direções acomodadas, ou as direções absorveram “as inquietações das bases e operaram uma 'transformação de dentro' na prática sindical” (SADER, 1991, p.180).

O “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico” pretendia superar o esvaziamento das lutas sindicais e assumir as reivindicações dos trabalhadores, principalmente no que dizia respeito à reposição das perdas salariais decorrentes da lei de 1965. Para o autor, as lideranças dessa corrente provocaram uma mudança na forma de atuação dos sindicatos que dirigiam, assumindo a função de “agenciadores dos conflitos trabalhistas” (SADER, 1991, p. 183).

Nesse cenário destacou-se o metalúrgico Luís Inácio da Silva, mais conhecido como Lula. Migrante de origem nordestina, Lula integrava a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP desde 1972, sendo eleito presidente da mesma entidade em 1975. Sua gestão dava ênfase ao trabalho de base. Segundo Sader (1991), seus discursos chamavam à participação, ao engajamento, e não apenas a um mero apoio passivo.

Simultaneamente, naquele período, surgiram também novos movimentos sociais. Doimo (1995) considera que a década de 1970 foi marcada pela emergência de diferentes

movimentos populares. Estes estavam relativamente articulados através dos setores progressistas da Igreja Católica, alguns agrupamentos de esquerda e organizações não governamentais (ONG's).¹ Embora essas organizações afirmassem o discurso do “povo como sujeito”, inicialmente, suas reivindicações diziam respeito às necessidades básicas da vida biológica e social, não tendo, ainda, um caráter político.

As diversas organizações representavam diferentes sujeitos coletivos – feministas, negros, indígenas, dentre outros – que levantavam bandeiras de causas específicas no seio da classe trabalhadora. Outras demandavam melhorias na educação, na saúde pública, na questão da habitação, etc. Algumas já existiam, mas após serem abafadas no período mais rígido da ditadura, retornaram à cena. Este é o caso, por exemplo, do movimento estudantil. Grande parte desses grupos assumiu uma postura crítica ao regime militar e também à ordem capitalista, haja vista que “por trás do capitalista, do empresário e da empresa, era visível a ditadura militar e seu governo tirânico; por trás do governo fardado, descrito oficialmente como constitucional e 'democrático', ficava explícito o peso e as manipulações políticas do grande capital associado” (FERNANDES, 1991, p. 40).

Fernandes (1991) considera que a greve operária realizada em 1978² foi fundamental, pois marcou o momento em que ficaram claras, para os operários envolvidos, as contradições existentes entre os interesses do grande capital e do governo ditatorial, e os interesses do movimento trabalhista. Konder (2003), por sua vez, avalia que essa greve e os três anos seguintes, de intensas mobilizações, unificaram a classe trabalhadora e a imbuíram de consciência de classe.

O clima classista e contestatório levou o regime militar a temer a perda do controle. Assim, a autocracia burguesa arquitetou uma transição pelo alto, propondo uma abertura política que tinha o claro objetivo de conter os movimentos populares, mantendo-os distantes dos instrumentos de poder. Insere-se nesse contexto a reforma partidária, que visava fragmentar a esquerda, tendo em vista as crescentes vitórias eleitorais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime durante o bipartidarismo. Foi nesse contexto que se tornou possível a criação do PT.

¹ As ONG's, surgiram nas décadas de 1970 e 1980 como organizações que assessoravam os movimentos sociais; tendo, porém, afastado-se destes e restringindo-se a execução dos serviços públicos em substituição – precarizada – ao Estado (KAUCHAKJE, 2002, p. 169).

² Segundo Konder (2003), a greve começou em maio de 1978 na Saab-Scânia, em São Bernardo do Campo/SP, com a participação de 1.600 trabalhadores. O movimento grevista alastrou-se rapidamente por diversas partes do país.

1.2 Fundação do partido e primeiras formulações

1.2.1 Os grupos envolvidos no processo

Fundado oficialmente em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) começou a ser pensado no final da década anterior, no contexto das intensas lutas sociais pela redemocratização do país e por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. O novo sindicalismo, geralmente, é tido como o principal ator na formação do partido. Esse movimento se apresentou, inicialmente, como crítico ao peleguismo e, aos poucos, começou a se inserir também na luta pela redemocratização. Como a maioria desses sindicalistas não se sentia representado nem pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nem pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), este ainda na clandestinidade, surgiu a ideia de criação de um novo partido que reunisse os setores populares numa luta unificada dos trabalhadores, de modo a representar as expectativas e as necessidades das classes exploradas. De acordo com Meneguello (1989 p. 50):

O processo percorrido pelo novo sindicalismo para redefinição do papel político do movimento como um todo deu-se através da passagem da ação sindical da arena estritamente econômica do conflito entre capital e trabalho para a arena política. O novo sindicalismo deu-se conta de que, enquanto sujeito centrado na arena sindical, não era suficientemente homogêneo para obter uma efetiva aglutinação de interesses. Por ocasião das greves de 1978, 79 e 80, e do relativo fracasso da estratégia do novo sindicalismo essa questão topou de frente com a reorganização da arena partidária.

Coelho (2005), no entanto, critica a ênfase no protagonismo do novo sindicalismo, e mais especificamente do grupo liderado por Lula, que é dada em grande parte dos trabalhos sobre a história do PT. Ele considera que muitos estudos sobre o partido acabam por construir a imagem de um “mito fundacional” e traçam uma história linear sobre um evento e seus heróis, em detrimento das tensões que perpassaram aquele momento. Segundo o historiador, o PT tal qual se configurou é o resultado dos embates travados entre as forças que se envolveram na sua criação.

Anteriormente ao grupo de Lula, a organização trotskista que mais tarde se tornou a Convergência Socialista lançou, em janeiro 1978, o movimento por um partido operário

legalizado e heterogêneo que unisse revolucionários e reformistas. O periódico *O Trabalho*, publicado por uma organização ligada à Quarta Internacional, estampou a luta por um partido operário na sua capa de 1º de maio daquele ano. Mas independente de quem lançou primeiro a ideia, o que realmente importa é que a necessidade de um partido se impunha a vários sujeitos naquele contexto (COELHO, 2005).

A própria Meneguello (1989, p. 57-58) elenca os grupos partícipes daquele processo, sendo cinco os principais: a) as lideranças do novo sindicalismo, que se concentravam em São Paulo e eram encabeçadas por Lula; b) políticos do MDB paulista que foram marginalizados pelas suas lideranças após as eleições de 1978; c) os intelectuais que se engajaram no debate sobre a reorganização partidária; d) organizações de esquerda que apoiavam a criação do partido, apesar de não haver afinidade ideológica com a maioria dos demais fundadores; e) significativo número de movimentos populares urbanos, sendo que muitos deles eram encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica. Coelho (2005), no entanto, considera que ela aborda esses últimos quatro grupos como coadjuvantes.

Ainda assim, Meneguello (1989) nos traz maiores detalhes sobre onde se situavam cada um desses grupos naquele contexto. Para ela, a atuação de alguns líderes sindicais, como Lula, Olívio Dutra, João Paulo Vasconcelos e outros, na unificação de demandas e lutas do sindicalismo, foi fundamental para a adesão do movimento sindical ao partido. Principalmente o primeiro, devido à sua capacidade mobilizadora. Mas também merecem destaque as articulações de outras lideranças sindicais da chamada “corrente autêntica” das regiões Sul e Sudeste.

No que diz respeito ao segundo grupo, os políticos, a mesma autora relata que, apesar de um encontro realizado em 18 de agosto de 1979 já ter deixado claro que o partido estava aberto à participação dos políticos progressistas do MDB, foi somente após as eleições das lideranças do MDB paulista, em 1980, quando se iniciou uma crise interna e a marginalização de parte da tendência popular do partido, que significativo número de parlamentares emedebistas aderiram ao PT, dentre os quais, nomes como Eduardo Suplicy e Airton Soares. No entanto, no mesmo encontro mencionado, predominou a ideia de autonomia do partido frente à presença dos parlamentares, fator que resultou na saída de Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso do processo de formação do PT (MENEGUELLO, 1989, p. 62).

Convém explicar que esse encontro ocorreu por iniciativa de um grupo de políticos de esquerda do MDB e sucedeu negociações anteriores. Assim, cerca de quatrocentas pessoas entre emedebistas, sindicalistas, estudantes, intelectuais e lideranças de aproximadamente cem

movimentos populares estavam presentes. Os parlamentares envolvidos acreditavam que seriam como polos de atração aos que buscavam criar novos partidos. Por outro lado, as vitórias eleitorais do MDB em 1978 despertaram em muitos o desejo de que a organização permanecesse enquanto partido após a reforma partidária (KECK, 2010).

Quanto aos intelectuais, Meneguello (1989) afirma que estes estavam fundamentalmente ligados ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), como Francisco de Oliveira e Paul Singer, e ao CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), como Francisco Weffort, além da UNICAMP, USP e PUC-SP. Ela frisa que essas instituições, sobretudo as duas primeiras, desempenhavam, desde o início daquela década, um papel importante na formação de quadros intelectuais que atuaram na oposição partidária ao regime militar, no MDB até 1979 e, principalmente, no PMDB e no PT após 1980.

Outro grupo destacado pela autora foi composto pelas organizações de esquerda que eram, em sua maioria, clandestinas e haviam emergido entre o final dos anos 1960 e início da década seguinte. A aproximação aos debates em torno da criação do PT ocorreu, em geral, pela possibilidade de um espaço de atuação política legalizado. Entre essas organizações estavam a já citada Convergência Socialista (sendo que esta foi fundada em 1978), o Movimento de Emancipação do Proletariado, o LIBELU (Liberdade e Luta), que se constituía como uma organização estudantil, a Ala Vermelha, dissidência do PC do B, além de membros da Ação Popular, da POLOP (Política Operária) e do PRC (Partido Revolucionário Comunista). Vários desses grupos se autodenominavam trotskistas. Essa aproximação dos movimentos de esquerda com o movimento sindical, que até então não tinha nenhuma ligação com posições marxistas, resultou em divergências sobre o tipo de partido que seria construído. Outra consequência da vinculação dos grupos de esquerda a esse processo foi a utilização da imprensa alternativa na organização do movimento sindical e petista (MENEGUELLO, 1989).

Por fim, temos os movimentos sociais, também importantes partícipes na formação do partido. A autora lembra que, durante a década de 1970, a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), exerceu fundamental importância na organização dos movimentos populares urbanos. Durante o debate sobre a reforma partidária, houve uma aproximação da Igreja ao PT, sobretudo pelo perfil popular do partido. A cientista política acredita que isso refletia a orientação progressista de setores da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que estavam ancorados na Teologia da Libertação. Contudo, outros

movimentos para além daqueles vinculados à Igreja aderiram ao PT em seu processo formativo. Tratava-se de grupos ligados às lutas dos negros, das mulheres, associações de bairros etc. (MENEGUELLO, 1989).

Secco (2011) também considera que a ideia de formação de um partido de trabalhadores estava em muitas cabeças. Ele observa, ainda, que a maioria dos presentes no Colégio Sion em 10 de fevereiro de 1980, local e dia da fundação do PT, era de estudantes, intelectuais e lideranças de movimentos populares, e não de sindicalistas. Mas considera que os vetores sociais mais significativos nesse processo formativo foram o novo sindicalismo e as CEB's.

Essa aglutinação de personagens, sobretudo, vindos das camadas de baixo, na construção do PT, fez com que muitos o considerassem o primeiro partido de massas da história do Brasil. Secco (2011) lembra que, inclusive, os primeiros documentos da nova agremiação o retratavam como diferente de toda a esquerda anterior, o primeiro realmente criado de baixo para cima. O historiador, no entanto, acredita que atualmente é possível perceber que essa visão é insuficiente e que o PCB, se não foi, esteve bem perto de ser um partido de massas no seu curto período de legalidade (1945-1947), quando chegou a ter mais de cinquenta mil filiados, elegeu considerável número de parlamentares e tinha presença em diversos espaços, como associações de moradores, sindicatos etc. Além disso, também atendeu aos requisitos que o sociólogo francês Maurice Duverger atribuiu a um partido de massas: nasceu fora dos meios políticos tradicionais, isto é, o parlamento, foi fundado por trabalhadores, se organizava em células de base, controlava a filiação de seus membros e era bastante pedagógico (SECCO, 2011, p. 31).

A diversidade de atores envolvidos na sua criação embutiu no PT uma diversidade social e também regional, pois, apesar de muito desse processo ter se concentrado em São Paulo, o partido foi fundado em diferentes partes do país, de diferentes formas. Como detalha o autor:

Em certos casos, [...] a Igreja não só não colaborou como se opôs ao partido; em outros, inexistia um sindicalismo atuante ou ele era favorável ao governo, como no Maranhão, onde o PT criou o novo sindicalismo e não o contrário – mesmo numa cidade do ABC, Santo André, o partido nasceu do Movimento dos Direitos dos Favelados (MDDF), da Igreja local e do movimento de usuários do transporte público.

Havia casos em que a presença de um partido estabelecido deu início ao partido, como Freitas Diniz, no Maranhão ou Henrique Santillo em Goiás (embora, a ação de outros segmentos assustasse,

posteriormente, aqueles deputados); e, por fim, havia locais em que o partido praticamente só tinha militantes trotskistas ou de organizações sobreviventes da luta armada. A reorganização do movimento estudantil também forneceu militantes ao PT, como foi o caso do Rio de Janeiro onde a maioria das adesões veio de líderes estudantis, assim o PT fluminense inicial reduzia-se a um partido de “setores médios”. (SECCO, 2011, p. 43-44)

Vê-se, portanto, que a história do partido não é simples de ser resumida, haja vista os diferentes atores envolvidos e os mais diversos contextos regionais. No entanto, acaba ganhando centralidade, na maioria dos estudos, os acontecimentos em torno das correntes sediadas em São Paulo, sobretudo aquelas que se tornaram hegemônicas no interior do partido. Existem diversas teses e dissertações sobre experiências petistas regionais, mas aqui se buscará abordar a história mais geral, uma vez que nosso intuito é seguir o curso que levou à gestão petista no governo federal.

1.2.2 Concepções teóricas preliminares

A diversidade presente na origem do PT levou, por consequência, a divergências sobre como o partido deveria atuar. De acordo com Silva (1987), desde o início conviveram no PT diferentes concepções atreladas às diferentes correntes internas. O autor as divide basicamente entre as que são e as que não são oriundas dos moldes marxistas-leninistas. Assim, apesar de algumas questões consensuais (como a defesa de um partido de trabalhadores para além dos sindicalistas – e sem patrões, o enfrentamento à ditadura e à burguesia, a inserção no movimento operário e popular, a negação do etapismo como estratégia de revolução social, entre outras), há diferentes visões de partido, táticas, estratégias que constituem, em seu conjunto, um mesmo partido.³

Desde sua origem, o PT se constituiu como um partido de tendências, como está expresso em sua *Carta de Princípios*, lançada em 1º de maio de 1979, quase um ano antes da fundação oficial: “[...] o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.”

³ Um panorama das organizações que ingressaram no PT e suas diferentes concepções pode ser encontrado em SILVA, Antonio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta Editorial, 1987. p. 167-220.

A própria *Carta de Princípios*, no entanto, já foi um fator de discordância. Apesar de hoje ser considerada um documento oficial, Keck (2010) revela que ela foi escrita e distribuída por um grupo de sindicalistas que estavam agindo enquanto indivíduos, e não como representantes sindicais. Isso desagradou outros quadros, que questionaram a falta de debate para a elaboração e lançamento da carta. Foi somente em encontros realizados posteriormente a isso que foi se desenhando mais nitidamente o partido fundado em fevereiro de 1980. A elaboração teórico-programática, no entanto, não parou por aí, o que é normal para qualquer organização imersa no movimento do real – apesar de podermos criticar certos rumos tomados –, e não se deu de forma simples, estando sempre permeada pelas divergências internas.

A pluralidade dos atores envolvidos no processo formativo do partido levou, num primeiro momento, à falta de uma concepção teórica claramente definida. Apesar do termo “socialismo” estar presente em inúmeros documentos oficiais, o que seria esse “socialismo” defendido daria um amplo debate. Os grupos marxistas e as CEB’s (que, por terem sido criadas sob a égide da Teologia da Libertação, se aproximavam do socialismo em muitos aspectos) acabaram imprimindo suas concepções. Os sindicalistas, ainda que não possam ser generalizados, não apresentavam uma formação teórica sólida. No entanto, estes estavam em formação, como demonstram duas falas de Lula no espaço de tempo de alguns anos.

Em 1975, na sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o líder sindical colocou no mesmo patamar o socialismo soviético e o capitalismo. Para ele, no primeiro o homem estava “esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista”, e no segundo estava “escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens” (*apud* IASI, 2017, p. 342). Já em 1981, na 1ª Convenção Nacional do PT, o mesmo Lula afirmou que “o mundo caminha para o socialismo”. De acordo com Iasi (2017, p. 342), “as mudanças na consciência dos trabalhadores não vêm da autodescoberta ou do esclarecimento, são o resultado de sua inserção na luta de classes”. E era exatamente no que os sindicalistas estavam inseridos naquele momento de intensas mobilizações: na luta de classes.

Nos documentos oficiais do partido é possível perceber avanços e recuos no que concerne ao socialismo. Por exemplo, a *Carta de Princípios* já fala em socialismo, coisa que o *Manifesto de Fundação* não faz. Nas resoluções dos encontros oficiais do partido, alusões ao socialismo seriam recorrentemente feitas, embora muitas vezes de maneira vaga. De acordo

com Secco (2011), essa debilidade teórica se deve em muito à maior representatividade dos sindicalistas e das CEB's, em detrimento dos marxistas.

O documento intitulado *O Socialismo nas Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores*, elaborado pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda e publicado pela Fundação Perseu Abramo em 2018, traz um resumo do que consta sobre o tema nos documentos oficiais do partido. Conforme essa análise, nos primeiros textos, são feitas menções ao socialismo, mas não é apresentado um debate de maior fôlego.

Segundo Secco (2011, p. 94), o partido buscava se afastar da teoria das etapas defendida pelo PCB, “mas a luta direta pelo socialismo nunca foi colocada na ordem do dia”. Em essência, o socialismo petista estava muito mais ligado a uma ideia de ampliação democrática, unindo a democracia formal à econômica e social. A Carta de Princípios já afirmava que “não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo”.⁴

O socialismo do PT, naquele momento, refletia mais uma postura anticapitalista (IASI, 2017). Em contrapartida, a burocracia soviética era rejeitada, como demonstrado na fala de Lula durante a 1ª Convenção do partido: “[...] não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.” (apud IASI, 2017, p. 288).

Para Iasi, ainda que trouxesse “o mito segundo o qual o tipo de ‘socialismo petista’ iria ser construído no dia a dia das lutas, a forma como ele é apresentado como meta estratégica chega a ser, nesse momento, quase ortodoxo.” O autor afirma isso ao indicar como exemplo a seguinte fala de Lula: “Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política.” (idem).

Iasi (2006) avalia que no I Encontro Nacional, realizado em 1981, os dirigentes petistas apresentaram um amadurecimento em relação às definições estratégicas do partido, e a afirmação da necessidade de criação de uma sociedade socialista é expressiva deste desenvolvimento, embora faltasse definição do que seria esse “socialismo”. Havia, naquele

⁴ A frase nos remete ao controverso livro *A Democracia Como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho, publicado no mesmo ano da *Carta de Princípios*, em 1979, pela editora Civilização Brasileira. Vale pontuar, no entanto, que Coutinho só ingressou no PT no final dos anos 1980, como relatou o próprio em entrevista de 2009. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2009/12/14/sem-democracia-nao-ha-socialismo-e-sem-socialismo-nao-ha-democracia/>

momento, de um lado a negação dos limites da socialdemocracia, e de outro “a intenção de se diferenciar das transições socialistas caracterizadas como 'burocráticas’” (IASI, 2006, p. 387).

No II Encontro, ainda em 1982, a resolução afirmava “o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. [...] Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro.”⁵

A disputa nas urnas foi definida como uma estratégia para fortalecer as lutas sociais e acumular forças, cujo fim seria a conquista do Estado e a efetivação de um governo sob controle dos trabalhadores. O Manifesto de Fundação já trazia a afirmação de que sua participação em eleições e atividades parlamentares estaria subordinada “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”.⁶

Em 1982 o PT disputou suas primeiras eleições, recusando-se a fazer alianças e com uma campanha inovadora. Naquele momento, os objetivos eleitorais do partido consistiam em ampliar a consciência política da população, organizar os trabalhadores e, a partir daí, assumir as reivindicações destes e colocar o poder político a serviço dos mesmos (GARCIA, 2011).

De acordo com Lênin (1988), é através do partido que as vanguardas devem incitar aqueles que estão descontentes com uma questão específica a questionar todo o regime político, bem como organizar uma ampla luta revolucionária. Podemos considerar que, no momento de sua concepção, o PT pretendeu ter essa função, embora nunca tenha sido um partido revolucionário no sentido leninista. Desde o início se apresentou como uma alternativa eleitoral e jamais cogitou a via insurrecional,⁷ mas defendia a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista.

Destaca-se nessa estratégia de organização das massas trabalhadoras e acúmulo de forças os vínculos orgânicos do partido com os movimentos urbanos e rurais, até mesmo pela sua origem no seio das lutas sociais. Foi nesse contexto que o PT participou da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, nascida a partir da ideia presente no meio sindical de que havia a necessidade de um instrumento para unificar as crescentes greves do período, uma central que fizesse oposição ao sindicalismo pelego oriundo da era Vargas e que

⁵ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 70.

⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES, Manifesto de Fundação. São Paulo, 1980. Disponível em www.pt.org.br

⁷ Segundo Secco (2011), algumas tendências do PT, sobretudo aquelas que praticavam o entrismo (tática utilizada por grupos de extrema esquerda para atuar num partido legalizado e usar sua legenda), defendiam a revolução propriamente dita, mas esta nunca foi uma opção para a maioria do partido.

fosse dissociada do Estado. Assim, com o intuito de fundar a CUT, foram realizados diversos encontros, espaços estes que contavam com significativa presença de setores ligados ao PT.

No ano seguinte, o partido apoiou também a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os trabalhadores do campo já vinham se organizando desde o final dos anos 1970, sendo isso, parte do processo de ebulição contestatória surgido naquela década em decorrência da precarização das condições de vida daqueles que vivem do trabalho, seja na cidade ou no campo. A questão agrária no Brasil é estrutural e histórica, mas durante a ditadura, a modernização da agricultura agravou o empobrecimento do campesinato. Com isso, surgiram várias lutas concretas dos trabalhadores do campo que, aos poucos, se articularam. Dessa articulação se estruturou o MST, tendo como principal reivindicação a realização da reforma agrária.

Como visto, apesar de sempre se apresentar como uma alternativa eleitoral, isto é, dentro da ordem, existia entre a vanguarda partidária a convicção de que somente através da atuação massiva dos setores explorados e oprimidos, que eram representados pelos movimentos sociais, seria possível estabelecer uma democracia mais ampla. Assim, o partido manteve fortes vínculos com as organizações dos trabalhadores e presença nas lutas sociais, que foram intensas durante os anos 1980, mas estimulou a autonomia dos movimentos urbanos e rurais.

1.3 O Socialismo e a Estratégia Democrático-Popular

Com formulações iniciais um tanto inconsistentes, apesar do claro posicionamento anticapitalista, a estratégia petista foi delineada entre o IV e o V encontros partidários, ocorridos em 1986 e 1987. Segundo Iasi (2011), as raízes do que viria a ser a estratégia democrático-popular (EDP), adotada pelo PT, podem ser encontradas em escritos de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, embora o partido não tenha nascido de nenhuma leitura teórica e a esses autores não possa ser imputada a culpa pelos desvios presentes na formulação final.

No IV Encontro, o espontaneísmo deu lugar a algum tipo de planejamento a partir da ideia de que três aspectos precisavam ser estudados para que fosse delineada a futura sociedade socialista no Brasil: a realidade brasileira, a prática social dos movimentos sociais

brasileiros e as experiências concretas de construção do socialismo em vários países.⁸ Iasi (2006) observa que:

Em termos gerais, são examinados o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sua estrutura de classes e o caráter do projeto socialista proposto, além de, ao final, uma análise de conjuntura da situação política e econômica do Brasil daquele momento. O capitalismo brasileiro é caracterizado por ter um “alto nível de desenvolvimento” marcado, no entanto, por profundas desigualdades regionais. Ressalta-se ainda que segundo a avaliação, o capitalismo brasileiro teria se desenvolvido de “forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto na penetração do capital estrangeiro no País quanto na quase completa dependência científico-tecnológica”. Um dos resultados desta dependência seria o endividamento financeiro e o controle de “setores fundamentais da economia nas mãos das multinacionais”. (IASI, 2006, p. 395)

Pensando esses aspectos, os representantes do partido concluíram que era impossível construir alianças com a burguesia e com as forças políticas garantidoras da dominação no Brasil, mas, ao mesmo tempo, supuseram ser necessária a aliança com a pequena burguesia rural e urbana, desde que a esta fosse assegurado o progresso social e, ao mesmo tempo, não representasse ameaça aos seus “limitados” meios de produção. Também propuseram acordos com forças sociais que não tivessem necessariamente o socialismo como objetivo final.⁹

Portanto, foi naquele momento que a política de alianças começou a ser direcionada para abranger um espectro mais amplo da sociedade, tendo em vista a percepção de que, para a conquista dos objetivos, era necessário abarcar outros grupos para além dos assalariados (IASI, 2006).

Já no V Encontro, há um item cujo título é “Objetivo estratégico do PT: socialismo”, que coloca como objetivos principais do partido a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil. Para tanto, os trabalhadores precisavam se colocar como classe hegemônica e dominante no poder de Estado.¹⁰

Assim, elaborou-se uma estratégia, chamada de democrática e popular, baseada na ideia de construir “um longo processo de acúmulo de forças, diferenciando as atividades destinadas à tomada do poder propriamente dito, daquelas que preparam as condições para

⁸ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

⁹ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

¹⁰ Idem

isso, diferença na qual se insere a distinção de reforma e revolução, entendidas pelos formuladores [da resolução petista] não como antagônicas” (IASI, 2011, p. 309).

A resolução do V Encontro, na qual a EDP fica mais claramente definida, expressava a necessidade de ruptura revolucionária com o capitalismo e a ordem burguesa, sendo necessário, para tanto, que os trabalhadores alçados à condição de classe hegemônica chegassem ao controle do Estado, haja vista que não houve na História transformação social sem a prévia conquista do Estado pela classe revolucionária. Após colocar o aparelho estatal a seu serviço, cabia ao proletariado tomar medidas capazes de enfraquecer a resistência capitalista e – considerando a realidade brasileira – realizar tarefas não efetivadas pela burguesia, isto é, aquelas de caráter anti-imperialista, antilatifúndio e antimonopólio (Resolução do V Encontro *apud* IASI, 2011, p. 308-9).

O termo “acúmulo de forças” apareceu já na resolução do III Encontro, em 1984. Nesse momento era usado

no sentido de uma “política de crescimento”, mas logo alcançará o status de um conceito-chave no desenvolvimento da estratégia gradualista. Sob esse aspecto, os termos “acumulação de forças” começam a ser utilizados com o propósito de indicar um conjunto de ações que visariam “alterar a correlação de forças” em favor dos trabalhadores permitindo ações mais decisivas. (IASI, 2006, p. 393)

A estratégia democrático-popular deriva, pois, do diagnóstico de que, no Brasil, não havia condições históricas para uma ruptura revolucionária com a ordem do capital no curto prazo. Daí a necessidade de um longo processo de acúmulo de forças protagonizado pelos movimentos sociais em torno das bandeiras da radicalização democrática e por reformas sociais, bem como de uma frente eleitoral que pudesse garantir aos trabalhadores a ocupação de posições no interior do aparelho de Estado, tanto no legislativo quanto no executivo, de modo que as políticas de governo pudessem ser conduzidas pelas forças populares (BRITO, 2019).

Por outro lado, há crítica àqueles grupos menos moderados no interior do partido, uma vez que, nesta visão, “seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas”.¹¹

¹¹ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 86.

Como já pontuado, foi na resolução do V Encontro, em 1987, que a EDP ganhou sua forma mais definida. Isso marca, sobretudo, a predominância da corrente majoritária do partido sobre as demais. Afinal, trata-se de um partido de tendências, como ressaltado anteriormente, com muitas disputas internas. Dessa forma, havia membros que identificavam a política de acúmulo de forças ao reformismo. A estes, a própria resolução respondeu com veemência:

Muitos companheiros não fazem esta distinção [entre as atividades ligadas ao acúmulo de forças e aquelas destinadas propriamente a conquista do poder], não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas. (*apud* IASI, 2006, p. 416-417)

Seguindo essa argumentação contra as correntes revolucionárias, a resolução deixa claro que reforma e revolução não são entendidas pelos seus formuladores como antagônicas. Pelo contrário, acreditava-se que ambas deveriam ser combinadas. Segundo o mesmo documento, os países em que houve revolução assim fizeram, dando maior ênfase a uma ou a outra. Como se percebe, a estratégia petista pretendia dar ênfase à reforma, acreditando que a revolução aconteceria de forma gradual.

Iasi (2006) pondera que uma formulação que objetiva a extinção do capitalismo e a construção do socialismo, combinando lutas por reformas com a ruptura revolucionária, e que tem a burguesia como inimiga a ser derrotada, seria em si revolucionária. Porém, o principal problema e a diferença em relação aos setores do partido considerados vanguardistas reside em um equívoco sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e sua estrutura de classes. Isto é, o campo majoritário do partido compreendia setores capitalistas como não capitalistas. Isso fica claro no seguinte trecho da resolução do V Encontro:

O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem

profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.¹²

Iasi (2006), percebendo a problemática desse raciocínio, esclarece:

Lembrem-se que de início tratava-se de “setores” de pequenos proprietários que faziam parte das “classes trabalhadoras”, ou seja, vivia de “seu” trabalho, ainda que não da “venda da sua força de trabalho”. Agora, como querendo dizer a mesma coisa, aparece o termo “microempresários”. Há uma certa diferença entre ser proprietário e viver de seu trabalho e ser “microempresário” ainda que na inexatidão do senso comum por vezes se confundam os termos. A diferença essencial reside no fato de que os segundos estabelecem uma relação social na qual compram força de trabalho e a exploram. (IASI, 2006, p. 420)

Assim, se antes eram impensáveis alianças com a burguesia, como expresso no lema “partido sem patrões”, agora as alianças com setores burgueses eram vistas como necessárias e desejáveis. Certamente o partido se esqueceu de perguntar a esses setores se eles estavam interessados em compor as lutas pelo socialismo. Embora tenha havido uma aliança tática entre trabalhadores e setores burgueses na campanha das Diretas Já (IASI, 2006), deve-se lembrar que aquele movimento não tinha qualquer intenção de romper com o sistema capitalista.

Além desse equívoco, é possível apontar uma série de erros na EDP. Talvez o mais grave seja a incompreensão sobre o caráter de classe do Estado. Já dizia Engels no célebre *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* que, por ter nascido do antagonismo entre as classes para manter a ordem, o Estado é,

por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 1984, p. 62)

Ainda que se possa argumentar que o próprio Engels, na mesma obra, considerou que há períodos excepcionais em que a luta de classes alcança certo equilíbrio, fazendo com que o

¹² CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 87.

Estado adquira “certa independência momentânea” em relação às classes, note-se que essa suposta independência é momentânea.

Provavelmente, alguns argumentariam que as colocações de Engels estão defasadas, pois posteriormente o Estado se ampliou e se tornou permeável às forças em conflitos. Essa ideia vem dos escritos de Gramsci, mas o teórico italiano também percebe o Estado como um instrumento de classe. Para ele, porém, o Estado não garante a dominação de uma classe sobre outra apenas por meio da força, mas pela hegemonia exercida pelos aparelhos privados presentes na sociedade civil, ou seja, pela geração de consenso. Por isso, defende a disputa de hegemonia por dentro da sociedade civil para a conquista do Estado, o que chama de *guerra de posição*, que é uma condição necessária para o momento revolucionário decisivo, que é a *guerra de movimento* (GRAMSCI, 2011).

Mesmo Poulantzas (1985), uma referência mais recente sobre o assunto dentro do campo marxista, considera que as contradições entre capital e trabalho perpassam constantemente o aparelho estatal, e assim, mesmo contrariando interesses da classe burguesa, o Estado também age para favorecer, mesmo que em menor medida, a classe operária, e impõe, muitas vezes, certos sacrifícios aos dominantes, com o intuito de reproduzir a sua dominação quando esta está ameaçada. Todavia, mesmo em casos de mudanças favoráveis às classes populares, “o Estado tende, a curto ou a longo prazo, a reestabelecer [...] a relação de forças em favor da burguesia” (POULANTZAS, 1985, p. 164).

Mas a EDP parte do pressuposto de que é possível extinguir o capitalismo e construir o socialismo de forma gradual, por meio da inserção da classe trabalhadora no Estado burguês. Mais que isso, considera-se que é impossível extinguir as classes sociais em um primeiro momento da sociedade socialista (IASI, 2006, p. 423). Ou seja, a resolução do partido, além de acreditar que a burguesia possa continuar existindo no socialismo, desconsidera que esta, inevitavelmente, vai reagir à transformação social e tentar inviabilizá-la de todas as formas possíveis.

Cerca de quatorze anos antes daquele encontro, Salvador Allende e seu partido haviam tentado construir a “via chilena ao socialismo” por via “democrática”, isto é, após uma eleição e por dentro do Estado burguês. Como resultado, enfrentou forte resistência da direita política e do empresariado, até sofrer um golpe de Estado encabeçado pelo recém-empossado comandante do exército Augusto Pinochet, com apoio dos Estados Unidos (FERRERAS, 2011).¹³

¹³ A “via chilena ao socialismo” significava “o respeito às instituições e a chegada ao socialismo com toda sociedade, tomando medidas que permitissem desenvolver as forças produtivas, e confrontando quando fosse

Segundo Iasi, a resolução do Encontro apresenta, ainda, uma clara confusão sobre o que representa a sociedade civil, o que fica demonstrado na passagem em que afirma que o Estado partilha sua gestão pública com a “sociedade civil”, desconsiderando que esta última “é uma expressão institucional de certa ordem de relações sociais, no caso, a ordem burguesa” (IASI, 2006, p. 424).

Ou seja, os formuladores da resolução, além de desconsiderarem o caráter de classe do Estado, claramente desassocia este a sociedade civil. Vemos no texto a afirmação de que o Estado brasileiro não é capaz de se fechar à participação das classes subalternas em seu interior, citando como exemplo o fato do Estado ter ido buscar entre a classe trabalhadora os seus funcionários. Ora, esperavam mesmo que a burguesia trabalhasse? Iasi (2006) explica que:

Um Estado burguês deve operar e para isso necessita de funcionários, em sua maioria, recrutados entre as camadas assalariadas, aliás, um fenômeno comum a vários Estados em diferentes épocas. Não convém à boa sociologia ou à boa ciência política confundir isto com o fato de a burguesia se ver “obrigada” a abrir seu Estado à “disputa de diversas classes”, uma vez que a origem de classe de um funcionário não é capaz de mudar o caráter e a função das operações que executa em nome de certa ordem de classe. De forma mais indireta, mas com implicações políticas mais catastróficas, o mesmo ocorre com os membros de outras classes que disputam o governo do Estado burguês. O Estado burguês partilha sua gestão pública com a “sociedade civil” exatamente por isso, porque é uma sociedade “civil”, do velho termo hegeliano “*bürgerliche Gesellschaft*” – *sociedade burguesa*. [...] Na verdade a chamada “sociedade civil” é uma expressão institucional de certa ordem de relações sociais, no caso, a ordem burguesa. (IASI, 2006, p. 424)

Há também, para Iasi (2006), uma compreensão errônea sobre o capitalismo brasileiro. Quando os formuladores da resolução apontam que o caráter desigual do capitalismo brasileiro se deve a fatores como a dependência externa, o capital monopolista e a superexploração, os petistas moderados não percebem que foram esses fatores que permitiram a expansão do capitalismo no Brasil. Da mesma forma, as desigualdades regionais e o latifúndio foram necessários à expansão do capital tal qual ela se processou aqui. Assim, a burguesia não resolveu esses problemas porque não precisou. É nesse sentido também que a formulação da EDP incorre em erro, uma vez que coloca como tarefa da classe trabalhadora,

preciso, mas sem chegar à medida de violentas” (FERRERAS, 2011. p. 281). Cabe lembrar que, naquela conjuntura, a existência da URSS dava mais confiança aos socialistas chilenos, pois acreditava-se que em caso de uma reação conservadora, a potência comunista interviria. Já o golpe insere-se também no contexto latino-americano de seguidos golpes de Estado orquestrados pelos EUA em diversos países do continente.

em uma primeira fase, a resolução das questões consideradas democráticas, para em fase posterior extinguir o capitalismo. Explica o autor:

Portanto, na ordem do dia, estaria disposto um conjunto de medidas que visariam superar os entraves que impediriam um desenvolvimento e que dessem conta exatamente destas tarefas: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado “moderno” democrático, buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI, fazer uma reforma agrária. Para se contrapor à hegemonia burguesa, que segundo as formulações tinha dificuldade de se efetivar, e realizar estas tarefas seria necessária uma “aliança de classes dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo”. (IASI, 2006, p. 428)

Certamente, acreditou-se, pela distância temporal e espacial, que Lênin (1980), ao afirmar que não é possível que o Estado burguês seja superado por meio de uma transformação lenta, gradual, sem agitação, sem revolução, estaria superado. Para o pensador russo, o Estado jamais perde seu caráter de classe; entretanto, no processo revolucionário há uma inversão fundamental: ele passa a servir para subjugar a minoria até então exploradora aos interesses da imensa maioria da sociedade. Essa conquista do Estado, como afirma Lênin, somente é possível pela violência, não se dando, portanto, de forma processual.

Exemplos históricos mostram a inviabilidade da construção do socialismo por dentro do Estado burguês, como no já mencionado caso chileno e na “Viena vermelha”, onde o Partido Social-Democrata Austríaco, tendo conquistado as eleições somente na capital, resolveu estabelecer ali um “modelo de socialismo”, realizando mudanças no terreno da cultura e da política social. A burguesia austríaca não só destituiu o governo municipal de Viena como suprimiu o regime democrático no país (COUTINHO, 1994, p. 48).

Convém lembrar que nos países em que os partidos social-democratas chegaram ao governo nacional e puderam completar seus mandatos, isso só foi possível pelo compromisso com a manutenção das estruturas dominantes. Isso significou também a possibilidade da volta de governos de direita, o que de fato aconteceu.

Iasi (2006) destaca também que, embora crítico à estratégia da revolução democrática nacional que norteou o PCB entre os anos 1950 e 1960, o PT acabou reproduzindo a teoria das etapas. A diferença reside no fato de que, enquanto o PCB propunha uma aliança com a burguesia nacional, o PT rejeitou essa aliança, restringindo acordos com a pequena burguesia.

Dessa forma, a estratégia petista seria democrática por se basear em uma aliança de classes com a pequena burguesia para efetivar as tarefas anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista, não assumidas pela burguesia; e seria popular por excluir a burguesia nacional da aliança, restringindo-a às classes que se chocam de alguma forma com o capitalismo. Mas, da mesma forma que a estratégia democrática nacional pecebista, o projeto democrático popular pressupõe uma etapa anterior às transformações socialistas, na qual deveriam ser realizadas “tarefas democráticas em atraso” (IASI, 2006, p. 431-432).

Ainda assim, com todos os equívocos mencionados, cabe pontuar que as formulações petistas de então tinha como fim o desenvolvimento do socialismo no Brasil. Se colocada à risca a estratégia democrática popular, provavelmente não fluiria como planejado, seja por incluir setores não interessados no fim do capitalismo, seja por subestimar a reação burguesa, mas existia uma intenção de construção socialista que acabou desaparecendo no decorrer dos anos seguintes.

1.4 As primeiras dificuldades práticas da estratégia petista

Merece destaque na trajetória petista nos anos 1980 a recusa em participar do Colégio Eleitoral, que elegeria indiretamente o primeiro presidente civil pós-regime militar. Tal recusa foi coerente com sua posição em defesa de eleições diretas, bandeira do movimento Diretas Já, que levou milhões de pessoas às ruas e foi apresentada ao congresso através da emenda Dante de Oliveira; derrotada, todavia, pelos parlamentares.

Secco (2011) avalia que com aquela decisão o PT ficou politicamente isolado, mas, de certa forma, isso era bem visto. Além disso, a experiência da derrota política e do isolamento, somada a uma maior consciência capaz de construir uma estratégia partidária, levaram o PT a se constituir mais enquanto oposição extraparlamentar, o que se dava predominantemente nos movimentos sociais e sindicais. Afirma o autor:

O que o PT buscou na segunda metade dos anos 1980 foi criar para si mesmo um espaço próprio na sociedade civil, mesmo ao custo da solidão política. Essa escolha de suas lideranças reforçou sua identidade *externa* como grupo de oposição social. Desse modo, crescia o número de seus simpatizantes e sua presença nos movimentos sociais. (SECCO, 2011, p. 119)

Nesse processo o partido crescia ininterruptamente, o que incluiu seu fortalecimento eleitoral. O resultado das eleições municipais de 1988 foi bastante positivo. Garcia (2011) sustenta que a vitória daquele ano marca o início do amoldamento petista à ordem. Para o autor, iniciou-se aí um processo de burocratização que afastou o partido dos setores que anteriormente reivindicava representar.

Secco (2011, p. 53) considera que o “PT tinha uma especial dificuldade em combinar luta social e institucional”. Um exemplo pode ser encontrado na gestão de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992. Como teve pouco apoio na Câmara, suas ideias foram perdendo o radicalismo inicial, ocasionando polêmicas com a esquerda partidária. Mas o principal problema nos governos municipais petistas diz respeito à contradição entre o projeto socialista do partido e o poder local. O autor explica que:

A dificuldade de manter um partido de massas orgânico e centralizado por políticas nacionais de alianças é um fato que deriva da nossa história herdada da colonização, da falta de unidade e da dispersão territorial. As distâncias, mesmo num Estado populoso como São Paulo, ainda são enormes e as pessoas simples não têm poder econômico para se deslocar com rapidez. Ficam submetidas à informação monopolizada e à pressão dos vizinhos e poderosos locais. Isto gerou um contraste entre o programa socialista do PT e sua prática local muitas vezes tradicionalista. (SECCO, 2011, p. 89-90).

Uma alternativa a esse desafio poderia ser o modelo dos conselhos populares, proposta formulada por Perseu Abramo em 1982 e na qual, em tese, todos os governos petistas deveriam se basear. Essa proposta previa: “apresentação de reivindicações; mecanismo de consultas; tomada de decisões; controle da implantação de políticas públicas; e fiscalização da execução dessas políticas” (apud SECCO, 2011, p. 90). Mesmo não representando uma ruptura, os conselhos nunca foram implementados plenamente. Secco acredita que o PT superestimava sua força popular e desconhecia a correlação de forças econômicas e sociais dos municípios. Além disso, alguns intelectuais no interior do partido começaram a pensar os conselhos como órgãos interclassistas, de certa forma subordinados aos poderes locais, e como espaço de negociação de interesses divergentes.

No plano nacional, Lula foi lançado candidato à presidência da república na primeira eleição direta pós-ditadura, que ocorreria em 1989. Para tanto, constituiu-se a Frente Brasil Popular, composta por PT, PC do B e PSB. A campanha se deu sob um clima de greves e

protestos, crescentes desde o fracasso do Plano Cruzado. Segundo Secco (2011), por estar presente naquele contexto, o PT acabava sendo acusado pela direita de estimular a paralisação da economia e provocar a fuga de capitais e o aumento dos juros.

Havia a preocupação da corrente majoritária do PT em relação à aceitação de Lula por parcelas mais amplas do eleitorado. Certamente por isso, os termos “socialismo” e “imperialismo” não aparecem no programa econômico de Lula, embora estejam na resolução do encontro partidário realizado naquele ano. Tal documento contém, ainda, a recusa do capital monopolista e a defesa da suspensão do pagamento da dívida externa. Para Secco (2011, p. 133), a contradição entre o documento externo e o interno “reforça o fato de que o partido deixa de lado questões teóricas quando se vê diante de desafios eleitorais maiores e precisa elaborar um discurso amplo”.

Mas aquele momento marca o início de um processo de flexibilização em relação ao posicionamento sobre a estatização do sistema financeiro. Segundo Iasi (2006), no lugar da nacionalização e estatização das empresas estrangeiras e bancos, o que se propôs no programa de governo foi a subordinação do capital estrangeiro às prioridades da política econômica, bem como a utilização do setor bancário estatal para fazer com que os bancos privados se adequassem às propostas.

Mesmo assim, Lula assustou os setores conservadores, que procuraram miná-lo de diversas maneiras, sobretudo quando ele chegou ao segundo turno na eleição que tinha o maior número de candidatos da história do país: vinte e dois, incluindo nomes como Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Leonel Brizola (PDT). Os números finais do pleito – uma diferença de cerca de 4 milhões de votos – mostram que Lula teve chances reais de vencer, e talvez tenha sido prejudicado por fraudes e manipulações da campanha de Fernando Collor de Mello e da imprensa, além de calúnias com autoria desconhecida.¹⁴

1.5 As transformações dos anos 1990

1.5.1 Neoliberalismo e reestruturação produtiva

¹⁴ Alguns exemplos são: uma ex-namorada de Lula apareceu na propaganda televisiva de Collor afirmando que o candidato petista a havia obrigado a fazer um aborto anos antes; o último debate entre os candidatos, realizado pela Rede Globo, foi editado pela emissora em desfavor de Lula; o sequestro do empresário Abílio Diniz foi atribuído ao PT; em algumas cidades pessoas com a camisa do partido ameaçavam moradores.

O neoliberalismo, que começou a se difundir pelo mundo a partir de meados dos anos 1970, foi uma resposta do capital à crise econômica iniciada em 1973, atribuída por economistas liberais aos altos gastos sociais do Welfare State, em voga nos países centrais desde o fim da Segunda Guerra. O modelo econômico pregava o Estado mínimo e possibilitou novas formas de expansão do capital através da conversão dos direitos garantidos pelo Estado em serviços vendidos pelo mercado. Entre os pioneiros da implantação do neoliberalismo estão a Inglaterra de Margareth Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan, além do Chile de Pinochet. Embora a América do Sul não tenha vivenciado o Welfare State, o Chile serviu como um laboratório das ideias neoliberais no continente, ideias estas que mais tarde chegaram aos demais países.

Segundo Boito Jr. (1996), a ideologia neoliberal difundiu-se rapidamente pelo conjunto da sociedade brasileira, incluindo as classes subalternas. Isso permitiu as eleições seguidas de presidentes que representavam esse ideário: Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para o autor:

Na verdade, em grande medida, a política neoliberal representa uma reação contra a herança da política de desenvolvimento iniciada pelo Estado populista: reação contra o Estado protecionista, empresário e regulamentador, e reação, também, contra os direitos sociais e trabalhistas que foram implantados após a Revolução de 1930. (BOITO JR., 1996, p. 1-2)

As políticas neoliberais propriamente ditas foram implantadas no Brasil durante o governo Collor e depois aprofundadas por FHC. Data do mesmo período o avanço da mundialização do capital, quando grandes grupos burgueses expandiram seus empreendimentos para as diversas partes do globo e avançaram para os países periféricos, onde encontram mercado consumidor e força de trabalho a menores custos e maior flexibilização das leis trabalhistas e ambientais. A entrada das multinacionais nas regiões periféricas provocou um desmonte do setor industrial de tais países.

Soma-se a isso a reestruturação produtiva, que consistiu em uma série de mudanças no processo de trabalho e nas relações trabalhistas, cujo objetivo era reduzir os custos de produção e ampliar a lucratividade do capital, que vinha sendo afetada desde a crise de 1973. Assim, ocorreu a implantação do sistema toyotista em diversos setores industriais, em

detrimento do até então hegemônico fordismo. O modelo nascido na montadora japonesa Toyota tem como principais características a flexibilização da produção, a exemplo do sistema *just in time*, isto é, a antecipação da demanda à fabricação da mercadoria; a descentralização do processo produtivo, que permite a realização de diferentes etapas da fabricação de uma mesma mercadoria em diferentes espaços; e o aumento do uso da tecnologia em detrimento do trabalho humano.

Antunes analisa que a reestruturação produtiva provocou, em nível mundial, uma desproletarização do trabalho industrial, ao mesmo tempo em que efetivou a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, “uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’ [...]” (ANTUNES, 2006, p. 49).

Essas transformações tiveram sérias repercussões no movimento sindical. A taxa de sindicalização decresceu em inúmeros países. Soma-se a isso, o que também contribuiu para a crise sindical, o crescente fosso entre trabalhadores estáveis e informais, estes últimos não incorporados pelos sindicatos. Segundo o autor, “a fragmentação, heterogeneização e complexificação da *classe-que-vive-do-trabalho* questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora (ANTUNES, 2006, p. 70).

Esse quadro dificultou não só a prática de greves, como o desenvolvimento e consolidação da *consciência de classe* dos trabalhadores. A crise sindical gerada por esses fatores atingiu os países do capitalismo avançados durante os anos 1980, e, dada a mundialização do capital e dessas transformações, se expandiu para os países periféricos entre o final daquela década e início da seguinte.

Ainda de acordo com Antunes (2006), essa crise tem as seguintes tendências: 1) crescente individualização das relações de trabalho, isto é, o deslocamento do eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para o universo *micro* do local de trabalho ou empresa; 2) a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, o que atingiu duramente conquistas históricas do movimento sindical; 3) o esgotamento dos modelos sindicais até então vigentes nos países centrais¹⁵ e avanço do chamado *sindicalismo de participação*; 4) tendência de *burocratização* e *institucionalização* dos sindicatos, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos e atuam cada vez mais dentro da institucionalidade e, com isso, ficam cada vez mais incapazes de desenvolver uma ação para

¹⁵ Esses modelos são o anglo-saxão, o alemão e o japonês.

além do capitalismo; 5) o capital amplia sua ação isoladora e coibidora aos movimentos de esquerda por meios ideológicos e manipulatórios, em detrimento da repressão direta.

Embora esse cenário tenha começado a se desenhar pelo mundo nos anos 1970, ele chegou com mais força ao Brasil na década de 1990. A exemplo do que vinha ocorrendo no meio sindical do exterior, aqui o movimento operário também sentiu o baque da flexibilização das relações de trabalho, que contribuiu adicionalmente para dificultar a organização dos trabalhadores, e da insegurança perante o desemprego crescente. Cabe pontuar também que a maior heterogeneidade da classe trabalhadora, agora, mais do que antes, dividida entre trabalhadores formais, informais, terceirizados, desempregados, etc., contribuiu para a perda da identidade de classe e para o acirramento da disputa intraclasse. Com isso, o ritmo de greves, que foi intenso nos anos 1980, diminuiu significativamente. Além disso, houve uma mudança qualitativa no sindicalismo. Aquele de caráter combativo surgido na região do ABC perdeu força, dando lugar às negociações por melhores salários e benefícios sociais.

Para Boito Jr. (1996), o neoliberalismo atingiu em cheio o sindicalismo. Um ano após a posse de Collor de Mello, um setor da direita sindical autodenominado “sindicalismo de resultados” criou a Força Sindical (FS), uma nova central que desde o início assumiu o discurso e defendeu as propostas neoliberais. No entanto, segundo o autor, essa adesão é mais um sintoma do peleguismo, persistente no sindicalismo brasileiro desde os anos 1930, do que uma opção consciente a uma doutrina. Isto é, a FS aderiu ao neoliberalismo porque o governo assim fez.

A CUT abrigava o campo mais combativo do sindicalismo. Mas essa central também sentiu o impacto do neoliberalismo. Embora a maior resistência a este ideário tenha provindo de cutistas, esta resistência não se mostrou eficaz, sobretudo porque a direção, representada pela Articulação Sindical, fez concessões à política neoliberal, o que facilitou, inclusive, a difusão dessa ideologia entre os trabalhadores brasileiros (BOITO JR., 1996, p. 4).

Boito Jr. acredita que o impacto do desmonte do leste europeu sobre o movimento operário é superestimado pelos analistas. O autor lembra que o prestígio do regime soviético já se encontrava abalado desde os anos 1960.

Uma consequência direta citada pelo autor foi a filiação da CUT à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ligada à socialdemocracia europeia, que, a essa altura já estava, em grande medida, capitulada pelo neoliberalismo. Até então a CUT tinha ligação tanto com a CIOLS quanto com a Federação Sindical Mundial (FSM), sendo que esta última, que se vinculava aos partidos comunistas, foi esvaziada com o fim do bloco soviético.

Ademais, a Central perdeu certo apoio que recebia de parte dos partidos burgueses, como o PMDB, que na Constituinte assumiu pautas favoráveis aos trabalhadores, mas também se rendeu às contrarreformas neoliberais a partir dos anos 1990.

Além disso, no começo dos anos 1990,

a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou, surpreendentemente, a apregoar que seria necessário abandonar o “sindicalismo defensivo” e “meramente reativo” dos anos 80. E passou, desde então, a defender o que ela denominou “sindicalismo propositivo” (ofensivo?), aquele que, em vez de “apenas se opor e ser contra”, deveria propor “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia, que começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT de agosto de 1990 em Belo Horizonte, saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. (BOITO JR., 1996, p. 8)

Segundo Boito Jr., há uma contradição: no referido congresso, a CUT manteve as palavras de ordem que defendia desde os anos 1980, mas adotou uma nova estratégia que consistia em apresentar propostas conciliatórias. O autor sintetiza essa estratégia da seguinte forma:

No que concerne à ação política, a nova estratégia abandonou, no fundamental, o confronto com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. A CUT passou a se pronunciar sobre temas colocados na ordem do dia pelo governo, omitindo-se sobre questões de fundo para os trabalhadores, pelo fato de essas questões não fazerem parte daquilo que os neoliberais denominam “agenda política nacional”. No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder. Às vezes, apresenta ao governo propostas visivelmente inaceitáveis para as classes representadas pela equipe governamental, como é o caso da proposta cutista de reforma da Previdência Social. Alimenta, assim, ilusões quanto à natureza de classe do governo e desvia o movimento sindical da luta contra a política neoliberal. Porém, nas propostas da CUT o que tem predominado é o “realismo político”: procura-se elaborar propostas que possam, no entender da corrente Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder. É a lógica dos fóruns tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão “realista” e “produtiva” com o governo e com os grandes capitalistas. (BOITO JR., 1996, p. 9)

Ademais:

A luta sindical de massa unificada no topo, como aquela das greves nacionais de protesto ou das campanhas contra a política econômica do governo, foi substituída pelo participacionismo. A concepção e a

linguagem também mudaram, evidenciando o impacto da ideologia neoliberal no interior da CUT. A concepção dos anos 80 centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre a “classe trabalhadora” e o bloco formado pelo “governo” e “empresários”. Já os documentos da CUT, nos anos 90, passaram a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo, e os trabalhadores. Os documentos da CUT têm ocultado a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não têm mais inimigos, e a CUT pode, agora, aspirar a representar “a sociedade”. A visão liberal da sociedade e da relação desta com o Estado tem dominado, apesar de oscilações e contradições, o discurso da CUT. (BOITO JR., 1996, p. 10)

O autor cita o pacto feito pela CUT com o governo FHC, após derrota da esquerda cutista, para viabilizar as medidas neoliberais na Previdência Social. Esse pacto aprofundou a disputa no interior da Central, mas representou uma verdadeira adesão da Articulação Sindical ao neoliberalismo ao firmar um acordo que apenas retirava direitos dos trabalhadores.

Em outras palavras, embora a CUT tenha mantido divergências com a forma de atuação da FS, sua corrente majoritária acabou aderindo a uma estrutura mais cooperativa e participativa. Essa postura ia ao encontro do desejo da burguesia de minar os setores combativos e adequar o sindicalismo às suas necessidades de produtividade e geração de consenso. De acordo com Alves (2000, p. 117), essa estratégia surge “como uma verdadeira capitulação política – e ideológica – do trabalho diante da nova ofensiva do capital na produção”.

Para Coelho (2005), ocorreu também um processo de burocratização no interior da CUT, cujo início se deu ainda em 1989 durante seu III Congresso, quando a aprovação de uma nova regra restringiu o número de delegados eleitos pelas bases. Efetivamente, isso provocou a redução dos militantes de base como delegados. A partir daí, passou a ser comum que os representantes fossem sindicalistas “liberados” do trabalho, criando-se na organização a figura do “sindicalista profissional”. Com isso, segundo o autor, alguns grupos sindicais começaram a privilegiar acordos que beneficiavam apenas eles próprios, ignorando as demais categorias da classe trabalhadora.

Por essas razões, Coelho considera que, assim como viria a ocorrer com o PT, a CUT perdeu o referencial de classe em seu projeto político e substituiu a crítica ao capitalismo pela crítica apenas ao neoliberalismo. Essa longa digressão ao transformismo cutista serve para

mostrar não só as transformações no mundo do trabalho e do sindicalismo brasileiro, mas também um processo que, tendo muitos atores em comum devido aos vínculos entre a Central e o partido, se repetiria no PT, mantendo as especificidades de acordo com a natureza de cada organização.

Mas, além das transformações relacionadas à macroeconomia e ao mundo do trabalho, outros motivos contribuíram para a perda de horizonte utópico nos anos 1990, sendo o principal deles o desmonte do “socialismo real”. A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, representaram, no imaginário popular, o fim de uma alternativa ao socialismo. Com efeito, esse foi o principal determinante para a moderação de uma gama de partidos de esquerda de todo o mundo. O PT não ficou alheio a essa conjuntura.

1.5.2 O fim do “socialismo real” e a crise das esquerdas

Apesar dos problemas estruturais, o bloco dos países socialistas consistia em uma referência concreta de alternativa ao capitalismo. Com a crise da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seu consequente desmonte em 1991, e antes desse momento final, a derrubada do Muro de Berlim, em 1989, partidos de esquerda do mundo inteiro se viram desnorteados. Ademais, nas palavras de Coutinho (2008), uma ardilosa propaganda ideológica tratou de identificar as ideias socialistas ao modelo que havia se esfacelado. A obra de Marx foi considerada utópica e ultrapassada.

Cabe lembrar que na academia, antes mesmo da queda do Muro, o marxismo já vinha perdendo força, enquanto a teoria social pós-moderna ganhava cada vez mais adeptos. Segundo Therborn (2007), isso se deve às desilusões com as derrotas de organizações de esquerda nas três décadas anteriores, a exemplo do massacre do Partido Comunista da Indonésia em 1965, o golpe contra o governo socialista de Salvador Allende no Chile, em 1973, a dissolução do Partido Comunista Italiano e o encolhimento do Partido Comunista Francês. Com isso, na dimensão ideocultural, o marxismo perdeu parte do poder de atração que despertava até meados da segunda metade do século XX.

Para Coelho (2005), embora a teoria pós-modernista aparentasse radicalidade e se apresentasse como uma “reconciliação com a realidade”, ela na verdade representa

um gesto que é pura rendição [...]. Depois de Marx, nem mesmo os pós-modernos podem esconder que esta realidade é atravessada por fraturas em progresso e em reprodução. Nessas condições, qualquer reconciliação só pode significar a capitulação às forças que fraturaram a realidade. (COELHO, 2005, p. 498)

Nesse contexto insere-se, ainda, a chamada crise dos paradigmas. De acordo com Iasi (2006), esta foi iniciada como uma tentativa de atualizar o marxismo através das contribuições de outros teóricos, como Gramsci. Mas, posteriormente, se transformou no seguinte questionamento: seria o marxismo ainda apropriado para a compreensão do mundo e para orientar a organização dos trabalhadores? Com isso, um pensamento de esquerda mais moderado passou a despertar, segundo o autor, maior influência tanto entre os intelectuais quanto nas formulações dos partidos de esquerda.

Derivam dessa crise de paradigmas as teses sobre o fim da História, que afirmam a impossibilidade de superação da ordem burguesa, gerando, no nível político, a predominância do programa de administração do capitalismo, tornando-o mais “humano”, em detrimento de programas que almejavam sua substituição por outras formas de organização social.

Pomar (2014) destaca que a moderação dos partidos de esquerda foi um fenômeno global durante os anos 1990. Isso se deve, em grande medida, às consecutivas derrotas nas duas décadas anteriores, que resultaram na transformação tanto do programa quanto da estratégia dos principais partidos de esquerda mundiais. Exemplos estão em toda parte. Na Europa, os social-democratas voltaram aos governos da Inglaterra, Alemanha e França, mas, àquela altura, já não tinham compromisso com o *Welfare State*. Para o autor:

Nos anos 1990, grande parte dos partidos social-democratas e dos partidos comunistas incorporou aspectos da agenda neoliberal. O populismo e o trabalhismo de esquerda, as guerrilhas latino-americanas, os movimentos desenvolvimentistas e de libertação nacional seguiram, em geral, o mesmo caminho. Na maioria das vezes, perderam força política e vigor programático; quando conseguiram se manter a frente de governos nacionais, adotaram geralmente políticas de submissão às metrópoles capitalistas e às elites econômicas locais. (POMAR, p. 59, 2014)

O historiador esclarece ainda que:

Naturalmente, os programas e as estratégias cristalizam fenômenos sociais e políticos mais profundos, em alguns casos cronologicamente anteriores aos anos 1970. Mas tais fenômenos se generalizaram nos anos 1990, que constituem o apogeu da economia, da política e da ideologia a serviço dos interesses do capital financeiro internacional. (POMAR, 2014, p. 60)

Além disso, balanços feitos por alguns autores com o intuito de compreender as derrotas dos anos anteriores concluíram que essas derrotas estavam associadas à predominância (real ou suposta), no interior da esquerda, de atitudes “vanguardistas”, “voluntaristas” e “esquerdistas”. Como resultado desses balanços, parte da esquerda se voltou para a adoção da democracia como método ou como valor universal, o que acabou, na visão do autor, se assemelhando à estratégia democratizante usada pela burguesia para enfrentar o socialismo (POMAR, 2014, p. 58).

No Brasil, o principal autor dessa linha é Carlos Nelson Coutinho, que lançou sua obra “A Democracia Como Valor Universal” em 1979. Em 1992, ele relançou parte do conteúdo no “Democracia e Socialismo”, que continha revisões dos dois artigos presentes no primeiro livro.

1.6 O transformismo petista

Como visto, as transformações político-programáticas pelas quais passariam o PT e a CUT durante a década de 1990 foram determinadas por uma série de fatores. O Brasil e o mundo já não eram mais os mesmos do final dos anos 1970, quando o partido foi fundado. Assim, nos anos que antecederam o século XXI, o PT passou por um verdadeiro processo de *transformismo*. Retirada das formulações de Antonio Gramsci, esta categoria significa:

a elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla [...], com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. (GRAMSCI, 2011, p. 317-8)

Ou, em outras palavras, a passagem de personalidades políticas ou grupos inteiros ao campo moderado e conservador (GRAMSCI, 2011, p. 317-8). Dessa forma, afirmar que o PT passou por um processo de transformismo significa considerar que a agremiação abandonou um projeto de transformação societária – por mais deficitário que esse projeto pudesse ser, seu objetivo final era a transformação – e se rendeu à ordem vigente.

1.6.1 A via democratizante

Embora o PT não tivesse vínculos com o leste-europeu e se mostrasse até mesmo crítico ao regime soviético, ele se identificava, assim como era identificado pela população, ao socialismo. Por isso surgiu, entre os dirigentes partidários, a preocupação de apagar os vestígios que o ligassem àquele regime. Por ocasião do seu VII Encontro, o partido lançou o documento intitulado “O socialismo petista”, no qual reafirmava seu caráter anticapitalista, mas o “socialismo” como contraponto ao capitalismo foi substituído por “democracia”. Se antes a democracia aparecia como um aspecto do socialismo almejado pelo PT, agora era o socialismo que aparecia como coadjuvante para qualificar a democracia desejada (IASI, 2006). No lugar de “socialismo democrático” passou-se a defender a “democracia socialista”.

Como citado, uma das principais referências no Brasil da tese da democracia como um valor universal é Coutinho. No seminário “PT: um projeto para o Brasil”, realizado em 1989, ele apresentou o ensaio “Democracia e socialismo: questões de princípio”. Nele, segundo o próprio, tentou apontar ambiguidades de resoluções petistas, sobretudo a do V Encontro. Mas ele considera que os textos do VII Encontro e do I Congresso superaram grande parte dessas ambiguidades.

No texto de 1989, publicado no “Democracia e Socialismo”, ele rechaça a “herança leninista” e defende o que chamou de “reformismo revolucionário”, argumentando que as reformas são o *único* caminho para o socialismo, e não *uma* das alternativas de luta. Esta afirmação parte da falsa ideia de abertura do Estado para as demandas provenientes das outras classes sociais opostas à burguesia. Como já mencionado, a ampliação do Estado, nos termos gramscianos, está ligada à elaboração de formas de geração de consenso, que aliam-se aos tradicionais métodos coercitivos, e não à possibilidade concreta da classe trabalhadora disputar o controle efetivo das instituições burguesas. Coutinho (1992, p. 37) chega a afirmar a alteração na natureza do Estado capitalista, o que, como já salientado anteriormente quando citamos as concepções de Estado em Gramsci e Poulantzas, não é o caso.

O referido livro de 1992 inclui, ainda, outros dois ensaios sobre a mesma temática, tendo o último deles, “Marxismo, democracia e revolução”, sido preparado para o I Congresso do PT. Nele, Coutinho critica a contraposição feita por Lênin entre democracia representativa (que Lênin considerava ser burguesa), e democracia direta (a democracia

proletária, para o russo); bem como defende uma “revolução pacífica” baseada na luta institucional, usando como argumento de autoridade alguns escritos de Marx e Engels no fim de suas vidas (COUTINHO, 1992, p. 83). Sabemos que, para o universo petista, a novidade não é grande, já que o partido sempre deu preferência à via institucional e nunca cogitou a revolução no sentido leninista.

Em texto também preparado para o I Congresso e depois publicado, Florestan Fernandes (1991) faz alertas sobre “confundir democracia com revolução”, afirmando que isso patrocina a imobilidade da ordem e a contrarrevolução permanente, sobretudo levando-se em conta algumas características brasileiras:

A inexistência do equilíbrio e do controle recíproco dos três poderes, a fraqueza do legislativo e do judiciário, a ficção do federalismo, as artimanhas dos partidos de patronagem (clientelas e oportunistas) e a influência de uma opinião pública destituída de uma cultura cívica só favorecem as elites das classes dominantes. Elas manipulam os eleitores de todas as classes e dão corpo a acordos políticos segundo critérios particularistas, alarmistas e golpistas, expondo os de baixo à sua vontade e as extorsões sem conta. Nesse clima político, nenhuma verdadeira democracia é possível e o reformismo operário – sindicalista, socialista e comunista ou não – adquire o cunho de subversão da ordem. O que aconteceu no confronto de Lula contra Collor afronta paradigmas sacrossantos. E pôs em movimento a conspiração antidemocrática do núcleo reacionário dos de cima. (FERNANDES, 1991, s/p)

Para ele, o termo “socialismo democrático” é ambíguo, uma vez que socialismo revolucionário não é incompatível com democracia, e insere-se no contexto de pressão ideológica para que os movimentos sociais dos países periféricos adotem modelos social-democráticos. Sendo assim, ele coloca a via revolucionária como uma possibilidade para o PT, como fica claro na seguinte passagem:

Diante da situação histórica brasileira, o PT precisa ocupar os diversos alargamentos do espaço democrático cedidos pela burguesia, sob a coação das reivindicações operárias ou por pânico histórico, e manejar a reforma social seja para alterar a ordem existente, seja para entrosar as transformações na formação de um patamar revolucionário. (FERNANDES, 1991, s/p)

O sociólogo considerou, ainda, que uma omissão do PT a isso, faria o “fim da história” soar como consequência do conformismo da classe operária. Ademais, cabia à agremiação, naquele momento, “refundir os fundamentos de sua existência e propor-se em termos mais

exigentes seus problemas de organização”. E pareceu prever: “Se não fizer isso, neste instante, perder-se-á como partido de massas, socialista e revolucionário. Oscilará de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira” (FERNANDES, 1991, s/p). Como podemos constatar, os alertas de Fernandes despertaram pouco efeito nas formulações petistas de então.

No ano anterior, no documento “O Socialismo Petista”, o partido constatava (corretamente) a falta de compromisso da burguesia com a democracia e se colocava de forma oposta, garantindo sua “vocação democrática” e “compromisso libertário”,¹⁶ numa clara intenção de se diferenciar não apenas da classe dominante, mas também do socialismo considerado totalitário, aquele que ruía no leste europeu. Mas, curiosamente, ao criticar também a social-democracia, acabava pontuando equívocos que eram também do próprio partido:

As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram, não a via parlamentar, mas o próprio socialismo.¹⁷

Em relação ao “socialismo real”, por outro lado, o texto seguinte, aprovado no I Congresso, chega a celebrar seu desmoronamento, afirmando que estavam ocorrendo naqueles países “verdadeiras revoluções democráticas” e celebrando aquelas mudanças ainda que elas levassem ao retorno do capitalismo.¹⁸

Naquela ocasião, o então dirigente Luis Gushiken deixaria claro que os pilares defendidos pelo partido estavam sendo repensados em virtude das mudanças conjunturais:

Os textos nossos têm um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação anti-imperialista como

¹⁶ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 100.

¹⁷ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 102.

¹⁸ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 126.

um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergência – é a questão do imperialismo. [...] Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se forem perguntar para o Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contrapartida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação do preço, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas desagregou. E, durante muito tempo, ele era uma referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação anti-imperialista como centro. (*apud* Garcia, 2008, p. 153)

Segundo o raciocínio de Pomar (2014), se em seu primeiro momento o PT tinha uma definição teoricamente rudimentar sobre o socialismo, e em um segundo momento, a partir do IV Encontro, se assume de maneira explícita como um partido socialista, o VII Encontro e o I Congresso marcam um terceiro momento, em que a noção de socialismo petista se baseia na ideia de radicalização democrática e em princípios éticos. Cabe pontuar que o termo “socialista petista” é usado pela primeira vez neste contexto do impacto do fim do “socialismo real” e revisão ideológica.

1.6.2 Correntes majoritárias

Em seu estudo, Coelho (2005) trata especificamente de dois grupos que formaram o campo majoritário do PT, a Articulação e a Democracia Radical, e procura desvendar os determinantes que transformaram marxistas em ex-marxistas, tendo ciência de que nem todos que ingressaram no PT eram marxistas. O autor traz elementos importantes e exemplos da transformação do discurso e da prática desses grupos, além de mostrar como isso se processou.

Lembrando que o PT sempre foi um partido de tendências, o historiador destaca que o projeto de disputa pelo projeto político acabou sendo também o processo pela hegemonia no interior da organização, e aquele grupo que mais tarde se tornaria a Articulação foi o que se saiu melhor nesses embates. Em favor desse grupo pesou o número de militantes e também a presença de Lula, identificado como o líder das grandes greves metalúrgicas. No entanto, para se tornar hegemônica, essa tendência incorporou parcialmente alguns aspectos das outras correntes.

Já o outro grupo que, com a Articulação, formou o campo majoritário, a Democracia Radical (DR), teve origem no Partido Comunista Revolucionário (PCR) durante a década de 1980. Para Coelho,

nenhuma outra organização de esquerda no Brasil experimentou uma mudança tão radical e em tão pouco tempo em suas orientações políticas como o PCR. A maioria dos intelectuais que, em 1984, se organizaram para construir o partido de vanguarda cuja missão era dirigir o proletariado na revolução socialista, assumiria, na década de 90, o papel de elaborar e difundir as mais duras e agudas críticas ao marxismo. (COELHO, 2005, p. 258)

De acordo com o mesmo autor, as mudanças do projeto político da tendência majoritária do PT, em especial, começaram a ficar visíveis após as eleições de 1989. Esse momento marcou o início do distanciamento de um elemento até então fundamental: independência de classe. Em suma, Coelho considera que a Articulação renunciou à tarefa a que se propôs no passado, isto é, construir uma organização política independente da classe trabalhadora.

Esse processo de mudança envolve diferentes aspectos: profunda revisão programática nas teses e discursos de seus principais líderes, prioridade aos êxitos eleitorais em detrimento de quaisquer outros objetivos, manutenção dos postos de comando partidário através da supremacia numérica e isolamento das posições divergentes no interior do partido (COELHO, 2005, p. 199).

Com o argumento de que aquele Brasil existente quando o partido nasceu já não era mais real, e que o mesmo devia ser colocado à altura dos novos desafios do Brasil moderno, fazia sentido para a Articulação isolar a esquerda partidária, pois só assim seria possível viabilizar a mudança de rumo do PT. Em vão, a oposição à Articulação clamaria pelo retorno às origens. Contraditoriamente, a principal arma da Articulação era o discurso do petismo autêntico (COELHO, 2005).

Este discurso tinha como principais aspectos:

[...] o recurso ao mito fundador como modo de legitimar a sua posição, a desqualificação das tendências adversárias como não autenticamente petistas e a crítica do vanguardismo, nem sempre distinta da condenação das vanguardas. O petismo autêntico nunca esteve ausente do discurso da Articulação, mas ganhava muito mais relevância nos contextos de acirramento das disputas internas do partido. (COELHO, 2005, p. 246)

Ainda que no campo majoritário também houvesse um ou outro nome que discordava do projeto de renovação interna, eles estavam em número muito reduzido. Sendo assim, suas únicas vitórias eram uma ou outra concessão no plano do discurso, isto é, nos textos finais de encontros e congressos.

1.6.3 A rápida guinada à esquerda

Cabe pontuar que o transformismo petista se deu de forma lenta e contínua. Dessa forma, havia espaço para a disputa no interior do partido. Correntes mais à esquerda eram críticas à moderação que estava sendo implantada pela corrente majoritária. Em 1993, por ocasião do VIII Encontro, as divergências internas ficaram mais exacerbadas. Os blocos de esquerda atribuíram as deformações ocorridas no PT à perda de legitimidade de sua antiga direção e a problemas organizativos.

No manifesto “A hora da verdade”, inúmeros militantes da corrente majoritária se colocaram contrários aos rumos que o partido estava tomando e propuseram a continuidade do Projeto Democrático e Popular de horizonte socialista. De acordo com Iasi (2006), aquela foi a primeira cisão profunda no grupo majoritário do PT, e este racha possibilitou a alteração na correlação de forças internas e permitiu a vitória da esquerda partidária naquele encontro.

O resultado prático desta inédita votação foi a manutenção das linhas gerais que haviam orientado o PT até ali, ou seja, a proposta de uma “Revolução Democrática”, como definem as resoluções do Encontro de 1993. Toda a atenção das resoluções é voltada para reafirmar a necessidade de estabelecer um “governo democrático e popular” que inicie um programa de reformas estruturais capazes de produzir uma ruptura “mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social”. A conquista do governo federal é vista

como o “elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira”. (IASI, 2006, p. 496)

Em suma, as propostas do VI Encontro foram reavivadas em razão da hegemonia da esquerda. Mas, segundo o mesmo autor, não houve exatamente uma guinada no que se refere às formulações, apenas uma qualificação da meta socialista. Citando trechos da resolução, ele explica que

passou a ser essencial a unificação das dimensões sociais e políticas no conceito de democracia, de forma que esta “deixou de ser um meio ou etapa da luta pelo socialismo”, passando a “se confundir com o socialismo, de tal maneira que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade”. (IASI, 2006, p. 497-8)

Cabe mencionar também a crítica feita pela resolução do Encontro ao que chamava de “centros paralelos de poder” e aos “notáveis”, que eram as figuras do partido que se destacavam em relação à base. Lula era o principal desses “notáveis”. De acordo com Secco (2011), Lula estava pela primeira vez em minoria e, ao contrário da nova direção, procurava moderar seu discurso. Nas palavras do autor: “Começava aí uma verdadeira autonomização de Lula e seu círculo próximo em relação ao PT” (p. 162-3).

A campanha de 1994 se deu nesse contexto de disputa interna. No entanto, segundo o mesmo autor, a principal vilã do PT naquele momento foi a sua debilidade no discurso econômico, que levava seus adversários a acreditarem que o partido era bom na esfera municipal e na oposição por funcionarem como um corretivo ético e pressionarem por maior sensibilidade social nos programas de governo, mas que não servia para o governo executivo federal.

Devido à crise instaurada no contexto do *impeachment* de Collor, a vitória de Lula era dada como certa. O Plano Real lançado há pouco tempo, embora tivesse conseguido controlar a inflação, era subestimado pelos petistas e chamado de “cruzado dos ricos” (GARCIA, 2011).

Como se sabe, Lula foi, mais uma vez, derrotado naquele pleito. Isso acabou acelerando ainda mais o processo de transformação no discurso e na imagem que o PT tentava passar. A direção de esquerda perdeu espaço e as estratégias de moderação e ampliação das alianças foram retomadas. Com isso, o programa do partido foi ficando ainda mais flexível.

1.6.4 Alianças e campanhas eleitorais

Uma das principais revisões feitas pelo partido ao longo dos anos 1990 se refere à sua política de alianças. Cabe lembrar que, no princípio, seus dirigentes se colocavam radicalmente contrários a alianças com partidos considerados representantes da classe dominante. Em 1989, na primeira campanha para o executivo federal, o PT se aliou ao PC do B e ao PSB para a formação da Frente Brasil Popular. Eram partidos com similaridades ideológicas. Todavia, determinados setores da população viam com desconfiança o projeto de mudança da sociedade, seja por associarem isso ao regime da ex-URSS ou por acreditarem que tal fato poderia provocar uma reação conservadora, levando a uma nova ditadura. Interessava ao PT ser aceitável para o eleitorado mais amplo possível. Com isso, os blocos petistas mais moderados lançaram a proposta de ampliação do arco de alianças.

Por anteceder em um ano as eleições de 1994, o VIII Encontro foi também palco para a discussão do tema. Inicialmente, foram sugeridas coligações com siglas consideradas de centro-esquerda. Nesse sentido, aliar-se a partidos como PSDB e PDT poderia, na opinião deles, levar o PT a conquistar a confiança de parcelas mais diversificadas da sociedade. Naquele momento, o PSDB ainda era identificado como social-democrata e os petistas desconheciam sua intenção de lançar um projeto próprio de poder (SECCO, 2011).

Além destes, setores do PMDB também eram vistos como uma possibilidade. Iasi (2006, p. 494) observa que o entendimento sobre alianças se deslocou “da conformação das classes para o reino das siglas partidárias”. Porém, a esquerda partidária ainda temia a ampliação das alianças, temendo que isso, assim como a moderação programática, pudesse descaracterizar o PT. Ademais, os partidos cogitados iam em direção completamente opostas:

O PMDB se empenhava no governo Itamar e os míticos “setores progressistas” se faziam representar por políticos tradicionais e de duvidosa convicção reformista, enquanto o PSDB caminhava a passos largos para se credenciar como pivô em torno do qual se articulava o projeto neoliberal e conservador com a aliança com o PFL. Apesar de este quadro ainda não estar definido já existiam alguns claros indicativos, tais como o perfil dos quadros do PSDB que vão ao governo Itamar e a preocupação destes em se mostrar confiáveis ao capital financeiro internacional. (IASI, 2006, p. 495)

Isso, bem como a direção de esquerda, freou essa discussão naquele momento, mas ela foi retomada após a derrota de Lula. Como sabemos, uma aliança com o PSDB jamais se efetivou. Na campanha de 1998 o PT fechou acordo com o PDT e Brizola foi candidato a vice. Tratava-se ainda de um partido e um político com forte tradição trabalhista. Novamente sem o resultado esperado, o PT se aliou, na campanha seguinte, a um partido declaradamente liberal, o PL.

Outro ponto que precisa ser mencionado diz respeito ao financiamento de campanha. Inicialmente, o partido tinha como princípio não receber doações de empresas. Foi justamente na campanha de 1994 que essa posição foi alterada. Segundo Garcia (2011), Lula recebeu R\$ 500 mil do Banco Itaú. O autor acredita que aquele já era um sinal de que o setor financeiro estava começando a entender e apostar nas mudanças que ocorriam no PT. Outras empresas doaram material para a campanha. José Dirceu, que era candidato petista ao governo do estado de São Paulo, recebeu vultosas doações da Odebrecht, empreiteira que poucos meses antes fora acusada por parlamentares da legenda de participar de um esquema de fraude no Orçamento da União.

Os valores não evoluíram muito na campanha de 1998, quando o PT recebeu quantias menores de três empresas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral; muito abaixo das quarenta e seis empresas que doaram R\$ 500 mil ou mais para FHC. Já em 2002, Serra e Lula ficaram quase empatados no quesito, com vinte e duas empresas doando esses altos valores para o primeiro e vinte doando para o segundo (GARCIA, 2011).

Com o financiamento, vieram os trabalhadores de campanha, em detrimento dos militantes orgânicos que trabalhavam voluntariamente, e os marqueteiros profissionais. Estes últimos foram fundamentais para trazer uma imagem mais “pacífica” ao partido antes considerado radical. Em 1996, ano de eleições municipais, foram lançados *slogans* como “O PT faz bem”, “O PT é bom de governo” e “Onde o PT governa dá certo”. Bem diferentes dos *slogans* classistas usados nos anos 1980, como “Trabalhador vota em trabalhador!” e “Vota no três que o resto é burguês”.¹⁹ Como ainda existia uma presença significativa de militantes mais à esquerda no interior do partido, frases ainda mais conciliadoras, como “O PT que diz sim!”, usada por Luíza Erundina na disputa para a prefeitura de São Paulo, foram duramente rejeitadas (GARCIA, 2008). Com o mesmo intuito de atenuar a imagem, as cores verde e amarela foram escolhidas como as oficiais da campanha presidencial de 1998, e as

¹⁹ O 3 era o antigo número da legenda, antes do registro definitivo do 13.

tradicionais bandeiras vermelhas foram trocadas por bandeiras brancas, símbolo da conciliação.

1.6.5 Distanciamento das lutas sociais e burocratização

Durante a década de 1990, o partido experimentou um grande crescimento eleitoral nos municípios. Contudo, distanciava-se, cada vez mais, da classe trabalhadora. Coelho (2005) observa que o número de filiados na base partidária não aumentou na mesma proporção que os mandatos. O PT afastava-se dos movimentos sociais, com os quais anteriormente manteve vínculos orgânicos. À medida que o partido ia se tornando mais moderado, essa relação se tornava mais formal e menos concreta.

De acordo com o autor, o transformismo petista pode ser percebido principalmente através de dois aspectos principais. O primeiro diz respeito exatamente à dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora (COELHO, 2005), tendo esse segmento da esquerda deixado de se portar como intelectual orgânico do proletariado. Se antes era um incentivador das lutas sociais, propondo-se não somente a representar a classe, mas também a organizá-la, o partido modificou, gradualmente, essa posição. Passou a controlar as manifestações sociais em nome da “governabilidade”.

O segundo aspecto levantado por Coelho consiste no que o historiador considera ser o novo projeto político do PT. Para ele, esse comportamento de conter as revoltas populares cumpre o papel de defesa dos interesses da classe dominante. Isso expressa que essa parte da esquerda se apropriou da concepção burguesa de mundo, passando a agir como intelectual da burguesia no seio da classe trabalhadora. Por isso, o autor usa o termo “esquerda para o capital”, uma vez que considera que essa esquerda se colocou a serviço da classe dominante.

Como analisa Iasi (2006), também foi decisivo para os rumos tomados pelo partido o refluxo dos movimentos populares e sindicais, organicamente ligados ao PT, a partir da década de 1990. O autor pontua que as lutas não deixaram de acontecer, mas houve um desgaste das formas utilizadas. Além disso, não surgiram novas lideranças para substituir aquelas que envelheciam ou passavam a ocupar cargos públicos. Segundo o autor, nos municípios nascia um dilema para os movimentos populares: opor-se a governos que

ajudaram a eleger. Do lado do partido, as relações com os movimentos foram transferidas para o plano da formalidade.

Inicialmente, a proposta de ganhar as prefeituras era transformar as cidades governadas pelo PT em instrumentos para disputar a hegemonia na sociedade. No entanto,

em que pesem as experiências inovadoras e as honradas e raras exceções, a regra geral foi que as administrações foram engolidas pela lógica de administrar a crise, principalmente em sua manifestação financeira, e pela tarefa de reeleição como meta fundamental. O resultado, via de regra, foi um profundo distanciamento das bases sociais, um retrocesso nos movimentos e o desmonte do PT pelo quase absoluto atrelamento à lógica institucional eleitoral e aos interesses das administrações. (IASI, 2006, p. 460)

Além disso, com o rápido crescimento do PT, as disputas internas acirravam-se. Isso deu início à cooptação de membros do partido para o favorecimento de determinadas posições e interesses pessoais e meramente eleitoreiros. Segundo Iasi, estas questões eram tratadas pelo partido como sendo imanentes ao crescimento, mas possíveis de serem controladas.

Secco (2011) também considera que a conquista de prefeituras importantes levou o PT a alguns problemas. Os prefeitos petistas faziam o mesmo que Lula: buscavam uma moderação no discurso. Líderes esquerdistas trocavam princípios por votos e cargos. Mas, além disso, o principal desafio de ser governo era lidar com os sindicatos de funcionários públicos e com os movimentos sociais, sua tradicional base. Em muitas ocasiões os governos petistas se posicionaram de forma idêntica aos governos de direita. Com efeito, os governos petistas locais tiveram como preocupação central a governabilidade, o que gerou uma inversão de prioridades.

Garcia (2000), por sua vez, sustenta que as gestões municipais geraram, a partir de 1988 (quando o partido conquistou um grande número de prefeituras), uma burocratização partidária, tendo o PT colocado a defesa das vitórias já conquistadas acima de lutas por novas conquistas. Para ele, este teria sido o principal determinante da integração petista à ordem.

Além disso, o mesmo autor acredita que os salários dos membros da agremiação aumentaram a partir dos êxitos eleitorais. Quando comparados os rendimentos mensais dos dirigentes com o dos militantes de base, constata-se que os dirigentes possuíam renda bastante superior, e eram justamente estes que ocupavam cargos públicos, fato que ajuda a dar materialidade à mudança na forma de consciência. Ademais, houve um crescimento substancial dos “profissionalizados” e detentores de cargos de confiança no parlamento e no

executivo. Com isso, os efeitos da burocratização do partido refletiram-se na alteração do perfil dos militantes (GARCIA, 2000).

Sobre os altos salários, Garcia afirma que isso estabelece uma dependência em relação ao Estado burguês. Além das vantagens individuais, existe a questão do financiamento do partido pelas contribuições daqueles que ocupam cargos no legislativo ou no executivo. Assim, os melhores quadros e esforços do PT foram direcionados, segundo o autor, para a disputa eleitoral, o que deixou o cotidiano da luta de classes no final da lista de prioridades.

Para Iasi (2006), deter um posto na máquina partidária pode ser decisivo para a obtenção de uma vaga na disputa eleitoral. A detenção de mandatos, por sua vez, leva à burocratização e afastamentos dos movimentos populares, à defesa de interesses pessoais e à busca do apoio das classes dominantes.

O fenômeno vivenciado pelo PT (e também pela CUT) nos remete ao que Mandel (1980) observou a respeito da burocratização das organizações operárias, que consiste na mudança de concepção sobre o que representam essas organizações. Aquilo que, inicialmente, é concebido como um meio passa a ser considerado, pelos seus próprios componentes, um fim em si próprio. Segundo o autor, a criação de aparelhos, bem como a presença de funcionários permanentes no interior destes, é indispensável à organização operária, uma vez que seria impossível dirigir milhares de pessoas sem um mínimo de infraestrutura. Isso, por si só, já gera burocratização. Além disso, os privilégios materiais e sociais, tais como autoridade e poder, se ampliam quando as organizações operárias assumem lugares de destaque no interior da estrutura capitalista. Com isso, esses dirigentes ascendem a cargos em parlamentos ou no poder executivo, passando a conviver e negociar com os representantes da burguesia nestes espaços. Existe, ainda, outro fator que ajuda a explicar o fenômeno burocrático: a dialética das conquistas parciais. Isto é, na medida em que a organização trabalhadora adquire vitórias, surge a concepção de que, diferentemente do início, agora existem coisas a perder.

1.6.6 Projeto antineoliberal no lugar de projeto anticapital

Em sentido contrário ao crescimento no legislativo e nas prefeituras, a trajetória petista foi abalada também pelas seguidas derrotas de Lula nos pleitos para a presidência, e ao fato

do PT buscar moderar seu discurso e ampliar o arco de alianças, com vistas a conquistar um eleitorado mais amplo. Assim, diversas alterações político-programáticas foram feitas.

Segundo Secco (2011), logo após a derrota eleitoral de 1989 até as tendências mais radicais do PT passaram por uma inflexão à direita. O que se verificou foi, por um lado, o abandono de bandeiras consideradas mais radicais, como a estatização da economia, e por outro, a rendição à democracia representativa em detrimento do “socialismo exercido pelos trabalhadores”, como era almejado anteriormente.

A defesa da estatização de empresas e do sistema financeiro deu lugar à recusa sumária do planejamento econômico estatal. Este passou a ser adjetivado de “intolerável”. Nas formulações noventistas, o tipo de propriedade deveria ser aquele “decidido democraticamente” pela sociedade (IASI, 2006).

Em discurso de Lula de 1995 é possível perceber o rumo das concepções petistas:

Criamos o PT para que o povo brasileiro tenha um canal político, uma legenda que represente os interesses da maioria, uma bandeira em torno da qual se mobilizam as donas de casa e os sem-terra, os operários e os desempregados, negros e mulheres, estudantes e intelectuais, produtores culturais e **empresários interessados na modernização do Brasil, compatível com a redução das desigualdades sociais.** (*apud* GARCIA, 2008, p. 156, grifo nosso)

Como é possível perceber, o partido, que no início se declarava “sem patrões” e chegou a defender a construção de uma sociedade socialista e igualitária, passou a afirmar representar amplos setores, incluindo empresários preocupados com a modernização do país. Da mesma forma, passou a falar em “redução das desigualdades sociais”, o que é uma pretensão bem mais modesta do que o socialismo anteriormente almejado, que previa uma sociedade sem desigualdades.

Ainda assim, durante os anos 1990, o PT se consolidou como a principal força de oposição institucional no Brasil. O partido foi o principal expoente da crítica ao neoliberalismo e conquistou notoriedade em toda a América Latina. Mas, como procuramos demonstrar até aqui, já havia se distanciado substancialmente do que fora idealizado anteriormente. Sua organização interna preocupava os militantes. Em 1995, Vladimir Palmeira, do PT-RJ, expressou um pouco dessas preocupações, conforme demonstra o texto a seguir:

Cada vez mais afeito ao jogo institucional e cada vez menos inclinado a expressar a radicalidade, a revolta e, porque não dizê-lo,

o desespero de milhões cujo cotidiano se passa à margem do jogo político formal, o PT vai se conformando, ele também, à imagem da sociedade que pretendemos subverter: pouco democrático, monopolizado por grupos de profissionais da política (no mau sentido) e especialistas de todo tipo, consumido pelo jogo político institucional, movido pela ficção de opinião pública construída pela mídia e pelos institutos de pesquisa, pouco sensível ao trabalhador comum, crescentemente incapaz de construir-se e apresentar-se como uma alternativa ao sistema dominante. (*apud* GARCIA, 2008, p. 71)

Embora se mantivesse como oposição, o partido ia se aproximando de posições de outros partidos, como demonstra a declaração de Francisco Weffort, importante dirigente petista até então, que ingressou no governo do PSDB afirmando que existiam mais semelhanças do que diferenças entre os dois partidos. Com efeito, na concepção da maioria partidária, lutar contra o capitalismo não condizia mais com os novos tempos. Assim, continuava havendo críticas ao capitalismo, mas desapareceu do horizonte a luta anticapitalista (COELHO, 2005).

As correntes majoritárias, apesar de terem oposição, acabavam imprimindo suas mudanças conceituais ao conjunto do partido. De acordo com Coelho (2005), ganhou força um “projeto nacional de desenvolvimento” no qual o socialismo não havia desaparecido, mas desempenhava um papel subordinado, não figurando mais como uma meta, um objetivo a ser atingido, apenas como um conjunto de valores contrapostos não ao capitalismo, mas ao neoliberalismo. Com efeito:

a crítica radical do capitalismo é deixada de lado e passa a existir a condenação do neoliberalismo por seus efeitos deletérios sobre a economia nacional. As consequências dessa alteração não devem ser subestimadas. Enquanto da crítica radical do capitalismo emergiram os projetos socialistas revolucionários que foram personificados pelas organizações de esquerda marxista, da crítica do neoliberalismo empreendida pela Articulação emerge um projeto de desenvolvimento organizado do capitalismo nacional. (COELHO, 2005, p. 250)

Ainda segundo o autor, ainda que não carregasse mais conteúdo, a discussão sobre o socialismo ainda estava presente e era importante para manter o vínculo com o discurso original do PT, preservando a adesão ao campo majoritário daqueles membros que eram instigados pela oposição de esquerda.

Porém, em alguns documentos da DR, analisa ele, o socialismo foi simplesmente renegado e substituído pela afirmação apenas da democracia. Em outros documentos da

mesma tendência nos quais o socialismo ainda aparece, ele fica relegado a um longo prazo, sem qualquer conexão com o presente. Há menções a uma “sociedade nova”, mas esta parece estar mais associada a uma ideia de “capitalismo organizado” do que a uma sociedade sem capitalismo. O historiador destaca também que desapareceu qualquer questionamento aos fundamentos sociais do poder de classe. Ao contrário, há agora a aceitação à alternância de poder, que pode ser entendida como o reconhecimento de governos comprometidos com a exploração como legítimos e democráticos. Por estas razões, o autor considera que as correntes que dirigiam o PT, e conseqüentemente o partido em si, passaram a reproduzir os elementos de uma visão burguesa de mundo.

Pomar (2014) relata que no X Encontro, realizado em 1995, foi colocada a ideia de reelaborar a estratégia de poder do partido. A resolução do evento seguinte de 1997, traz a seguinte passagem:

A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhada da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstrução nacional e social do país. (*apud* POMAR, 2014, p. 150)

Para o autor, essas palavras deixam claro que não se trata mais de uma estratégia de conquista do poder, e sim de um projeto que usa os valores do socialismo para se contrapor ao neoliberalismo. Cabe frisar, no entanto, que o PT nunca fez uma ruptura de fato ou uma substituição formal de seu projeto anterior. Termos como “socialismo” ou “governo democrático e popular” permaneceram sendo utilizados, mas de forma cada vez mais genérica e banalizada, apenas como retórica. O termo “revolução”, que, como sabemos, já não era usado no sentido clássico, chegou a ser definido como “todos os brasileiros comerem três vezes ao dia” (POMAR, 2014, p. 152).

Ainda de acordo com a sua análise:

Este processo de revisão seguiu seu curso, em três direções distintas, simultâneas e complementares. Reafirmar o socialismo, mas como horizonte. Abandonar o socialismo enquanto alternativa globalmente superior ao capitalismo, transformando-o em missão civilizatória do próprio capitalismo (ou seja, em “valores” socialistas). Identificar socialismo com democracia, economia de mercado e Estado de bem-estar. Ou seja, como social-democracia. (POMAR, 2014, p. 164)

Iasi (2006) também observou a paulatina substituição do discurso fundado no anticapitalismo – ainda que o próprio autor tenha percebido diversos problemas nesse discurso – por uma ênfase antineoliberal. Todo o programa e o horizonte estratégico, em sua visão, passaram a ser definidos com base em projetos viáveis alternativos ao capitalismo. Um “projeto nacional de desenvolvimento” ganha lugar em detrimento da meta socialista. Como afirma o autor:

O projeto “alternativo” que se delineava se aproximava descaradamente de uma retomada do nacional desenvolvimentismo dos anos 50 e 60, muito mais em uma versão juscelianista do que como etapa democrática de uma revolução socialista como na concepção do PCB. (IASI, 2006, p. 508)

Assim, as resoluções dos encontros e congressos que antecedem a eleição de 2002 já se voltam mais para preocupações como o crescimento econômico, o que é entendido como “interesse nacional”. As metas “antimonopolista” e “anti-imperialista” não aparecem mais nos documentos, enquanto a meta “antilatifundiária” aparece apenas em um único parágrafo da resolução do XII Encontro. O termo “socialismo”, por sua vez, aparece ainda em resoluções, mas não mais nos programas de governo (IASI, 2006).

Muitos autores associam a trajetória petista ao dilema social-democrata abordado por Przeworski (1989). No início, os partidos social-democratas tiveram crescimento nos pleitos de seus países. Porém, os operários nunca se tornaram maioria numérica, tornando necessário aos partidos expandir seu alcance.

Essa condição objetiva impõe aos partidos socialistas uma escolha: ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe. (PRZEWORSKI, 1989, p. 39)

Os social-democratas, para conquistar votos, precisaram se apresentar para diversos grupos sociais como aquele que podia atender suas necessidades. Mesmo entre os operários europeus, muitos não votavam nos partidos socialistas, fazendo com que estes passassem a apelar a outras formas de mobilização para além da identidade de classe, como “as massas”, “o povo”, “os cidadãos”, etc. Como isso enfraquece a importância do conceito de classe, a consequência é que se parecem cada vez mais com os demais partidos.

1.7 Eleições de 2002: “Lulinha paz e amor”

O início do século XXI foi marcado por uma crise econômica que atingiu os Estados Unidos e a América Latina, bem como, por mobilizações populares contrárias ao neoliberalismo. Em alguns países, essas manifestações foram tão fortes que derrubaram presidentes. Foi este o caso do Equador, da Argentina e da Bolívia (SADER, 2009). No Brasil, embora as lutas não tenham sido tão intensas, havia um claro desgaste do governo FHC.

A quarta campanha presidencial de Lula ganhou força nesse contexto. Pelo histórico do PT, de envolvimento nas lutas sociais e de oposição ao neoliberalismo, muitos esperavam que um possível governo Lula daria respostas concretas às demandas das classes exploradas e uma guinada na economia. Por outro lado, o transformismo petista ocorrido na década anterior já deixava nítido que o partido, uma vez ocupando o poder executivo, não colocaria em prática aquilo a que se propunha quando foi fundado. Todavia, o PT era o único partido mais à esquerda com chances reais de ganhar a eleição.

Em consonância com todas as alterações político-programáticas da década anterior e da preocupação em despertar a confiança do grande capital, Lula procurou deixar claro que manteria os acordos que FHC estabelecera com o mesmo e não prejudicaria de nenhuma forma o empresariado. Portanto, embora boa parte da população brasileira tivesse a esperança de que, com Lula, as coisas poderiam mudar, parcela da burguesia tinha a clareza de que, independente de quem ganhasse as eleições, para ela não haveria mudança.

Diversos autores consideram que a primeira década do século XXI foi marcada por uma virada à esquerda no continente latino-americano.²⁰ A eleição de Lula faz parte deste contexto. Afinal, tratava-se de um líder sindical histórico e de um partido construído pelos movimentos sociais. Portanto, nada mais normal que as massas trabalhadoras, vivenciando naquele momento uma forte crise com altíssimos índices de desemprego, depositassem todas as suas esperanças no governo que teria início em 1º de janeiro de 2003.

Lula, por sua vez, se já vinha há muito tempo procurando moderar seu discurso, teve uma postura tão conciliadora durante sua campanha presidencial que foi chamado de “Lulinha paz e amor”. Certamente, isso se deveu a sua profunda necessidade de conquistar a

²⁰ Cf. Göran Therborn. Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista. In. **Margem Esquerda**, nº 10. Boitempo. São Paulo, 2007. p. 109-127; Emir Sader. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. Boitempo. São Paulo, 2009.

confiança das classes dominantes, o que pode ser constatado em alguns exemplos, a começar pela escolha do candidato a vice-presidente, José de Alencar, um dos maiores empresários do setor têxtil e membro do Partido Liberal (PL). Outros exemplos podem ser vistos na busca pelo apoio de políticos conservadores, como Antônio Carlos Magalhães e José Sarney; no lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro”, cujo conteúdo garantia que todos os contratos do país seriam honrados e o superávit primário mantido por um governo do PT; e no fato de Lula ter aceitado, assim como os outros três principais candidatos à presidência – José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) – assinar um documento comprometendo-se a, se eleito, cumprir o acordo que FHC havia assumido com o FMI.

O programa de governo apresentado na campanha trouxe ainda mais flexibilizações em relação às antigas posições do partido sobre diversas questões. Um exemplo é a reforma agrária, que perdeu espaço para o agronegócio, já que era dada maior ênfase a este último. Ainda assim, constavam no referido programa propostas como a destinação à reforma agrária de terras griladas e propriedades onde há prática do trabalho escravo. Cabe lembrar que o documento nem mesmo foi escrito pelos dirigentes petistas, mas encomendado ao Instituto da Cidadania e só depois apresentado ao partido.

O “Lulinha paz e amor” convenceu. Na avaliação de Garcia (2008), o número de doações de empresas para a campanha de Lula mostra que este foi tratado em pé de igualdade com o candidato tucano, o que deixa claro que, para a burguesia brasileira, havia a certeza de que, se o PT ganhasse, seus interesses continuariam sendo preservados.

Mas, ainda assim, Lula insistia em defender a concepção de mudança. O lema nos últimos dias da campanha era “a esperança vence o medo”, numa alusão ao temor que determinadas parcelas da sociedade sempre tiveram em relação a uma vitória do PT nas eleições presidenciais, seja por identificá-lo ao socialismo, considerado totalitário pelo senso comum, seja por acreditarem que isso faria o capital externo se retirar do Brasil, gerando decréscimo econômico. Apesar de todas as provas de que nenhuma das duas crenças tinha o menor cabimento, o PSDB ainda tentava transmitir essas ideias.²¹

No dia seguinte à eleição, vencida no segundo turno após a disputa com José Serra, Lula divulgou uma carta que tinha como título “Compromisso com a mudança”.²² Esta começava afirmando que o povo brasileiro havia votado para mudar, e enfatizava que isso

²¹ Cabe lembrar a propaganda com a atriz Regina Duarte afirmando que estava com medo de uma possível vitória de Lula.

²² Site oficial do PT (www.pt.org.br). Documentos e downloads. **Compromisso com a mudança**. São Paulo, 2002.

aconteceu de forma “democrática e pacífica”, o que nos parece uma tentativa de se legitimar perante os mais conservadores. O conteúdo seguinte da carta dizia ser esta uma vitória de amplos setores da sociedade, desde as camadas populares e movimentos sociais e sindicais, até “parcelas importantes do empresariado”. Embora as camadas populares e os movimentos de lutas sociais e trabalhistas sejam parte da classe trabalhadora, não havia no documento nenhuma referência direta à classe trabalhadora como um todo. Além disso, segundo a carta assinada por Lula, era também uma vitória de parte do empresariado. De fato, uma vitória dos patrões no que antes fora o “partido sem patrões”. Em seguida, no mesmo documento, há referência às alianças com diversos partidos como fundamental para a vitória, além de agradecimentos a políticos de direita, como José Sarney. Há também a afirmação do apoio do FMI e do Banco Mundial como essencial para a superação da crise no Brasil. E, para este fim, era colocada também a necessidade de restabelecimento de “linhas de financiamento para as empresas”, o que consiste na transferência de recursos públicos para o setor privado. A carta termina com uma alusão a sindicalistas, ONG's e empresários “numa ação comum pelo país”. Tentava-se passar a ideia de que era possível governar para todos. No entanto, haja vista que capital e trabalho possuem interesses antagônicos, defender interesses de uma parte implica prejudicar a outra. Dessa forma, o projeto de “conciliação de classes” que o PT implementou teve como resultados: mascarar a luta de classes e gerar o conformismo entre os trabalhadores.

Após a vitória de Lula, as notícias veiculadas pela imprensa nacional e internacional afirmavam que a eleição do petista serviria para sanar a inquietação da população diante da crise que assolava o país. Empresários e políticos conservadores, que em outra época se alardeariam com esse resultado eleitoral, deram declarações nas quais demonstravam aceitar com tranquilidade o novo governo.

Alguns analistas afirmam que foi a Carta ao Povo Brasileiro que marcou a transição do PT de um partido anticapitalista para um partido subordinado à ordem. No entanto, como procuramos demonstrar, tal mudança não foi abrupta, tendo ocorrido através de um lento e contínuo processo de transformismo de grupo, para usar a terminologia gramsciana. Da mesma forma, em 2002, a Carta não foi fato isolado. Ao contrário, houve muitos outros sinais de que o PT havia vendido sua alma (para utilizar a mesma palavra que Singer) ao capital. Concordamos com Secco (2011, p. 203), que afirma:

Mas se a carta teve o seu papel, ela foi menos um início do que um coroamento de um processo. Quando o PT lançou a “Carta”, ela foi considerada pelo professor da USP e ex-ministro Delfim Netto, a causa da vitória de Lula. Entretanto, este reducionismo ignora que a trajetória do PT foi constantemente de aumento de influência eleitoral e moderação ideológica desde os anos 1990 [...]. Aquela carta foi apenas a espuma do mar.

Como visto, as mudanças se deram ao longo dos anos 1990, motivadas tanto por questões externas ao partido quanto internas a ele. Externamente, devemos lembrar a crise da esquerda em escala mundial, o que resultou na moderação de inúmeros partidos de esquerda, bem como no recuo dos movimentos sociais. Internamente, o PT foi atingido, de um lado, por uma burocratização derivada da crescente ocupação de cargos públicos por seus membros e, de outro, pela necessidade de eleger Lula à presidência – assim como de ampliar ainda mais a ocupação do partido no executivo e no legislativo –, o que levou à flexibilização do programa político e à formação de alianças com partidos conservadores.

Na opinião de Iasi (2006), o PT representa o movimento de uma classe que acabou se amoldando aos limites da ordem que outrora quisera superar. Em consonância está Secco (2011, p. 34), para quem o PT teve “a grandeza e as limitações do solo histórico onde vicejou”.

2 Ascensão e auge do governo de conciliação de classes (2003-2012)

Como procuramos demonstrar no primeiro capítulo, durante os anos 1990, o PT vivenciou um processo de transformismo. Não foi uma surpresa que, durante a campanha eleitoral de 2002, Lula tenha assumido compromisso com o grande capital, em detrimento dos ditames históricos do partido com a classe trabalhadora. O governo Lula, assim como o posterior governo Rousseff, se pautou na ideia abstrata de “governo para todos”, buscando produzir uma atmosfera de conciliação de classes. Lula foi o primeiro presidente de origem operária da história do Brasil, mas na prática esteve à frente de um governo burguês. Dilma Rousseff deu sequência ao estilo de gestão de seu antecessor, embora com algumas alterações.

2.1 Política econômica da era Lula

No dia 01 de janeiro de 2003, tomou posse no cargo de presidente da república o ex-operário e ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, também principal líder do Partido dos Trabalhadores, que, enfim, havia saído vitorioso no pleito para a presidência, na quarta tentativa consecutiva. Para parcela significativa da classe trabalhadora, aquele foi um momento único, no qual o sonho de um país mais igualitário estava próximo. Ciente disso, Lula já havia declarado, ainda em outubro do ano anterior, quando o resultado da eleição foi anunciado, que a esperança havia vencido o medo, em referência à propaganda veiculada pelo partido opositor, o PSDB, durante a campanha, que trazia a atriz Regina Duarte afirmando que tinha medo de uma possível vitória do PT.

Lula já havia dado claros sinais ao grande capital de que não era preciso temê-lo, a exemplo da Carta ao Povo Brasileiro e do compromisso assumido, durante a campanha, de arcar com a dívida do país com o FMI. Parte da população, imbuída pela ideologia burguesa, também temia, desde 1989, uma vitória do partido, ou por identificá-lo ao comunismo e ter uma opinião ruim do mesmo, ou por associá-lo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais e ter uma visão deturpada, por influência da grande mídia ou por opção de classe, desses instrumentos de luta. Mas a gradual moderação do PT e da figura de Lula tornou possível que muitos mudassem de opinião.

2.1.1 Política econômica: perpetuação do neoliberalismo

Sabe-se que embora tenha, junto ao seu partido, representado oposição ao governo FHC, sobretudo ao neoliberalismo adotado por este, Lula iniciou o seu mandato sem efetivar uma ruptura com esse modelo econômico. Mineiro (2010) analisou três documentos da campanha de Lula em 2002 – a saber: *Concepções e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil*, *Programa de governo 2002* e *Carta ao povo brasileiro* – e observou que o primeiro retoma elementos presentes nas campanhas anteriores, embora em tom mais ameno, e propõe uma “ruptura com o modelo econômico baseado na abertura ao livre fluxo de capitais e na dependência externa”, além de contrapor os direitos sociais aos “limites do chamado ‘pragmatismo’, impostos pela política econômica conservadora” (MINEIRO, 2010, p. 135). No entanto, traz claras ponderações quanto à forma e ao ritmo dessa “ruptura”.

O *Programa de governo 2002* trazia relativizações quanto a essa discussão, e dava preferência pela noção de “alternativa” em vez de “ruptura”. Já o famoso documento intitulado *Carta ao povo brasileiro* reafirma o que era apresentado no programa de governo, mas enfatiza aspectos sobre a conjuntura de crise financeira do período. Segundo o autor, “a ‘Carta’ segue mostrando sua aderência ao momento de turbulência financeira, mas ao mesmo tempo aproveita para enfatizar o compromisso do futuro governo com a garantia aos mercados financeiros, talvez o seu principal objetivo” (MINEIRO, 2010, p. 138). Mineiro segue sua análise afirmando que a intenção da formulação (e também de sua execução a partir da posse em 2003), era se mostrar mais “amigável” aos mercados, o que implicava relativizar as posturas abertamente transformadoras.

A despeito dos sinais, parte do eleitorado se surpreendeu com o fato de Lula dar sequência, naquele primeiro momento, à política econômica neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Paulani (2006, p. 80),

A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução ampliada do ‘capital público’, temos dilapidação dos recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público, em uma palavra:

espoliação. Isso não quer dizer, no entanto, como já se tornou lugar-comum, que o Estado hoje seja fraco. Ao contrário, ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível de modo a preservar e contemplar grupos de interesses específicos.

Assim, a chegada ao poder executivo federal de um partido de esquerda, crítico a essa política econômica, dava a entender que o neoliberalismo chegaria ao fim neste país. Porém, o PT fez justamente o inverso do esperado por muitos. Segundo Braga (2017), ações como a manutenção da taxa de juros em patamar elevado e da política de metas inflacionárias, bem como a garantia de independência operacional do Banco Central e a (contra) reforma da previdência do setor público, deixaram muitos apoiadores do partido perplexos. Cabe lembrar que essa (contra) reforma provocou um racha no PT e deu origem ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundado por parlamentares petistas que votaram contra a retirada de direitos dos servidores públicos e acabaram expulsos do partido de origem.

Portanto, embora tenha, junto ao seu partido, representado oposição ao governo FHC, sobretudo ao neoliberalismo adotado por este, Lula iniciou o seu mandato sem efetivar uma ruptura com esse modelo econômico. Em texto escrito ainda no final do primeiro mandato de Lula, Paulani (2006) desacreditou aqueles que vislumbravam a construção, pelo governo, de uma alternativa ao neoliberalismo. Ela destacou, naquele momento, três razões pelas quais se podia afirmar que a política econômica de Lula era a mesma de seu antecessor.

A primeira consistia na sua adesão à política de valorização financeira internacional, a segunda era referente ao discurso do então presidente de que somente a política de matriz ortodoxa, executada pela sua equipe, estava correta. Já a terceira razão encontrava-se justamente na política social do lulismo, de cunho compensatório. Para a autora,

ao contrário do que se imagina, tais políticas sancionam as fraturas sociais em vez de promoverem a tão falada ‘inclusão’ (não à toa o criador e maior defensor da ideia da renda mínima é justamente Milton Friedman!). Fazer de projetos como o Fome Zero a base e o fundamento da política social do governo é ao mesmo tempo uma espécie de admissão de que, naquilo que importa, ou seja, na condução efetiva da vida material do país, a questão social está em último lugar (a política agrária, por exemplo, é pouco mais que uma farsa, não tendo até agora, ao contrário do que se esperava, enfrentado os grandes interesses latifundiários). (PAULANI, 2006, p. 99)

Por essas razões, a mesma autora, situada, como já observado, no primeiro governo Lula, considerou que este representou uma frustração para aqueles que tinham esperança em uma “refundação da sociedade brasileira”.

Magalhães (2010) também considera que, ao assumir o mandato, em janeiro de 2003, Lula contrariou os mais otimistas e deu continuidade à mesma política econômica de FHC. De acordo com o autor:

o primeiro mandato de Lula não rompeu com o neoliberalismo, repetindo fielmente as linhas básicas de política econômica do seu antecessor, com iguais resultados em termos de baixo incremento do PIB. Chegou-se, sem dúvida, a anunciar uma política industrial, algo absolutamente inadmissível no governo FHC. Esta, contudo, jamais foi implementada, por estar em conflito com a absoluta prioridade concedida à estabilidade monetária. (MAGALHÃES, 2010, p. 21)

O mesmo autor explica que a política econômica passou a girar em torno do cumprimento das metas de inflação. Isso porque a equipe financeira rapidamente conseguiu desacelerar a inflação, que vinha de um período de alta, e especialistas da área propalaram que a hiperinflação era um risco permanente.

Paulani (2010) explica que quando Lula abraçou o receituário neoliberal, a justificativa era de que estávamos à beira de um abismo, ou seja, estávamos em um estado de emergência que implicava a adoção de medidas mais duras. Eram elas:

- elevação do superávit primário de 3,75% para 4,25%, o que era além do exigido pelo FMI;
- aumento da já elevada taxa básica de juros de 22% para 26,5% ao ano;
- brutal corte de liquidez, que tirou de circulação 10% dos meios de pagamento da noite para o dia.

A autora acredita que teria sido impossível para um governo eleito justamente para mudar essa política dar sequência a ela sem usar o argumento do estado de emergência econômico. Mas acabou se criando uma crença de que aquilo era passageiro. No entanto, após o primeiro momento, coube ao governo convencer acerca da necessidade de manutenção daquele regime, e para tanto contou com o inestimável apoio da mídia. Assim, o estado de emergência se tornou regra e justificou:

- manutenção das taxas de juros mais elevadas do mundo;
- pagamento do serviço da dívida que chegou a ultrapassar 8% do PIB;
- superávit primário próximo a 5% do PIB;
- a transformação do sistema previdenciário brasileiro, acabando com o solidarismo intergeracional;
- aprovação da lei da falência, que, na prática, coloca os interesses dos credores à frente dos interesses dos trabalhadores e do Estado;
- a defesa da independência do Banco Central.

De fato, o cenário econômico apresentou melhoras, com a valorização do câmbio e dos papéis brasileiros nas bolsas internacionais, bem como a queda do risco-país. Entretanto, para o governo surgiu outra necessidade: conquistar em definitivo a credibilidade dos investidores externos. Para tanto, era preciso afastar por completo o risco da inflação e a ameaça de um *default* externo. O argumento era de que sem isso o crescimento não seria sustentável, já que a credibilidade do país estaria em xeque. Afirma a autora:

Nesse contexto, foi ficando cada vez mais difícil apontar as aberrações então produzidas, que qualquer análise simplória da política econômica percebia sem grande dificuldade. As críticas eram sempre envergonhadas e os economistas que se davam conta dos absurdos tinham medo de ser tachados de atrasados e desrespeitadores de contratos. Qualquer manifestação nessa direção era tomada como heresia e pura utopia. Com tudo isso, foi se consolidando o estado de emergência em nome do qual tudo se justifica e legítima. (PAULANI, 2010, p. 125).

Em sua análise, Carcanholo (2010) avalia que a *Carta ao povo brasileira*, na qual Lula se comprometia a manter todos os contratos estabelecidos pelo governo anterior na área econômica, já demonstrava quais seriam os moldes da política econômica de Lula: os mesmos de FHC. Além disso, ele lembra o acordo assinado com o FMI em agosto de 2002.

A sinalização dada pela *Carta ao "povo" brasileiro* não poderia ser mais clara: o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical. (CARCANHOLO, 2010, p. 113)

Ao assumir o governo em janeiro de 2003, Lula cumpre com o que prometeu e não apenas mantém, como aprofunda as reformas estruturais pró-mercado, o que inclui a liberalização comercial, financeira e produtiva. Assim, mantém não só no discurso, mas também na prática a ideia da estabilidade macroeconômica como condição para qualquer política de mais longo prazo. Mantém, assim, os pilares da estratégia neoliberal do Consenso de Washington, que foram seguidos à risca: “estabilização macroeconômica como pré-condição e as reformas pró-mercado para a retomada dos investimentos privados” (CARCANHOLO, 2010, p. 115).

O autor questiona por que o governo Lula não rompeu com o neoliberalismo e com a política econômica ortodoxa. Dentre as explicações encontradas e defendidas por simpatizantes do governo, há aquela que garante que a manutenção dessa política é uma estratégia para garantir a credibilidade junto ao mercado, e a longo prazo poder efetivar mudanças ligadas a um projeto mais alternativo. O economista lembra, no entanto, que a credibilidade conquistada é finita, podendo ser quebrada no primeiro momento em que o compromisso for rompido.

Outro argumento encontrado pelo autor é de que Lula não poderia mudar a política econômica devido à “herança maldita” deixada pelo governo anterior. Para ele, trata-se de uma explicação mais séria, ainda que equivocada, afinal:

Se esses problemas estruturais herdados do governo anterior são tão graves e as armadilhas estavam prontas para explodir, o que será que construiu e desenvolveu estas armadilhas? Nenhum defensor mais ardoroso do governo Lula contestaria a resposta de que a causa é a estratégia e a política econômica implementadas pelos governos anteriores. Ora, mas se elas foram mantidas pelo novo governo, como se espera que os problemas sejam resolvidos e as armadilhas desmontadas? Mantidas a estratégia e a política, essas armadilhas só podem ser intensificadas, potencializando seus possíveis efeitos críticos, assim como elevando o custo de ruptura com essa lógica que foi mantida. (CARCANHOLO, 2010, p. 118)

O autor expõe as armadilhas geradas pela política econômica neoliberal, que estão relacionadas ao processo de abertura externa (comercial e financeira). Esse processo, visto na América Latina a partir dos anos 1990, leva a uma enorme dependência dos capitais externos, promovendo o aumento da vulnerabilidade externa dessas economias. A abertura comercial promove dois efeitos: primeiro, conduz a elevados déficits comerciais; segundo, promove um processo de substituição de importações às avessas à medida que, com os produtos importados mais baratos do que os nacionais, leva à falência das empresas nacionais que

trabalham com esses produtos. Assim, quando a economia estiver em outro momento e demandar tais produtos, não restará opção a não ser importá-los (p. 118).

A abertura financeira, por sua vez, permitiu o crescimento dos empréstimos diretos, tanto para o setor privado quanto para o público, e a entrada de capital externo. Se a curto prazo isso pode ser bom, a longo prazo aumenta a necessidade do financiamento externo. Portanto, essa inserção externa passiva leva à armadilha da restrição externa estrutural para o crescimento. Segundo o autor:

A vulnerabilidade externa, representada no caráter estrutural do crescimento da necessidade de financiamento externo, coloca a obrigatoriedade de uma taxa de juros interna muito maior do que as internacionais como forma de garantir o fluxo de capitais que possibilitem o fechamento das contas. Este piso para a taxa de juros interna é um limite estrutural para o crescimento da economia. (CARCANHOLO, 2010, p. 119)

Assim, as contas externas acabam consistindo em mais uma armadilha à medida que o processo leva a um círculo vicioso de endividamento externo. O aumento do estoque da dívida pública e de seu serviço produz, por sua vez, uma armadilha fiscal. Essas armadilhas, em conjunto, resultaram, de acordo com esse economista, no quadro medíocre do desempenho econômico brasileiro até 2002. Trata-se, pois, da “herança maldita” com a qual o governo Lula se deparou. Mas, se o novo presidente e sua equipe optaram por dar continuidade ao mesmo modelo, o resultado não poderia ser muito diferente.

Apesar disso e do desempenho pífio da economia durante os anos 1990, a economia voltou a crescer no primeiro mandato de Lula, atingindo 5,7% em 2004, cerca de 3% em 2005 e 3,7% em 2006. No discurso oficial, os problemas econômicos haviam sido resolvidos. Todavia, Carcanholo (2010) afirma que a armadilha fiscal continuou presente. As contas externas, por outro lado, melhoraram entre 2002 e 2006, mas isso se deveu a um cenário externo favorável, e não a medidas do governo. Afinal, “se o governo faz exatamente o que se fazia antes, essa estrutura não pode ter mudado. Ao contrário, intensificou-se.” (CARCANHOLO, 2010, p. 122).

Segundo o autor, isso é ilustrado por três pontos: o aprofundamento da reestruturação industrial, que tornou a economia brasileira novamente dependente das exportações de, em grande parte, produtos primários ou baseados em recursos naturais; o aumento do déficit da conta de serviços e renda; a elevação do hiato de crescimento entre o crescimento nacional e o crescimento internacional entre 2003 e 2006.

Explicando melhor esse último ponto, transcrevemos alguns dados trazidos por Carcanholo (2010):

No período entre 2003 e 2006, a economia mundial cresceu em média 4,9%, enquanto a economia brasileira cresceu 3,3% em média. A conclusão é que o hiato entre o crescimento da economia mundial e a brasileira se elevou, isto é, a distância entre a economia brasileira e a média da economia mundial se elevou, no período, em 1,6%. Houve um retrocesso, do ponto de vista da economia mundial, e não um avanço. Trata-se, ao contrário do que pensam os defensores do *lulismo*, de um período recessivo, e não de crescimento. (CARCANHOLO, 2010, p. 124-125)

Ainda de acordo com o mesmo autor, esse período citado foi o melhor em décadas na economia mundial, tanto pela alta no ciclo de liquidez internacional, que levou à ampliação da entrada de recursos externos e baixa das taxas de juros internacionais; quanto pelo aumento da demanda e do preço das *commodities*, favorecendo enormemente o Brasil; e também pela valorização cambial. Sendo assim, o governo Lula foi inegavelmente beneficiado pela conjuntura externa bastante favorável, o que resultou, inclusive, na melhora dos indicadores de vulnerabilidade externa, haja vista o grau de dependência da economia brasileira.

2.1.2 Política econômica: consolidação do Modelo Liberal Periférico

Filgueiras e outros (2010), numa discussão mais estrutural, consideram que a marca do período lulista foi a consolidação e o fortalecimento do Modelo Liberal Periférico, constituído após o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações. Assim:

A dinâmica da economia brasileira no período Lula, bem como a natureza da sua política macroeconômica, só podem ser avaliadas no seu sentido político mais profundo, quando se consideram certas características estruturais que configuram o atual padrão de desenvolvimento capitalista – associado a um determinado bloco de poder político, ambos constituídos ao longo dos anos 1990 no Brasil. (FILGUEIRAS *et al.*, 2010, p. 62)

Esse bloco de poder, herdado pelo primeiro governo Lula, se consolidou nos últimos anos do governo FHC a partir da incorporação, em seu núcleo, da fração exportadora do capital, notadamente o agronegócio. A conjuntura extremamente favorável às exportações

vista a partir de 2002/2003, bem como a mudança no regime cambial em 1999, foi fundamental para a consolidação desse bloco de poder.

Os autores explicam que profundas mudanças levadas a cabo por diferentes governos resultaram nesse modelo. Tais mudanças são encontradas em cinco dimensões:

1) relação capital-trabalho: as mudanças nessa dimensão decorrem, sobretudo, da reestruturação produtiva, que se abateu fortemente sobre a capacidade de negociação das instâncias de representação da classe trabalhadora.

2) relação entre as frações do capital: essas mudanças caminharam em várias direções. Assistimos ao aprofundamento da financeirização da economia, bem como a um movimento de centralização de capitais devido às incorporações e fusões, concomitantemente a uma maior internacionalização da economia brasileira.

3) inserção internacional do país: o mercado financeiro nacional foi integrado aos internacionais a partir da abertura comercial e da desregulamentação financeira.

4) estrutura e funcionamento do Estado: as privatizações e a quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia reduziu a presença do Estado nas atividades produtivas e fortaleceu os grupos privados, tanto nacionais quanto estrangeiros.

5) e formas de representação política: a emergência do neoliberalismo acarretou, dentre inúmeros outros elementos, em operações de despolitização, com a substituição do social pelo mercado.

Em decorrência de todo o exposto:

O resultado mais geral de todas essas mudanças foi o de atualizar, radicalizando-a, a dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado. É da natureza do modelo neoliberal periférico a reiteração permanente dessa vulnerabilidade e fragilidade como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua reprodução. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 46)

As mudanças supracitadas, datadas dos anos 1990, correspondentes à implementação do neoliberalismo no Brasil, não sofreram alterações essenciais na era Lula. Assim:

[...] os sindicatos continuaram na defensiva e sem capacidade de mobilização dos trabalhadores, reforçada agora pelo processo de transformismo político ocorrido em sua vanguarda; no plano institucional, com exceção da política de salário mínimo, não se registrou nenhuma ação no sentido de se reverter a situação criada anteriormente. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 49)

Da mesma forma, no que concerne às relações intercapitalistas, Lula impulsionou o processo de centralização dos capitais através de empresas estatais e bancos oficiais. Isso permitiu tanto uma maior internacionalização de grupos capitalistas quanto uma articulação destes mesmos grupos no interior do Estado através de instituições financeiras estatais, fundos públicos e fundos de pensão.

Já em relação à inserção internacional, também não houve alteração significativa quando comparada ao período anterior. As exportações cresceram devido ao contexto externo, sobretudo à China. No entanto,

[...] as estruturas das exportações e das importações mantiveram-se praticamente as mesmas: de um lado, exportações de *commodities* (agrícolas e minerais) e produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico e, de outro, importações de produtos com alto conteúdo tecnológico, em particular componentes e bens de capital. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 50)

Além disso, no governo Lula ficou cada vez mais evidente o papel crucial das exportações para o modelo neoliberal periférico, e isso torna o crescimento econômico brasileiro cada vez mais dependente do comércio internacional, ou seja, “em grande medida, à revelia das decisões internas” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 48).

No que se refere ao Estado, destaca-se que Lula reforçou o capital financeiro (junção do capital bancário com o produtivo) e promoveu os grandes grupos econômicos nacionais, tanto públicos quanto privados graças à ação dos bancos oficiais e empresas estatais, vide o BNDES, que desempenhou papel fundamental.

No âmbito político, os autores citam o processo de autonomização de Lula em relação ao PT e a submissão do partido a ele, que “foram condições necessárias para a condução do processo de acomodação do bloco de poder político dominante, alcançando-se o consenso

através da obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 51).

Essa é a base do “novo consenso”, do “crescimento com distribuição” na era do capital financeiro, que levou à incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a tutela direta do Estado sobre a parte da população mais pobre, a despolitização da política, a desqualificação maior ainda dos partidos e, como resultado disso tudo, o surgimento, desenvolvimento e consolidação do “lulismo”. O “ex-príncipe dos sociólogos” não teria a capacidade de assumir a linha de frente dessa etapa de construção da hegemonia burguesa no Brasil; o perfil e a origem de Lula, juntamente com o processo de transformismo político do Partido dos Trabalhadores e outros segmentos da esquerda, foram decisivos. E esse “novo consenso”, tal como o anterior (a via única), embora também tendo vocação política autoritária, convive, quando necessário, com a mobilização popular como base de apoio. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 64)

Como pudemos observar no desenrolar dos fatos, e trataremos mais adiante nesta tese, quando o governo necessitou da mobilização popular como base de apoio, não obteve na intensidade que precisava.

2.1.3 Política econômica e frações burguesas

Em texto de 2006, Boito Jr. afirmou que era incorreto tratar o governo Lula como uma simples continuidade da gestão de FHC. Para ele, Lula estava ampliando e redimensionando o que foi iniciado no segundo mandato do tucano. O autor usa as categorias poulantzianas de fração burguesa e bloco no poder, a partir das quais sintetiza que o governo petista efetuou uma alteração na relação do Estado brasileiro por melhorar a posição da grande burguesia industrial interna e da burguesia agrária no interior do bloco no poder. Isso ocorreu, sobretudo, pela política de exportação, que propiciou saldos positivos na balança comercial do país. Porém, observa o autor, trata-se de um deslocamento no interior do grande capital, com pequenas e médias empresas permanecendo na mesma posição de subalternidade que já ocupavam.

No entanto, apesar de promover a ascensão da burguesia interna industrial e agrária, Boito Jr. (2006) considerou que o governo Lula tinha, como principal, o compromisso com o

capital financeiro. Não é novidade para ninguém que durante a gestão lulista os bancos bateram recordes de lucratividade. Inclusive o próprio presidente gostava de pontuar isso. O autor aqui citado acredita que foi justamente essa aliança com o setor financeiro que fez Lula ser protegido pelos partidos burgueses e pela grande imprensa das denúncias de corrupção que assolavam o país por volta de 2005. Mais precisamente, a crise política do mensalão que derrubou alguns membros do governo, dentre os quais, importantes dirigentes do PT.

Cabe notar o uso, pelo autor, do termo liberal-desenvolvimentismo já em 2006. Nos anos posteriores, durante o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma Rousseff, o governo apresentou algumas mudanças substanciais, que fizeram outros pesquisadores e analistas utilizarem termos semelhantes, como novo-desenvolvimentismo ou outras variações dessa nomenclatura.

Há autores, no entanto, que criticam essa percepção de que houve um neodesenvolvimentismo, sobretudo porque Lula optou pelo fortalecimento dos setores de mineração e agropecuária, em detrimento da indústria de transformação, o que resultou no aumento das importações de produtos manufaturados (BEHRING, 2018).

2.1.4 Economia brasileira e conjuntura externa

Filgueiras e outros (2010) consideram que a conjuntura econômica internacional favorável na primeira parte dos anos 2000 foi decisiva para o melhor desempenho do governo Lula quando comparado ao período anterior. De acordo com os dados trazidos pelos autores, entre os anos de 1995 e 2000 o saldo da balança comercial foi negativo, mas a partir de 2001 (em período analisado até 2009) o saldo se torna positivo ano após ano. Notadamente, o que permitiu esse desempenho foi o aumento exponencial das exportações, que tiveram um crescimento impressionante de 240% entre 2001 e 2008. No entanto, esse crescimento teve queda em 2007 e uma redução abrupta entre 2008 e 2009 em virtude da “ocorrência de taxas de crescimento das importações maiores do que as das exportações – puxadas por taxas de crescimento do PIB mais elevadas e uma expressiva valorização do real” (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 52).

Os autores chamam atenção para o fato de que o Brasil não foi o único país beneficiado pelo crescimento da demanda chinesa. Ao contrário, outros países que possuíam capacidade produtiva e recursos naturais também se beneficiaram. Assim:

O melhor desempenho do PIB apoiou-se, direta ou indiretamente, numa expansão forte e continuada das exportações durante praticamente todo o período Lula. Contudo, a partir de 2005-2006, com a redução das taxas de juros e a ampliação do crédito, o consumo das famílias passou a ser determinante principal das maiores taxas de crescimento. O setor externo, que chegou a representar em 2004 16,4% do PIB, reduziu sua participação a partir de 2005, atingindo 11,3% em 2009. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 57)

2.1.5 Impactos da crise de 2008

Segundo Filgueiras e outros (2010), a crise mundial de 2008 impactou a economia brasileira, reduzindo sua taxa de crescimento de 6% em 2008 para 0,2% negativo em 2009. No entanto, a situação não foi pior porque a demanda agregada foi sustentada pelo “efeito China”, bem como pela ação do Estado. Ainda assim, os autores consideram que não foi dado nenhum passo significativo no sentido de melhorar nossa estrutura produtiva e, conseqüentemente, nossas exportações. Da mesma forma, não foi adotada nenhuma medida para melhorar o perfil das exportações, centradas em *commodities* e produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico.

Analisando a economia brasileira no contexto da crise, Sampaio Jr. (2011) destaca que no início da crise internacional as economias emergentes foram impulsionadas. Internamente, dada a suposta resiliência da nossa economia, houve um sentimento ufanista de que o Brasil seria “maior do que a crise”. Aquele primeiro momento pode ser explicado pela fuga de capitais excedentes que abandonaram os países centrais em buscas de outras praças, bem como pelo *boom* nos preços das *commodities*. No entanto,

a economia mundial viveu à beira do abismo. A violenta crise de crédito provocada pela falência em cadeia de conglomerados financeiros que pareciam inabaláveis transformou as dificuldades até então localizadas à órbita financeira de alguns países em uma crise geral em escala global. O movimento da crise entrava em um segundo momento. A drástica contração dos investimentos, o mergulho vertical do comércio internacional, o colapso nas cotações

dos ativos financeiros e nos preços das commodities, a escalada do desemprego, a ameaça de desmoronamento do sistema financeiro internacional jogaram o mundo num mergulho recessivo sincronizado sem paralelo desde a crise de 1929. Desta feita, ninguém passou incólume. (SAMPAIO JR., 2011, p. 86)

Ainda de acordo com o autor, o Brasil passou por um momento particularmente intenso com entrada de capital estrangeiro paralisada e acesso ao mercado internacional de crédito interrompido. Contudo, a partir do terceiro trimestre de 2009 a economia começou a se recuperar e teve condições favoráveis para voltar a crescer, com o retorno dos capitais estrangeiros, a elevação dos preços das *commodities* e a retomada do comércio internacional, especialmente as exportações para a China.

Escrevendo em 2011, o economista reconheceu a dificuldade de prever o impacto da nova conjuntura internacional sobre a economia brasileira, mas ressaltou que

[...] para quem examina o impacto da crise sobre o futuro do Brasil como sociedade nacional capaz de comandar o seu destino, a perspectiva não pode circunscrever-se ao desempenho quantitativo da economia. Na realidade, mesmo em momentos de expansão da economia, os desequilíbrios macroeconômicos e as transformações qualitativas desencadeadas pela crise aprofundam e aceleram a tendência à reversão neocolonial que agrava os antagonismos entre desenvolvimento capitalista, igualdade social e soberania nacional. (SAMPAIO JR., 2011, p. 93-94)

Sem otimismo, ele chamou atenção para a subordinação do Estado brasileiro aos interesses dos rentistas e do grande capital, nacional e internacional, que compromete a política econômica devido à expansão do endividamento público. Isso aumenta a fragilidade do Estado, tornando maior o risco de uma crise financeira grave.

2.1.6 Desempenho econômico da era Lula em perspectiva histórica

Comparando o desempenho macroeconômico do período Lula (2003-2010) em perspectiva histórica, Gonçalves (2010) concluiu que, embora tenha sido superior ao desempenho observado no período FHC, os oito anos de Lula são fracos quando comparados à média de todos os presidentes, desde Deodoro da Fonseca. Para o autor, isso se deve, na gestão do petista, à “combinação de estratégias retrógradas, políticas equivocadas, interesses

dominantes e erros de gestão” (GONÇALVES, 2010, p. 177). Ainda segundo ele, a “herança negativa” de FHC prejudicou o governo Lula, mas, por outro lado, este foi favorecido pela conjuntura internacional.

O autor detalha a análise e mostra que, em todo o período republicano até aquele momento (1890-2009), que abrange um total de 29 períodos,²³ Lula ocupa a nona posição mais baixa de crescimento econômico. Já na ordem decrescente, Lula está na vigésima primeira posição de crescimento econômico com média de 3,5%, sendo que a taxa média de crescimento do PIB brasileiro em toda a história republicana (até 2009) é de 4,5%.

Outro dado mencionado é o hiato de crescimento (diferença entre a taxa média de crescimento real da economia brasileira e a taxa média da economia mundial), cuja média no intervalo de tempo de 1890 a 2009 é de 1,3%, ou seja, acima da média mundial. No governo Lula, especificamente, o hiato é de -0,1%, isto é, menor do que a média histórica, o que o deixa na nona posição mais baixa e, em ordem decrescente, na vigésima primeira posição. Como assinala o autor, “hiato negativo implica que o país tem queda de sua participação no PIB mundial. Isso ocorre durante o governo Lula” (GONÇALVES, 2010, p. 164).

Outros indicadores, como investimento, inflação, fragilidade financeira e vulnerabilidade externa também denotam o desempenho regular, e às vezes abaixo da média, do governo Lula. No primeiro quesito, ele apresenta a décima sétima taxa mais elevada de crescimento investimento, com 4,7%, um pouco superior à média histórica de 4,3%. Em relação à inflação, o governo Lula tem uma média de 7,6% ante 37,4% de média histórica. No ranking, o petista teve a nona inflação mais baixa da história, isto é, este é um dos indicadores em que ele se saiu bem.

Por outro lado, no que concerne à fragilidade financeira (relação entre a dívida interna pública federal e o PIB), ele obteve o pior desempenho até aquele momento, com 42,3%. A média histórica é de 11,6% e o período que vem logo acima de Lula, de FHC, obteve 29,3%, ou seja, uma grande diferença. No que tange ao último indicador, vulnerabilidade externa (relação entre a dívida externa registrada e a exportação de bens), Lula fica em sexto lugar no conjunto dos 29 períodos. Em números, ele teve 138,2% de vulnerabilidade ante 216,3% de média histórica. Somente para ilustrar, o presidente com o melhor desempenho, Eurico Dutra, teve 53% e o pior, José Sarney, 362%.

Pode-se concluir que:

²³ Cada período corresponde a um presidente. Quando o presidente exerceu dois mandatos consecutivos, como Lula e FHC, o autor considera apenas um período para cada, mas quando exerceu mandatos em momentos distintos, como Getúlio Vargas, o autor considera dois períodos distintos.

De modo geral, os indicadores de desempenho econômico no governo Lula (2003-2009) são inferiores às médias e medianas para o conjunto do período em análise (1890-2009) [...]. Há, entretanto, algumas exceções: (i) a taxa de investimento no governo é superior à média do país, ainda que seja inferior à mediana; (ii) a taxa de inflação no governo Lula é inferior tanto à média quanto à mediana; e, (iii) o indicador de vulnerabilidade externa também é inferior tanto à média quanto à mediana na história econômica republicana. (GONÇALVES, 2010, p. 171)

Ainda segundo o autor:

Quanto à questão externa, não há dúvida de que o governo Lula se beneficiou de uma conjuntura extraordinariamente favorável no período de 2003 até meados de 2008. Portanto, uma parte expressiva do mérito quanto à redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural deriva da fase ascendente do ciclo internacional. Não é por outra razão que, na fase descendente do ciclo internacional, a crise global de 2008-09 teve um forte impacto negativo sobre a economia brasileira (por exemplo, queda de 0,2% do PIB em 2009). (GONÇALVES, 2010, p. 172)

O economista analisou também o Índice de Desempenho Presidencial (IDP), “uma variável reduzida na forma de um índice que varia de 0 (pior desempenho) a 100 (melhor desempenho)” (GONÇALVES, 2010, p. 162), e concluiu que o IDP médio de Lula é 47,8, o que o deixa na vigésima terceira posição entre os 29 governos, ou a sétima pior posição.²⁴ Ou seja, segundo os dados, a economia brasileira teve um desempenho fraco durante o governo Lula se comparada aos padrões históricos brasileiros e internacionais, mas destaca que desde 1980 se observou uma tendência de queda da participação do Brasil na economia mundial.

De acordo com o autor, dentre os presidentes com os piores resultados, há aqueles que tiveram infortúnios, a exemplo de Floriano Peixoto, que enfrentou revoltas armadas, e Venceslau Brás, que atravessou a I Guerra Mundial. Mas há outros, como Lula e FHC, que não tiveram condições internas nem externas adversas. Assim, “o desempenho é explicado, em grande medida, pela combinação de erros de estratégia, equívocos de políticas e desacertos de gestão” (GONÇALVES, 2010, p. 173).

No caso de Lula, especificamente, o mesmo autor considera que a “herança negativa” do governo FHC o prejudicou, mas, em contrapartida, a conjuntura econômica internacional o favoreceu.

²⁴ A título de curiosidade, ocupam posições abaixo de Lula: Floriano Peixoto, Venceslau Brás, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello, nesta ordem.

Magalhães (2010) concorda que, em termos econômicos, o governo Lula foi medíocre. Comparando seu desempenho com os demais países dos BRICS,²⁵ ele observa que:

[...] nos últimos 20 anos a China cresceu à taxa anual de 9%, a Índia nos últimos 15 anos expandiu seu PIB na média de 7% e a menos bem-sucedida Rússia cresceu nos últimos 10 anos em torno de 7%. Em sentido contrário, nos últimos trinta anos, o Brasil elevou seu PIB em torno da média anual de apenas 2,5%. Somente nos últimos quatro anos elevou essa porcentagem para 4%, situação insatisfatória porque muito aquém das reais potencialidades do país. (MAGALHÃES, 2010, p. 31)

Outro exemplo é a reação da economia do país à crise de 2008. Embora o governo tenha comemorado que o Brasil foi o último a entrar e primeiro a sair da crise, Magalhães acredita que a comparação deveria ser com os BRICS, haja vista que China e Índia sequer registraram recessão até 2010. O mesmo autor critica a euforia da época com os resultados econômicos dos anos Lula, que para ele foram causadas por uma amnésia histórica e um otimismo excessivo.

2.2 Presidencialismo de coalizão

Outra “herança” que precisa ser enfatizada é o chamado “presidencialismo de coalizão”. O termo foi cunhado pelo cientista político Sérgio Abranches em 1988 e trata da forma como o sistema político brasileiro está estruturado, fazendo com que o presidente sempre precise de uma ampla base aliada para conseguir governar. Por isso, o chefe do executivo costuma utilizar-se de negociações de cargos e alianças que não são feitas por afinidade programática, mas sim de forma pragmática, visando garantir espaços de poder aos partidos envolvidos.

Comparando o sistema brasileiro aos de outros países, o autor constatou que:

o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, "presidencialismo de coalizão" [...] (ABRANCHES, 1988, p. 21)

²⁵ Os chamados BRICS englobam Brasil, Rússia, Índia e China.

Assim, ele explica que, se as cadeiras do partido do presidente no Congresso não forem suficientes para alcançar maioria, e se ele considerar arriscado ou até inviável governar com minoria, é inevitável que forme uma grande coalizão com outros partidos. Por isso, esse sistema se caracteriza pela instabilidade.

Limongi e Figueiredo (1998), que também abordam o assunto, consideram que a Constituição de 1988 deu maiores poderes ao presidente, deixando este em vantagem em relação ao Congresso. Assim, muitos parlamentares têm interesse em fazer parte da coalizão com interesse em cargos e barganhas. No entanto, segundo os autores, para serem levados a sério, deputados precisam agir em grupo, o que explica porque as barganhas entre Executivo e Legislativo são estruturadas em torno de partidos.

Com efeito, o governo Lula não esteve alheio a este contexto. Resulta desse cenário a principal crise política e de representatividade de seus dois mandatos, a chamada crise do mensalão.

2.2.1 Crise do mensalão

O escândalo do mensalão, cujo início deu em junho de 2005, consistiu em uma denúncia feita pelo então deputado federal Roberto Jefferson em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* de que haveria o pagamento de R\$ 30 mil mensais a deputados da base aliada do governo. Seu principal operador seria o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. De acordo com o deputado, o dinheiro era proveniente de estatais e empresas privadas e chegava a Brasília em malas. O então ministro e importante nome do PT, José Dirceu, também seria responsável pelas negociações. Essa crise atingiu fatalmente Dirceu, que pediu demissão do cargo de ministro, e José Genoíno, que renunciou à presidência do partido. Enquanto isso, tentava-se preservar o nome de Lula, que alegou não saber do esquema.

Garcia (2011, p. 115) considera que a crise do mensalão representou a desconstrução da identidade petista, “pois se na essência o partido já tinha mudado, ele pelo menos mantinha uma aparência que o vinculava ao seu passado”. O autor explica que denúncias de corrupção que envolviam as administrações petistas eram tratadas, até então, como casos pontuais. No geral, o PT mantinha uma aura ética que o diferenciava dos demais partidos burgueses. Sua

identidade concentrada no polo moral foi construída ao longo de sua história e lhe propiciou acúmulo de capital político.

Todavia, com o escândalo,

O capital político petista começou a erodir-se de uma maneira, talvez, irreversível para certos segmentos da sociedade. Seus principais dirigentes passaram a ser acompanhados nos telejornais como personagens de um melodrama de mau gosto, no qual só não havia o “mocinho”, pois “bandidos” se multiplicavam em profusão. (GARCIA, 2011, p. 122)

Para a oposição, o escândalo foi um prato cheio, já que as eleições seriam no ano seguinte e aquela podia ser uma oportunidade para destruir a imagem do PT. Contudo, como analisa Garcia (2011), a crise do mensalão representou apenas mais uma crise da democracia burguesa.

2.3 Críticas do partido ao governo

Durante seu III Congresso, realizado em 2007, o partido fez uma análise de alguns erros que julgou ter cometido no primeiro governo Lula. Dentre eles, avaliou que se portou apenas como “correia de transmissão” entre as posições do governo e a sociedade, quando deveria ter assumido maior autonomia e trabalhado em propostas e na disputa de posições com as demais forças políticas da base do governo para ter maior ingerência nos rumos deste.

Contraditoriamente, o partido considerou também um equívoco ter tido a responsabilidade de compor politicamente o governo e preencher os cargos da administração pública com outros partidos, uma vez que “a responsabilidade pela composição política de um governo deve ser do próprio governo, pois nem sempre os interesses do partido coincidem com os da administração” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007, p. 103).

Avaliou que foi um erro não formar, desde 2003, um governo de coalizão que envolvesse o PMDB, preferindo alianças congressuais com partidos pequenos, bastante heterogêneos e ideologicamente diversos. Outra autocrítica feita diz respeito aos fundamentos dessas alianças, em geral, pautadas por interesses em cargos, emendas de orçamento ou apoio para o financiamento de campanhas, em detrimento do trabalho em torno de um programa mínimo.

Isso levou ao insucesso da até então almejada reforma eleitoral. No texto citado, há a compreensão de que deveria ter havido maior empenho nesta pauta, aproveitando-se do capital político de que dispunha o governo Lula no início do mandato. No entanto, pequenos partidos que compunham a base governista se opunham à reforma, sobretudo ao item sobre o financiamento público das campanhas eleitorais.

Ainda no mesmo documento do III Congresso, o PT considerou, acertadamente, que destinou atenção exclusiva às questões institucionais, deixando desassistida a tarefa de organização dos movimentos sociais e da militância. O erro da avaliação do partido foi acreditar que isso só ocorreu a partir de 2003, quando sabemos que já era uma tendência deste antes dele estar à frente do governo federal.

O partido, porém, ao menos pelo que consta no documento, entendia que estava conseguindo reverter esses pontos já no início do segundo mandato de Lula, momento em que o Congresso foi realizado.

2.4 Reeleição e particularidades do segundo mandato

Oliveira (2010a) relata que, na época das eleições de 2006, ventilou-se que Geraldo Alckmin foi o adversário perfeito para Lula por ser pouco conhecido fora de São Paulo e ter jeito muito “paulista”. Além disso, ele não passava nenhuma mensagem e foi mal na campanha televisiva. Outra interpretação, defendida pelo próprio Lula, é que o Brasil se dividiu entre pobres e ricos, mas o autor pondera que os 40% recebidos por Alckmin no primeiro turno dificilmente eram só de ricos. Cabe lembrar que a oposição de esquerda, representada pela candidatura de Heloísa Helena (PSOL e Frente de Esquerda), alcançou 7% no primeiro turno. Tal margem, mesmo baixa, nunca mais foi alcançada pelo partido nos pleitos posteriores.

Do restante da eleição de 2006, Oliveira (2010a) observou que, pela primeira vez na sua história, o PT viu seu número de deputados diminuir, apesar de ter permanecido com a segunda bancada do congresso e fez somente quatro governadores. Quanto a Lula, este:

distanciou-se ostensivamente do PT. Somente recorreu ao partido, e a setores de esquerda fora dele, no segundo turno, quando viu a reeleição ameaçada. Proclamando os resultados, logo fechou um

acordo com o PMDB para dominarem juntos a Câmara dos Deputados e o Senado. (OLIVEIRA, 2010a, p. 22)

Segundo Oliveira (2010a), havia ceticismo quanto ao segundo mandato, tanto à esquerda quanto à direita, já que ninguém esperava grandes mudanças. Logo em suas primeiras declarações, o presidente reeleito reendossou a política econômica, manteve algumas figuras emblemáticas nos cargos (como Henrique Meirelles à frente do Banco Central) e defendeu a “era Palocci”. Para seu novo quadro de ministros, alvejou nomes dos mais reacionários do meio empresarial.

De acordo com Paulani (2010), o discurso ortodoxo acabou perdendo um pouco da força no segundo governo de Lula com o espaço dado aos economistas desenvolvimentistas e, principalmente, devido à crise econômica internacional deflagrada em 2008.

Para Singer (2012), a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, em março de 2006, marca uma segunda fase do governo, menos neoliberal, o que seguiria durante o segundo mandato. Dentre os resultados, a geração de emprego se intensificou, o que contribuiu para elevar a renda média das famílias. Outra medida importante foi a maior valorização do salário mínimo, bem como o lançamento do PAC em janeiro de 2007.

Uma terceira fase teve início com a crise de 2008. Lula optou por elevar o consumo das famílias através do aumento do salário mínimo, das transferências de renda, desonerações fiscais e ampliação do crédito. Já o setor privado foi puxado pelos financiamentos estatais como o do MCMV e as desonerações fiscais.

Carvalho (2018) vai na mesma linha de que somente com a demissão de Palocci em março de 2006 e com as medidas implementadas no segundo governo Lula foi possível o que ela chamou de “Milagrinho”, em alusão ao denominado “milagre econômico” do final dos anos 1960 e início da década seguinte.

No que concerne aos investimentos públicos, estes tiveram seu ápice durante o segundo mandato de Lula (2006-2010), com crescimento médio de 27,6% ao ano, após períodos de queda (4,7% ao ano entre 2003 e 2005 e 2% ao ano entre 1999 e 2002). Já no período do primeiro governo Rouseff, o crescimento seguiu em ritmo lento, de média anual de 1% (CARVALHO, 2018). De acordo com a autora, investimentos públicos impulsionam os investimentos privados, gerando emprego, renda e aumento do consumo.

Segundo Filgueiras e outros (2010), o segundo mandato do governo Lula apresentou resultados muito melhores, sobretudo quando comparado ao governo FHC. Esse melhor resultado é atribuído pelos aliados de Lula à ruptura com a política econômica anterior.

Assim, no primeiro mandato, a “herança maldita” e os problemas para administrar teriam forçado o governo a adotar a mesma política econômica que FHC. Mas, a partir de 2006/2007, teria se iniciado um novo período de crescimento econômico denominado por alguns de “novo-desenvolvimentismo”, caracterizada por eles como “crescimento com distribuição de renda”. Em síntese:

A nova fase, segundo essa visão oficial, teria sido impulsionada pelas seguintes razões: 1- retomada da participação do Estado na condução do processo econômico (planejando, investindo diretamente ou através das empresas estatais e induzindo investimentos do setor privado); 2- ampliação da oferta de crédito que, juntamente com a política de aumentos reais do salário mínimo e a política social (em especial o Bolsa-Família), propiciaram uma melhor distribuição de renda e com isso uma maior participação do mercado interno no crescimento econômico; e 3- a reorientação da política externa, em particular a política de comércio exterior, que permitiu a ampliação e diversificação (destino e natureza dos produtos) das exportações brasileiras. Em suma, o “novo momento” teria sido, fundamentalmente, mérito e resultado da nova política econômica adotada, que, adicionalmente, também expressou uma redefinição do modelo econômico anterior. (FILGUEIRAS *et al*, 2010, p. 36)

Segundo Magalhães (2010):

O segundo mandato de Lula foi marcado pela colocação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como peça básica de nova política econômica. Na verdade, porém, o PAC está longe de configurar a nova estratégia, ou modelo de desenvolvimento, de que o país necessita. A estratégia de desenvolvimento é tipicamente de longo prazo, e o horizonte do PAC é de quatro anos. O PAC concentra-se em investimentos de infraestrutura, quando os estudiosos do desenvolvimento, como Hirschman, mostram que a infraestrutura “permite”, mas não “determina” o desenvolvimento. O que determina o desenvolvimento são as atividades diretamente produtivas. (MAGALHÃES, 2010, p. 21-22)

Por outro lado, o autor considera que a importância do PAC foi que, pela primeira vez em trinta anos, houve o reconhecimento de que apenas as forças do mercado não são suficientes para promover o crescimento acelerado do PIB. Ainda de acordo com Magalhães (2010), no segundo governo Lula foi formulada uma política industrial, que não foi implementada, talvez devido à crise de 2008. Tal política foi pensada devido à existência, no interior do governo, de um núcleo desenvolvimentista. Este grupo passou, por volta de 2008 e 2009, a ocupar postos importantes no Ministério da Fazenda, BNDES e na Secretaria de

Assuntos Estratégicos. No entanto, o núcleo neoliberal que controlava o Banco Central sempre manteve o controle da economia.

2.5 O realinhamento eleitoral

A tese principal do economista político André Singer (2012) é que no pleito de 2006 houve um realinhamento eleitoral. Isto é, a população pobre que, por ser conservadora, tradicionalmente votava nos partidos de direita abraçou o lulismo devido às políticas de transferência de renda. Por outro lado, a classe média, tradicionalmente eleitora do PT, abraçou o PSDB devido à decepção com o escândalo do mensalão.

Aliás, o autor considera que o lulismo propriamente dito tem origem nesse contexto, sendo o encontro de uma liderança (Lula) com uma fração de classe (o subproletariado) por meio de um programa voltado ao combate da pobreza e melhoria do padrão de consumo dos mais pobres, com foco principalmente nas regiões historicamente desassistidas, como Norte e Nordeste do país, mas sem confrontar os interesses do capital. Em sentido contrário, tem origem também o antilulismo, que afasta a classe média de Lula e do PT e a aproxima do PSDB.

Nas palavras de Singer (2012, p. 12):

O lulismo partiu de grau tão elevado de miséria e desigualdade, em país cujo mercado interno potencial é expressivo, que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues em face das expectativas radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado.

Em sua análise, Lula aproveitou o ciclo de expansão capitalista ocorrido em nível mundial entre 2003 e 2008, que impulsionou a exportação de *commodities*, e optou por um caminho intermediário entre o neoliberalismo dos anos 1990 e o reformismo forte que o programa do PT apresentava no passado. Ele acredita que, com isso, o subproletariado reconheceu no programa lulista a plataforma que lhe parecia ideal: um Estado que ajudasse os mais pobres, mas sem confrontar a ordem. O cientista político relata que em pesquisas anteriores concluiu que os mais pobres almejavam um Estado mais forte que promovesse o combate à pobreza, mas rejeitavam o caminho de ruptura proposto pela esquerda.

O caminho escolhido por Lula, na sua visão, marca uma contradição do lulismo:

ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos, ele estende no tempo a redução da tremenda desigualdade nacional, a qual decai de modo muito lento diante do seu tamanho, em compasso típico dos andamentos dilatados da história brasileira (escravatura no Império, política oligárquica na República, coronelismo na modernização pós-1930). (SINGER, 2012, p. 13)

O autor considera que um efeito da política social voltada para os mais pobres gerou uma polarização entre ricos e pobres, que coloca em lados opostos aqueles que desejam maior intervenção estatal e aqueles que acreditam nas soluções do mercado. De fato, se criou uma polarização em torno do PT e PSDB que dominou as eleições presidenciais até 2014. Mas a divisão era tão claramente entre ricos e pobres? Primeiramente, quem o autor está chamando de “ricos”? Sabemos que são poucos os verdadeiramente ricos existentes no Brasil. Em determinado momento ele afirma que “o lulismo separa os eleitores de baixa renda das camadas médias” (p. 20), dando a entender quem seriam os “ricos”.

Além disso, posição social não determina, por si só, convicções ideológicas. Dessa forma, pode parecer simplista a compreensão da polarização entre “ricos” e “pobres”. O que o cientista político sustenta é que o lulismo promoveu uma rearticulação ideológica, tirando a centralidade do conflito entre esquerda e direita e jogando-a para o conflito entre ricos e pobres. Em sua argumentação ele afirma que:

A ascensão do subproletariado, do qual o PT se tornou o representante na arena política, por isso se assemelhando a um “partido dos pobres” de estilo anterior a 1964, significa que as classes fundamentais passam para o fundo da cena. Foi por isso que a polarização entre esquerda e direita esmaeceu, sendo substituída por uma polarização entre ricos e pobres, parecida com a do período populista. (SINGER, 2012, p. 19)

Em pesquisas realizadas até a eleição de 2002, Singer (2012) identificou que havia coerência ideológica em cerca de $\frac{3}{4}$ dos votos, isto é, os eleitores que se declaravam à direita, incluindo os de baixa renda, tendiam a votos conservadores, enquanto eleitores de renda mais alta se declaravam majoritariamente à esquerda e tendiam a votar em Lula. Isso se inverteu em 2006. Dessa forma, ele sustenta que o lulismo diluiu a polarização esquerda/direita, separando os eleitores de baixa renda das camadas médias e tornando os principais partidos, PT e PSDB, em representantes destes polos.

Para corroborar sua tese, ele cita o fato de São Paulo e região Sul votarem, até aquele momento, majoritariamente no PSDB, e Rio de Janeiro e Nordeste darem preferência ao voto no PT, sobretudo as massas rural e semirural nordestinas que costumavam votar no PFL (hoje DEM). Isso leva o autor a considerar que houve uma mudança no padrão histórico de comportamento político das camadas populares brasileiras, principalmente no Nordeste.

Ele se baseia também nas pesquisas de intenção de voto do sufrágio de 2006. Os eleitores com rendimentos mais baixos davam preferência a Lula por ampla margem, enquanto Alckmin crescia no eleitorado de renda superior. O candidato tucano contava também com o apoio das camadas intermediárias, identificada por Singer (2012) como classe média baixa ou a chamada “classe C”. Nessa faixa, o psdbista praticamente empatava com Lula às vésperas do primeiro turno.

Analisando em perspectiva histórica, o cientista político argumenta que nos pleitos de 1989, 1994 e 1998 os mais pobres tendiam a rejeitar Lula e votar nos candidatos de direita. Uma das explicações é que “era comum, nas pesquisas, os eleitores de baixa escolaridade entenderem a direita como o que é ‘direito’ ou como sinônimo de ‘governo’, a esquerda sendo o ‘errado’ e a oposição” (SINGER, 2012, p. 35).

Assim, pessoas mais pobres tendiam a rejeitar a esquerda e, conseqüentemente Lula, por temerem ameaças a ordem. Para esses eleitores não era uma questão ser contra ou a favor da desigualdade, e sim como diminuí-la, o que os levava a optarem por candidatos que pudessem proteger os mais pobres sem ameaças de instabilidade. Vale lembrar que Marx, em o 18 Brumário “revela que a projeção de anseios numa figura vinda de cima, que deriva da necessidade de ser constituído enquanto ator político desde o alto, é típica de classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar” (SINGER, 2012, p. 35).

Parece-nos claro, então, que as camadas pobres, identificadas por Singer (2012) como subproletariado, encontraram em Lula essa figura que pode lhe oferecer melhorias, mas não esboça nenhuma ameaça à ordem estabelecida. Mas em movimento contrário, as camadas médias antes mais progressistas se voltaram para o voto nos candidatos tucanos. Um motivo seria a decepção com o mensalão. Mas seria apenas isso? Ou elas se tornaram mais conservadoras? Ou elas não observaram no governo Lula o progresso substancial que almejavam?

Segundo Singer (2012), com o programa Bolsa Família (BF), o subproletariado se viu contemplado por Lula. O programa teve início como uma junção de programas anteriores de FHC, mas entre 2003 e 2006 teve seu orçamento multiplicado treze vezes, passando de R\$

570 milhões para R\$ 7,5 bilhões entre 2003 e 2006. Próximo às eleições de 2006, atendia cerca de 11,4 milhões de famílias. Diversos estudos apontam, segundo Singer (2012), que o BF teve influência nos votos recebidos por Lula naquele ano. Mas o autor adverte que o programa não deve ser superestimado, haja vista que sozinho não teria reeleito o petista.

Ainda no primeiro mandato de Lula, observamos o aumento real do salário mínimo em 24,25%, a instituição do crédito consignado para aposentados e pensionistas, a queda da idade para recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Luz Para Todos, a construção de cisternas no semiárido, a regularização de comunidades quilombolas, dentre outras medidas que favorecerem as famílias de baixa renda.

Ainda de acordo com as análises do autor, a preferência dos mais pobres por Lula não reverberou no PT de imediato. Assim, no ano de 2006 o PT permaneceu mais forte no Sul e Sudeste, em detrimento do Norte e Nordeste, além de ver reduzido seu número de assentos no congresso. Somente a partir das eleições seguintes é que o peso do partido se inverteu, ficando mais forte no Norte e, principalmente, no Nordeste. Em 2008, Ricardo Berzoini, então presidente do PT, concluiu:

Hoje o PT tem uma força no Nordeste que há quinze anos nem sonhava ter. Em regiões onde o impacto das políticas do governo foi menor, muitas vezes o questionamento ético supera a força das realizações. Depende muito da região e do estrato social. (BERZOINI *apud* SINGER, 2012, p. 66)

Para Singer (2012), a polarização que houve na sociedade é um efeito do movimento nas estruturas. Porém, temos defendido até aqui que não houve mudança estrutural na era Lula. Houve apenas mudanças paliativas que hoje, passados alguns anos, podemos concluir que eram também temporárias, haja vista o retorno dos índices galopantes da pobreza no país já durante o governo Temer e principalmente com Bolsonaro.

O autor sustenta, ainda, que esse movimento das estruturas levou o subproletariado a apoiar Lula e o PT, uma vez que almejava o cumprimento do programa de inclusão, ao passo que a classe média se voltou para o PSDB, pois desejava a restauração do *status quo*. Cabe aqui uma indagação: se a classe média não almeja mudanças sociais, por que antes votava em Lula, quando ele representava um programa mais radical?

2.6 Redução da pobreza e queda da desigualdade

Gonçalves (2012) demonstra que na primeira década do século XXI houve queda da desigualdade de renda não apenas no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Essa desigualdade decorre da diminuição da diferença entre os salários, bem como dos programas de transferência de renda. Ou seja, trata-se da diminuição da desigualdade entre aqueles que vivem do trabalho, e não entre capital e trabalho.

Apesar disso, o coeficiente de Gini dos países do continente permaneceram acima da média mundial. O Brasil, no entanto, tinha a mais elevada desigualdade entre esses países e passou à quarta colocação nos anos 2000. No *ranking* mundial o Brasil passou da quarta para a quinta posição entre os países mais desiguais do mundo no mesmo período.

Com isso, o autor chegou a algumas conclusões, dentre as quais: 1) houve queda da desigualdade de renda no Brasil durante o governo Lula; 2) a redução da desigualdade foi um fenômeno quase geral da América Latina; 3) a crise de 2008/2009 provocou a reversão ou interrupção dessa tendência; 4) no Brasil houve redução da desigualdade em 2009 em decorrência do crescimento do salário mínimo e do aumento dos gastos sociais; 5) as medidas que levam à redução da desigualdade consistem, em geral e principalmente no Brasil, em aumento do gasto público e política de salário mínimo, ou seja, não ocorrem mudanças estruturais.

O autor acredita que essa tendência de redução da desigualdade em todo o continente pode ser explicada por três fatores:

- Praticamente todos os governos do continente precisavam garantir estabilidade política após duas décadas de instabilidades e crises políticas e econômicas, com aumento da desigualdade;
- Os grupos dirigentes entenderam o papel das políticas de redução da pobreza nas disputas eleitorais;
- A conjuntura externa do período foi favorável aos países da região até a crise de 2008/2009.

Cabe ressaltar que, como demonstra o autor, as políticas de transferência de renda não eram exclusividade do Brasil, com o BF. No mesmo período, doze países analisados em sua pesquisa tinham programas semelhantes. Essas políticas eram, em todos os casos, assistencialistas, inclusive em governos de orientação socialista.

Sabemos que a desigualdade em todo o continente latino-americano é abissal. Boschetti (2012) traz dados da Cepal de 2009 que nos permitem comparar o Brasil a outros países vizinhos. Nosso país apresentava, na ocasião, o segundo maior índice de pobreza (24,9%), atrás apenas do Paraguai (56%), bem como o segundo maior índice de indigência (7%), atrás também do Paraguai (30,4%).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDH-D), a autora apresenta os dados de documento do PNUD/ONU de 2010, que mostram que o Brasil possuía, na ocasião, o terceiro pior índice de desigualdade do mundo. Dentre os países do Mercosul, o Brasil teve o pior desempenho. Por estas razões, ela afirma que:

Os festejados crescimento econômico e redução da pobreza, portanto, escondem a drástica e persistente desigualdade entre ricos e pobres, as imensas distâncias entre o menor e o maior salário vigentes, a aguda e inaceitável concentração de terra, agravada nos últimos dez anos, o reduzido acesso às políticas sociais, a precarização das condições de trabalho, o desemprego, e subemprego de mais de metade da população economicamente ativa, a violação cotidiana e bárbara dos direitos humanos, a baixa qualidade da saúde, educação e moradia. (BOSCHETTI, 2012, p. 48)

Oliveira (2010b) aponta também que os resultados difundidos sobre a diminuição da desigualdade falseiam a realidade, uma vez que os dados expressam apenas a desigualdade entre os que vivem do trabalho. Já a desigualdade entre capital e trabalho provavelmente aumentou. Isso porque:

Metodologicamente, como lembrou Leda Paulani, as rendas do capital são estimadas por dedução, enquanto as rendas do trabalho são medidas diretamente na fonte. Medidas indiretas sugerem, e na verdade comprovam, o crescimento da desigualdade: o simples dado do pagamento do serviço da dívida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modestíssimos 10 bilhões a 15 bilhões do Bolsa Família, não necessita de muita especulação retórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. Márcio Pochmann, presidente do Ipea, que continua a ser um economista rigoroso, calculou que uns 10 mil a 15 mil contribuintes recebem a maior parte dos pagamentos do serviço da dívida. Outro dado indireto, pela insuspeita – por outro viés – revista *Forbes*, já alinha pelo menos 10 brasileiros entre os homens e mulheres mais ricos do mundo capitalista. (OLIVEIRA, 2010b, p. 374)

O autor cita, ainda, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que prova entre 2003 e 2008 as classes que mais cresceram proporcionalmente foram a A e a B, que são famílias com

renda, para os valores da época do texto, acima de R\$ 4.807. Precisamos, no entanto, reconhecer que esta renda não faz de ninguém rico.

Delgado (2010) afirma que a queda nos índices de desigualdade de rendimentos (Índice de Gini) mostrada pelas estatísticas do IBGE requerem uma análise contextual e a interpretação de seu significado, para que se possa compreender seu sentido e suas implicações sociais. Ele chama atenção para o fato de que a melhor distribuição de renda alardeada estava entre a massa de rendimento dos trabalhadores, onde se situam também os pagamentos de benefícios da política social.

Ademais, a prestação de serviços das políticas sociais (como saúde e educação) são responsáveis também pela preservação da renda dos salários e ordenados. Ou seja, houve pequena melhora nos rendimentos do trabalho, mas o autor questiona se isso é fruto de uma melhor apropriação da riqueza social, e, em seguida, responde negativamente. Afinal:

Todo o debate que vai aos meios de comunicação relativamente à distribuição de renda trata dos 45% a 48,0% da Renda Interna Bruta (igual ao Produto Interno Bruto) que vão para as pessoas físicas (183,0 milhões de brasileiros). A outra parte, que vai para as pessoas jurídicas (empresas principalmente) sob a forma de juros, lucro, dividendos, aluguéis etc., cujo número de recebedores fica entre 1% e 2% da população, apropria-se de igual fatia da Renda Interna – algo em torno de 45%. Os 10% que fecham esta totalidade estão referidos a recursos de manutenção e ampliação das máquinas burocráticas. (DELGADO, 2010, p. 415)

Ainda de acordo com o mesmo autor, são as políticas sociais e agrárias que podem melhorar a desigualdade social, e elas dependem da redistribuição de renda da riqueza social, só possível através de políticas públicas bem estruturadas. Para tanto, dada a necessidade de crescentes aportes de recursos, seria vital pautar a progressividade da taxaço sobre rendimentos e patrimônio. No entanto, “não é esta a ideologia que dirige os destinos econômicos do País” (DELGADO, 2010, p. 417).

Cabe destacar que, durante o governo Lula, nada foi feito para reverter a regressividade do sistema de tributação brasileiro. Filgueiras e outros (2010) lembram que a arrecadação fiscal continuou aumentando mais para os pobres. Sabe-se que aqueles que ganham até três salários mínimos pagam mais impostos, proporcionalmente, do que os que ganham mais de trinta salários mínimos. Da mesma forma, não houve mudança nos gastos públicos, permanecendo a maior destinação dos recursos ao pagamento de juros. Esses fatores não permitiram a melhora da distribuição funcional da renda.

2.6.1 Críticas ao Programa Bolsa Família

Em artigo sobre a percepção das elites e dos usuários acerca da pobreza e do programa Bolsa Família, no qual analisa diversas pesquisas já realizadas, Bello (2016) observou que para as elites brasileiras a pobreza em si não é o ponto que incomoda. O problema para elas está mais ligado às implicações da pobreza para a manutenção da ordem e para a segurança pessoal. Dessa forma, as preocupações das elites não estão relacionadas à redução da desigualdade social e erradicação da pobreza, o que pode explicar sua resistência a programas sociais distributivos.

No que concerne às causas da pobreza, os mais ricos acreditam que estão relacionadas à educação, corrupção e desemprego, enquanto para os mais pobres o desemprego vem em primeiro lugar.

Nas pesquisas analisadas, quando perguntado às pessoas o que o governo deveria fazer para acabar com a pobreza:

Pontificaram ações voltadas ao mercado de trabalho com 43% no total (aumentar salário mínimo 19%, estimular a contratação de pobres 12%, apoiar pequenos agricultores e apoiar pequenos negócios com 4%), seguidas por ações educacionais com 39% (promover cursos profissionalizantes rápidos 19%, dar bolsas de estudo 12% e aumentar vagas em cursos técnicos 9%), garantir moradia adequada com 11% e transferências de renda com 6% (aumentar valor ou beneficiários do BF). Mais uma vez, a ênfase está colocada em ações de natureza mais estrutural, havendo nítida descrença no BF como solução fundamental para a pobreza. (BELLO, 2016, p. 168)

O autor pontua que os baixos valores do BF tornam difícil, por si só, permitir a saída das famílias da condição de pobreza. Não obstante, outras medidas mais abrangentes e de grande impacto nas regiões mais pobres, a exemplo dos programas Luz Para Todos e Cisternas, além de políticas voltadas à instrução e inserção profissional, como o ProUni, o Fies e o Pronatec, em conjunto com o BF, permitiram o aumento da renda, além de propiciarem considerável importância socioeconômica e político-ideológica naquelas regiões.

O BF intencionava aumentar o consumo das famílias pobres, mas não apenas. Também eram seus objetivos reforçar o exercício dos direitos básicos através das condicionalidades nas

áreas da educação e saúde, bem como criar oportunidades para as famílias atendidas por meio de programas complementares. Cabe, porém questionar se esses objetivos foram atendidos.

Há críticas sobre as condicionalidades reforçarem o exercício dos direitos básicos. Em primeiro lugar, há os que argumentam que isso faz com que o ônus recaia exclusivamente sobre os beneficiários, uma vez que exigir da população o cumprimento de contrapartidas pode representar “a negação do direito de receber parte da riqueza socialmente produzida” (p. 160). Ademais, há a dificuldade para acessar tais serviços em razão da descontinuidade e precariedade dos mesmos.

Como lembra o autor, a proposta inicial de enfrentamento à pobreza do governo Lula era o Fome Zero, coordenado por Frei Betto, que explicou:

Trata-se de uma política de inserção social, para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania. Ações emergenciais não ficam descartadas, até porque “a fome não pode esperar”, alertava Betinho. O escopo do programa, porém, visa a combinar políticas locais (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, sacolões, Bancos de Alimentos etc.); políticas específicas (cartão-alimentação, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, estoques de segurança, ampliação da merenda escolar etc.); e políticas estruturais (reforma agrária, incentivo à agricultura familiar, microcrédito etc.). (BETTO *apud* BELLO, 2016, p. 162)

Todavia, em pouco tempo o Fome Zero foi suplantado pelo Bolsa Família, bem mais reducionista. Bello considera que o primeiro apontava para um caminho da superação da pobreza por articular diversas políticas públicas, ao passo que o BF apresenta diversas limitações, tanto para superar a pobreza a médio e longo prazo quanto para expandir a cidadania dos beneficiários.

O autor questiona, primeiramente, o critério para a concessão do benefício. Sabe-se que há o cálculo da renda familiar para delimitar aqueles considerados pobres ou muito pobres. No entanto, tal cálculo leva em consideração apenas o necessário para o consumo alimentar e desconsidera outros gastos para trabalhar e sobreviver. Ademais, o valor concedido pelo BF é muito baixo, tornando difícil tirar alguém da pobreza.

Há outras limitações que se referem à falta de articulação com outros programas sociais, à ausência de mecanismos que chamem os usuários à participação, bem como à falta de organização dessa população e seu distanciamento de outros segmentos sociais.

Por fim, perguntou-se “o que o governo poderia fazer para acabar com a pobreza”. Pontificaram ações voltadas ao mercado de trabalho

com 43% no total (aumentar salário mínimo 19%, estimular a contratação de pobres 12%, apoiar pequenos agricultores e apoiar pequenos negócios com 4%), seguidas por ações educacionais com 39% (promover cursos profissionalizantes rápidos 19%, dar bolsas de estudo 12% e aumentar vagas em cursos técnicos 9%), garantir moradia adequada com 11% e transferência de renda com 6% (aumentar valor ou beneficiários do BF). Mais uma vez, a ênfase está colocada em ações de natureza mais estrutural, havendo nítida descrença no BF como solução fundamental para a pobreza. (BELLO, 2016, p. 168)

Quando as respostas são separadas entre ricos e pobres, o autor observa que os mais pobres se mostram preocupados com estruturas de trabalho e renda, enquanto os mais ricos com a melhoria da educação e criação de oportunidades. Percebe-se, pois, que para a população ouvida na pesquisa estava claro que o BF não se tratava de uma política estrutural que resolveria o problema da pobreza a longo prazo.

Há o argumento de que o BF contribuiria para a autonomia e a cidadania das mulheres pobres, uma vez que, prioriza mulheres para o recebimento do benefício. Conforme Bello (2016): “Embora mínima, trata-se de autonomia moral importante, o primeiro passo para recusar situações opressivas, poder pensar em direitos, começar a superar a cultura da resignação.”

No entanto, o mesmo autor chama a atenção para o fato de pesquisa mostrar que a maioria dessas mulheres não percebem a questão do direito e veem o BF mais como um “favor” do governo e da própria pessoa de Lula. Apenas algumas das beneficiadas compreendem o dever do Estado na garantia de direitos e combate à pobreza (BELLO, 2016, p. 172).

Já em outra pesquisa citada por ele, “dois terços delas não se sentiram mais cidadãs com o BF porque entendem cidadania como satisfação de várias necessidades e acesso a direitos, em especial o emprego, que o BF em si não pode prover” (BELLO, 2016, p. 173). Portanto, as beneficiárias não consideram que o BF conduz à cidadania, mas o reconhecimento da dignidade e a possibilidade de aumento do consumo podem representar pré-requisitos para que viessem a buscar maior igualdade social.

Mais um estudo trazido por Bello (2016) mostra que a maioria das beneficiadas pelo BF considerava que o auxílio era um favor do governo ou do presidente por passarem por dificuldades, mas embora considerassem um apoio importante, não apontavam mudanças decisivas em suas vidas. Houve mudanças, é certo, como o consumo de determinados bens,

mas a maioria de suas vulnerabilidades permaneceram e certos sonhos, como a casa própria, eram concebidos como inalcançáveis.

Apesar disso, o programa era avaliado favoravelmente pelas beneficiárias, que ressaltavam, “inclusive a segurança que a renda fixa propicia, aliada, em muitos casos, à relativa autonomia ante o marido, quando este é a única fonte de renda”. Além disso, é importante salientar que elas demonstraram muito intensamente gratidão ao governo (BELLO, 2016, p. 178).

Cabe também destacar que, no geral, a ideia de direito social não predominava entre as beneficiárias e isso não parecia avançar. Assim, o autor conclui que “os processos sociais em curso não sugerem que o BF possa estar caminhando no sentido de constituir uma política de superação da pobreza instituída legalmente e com legitimidade política” (BELLO, 2016, p. 182). Em resumo, Bello considera que o BF representou um processo de inclusão no consumo desprovido de politização. Nas suas palavras: “a melhoria das condições de vida dos mais pobres não os retirou da condição de passividade política” (BELLO, 2016, p. 183).

Apesar das críticas, afirma o autor:

De todo modo, houve impacto importante do lulismo sobre os beneficiários do BF; entre 2004 e 2013, 1,69 milhões de famílias de beneficiários saíram espontaneamente do programa depois de declarar que tinham renda familiar acima do limite permitido, o correspondente a cerca de 12% do contingente atual de 13,7 milhões de famílias beneficiadas. Entretanto, cabe atentar que o governo disse desconhecer se essas pessoas saíram porque passaram a ganhar mais ou porque houve redução no número de membros da família. (BELLO, 2016, p. 182)

Segundo Boschetti (2012), os programas de transferência de renda como o BF custam pouco para os cofres públicos e não atingem a estrutura da desigualdade social, mas possuem um forte impacto político. Em 2009, apenas 0,5% do PIB brasileiro foi investido no programa e ele não atingia a totalidade das famílias que se enquadravam no perfil para receber o benefício. Naquele ano, 15,4% das famílias nessas condições estavam fora do programa.

A autora considera que o investimento em programas assistenciais insuficientes, focalizados e cheios de condicionalidades, em detrimento do investimento em políticas públicas universais e reversão do desemprego estrutural, não indica um novo modelo de desenvolvimento social, mas, ao contrário, trata-se de uma estratégia útil ao capitalismo para a regulação da força de trabalho a baixo custo.

2.6.2 Reformismo fraco?

Singer (2012) discorda daqueles que identificam um caráter totalmente neoliberal no governo Lula, uma vez que Lula investiu em políticas para os mais pobres, ao passo que uma das características do neoliberalismo seria o aumento da desigualdade. Ora, devemos aqui lembrar da cartilha do Consenso de Washington, que tinha dentre os seus preceitos a garantia de políticas voltadas para o alívio emergencial da pobreza; justamente o que era o BF.

Como ele pontua, as críticas a esse aspecto do lulismo seguem três caminhos: contestação dos instrumentos de mensuração, compreensão de que as políticas sociais do lulismo têm cunho meramente compensatório, ou o entendimento de que as mudanças efetivadas não são estruturais. Ele contesta essas críticas da seguinte forma:

1) Aponta que existem dados que confirmam uma diminuição da desigualdade funcional da renda. Segundo ele:

Ocorre que, de acordo com o CPS/FGV, entre 2001 e 2009 a renda per capita dos 10% mais pobres aumentou 6,8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,5% ao ano. Em virtude disso, para 2009 o Ipeadata informava que os 10% mais ricos haviam ficado com 43% da riqueza nacional segundo a renda domiciliar *per capita*, enquanto a proporção dos 10% mais pobres subira para 1%. [...] Em outras palavras, os dados revelam que, em matéria de desigualdade, houve progresso no Brasil durante o governo Lula, mas o quadro continua muito ruim. (SINGER, 2012, p. 108)

2) Argumenta que a redução da pobreza e diminuição da desigualdade devem-se a políticas públicas mais amplas do que aquelas meramente compensatórias, como o BF. A geração de emprego e a valorização do salário mínimo teriam sido muito mais decisivas para os números positivos obtidos pelo governo Lula.

3) Observa que, se a queda da desigualdade durante o governo Lula foi lenta, isso se deve mais ao quadro histórico absurdamente desigual. Assim, a desigualdade começa a cair na era Lula, e comparando com o ritmo da redução nos países centrais, em velocidade não tão baixa.

O autor compreende que havia a expectativa por um “reformismo forte”, com intensa redistribuição de renda, mesmo que com o risco de um confronto político. No entanto, em sua visão, optou-se por um “reformismo fraco” através da “neutralização do capital”, acalmando-o por meio da tríade juros altos, superávits primários e câmbio flutuante.

Devemos lembrar, todavia, que o capital também ganhou com a equação, uma vez que o aumento do consumo propiciado pelas políticas de transferência de renda e pela ampliação do emprego e renda impulsionou a indústria, da mesma forma possibilitou maior número de contas bancárias, favorecendo também o capital financeiro, este que, por sua vez, passou a lucrar com os empréstimos consignados. O empresariado da educação superior é outro exemplo de setor burguês que lucrou sobremaneira no governo Lula devido à inserção de jovens oriundos das camadas baixas em instituições de ensino superior de baixa qualidade. Ou seja, não existe incompatibilidade entre lulismo e capitalismo a ponto de ser necessário “acalmar o capital”.

Nem mesmo mobilizações populares despertaram qualquer preocupação, haja vista que, como sinalizou o próprio Singer (2012), o projeto lulista contou com alta simpatia dos trabalhadores devido aos ganhos reais que estes tiveram. Afinal, os mais pobres estavam tendo a atenção que nunca tiveram antes, e os trabalhadores sindicalizados também foram beneficiados com o aumento dos salários e negociações coletivas.

Singer (2012) considera que no segundo turno, com a emergência do lulismo sustentado pelo voto do subproletariado, Lula pôde combinar a fórmula “ordem e mudança” com mais liberdade e melhores resultados. Seu projeto de combate à pobreza, ou “reformismo fraco”, pôde ser resumido nos seguintes pilares: transferência de renda, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo e aumento do emprego formal. Para ele, essas são as propostas do “reformismo forte”, porém, estão atenuadas, em “doses homeopáticas”, de modo a não causar confronto.

Diferentemente do autor, acreditamos que um programa minimamente reformista deveria alterar as causas estruturais da desigualdade brasileira de modo a deixar um legado. Hoje, passados alguns anos, percebemos que o fato de nenhuma dessas mudanças ser estrutural levou a que a pobreza voltasse a aumentar em velocidade ímpar após as crises econômica e política. A nosso ver, não houve reformismo nem mesmo fraco, mas a administração momentânea das mazelas do capitalismo periférico, ou ainda, a administração dos recursos disponíveis de modo a garantir melhorias momentâneas para os mais pobres.

O programa Bolsa Família, identificado por Singer (2012) como o primeiro passo de um programa de renda mínima, sequer foi transformado em lei, ficando à mercê das administrações futuras mantê-lo ou não. Este fato fez, ainda, com que o PT fosse reiteradamente acusado de usar o programa para garantir os votos do eleitorado pobre.

Por outro lado, o executivo, já durante o governo Rousseff, enviou ao congresso e conseguiu aprovar lei de valorização do salário mínimo. No entanto, a lei 12.382/2011 fixava as regras para a valorização anual do salário somente até 2015. Atualmente, os salários não acompanham a alta inflação.

O cientista político reconhece que a tributação das grandes fortunas ou uma reforma tributária no sentido de tornar o imposto mais direto e progressivo não aconteceram. Isso seria o que ele chama de “reformismo forte”, ou o que chamamos de reforma propriamente dita, e reconhecemos que isso geraria conflito político e provavelmente o governo não conseguiria aprovar se tivesse tentado. Mas Singer compara com essas medidas com o crédito consignado, afirmando que, no “reformismo fraco”, ele representa o imposto sobre as grandes fortunas do “reformismo forte”. No entanto, devemos ter em mente que a burguesia não perde nenhuma fatia de seu capital com o crédito consignado. Ao contrário, o sistema financeiro faz um empréstimo a juros baixos, mas tem a garantia de recebimento, e isso às custas de enorme endividamento das famílias.

No que concerne ao direito ao trabalho, o autor cita a geração de empregos através das obras do PAC como uma versão atenuada da proposta do partido aprovada nas diretrizes de 1994, que previa a criação de postos pela ampliação de serviços de educação e saúde, além de investimento público em infraestrutura. Para ele, um “reformismo forte” nessa área seria a redução da jornada de trabalho, que também fazia parte da proposta, mas nunca foi colocada na ordem do dia pelo governo por ser mais radical e abrir discordância com o capital.

Para Singer:

Em resumo, ao tomar das propostas originais do PT aquilo que não implicava enfrentar o capital como seria o caso da tributação das fortunas, revisão das privatizações, redução da jornada de trabalho, desapropriação de latifúndios ou negociação de preços por meio dos fóruns das cadeias produtivas, o lulismo manteve o rumo geral das reformas previstas, não obstante aplicando-as de forma muito lenta. É a sua lentidão que permite interpretá-lo como tendo um sentido conservador. (SINGER, 2012, p. 112)

Ele questiona, porém, se o “reformismo fraco” seria suficiente para dar conta do enorme déficit resultante das questões históricas e estruturais do país, e conclui que os avanços, com 2% do PIB destinado às transferências de renda e diminuição do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, são significativos. No nordeste especificamente, os números são ainda mais notórios, com crescimento do PIB *per capita* em 86% entre 2002 e 2008. Além disso, o autor cita pesquisas que apontam que mulheres beneficiadas com programas como o BF conquistaram uma autonomia que nunca tiveram antes.

Em sua visão, esse “reformismo” efetivado pelo petismo combateu a iniquidade em ritmo que pode ser comparado ao Welfare State nos EUA e na Inglaterra, entretanto, como nosso ponto de partida era muito mais baixo, as políticas reformistas precisariam ser sustentadas por décadas para alcançarmos um padrão de vida similar. Consideramos a comparação exagerada e voltamos a ressaltar a necessidade de reformas estruturais, a exemplo da reforma agrária, uma vez que o Brasil possui uma das maiores concentrações de terra do mundo. Além disso, pudemos perceber que em médio prazo, com a mudança de governo, houve rápida regressão em alguns dados que animavam Singer em 2012.

Para Behring (2018), em que pesem deslocamentos em relação às orientações mais duras do Consenso de Washington para conter seus efeitos mais deletérios e responder às pressões impostas pela crise do capital, sobretudo a partir de 2008, não é possível verificar, nos anos lulistas, a superação do neoliberalismo ou uma fase reformista, nem mesmo um “reformismo fraco”, como defendido por Singer. Segundo ela,

se houve, conforme este autor, uma mexida no ponteiro que poderia indicar um sentido reformista em aspectos das políticas em curso, não houve ruptura com elementos centrais daquela agenda, seja no campo da política econômica seja no campo da política social. (BEHRING, 2018, p. 8)

Pela mesma razão, a autora critica, além das teses de reformismo e pós-neoliberalismo, aquelas que defendem a existência, no período do governo Lula, de uma nova classe média e de um desenvolvimentismo. Em sua opinião, esses foram os mitos responsáveis por cimentar ideologicamente a hegemonia daquele projeto político.

Ainda assim, Behring (2018), não deixa de reconhecer a importância das mudanças ocorridas, uma vez que elas responderam a necessidades materiais da classe trabalhadora. Mas reconhece também seus limites impostos pelo ajuste fiscal permanente destinado a manter a estabilização macroeconômica.

2.7 Trabalho na era Lula

O aquecimento do mercado de trabalho durante os anos do lulismo promoveu a inclusão de parte considerável da classe trabalhadora no mercado de consumo. Os entusiastas do governo enxergaram esse fator como a ascensão de uma nova classe média, ou o aumento da chamada “classe C”. Esta última expressão, midiática, busca definir uma camada social situada entre os segmentos mais altos (classes A e B) e os mais pauperizados (classes D e E) da população.²⁶

A petista (mas crítica a essa classificação das camadas sociais) Marilena Chauí (2013) acredita que o que houve foi um aumento da classe trabalhadora, que hoje não se constitui mais unicamente por operários industriais e agrícolas, sendo muito mais complexa e heterogênea; que, no entanto, não se reconhece como tal por estar impregnada pelos valores e símbolos neoliberais difundidos pela hegemonia burguesa.

Todavia, se pensarmos na classe trabalhadora como aquela maioria da população dependente de sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, o que inclui aqueles não inseridos no mercado de trabalho e, exatamente por isso, em situação de pobreza, a classe trabalhadora não cresceu. O que houve foi melhoria da renda dos mais pobres. Com efeito, o aumento da renda por habitante, que permitiu a propalada ascensão da “classe C”, foi possibilitado pelo aumento dos postos de trabalho, bem como pelo aumento do salário mínimo acima da inflação e, em última instância, pelo programa de transferência de renda Bolsa Família. Isso produziu certa redução da diferença de renda entre setores da classe trabalhadora, permitindo à propaganda governista afirmar a redução da desigualdade social no Brasil.

Pochmann (2012) critica a tese segundo a qual surgiu uma nova classe média com o crescimento dos postos de trabalho durante o governo Lula, tese esta que, para ele, é rudimentar e tendenciosa. O autor acredita que classificar esse contingente da classe trabalhadora como classe média pode não ser

²⁶ Essa classificação toma como critérios a renda, a propriedade de bens móveis e imóveis, a escolaridade e a profissão ou ocupação (CHAUÍ, 2013, p. 128).

um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil (POCHMANN, 2012, p. 11).

Ele aponta para a despolitização desse segmento dos trabalhadores, que considera ser resultado do despreparo das instituições democráticas para canalizar ações de interesse da classe trabalhadora; e pontua, ainda, que a metamorfose pela qual passava a estrutura social brasileira naquele início da década de 2010, época da publicação de seu livro, requeria interpretações mais profundas e abrangentes.

Segundo o autor,

[...] não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos uma nova classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. (POCHMANN, 2012, p. 8)

De acordo com o economista, no início do século XXI, o Brasil passou por significativas mudanças. Se após o Plano Real houve queda da participação dos salários na renda nacional e aumento das rendas de propriedade (lucros, juros, renda de terras e aluguéis), o inverso ocorreu a partir de 2004, quando cresceu a participação dos salários e decaiu a da propriedade. Isso se explica pelo retorno do crescimento econômico após quase duas décadas de regressão. Assim sendo, houve fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo do setor de serviços, que ofertou nove em cada dez vagas de até 1,5 salário mínimo. Para Pochmann (2012, p. 10), “de maneira geral, esse movimento de expansão dos empregos de baixa remuneração se mostrou compatível com a absorção do enorme excedente de força de trabalho gerado anteriormente pelo neoliberalismo”.

O perfil desses trabalhadores absorvidos precariamente por esse mercado de trabalho aquecido é mais um motivo que permite ao autor discordar da classificação de “nova classe média”. Para ele:

Mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de

qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha. (POCHMANN, 2012, p. 10)

Em sua pesquisa, o autor utiliza, sobretudo, dados de 2009 sobre o trabalho no Brasil, elencando diferentes aspectos, como faixa etária, gênero, raça, região, escolaridade etc., e conclui, com base na literatura internacional, que esse segmento social ocupante dos novos postos de trabalho criados durante o governo Lula pode ser mais adequadamente enquadrado na categoria analítica *working poor* (trabalhadores pobres), dadas as peculiaridades de suas ocupações (precárias) e remunerações (baixas). A presença desse segmento, “em maior ou menor expressão, revela o padrão de trabalho existente e, conseqüentemente, o modelo de expansão macroeconômica do país” (POCHMANN, 2012, p. 30).

A partir da obra de Pochmann (2012), traçaremos brevemente um perfil do mercado de trabalho e desses trabalhadores que ascenderam na era Lula em razão da economia aquecida. O autor trata mais detalhadamente daqueles que ocupam vagas cuja remuneração vai até 1,5 salário mínimo mensal – que ele conceitua como base da pirâmide social brasileira –, que consiste justamente no segmento que cresceu no período e foi confundido com “nova classe média”.

Destaca-se que cresceu também o número de trabalhadores com ganhos entre 1,5 e 3 salários mínimos (616 mil postos de trabalho anuais em média), mas houve redução do número de empregados em postos que pagam acima de 3 salários. Em contrapartida, parcela significativa de trabalhadores transitou da condição de pobreza (sem remuneração) para a ocupação de baixa remuneração (até 1,5 salário). Com isso, essa parcela com salário de base aumentou sua participação relativa de menos de 27% em 1995 para 46,3% em 2009. Já a parcela em condição de pobreza teve queda de sua participação de 37,2% em 1995 para 7,2% em 2009. Ao mesmo tempo, aqueles cuja renda principal provém da propriedade (lucro, juros, renda de terra e alugueis) também aumentaram sua presença no mesmo período de 3,9% para 14,3% (POCHMANN, 2012, p. 21).

Em resumo:

Diante da combinação da recuperação do valor real do salário mínimo nacional com a ampliação das políticas de transferências sociais, nota-se que a recente expansão das vagas de salário de base tem permitido absorver enormes parcelas dos trabalhadores na base da pirâmide social, o que favorece a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país. Ainda que isso se mostre insuficiente para alterar o segmento intermediário da atual estratificação social, conclui-se que está em curso uma crescente polarização entre os dois extremos com forte crescimento relativo: os trabalhadores na base da pirâmide e os detentores de renda derivada da propriedade. (POCHMANN, 2012, p. 22)

Os dados trazidos por Pochmann (2012) mostram que dos 21 milhões de vagas criadas na década de 2000, 94,8% ofereciam como rendimento até 1,5% salário mínimo mensal. Ou seja, houve avanço das ocupações na base da pirâmide social. Na década anterior os trabalhadores sem remuneração foram os que mais cresceram, e isso se inverteu no período analisado, levando esses trabalhadores até então sem remuneração para a base da pirâmide salarial. E do total das ocupações no Brasil, metade oferece essa faixa de rendimento.

De todas as vagas de até 1,5% salário mínimo, 72,4% estavam concentradas nas seguintes áreas: serviços (31% das ocupações totais), comércio, construção civil, escriturários, indústria têxtil e de vestuário, e atendimento público. Essas mesmas ocupações haviam registrado redução na década anterior. Ou seja, não era uma tendência vinda desde os anos 1990. Ao contrário, foi uma especificidade dos anos Lula.

Dessa forma, o setor de serviços foi o principal responsável pelos postos de emprego formais criados na década de 2000 – embora também tenham tido importância, mas em menor escala, os empregos gerados na construção civil, nas indústrias extrativas, e também de escriturários. Os dados mostram que apenas o setor terciário teve aumento de sua participação no PIB entre 1980 e 2008, enquanto os setores primário e secundário encolheram.

Pochmann (2012) observa também que quase 60% desses postos de trabalho gerados foram preenchidos por mulheres. Os dados mostram que, em 1979, um terço dos trabalhadores de baixa remuneração era do sexo feminino, e esse percentual foi para mais da metade em 2009. Certamente, mais mulheres se inseriram no mercado de trabalho nas últimas décadas, e muitas delas ocupam vagas mal remuneradas.

Com relação à faixa etária, a maior parte dos novos empregos ficou concentrada nas idades de 25 aos 34 anos, em seguida tem-se a faixa entre 45 e 54 anos e, em terceiro lugar, acima de 55 anos, superior às vagas geradas para o segmento juvenil. Trabalhadores de até 24 anos representavam 39,4% da base da pirâmide em 1979 e apenas 24% em 2009.

No que diz respeito à raça/etnia, quatro quintos dessas vagas de baixa remuneração foram ocupadas por trabalhadores não brancos. Nesse caso, a proporção não é muito diferente dos anos 1990. Naquela década, os trabalhadores de salário de base não brancos representavam 79,9% do total, caindo moderadamente para 77,2% no primeiro decênio do século XXI (POCHMANN, 2012, p. 36).

No que tange ao vínculo, se nos anos 1990 o emprego assalariado formal retraiu, na década de 2000, sua expansão foi expressiva, sendo 70% o percentual de vagas com carteira assinada dentre os postos de trabalho de até 1,5 salário gerados no período. Segundo o autor, foi o melhor percentual de empregos formais nessa faixa de rendimento em quarenta anos.

No quesito regional também houve inversão do ocorrido no final do século XX, quando houve maior geração de emprego de salário de base no sul e sudeste. Nos anos seguintes, quase metade de postos com esse perfil se localizavam nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Concernente à escolaridade, 85% das vagas de salário de base abertas durante os anos 2000 eram destinadas a pessoas com ensino médio. É interessante notar a mudança do perfil da escolaridade dos trabalhadores de salário de base. Pochmann (2012, p. 40) mostra que em 1979 apenas 9% dos empregados com esse rendimento possuíam mais de 9 anos de escolaridade. O percentual cresceu para 15,1% em 1989, 23,2% em 1999 e chegou a 43% em 2009. Conclui-se, com isso, a diminuição do nível salarial da população com mais anos de escolaridade. Aqueles que tem mais de 12 anos, isoladamente, passaram de 0,7% em 1979 para 2,8% em 1989, 3,5% em 1999 e 8,0% em 2009. É certo que o número já vinha aumentando, todavia, mais que dobrou em dez anos. Já aqueles sem instrução ou com até 4 anos de escolaridade representavam 72,9% dos trabalhadores com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo em 1979. O percentual mudou para 60% em 1989, 47,7% em 1999 e 30,3% em 2009. Nesse período, a média de anos de estudo aumentou no Brasil,²⁷ mas cabe observar que, no geral, pessoas com maior escolaridade passaram a ganhar, em valores proporcionais, o mesmo que ganhavam pessoas de baixa escolaridade no passado. Isso já era uma tendência dos anos anteriores a Lula e se intensificou com este.

Como já pontuado, houve aumento da inserção feminina nos postos de trabalho de baixa remuneração. O autor destaca o crescimento de trabalhadoras domésticas, especialmente mulheres não brancas, que no Brasil alcança um importante contingente de

²⁷ Estudo do IPEA mostra que a média de anos de estudos passou de 5,7 em 1992 para 8,8 em 2012. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20012

peças. Em 2009, havia 7,2 milhões, somando contratação mensal e diária, sendo que quatro quintos encontravam-se fora da legislação trabalhista. Destaca-se que este estudo foi realizado antes da lei das domésticas, aprovada em 2013. Quando a análise incluiu outros postos de trabalho que também atendem famílias, como vigias, cozinheiros, motoristas particulares etc., o número de ocupados nessas áreas, em 2007, era de 23,6 milhões de empregados, registrando uma expansão de 37,91% em dez anos. Os rendimentos, em geral, eram baixos, com média de 1,7 salário mínimo mensal, sendo que mais da metade recebia até um salário mínimo mensal.

O economista traz também dados sobre o trabalho autônomo, segundo ele, notadamente mal remunerado e fruto da estruturação incompleta do mercado de trabalho brasileiro e da falta de uma legislação social adequada. De acordo com os dados de 2009, naquele ano, 22,9 milhões de pessoas exerciam trabalho autônomo, o que representava praticamente um quarto de todos os postos de trabalho do Brasil. Dos autônomos, 69% recebiam até 1,5 salário mínimo mensal, sem muita alteração em relação às décadas anteriores. Destaca-se a maior presença masculina entre os trabalhadores autônomos (quase dois terços em 2009), mas também o aumento considerável da participação feminina.

Outro dado relevante é o aumento de pessoas com mais de 10 anos de escolaridade entre os autônomos. O percentual passou de 16,4%, em 1999, para 28,0%, em 2009 (POCHMANN, 2012, p. 81). Cresceu também a presença de trabalhadores não brancos, que passou de 48,2% em 1999 para 54,8% em 2009. Observa-se baixa ação sindical nesse segmento.

O trabalho temporário também merece ser destacado devido à sua relevância durante os anos do governo Lula. Os dados de 2009 mostram que, naquele momento, um décimo dos trabalhadores assalariados tinha contrato de trabalho inferior a três meses. Das empresas que mais faziam esse tipo de contratação, a maioria estava na categoria micro e pequena empresa, que foi o tipo de empreendimento que mais cresceu naquela década. Mais precisamente:

Do total dos 4,3 milhões de postos de trabalho na condição de curta duração, 47,5% pertenciam aos empreendimentos formais com até 49 empregados, que respondiam, por sua vez, por 37,2% do estoque total dos empregos formais do país e por 97% de todos os estabelecimentos registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Enquanto os micro e pequenos empreendimentos registram 13,3% de seus empregados com contrato de trabalho inferior a três meses de tempo de serviço, as grandes empresas apresentam somente 8% do total de seus ocupados nessa condição de emprego temporário. (POCHMANN, 2012, p. 85)

Nesse tipo de estabelecimento os salários são, em geral, mais baixos do que os oferecidos pelas grandes empresas e há maior rotatividade. Pochmann (2012) acredita que, normalmente, os microempresários fazem a substituição de um empregado de maior salário por outro de remuneração mais baixa. Ademais, é preciso destacar o aumento de 10,1% da rotatividade entre 1999 e 2009, passando de 33,5% para 36,9%, sendo que a taxa foi mais elevada entre mulheres e pessoas de mais baixa escolaridade. Segundo o autor, “o fenômeno da rotatividade expressa a existência de uma enorme flexibilidade de demissão/contratação de trabalhadores no Brasil” (POCHMANN, 2012, p. 93).

O trabalho terceirizado é outra tendência que vinha dos anos 1990, pois é típica do neoliberalismo, e permaneceu durante os anos Lula. De acordo com Pochmann (2012, p. 109), a terceirização “tem sido a expressão maior das transformações no modo de produção e distribuição de bens e serviços nas economias capitalistas transcorrido desde o último terço do século XX”.

Essa combinação de alterações no segmento de baixa remuneração, que consistia naquele momento (final da década de 2000/início da década de 2010) em metade dos trabalhadores, teve impacto sobre as relações de trabalho. Ao mesmo tempo que houve maior inserção de trabalhadores com baixos salários na legislação social e trabalhista, a sindicalização destes permaneceu restrita. De acordo com Pochmann (2012), a taxa de sindicalização não se alterou muito entre as décadas de 1990 e 2000.

Apesar do salário de base ser insuficiente para o sustento de uma família segundo o DIEESE,²⁸ não há como negar que a inserção de um quantitativo maior de trabalhadores nesse mercado mobilizou a estrutura social brasileira, proporcionando mobilidade social, acesso a bens e aumento do consumo. Com efeito, devemos considerar que quanto mais pessoas de uma mesma família se inserem no mercado de trabalho, maior a renda conjunta e, portanto, a possibilidade de acessar itens antes distantes.

Outro autor que nos traz dados importantes sobre a precarização do trabalho e da vida durante os anos Lula é Braga (2012; 2017). Os trabalhadores pauperizados são chamados por ele de *precariado*. André Singer conceitua esse segmento como *subproletariado*, termo cunhado por Paul Singer nos anos 1970, que observou que durante o período conhecido como

²⁸ A título de exemplo, pegamos os valores referentes a dezembro de 2009, uma vez que a maioria dos dados da pesquisa de Pochmann (2012) são daquele ano. Naquele mês, o salário mínimo real era de R\$ 465,00, e o salário necessário era de R\$ 1.995,91. Como sabemos, o DIEESE faz o cálculo mensal do salário necessário para atender uma família de quatro pessoas. Fonte: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2009>

“milagre econômico” importantes contingentes do exército industrial de reserva foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Estes eram notadamente trabalhadores não qualificados ou semiquilificados e recebiam os salários mais baixos, entre 1 e 2 salários mínimos e, muitos deles, menos de 1 salário mínimo mensal. O sociólogo acreditava que, devido à precariedade a que estavam submetidos, esses trabalhadores não tinham condições econômicas e sociais para se engajar em lutas reivindicatórias, atividade sindical ou partidária.

Braga (2012) discorda da noção de *subproletariado*, preferindo usar o conceito de *precariado*, por duas razões:

Em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado, ou seja, as tais ocupações “inconfessáveis” –; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas. (BRAGA, 2012, p. 26)

A crítica do autor a André Singer, especificamente, vai no sentido de que este, na visão de Braga (2012), não percebeu a despolitização das classes subalternas promovida pelo lulismo. Ao contrário, ele visualizou a criação, por meio da satisfação das necessidades sociais, de uma nova força social essencialmente progressista.

Outro estudioso de quem Braga (2012) diverge é Jessé Souza. Este prefere o termo *batalhadores* para se referir aos trabalhadores precarizados.²⁹ A crítica, no entanto, vem da visão de Souza do lulismo como um processo de “esclarecimento popular” e da limitação que este sociólogo faz da participação política dos *batalhadores*, relegada, nesta óptica, ao sistema eleitoral. Para Braga (2012, p. 29), “a participação eleitoral representa apenas uma – e, muitas vezes, nem mesmo a mais importante – das múltiplas dimensões da prática política do precariado brasileiro”.

Em outro livro, Braga (2017) foi a fundo na questão dos trabalhadores precarizados para mostrar que, apesar do marketing oficial dos governos petistas e dos dados que indicam a diminuição da pobreza, as condições de vida dos trabalhadores pobres das grandes cidades continuaram difíceis. Apesar da maior formalização do trabalho, os novos empregos

²⁹ Braga (2012, p. 28) faz uma diferenciação entre os conceitos sinalizando que *batalhadores* de Souza abrange microempresários, trabalhadores profissionais, população flutuante, população latente, população estagnada, pauperismo e lumpemproletariado; e não se pauta pelas noções de capacidade de mobilização coletiva e renda baixa. O conceito de *subproletariado* de Singer abrange apenas população latente, população estagnada, pauperismo e lumpemproletariado, além de se basear no critério renda baixa. Já seu próprio conceito de *precariado* abrange população flutuante, população latente e população estagnada, e considera capacidade de mobilização coletiva e critério de renda entre 1 e 2 salários.

foram, em geral, precarizados, com condições deterioradas, alta rotatividade e maior flexibilização, o que dificultou, com o tempo, o controle sindical das insatisfações dos trabalhadores, a exemplo de algumas greves ocorridas durante o governo Lula, como dos bancários e dos funcionários dos Correios.

Com efeito, o crescimento econômico dos anos 2000 “apoiou-se numa abundante oferta de trabalho barato” (BRAGA, 2017, p. 106). O crescimento dos empregos ocorreu, predominantemente, no setor de serviços, uma vez que se verificou um encolhimento da indústria de transformação. Tratavam-se, portanto, de postos de trabalho terceirizados, de alta rotatividade, com salários, em geral, baixos.

Dessa forma, o mundo do trabalho da era Lula pode ser definido pela combinação entre formalização e precarização, sendo uma das consequências a insegurança no trabalho muito próxima da informalidade. Destaca-se também o fato da terceirização ser, em grande parte, promovida pelo próprio Estado através das organizações sociais, organizações não governamentais e cooperativas de trabalho. Braga (2017) considera, ainda, que esse contexto, combinado aos serviços públicos deficitários, consolidou um modo de vida precário. Assim, a promessa da cidadania salarial se revelou pouco crível.

O autor reconhece o aumento dos gastos sociais e a redução da desigualdade no período, embora esta última tenha sido apenas entre os trabalhadores, mas faz ponderações. O aumento dos postos de emprego foi acompanhado pela maior precariedade do trabalho. Por essas razões, o autor acreditou que o lulismo se assentava em um terreno historicamente movediço.

Em seu estudo de caso com a indústria paulistana do *call center*, justificando que escolheu esse setor por ele sintetizar todas as principais transformações do mundo do trabalho daquela época, mostrando as interações entre trabalhadores, sindicalistas e governo federal, para o autor, a base da hegemonia lulista. Da mesma forma, expõe as contradições do modelo de desenvolvimento pós-fordista e periférico que predominou no Brasil até 2013/2014. Fica claro, pois, que apesar dos avanços da formalização do emprego, as condições precárias de vida e trabalho seguiram sendo reproduzidas, a exemplo dos baixos salários e do endividamento das famílias. O autor ressalta que esta não é uma novidade, um fato novo na história do Brasil. Ao contrário, trata-se de um traço histórico e estrutural do capitalismo periférico.

Com efeito, o setor de *call center* absorveu grande número de trabalhadores no período, em especial, mulheres jovens e não-brancas advindas da informalidade, que tiveram

acesso ao mercado formal de trabalho e alguma qualificação técnica. Assim, o telemarketing foi a principal porta de entrada de jovens na formalidade.

Ele destaca também que o mercado de trabalho brasileiro apresentou dificuldades para ofertar vagas mais qualificadas do que as encontradas no setor de serviços pessoais e na construção civil, por exemplo. Para além disso:

[...] as condições de trabalho estão se tornando mais degradadas, com o aumento da taxa de rotatividade e de flexibilização do emprego, sem mencionar o aumento no número de acidentes de trabalho no país. Assim, parece-nos mais ou menos claro que, conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, o controle sindical da insatisfação das bases trabalhistas com os baixos salários, com a deterioração das condições de trabalho e com o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras tornou-se mais problemático. (BRAGA, 2017, p. 103)

O autor cita como exemplo as greves dos bancários ocorridas a partir de 2008, uma resposta à precarização advinda das crescentes terceirizações a partir de 2003. Após período de quietude, foram verificadas greves e paralisações, mesmo contra a vontade das lideranças lulistas, uma vez que apenas as políticas públicas não estavam sendo capazes de suplantar as inquietações emergentes. Assim:

Como é possível perceber, os governos petistas deixaram um balanço ambíguo no tocante ao mundo do trabalho no Brasil. Apesar de não terem sido criados novos direitos trabalhistas, a formalização avançou, acompanhando o crescimento econômico e a geração de novos empregos. No entanto, os postos surgidos durante a vigência do lulismo concentraram-se nas faixas de remuneração mais baixas, denotando a precariedade das ocupações. Se a precarização do trabalho esteve mais ou menos diretamente relacionada à informalidade até os anos 1990, a partir dos anos 2000 percebemos uma nova realidade, na qual o emprego, mesmo formal, é terceirizado e sub-remunerado. Trata-se de uma situação híbrida, que rememora as combinações esdrúxulas, porém nada acidentais, criadas pela reprodução do capitalismo na semiperiferia. (BRAGA, 2017, p. 117)

Por estas razões, o autor sintetiza o mundo do trabalho na era Lula recorrendo à combinação contraditória formalização mais precarização. Segundo ele: “O novo emprego formal no país transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade” (BRAGA, 2017, p. 167). Como exemplos das formas precárias de trabalho temos cooperativas de trabalho, contratos de prestação de

serviços via pessoa jurídica (PJ) e terceirizações, que se tornaram parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.

Os dados mostram que, “em média, os trabalhadores terceirizados no Brasil recebem 24,7% a menos por uma jornada semanal 7,5 horas mais longa, submetendo-se a uma taxa de rotatividade 53,5% superior aos trabalhadores diretamente contratados” (BRAGA, 2017, p. 169). Cabe notar, ainda, que muitas vezes foi o próprio Estado que produziu a precarização através da terceirização nos serviços públicos. Em 2013, de acordo com os registros do Ministério do Trabalho, aproximadamente 35% dos trabalhadores do serviço público federal não eram servidores efetivos.

O quadro frágil de formalização leva, ainda, à despolitização das relações de trabalho. Além disso, o autor observou enfraquecimento dos movimentos sociais da periferia e o crescimento de ONG’s lideradas por ex-militantes que se destinam a atuar em projetos sociais em parceria com a prefeitura, substituindo “a reivindicação de direitos universais pelo ativismo em torno de políticas públicas focalizadas” (BRAGA, 2017, p. 171).

O resultado disso tudo, segundo Braga (2017), foi a consolidação de um modo de vida precário. Houve progresso material nas periferias, bem como ampliação dos serviços públicos, mas estes permanecem deficitários. Assim, “a tensão entre direitos sociais assegurados constitucionalmente e serviços públicos que negam na prática o acesso a esses direitos aprofundou a inquietação social ao longo de toda a era Lula” (BRAGA, 2017, p. 171-172).

O autor acredita que o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um bom exemplo para se analisar a angústia popular nas periferias. Explica ele:

Originalmente apresentado como uma demanda do setor da construção civil para sair da crise econômica instalada em 2008, o MCMV foi ampliado e transformado pelo segundo governo de Lula da Silva na política oficial de habitação do país. A estrutura do programa apoiou-se no subsídio governamental ao crédito para aquisição da casa própria. Em linhas gerais, trata-se de uma política que reproduz o padrão tradicional de articulação entre Estado e interesses privados no país, isto é, promove a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada. (BRAGA, 2017, p. 172)

Ocorre que, nas obras destinadas ao público de baixa renda, as construtoras optam por terrenos distantes dos centros urbanos, em áreas carentes de serviços públicos, reproduzindo o padrão brasileiro de segregação espacial entre ricos e pobres. Apesar de oferecer moradia

popular para uma parcela da população antes desassistida, o MCMV não rompeu com a segregação espacial, deixou seus beneficiários distantes das regiões onde estão os postos de trabalho e os serviços sociais, ao mesmo tempo em que serviu para fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada no endividamento das famílias trabalhadoras e na espoliação de suas economias.

O déficit habitacional, todavia, não foi atenuado. Segundo dados, ele subiu em 10% nas metrópoles brasileiras entre 2011 e 2012, sobretudo pelo aumento do valor dos aluguéis. Braga explica que

[...] ao longo da era Lula, o aluguel forçou as famílias trabalhadoras a se mudarem para bairros mais baratos e distantes, dificultando o acesso aos serviços públicos. [...] Ao fim e ao cabo, o que foi entregue ao precariado urbano por meio do reajuste do salário mínimo acima da inflação foi subtraído pelo aumento dos aluguéis. Isso sem mencionar o fato de que os conflitos urbanos se tornaram mais frequentes e violentos na medida em que as áreas valorizadas pelas incorporadoras e construtoras foram rareando. (BRAGA, 2017, p. 173)

No Rio de Janeiro, ainda mais emblemáticas foram as remoções para as obras da Copa do Mundo e Olimpíadas. A população removida foi deslocada para imóveis do MCMV na zona oeste, área notadamente mais mal servida de transportes, empregos e serviços.

2.8 Reconfiguração do movimento sindical

Segundo Galvão (2012), o movimento sindical passou por um processo de reconfiguração a partir de 2003. Por um lado, algumas correntes, descontentes com as medidas tomadas pelo governo, se desvincularam da CUT e fundaram outras organizações, como a Conlutas, em 2004, e a Intersindical, em 2006; por outro, houve uma aproximação entre as historicamente antagônicas CUT e Força Sindical. Estas já vinham diminuindo suas divergências desde os anos 1990, mas as tensões que ainda permaneciam nessa época foram desaparecendo durante a gestão de Lula, ao ponto da FS se juntar à CUT para compor a base de apoio do governo durante o segundo mandato, contando com participação no Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe destacar também a criação de organismos tripartite, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que, segundo a autora, foram estratégias do governo para envolver o movimento sindical em sua plataforma política. Pretendia-se, nesses espaços, discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, de modo a construir consensos sobre as questões polêmicas e, assim, diminuir as reações dos trabalhadores às medidas a serem adotadas.

Galvão (2012) lembra, ainda, da legislação aprovada em 2008, que garantiu o financiamento das centrais. Além de ter gerado um movimento de divisão e fusão de correntes sindicais, que visavam alcançar os requisitos para obter o repasse do imposto sindical. Isso demonstra, no entanto, uma tendência à acomodação política de parte do movimento sindical brasileiro.

A autora aponta uma unidade político-ideológica relativa entre seis das oito centrais sindicais existentes. Isso garantiu uma avaliação positiva do governo Lula e esvaziou as possibilidades de uma ação conjunta para defender os trabalhadores dos efeitos da crise pós-2008.

Cabe lembrar que o governo Lula não interrompeu o processo de flexibilização dos direitos trabalhistas que já vinha ocorrendo desde os anos de FHC, mas fez em menor ritmo, permitindo mudanças pontuais, como a lei do primeiro emprego por contratação temporária, dentre outros exemplos. De acordo com Galvão (2012):

Sob o governo Lula, a flexibilização é pensada para públicos-alvo (jovens ingressantes no mercado de trabalho, pessoa jurídica, micro e pequenas empresas) e não como medida geral (a exemplo de alterações no artigo 7º da Constituição ou a substituição do legislado pelo negociado, ambas medidas pretendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso). Ao invés de mudanças constitucionais, procede-se a pequenas mudanças na legislação ordinária. Essa estratégia, certamente, dificulta a resistência por parte dos trabalhadores e suas organizações sindicais, na medida em que não os atinge em seu conjunto (GALVÃO, 2012, p. 200-201).

Além dos trabalhadores do setor privado, servidores públicos também foram atingidos. Logo no início da era Lula, houve a controversa reforma da previdência do funcionalismo público. Posteriormente, procurou-se limitar o direito de greve com a implantação de novas regras, como a necessidade de aviso prévio de 72 horas, obrigatoriedade de manutenção dos serviços considerados essenciais, entre outras. A despeito dos espaços de negociação, Galvão (2012) esclarece que havia a reclamação, por parte dos servidores, de que estes não eram

ouvidos e que os acordos não eram cumpridos. Assim, as negociações realizadas pelo governo pareciam mais uma mera formalidade do que “democracia participativa”.

Ainda de acordo com a autora, foi nesse contexto que vários sindicatos deixaram a CUT, uma vez que não a consideravam combativa. Não obstante, em alguns momentos, a Central precisou adotar um discurso mais ofensivo, como no caso da lei complementar 92/2007, que previa a criação de fundações públicas de direito privado.

Conlutas e Intersindical, as centrais críticas ao governo, oriundas das dissidências da CUT, têm uma capacidade de mobilização pequena, na avaliação de Galvão (2012). Escrevendo ainda no contexto de hegemonia lulista, a autora identificou no alto índice de aprovação do governo a razão para isso.

2.8.1 Sindicalistas e fundos de pensão

Com Lula, muitos sindicalistas ascenderam a altos cargos do governo e empresas estatais. Para Braga, a década de 2000 marca o que o autor chamou de uma “reviravolta transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado. As razões para tal foram o preenchimento de número exponencial de cargos governamentais de direção e assessoramento por sindicalistas (cerca de 1.305 cargos com o poder de controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais). Além disso, a reforma sindical promovida pelo governo transferiu cerca de 100 milhões de reais, provenientes do imposto sindical, às centrais. Dessa forma, “o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país” (BRAGA, 2012, p. 204).

O sociólogo chama atenção também para os fundos de pensão, que tiveram posições estratégicas ocupadas por lideranças sindicais. Lembra, ainda, que a (contra) reforma da previdência aprovada logo no início do governo Lula, que retirou direitos dos servidores públicos, abriu caminho para a criação da previdência complementar no setor público e beneficiou enormemente os fundos de pensão estatais e privados. Para ele, os fundos de pensão tornaram-se peças-chaves para a reprodução do modelo de desenvolvimento do período apoiado nos seguintes “motores” de acumulação: bancos, mineração, petróleo, construção civil e agronegócios.

O autor acredita que os sindicalistas lulistas tinham a tese, embora nunca assumida, de que com a conquista do governo federal o movimento sindical iria recuperar sua força para promover lutas contra o empresariado e em benefício dos trabalhadores. Todavia, esses mesmos dirigentes acabaram sendo absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão, “transformando-se em verdadeiros administradores do investimento capitalista no país” (BRAGA, 2016, p. 58-59).

Ele apresenta o levantamento realizado por Maria Jardim, que

revelou que os sindicatos brasileiros dos setores bancários, eletricitários, telefônicos, petroleiros e de alguns segmentos metalúrgicos, assim como os dirigentes das três maiores centrais sindicais brasileiras à época – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores e Força Sindical –, passaram a reivindicar ao longo do primeiro governo Lula da Silva a criação de instituições de previdência privada para seus associados. Além disso, os dirigentes sindicais ascenderam à participação nos conselhos gestores dos fundos existentes, ampliando o escopo de sua representação sindical à poupança dos trabalhadores. (BRAGA, 2016, p. 62-63)

Paulani (2010) considera que as mudanças na previdência pública, como a imposição de tetos para aposentadorias, primeiro no setor privado, com FHC, e depois no setor público, com Lula, abriu a previdência à acumulação privada, sendo que Lula ofereceu a parte mais valiosa, haja vista que os servidores públicos têm salários mais elevados e risco praticamente nulo de desemprego.

Granemann (2012) explica que a previdência não sofre ataques por estar em crise, mas porque é uma forte potência de acumulação de recursos, com possibilidade de mobilizar imensas quantias de dinheiro por longo prazo. Isso faz dessa política pública uma saída para o capital se expandir e se reerguer em tempos de crise. Por isso, para o capital, a previdência não deve estar subordinada ao trabalho como no seu sentido tradicional de repartição solidária entre os trabalhadores.

A autora traz também o papel de antigas lideranças sindicais, de partidos de esquerda e movimentos sociais na consolidação do apoio social à burguesia para gerar o conformismo entre a classe trabalhadora. Ela lembra que Lênin chamou os trabalhadores que se tornaram a voz do capital na consolidação dos projetos burgueses de “agentes da burguesia”.

2.9 Conciliação de classes

No interior do governo Lula, dividindo cargos importantes, havia nomes do empresariado e de sindicalistas. Dirigentes sindicais ganharam postos de direção e assessoramento e diversos ministérios. No primeiro mandato de Lula, dos 64 ministros ou secretários com status de ministro nomeados, 17 eram ligados ao sindicalismo, sendo 14 dirigentes das centrais sindicais (BRAGA, 2016).

Antunes e outros (2020) compreendem que Lula implementou uma política policlassista com a programática baseada em três dimensões: social, sindical e de empregos. Essa política teve êxito por um longo período, tendo conquistado forte apoio de diferentes setores do empresariado, diversas frações burguesas, em especial a financeira e a industrial, bem como o agronegócio.

Boito Jr. (2012) aborda a composição da coalizão de classes que sustentou os governos encabeçados pelo PT. Ele parte do pressuposto de que, no Brasil, o capitalismo tem dependido de algum tipo de participação política das classes populares para poder se desenvolver, o que advém de características estruturais da economia, da sociedade e do Estado aqui constituídos, dada sua inserção tardia e dependente no capitalismo mundial.

Fortemente influenciado pelas ideias de Poulantzas, esse autor destaca, ainda, as relações entre as frações da classe dominante, que estão presentes no bloco no poder, com as camadas da classe trabalhadora, fora desse bloco. Destaca também, primordialmente, as vantagens que a grande burguesia interna logrou com essa aliança.

Ele acredita que essa frente se formou antes da eleição de Lula, tendo a grande burguesia interna, ou um setor dela, aceitado integrá-la ao perceber as contradições acumuladas ao longo dos anos 1990, com o programa neoliberal de FHC. Essa frente, que chegou ao governo em 2003, seria organizada, fundamentalmente, pelo PT e composta por distintas classes e frações de classes. O autor as elenca e destaca os benefícios obtidos por cada uma, ao participarem da coalizão.

Primeiramente, há a grande burguesia interna em diversas ramificações, que se unificaram para reivindicar favorecimento e proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro. Essa teria sido a maior beneficiária do pacto entre as classes, haja vista os esforços das equipes econômicas de Lula e Dilma para a geração de superávits na balança comercial, a política de financiamento do BNDES, as mudanças na política de compras do

Estado e das estatais, bem como o arquivamento das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Outras frações de classe envolvidas são: o operariado urbano e a classe média baixa, que foram favorecidos pela recuperação do emprego e pelo aumento anual do salário mínimo, e pelo conseqüente fortalecimento do poder de barganha dos sindicatos; o campesinato, que teve as portas abertas para o diálogo, em contraposição à criminalização a que era submetido no governo FHC, apesar de termos visto o número de desapropriações cair; os trabalhadores desempregados e subempregados, que têm, na concepção de Boito Jr, uma relação peculiar com a frente neodesenvolvimentista, uma vez que parte dessa fração de classe está organizada em movimentos populares e outra parte é desorganizada e foi incluída na frente através dos programas de transferência de renda.

Afirma o autor:

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As forças que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. (BOITO JR., 2012, p. 11)

Naturalmente, em 2012, quando escreveu esse texto, Boito Jr. não tinha como prever que essa coalizão, já enfraquecida, conseguiria reeleger Rousseff em 2014, mas não se manteria unida a ponto de impedir o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016. Certamente, setores dessa coalizão se realinharam politicamente e apoiaram o golpe, chamando-o de *impeachment*.

Por um lado, altos lucros para os capitais de praticamente todos os segmentos, por outro, uma política social muito mais ampla do que as dos governos anteriores, ainda que possa ser criticada, assim Antunes e outros (2020) definiram o período lulista.

Singer (2012) esboça uma hipótese acerca do governo de Lula, do qual participou. Para ele, seria a gestão petista um reformismo fraco. Fraco porque evita o confronto com o capital, e por isso é lento e bastante aquém do que seria um reformismo forte. O autor considera que o projeto de combate à pobreza possuiu quatro pilares: transferência de renda

aos mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo e aumento do emprego formal; que são exatamente as mesmas propostas do reformismo forte, embora de forma atenuada.

Essa tese é bastante questionável, haja vista que um reformismo deveria mexer nas estruturas geradoras da miséria existente no país. As políticas sociais da era Lula podem ser vistas de outra forma. Para Filgueiras e outros (2010)

[...] incorporam-se parcialmente as demandas dos setores subalternos, sem ferir os interesses do grande capital – que compreendeu a oportunidade e a importância de legitimação política do modelo de desenvolvimento que o governo FHC só conseguiu parcialmente na fase inicial do Plano Real. Isto foi feito com a expansão do crédito, em particular do crédito consignado, o aumento real do salário mínimo e a política social focalizada do programa Bolsa-Família. (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 63-64)

Braga (2016), por sua vez, explica de que modo o projeto lulista beneficiou as diferentes frações da classe trabalhadora brasileira. Segundo ele:

O *proletariado semirural* acantonado nos grotões foi beneficiado pelo programa Bolsa Família (BF), passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O *precariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido, alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas. (BRAGA, 2016, p. 87)

Como sabemos, esse modelo teve um limite, mas por um longo tempo teve êxito suficiente para reeleger Lula e garantir duas eleições de Rousseff. Como pontua o autor, “em um país mundialmente conhecido por desigualdades abissais, esse pequeno avanço foi suficientemente forte para sedimentar o consentimento dos subalternos à regulação lulista” (BRAGA, 2016, p. 87).

2.9.1 Burguesia no governo Lula

Quando analisamos a composição ministerial do governo Lula, percebemos a presença de sindicalistas da CUT e militantes de longa data do PT, mas também de nomes importantes do alto empresariado brasileiro.

Roberto Rodrigues esteve à frente da pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante todo o primeiro mandato e nos seis primeiros meses do segundo. Embora fosse professor da Unesp, Rodrigues era também presidente da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), entidade que, à época, reunia 45³⁰ grandes empresas, bancos e cooperativas ligadas ao agronegócio.³¹

Matéria publicada na *Folha de São Paulo* em 13/12/2002 dava destaque, sobretudo, ao fato do então futuro ministro se declarar contrário às “invasões” do MST. Nas palavras dele, a bandeira da reforma agrária era respeitável, mas discutível, o que justificava o armamento dos proprietários para se defenderem.³²

Já o escolhido para a pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, é um dos herdeiros da Sadia, uma das maiores agroindústrias brasileiras, e à época presidia seu conselho administrativo, além de fazer parte também da presidência da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em 1999, na gestão de FHC, já havia sido cotado para assumir o mesmo ministério.³³

Além dos ministérios supracitados, havia alta presença de representantes do capital no Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), como nos mostra Guiot (2015). De acordo com o autor, embora tenha sido criado como um órgão para representar os interesses das diversas entidades da sociedade civil brasileira, o CDES se tornou “de fato uma agência estatal permeada pelas frações burguesas do capital em geral e pela predominância de distintos setores da fração do capital produtora de valor.” (GUIOT, 2015, p. 79). Isso porque, durante o governo Lula, mais da metade dos participantes da plenária do CDES era composta por empresários vinculados a grandes grupos econômicos. Por isso, o historiador considera que o CDES tentava construir uma “democracia invertida”, uma vez que “a maioria real do conjunto de forças da sociedade ficava reduzida a uma minoria efetiva, em cujo interior predominavam grandes empresários e seus prepostos” (GUIOT, 2015, p. 80).

³⁰ Segundo o site da associação, hoje há 73 empresas cadastradas. <https://abag.com.br/associadas-abag/> Acesso em novembro de 2021.

³¹ A professora Virgínia Fontes cita a ABAG como um exemplo de agrupamento de grandes blocos de interesses, cujo objetivo principal é enfrentar as organizações da classe trabalhadora. Ver entrevista da professora em <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>

³² <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43530.shtml> Último acesso em novembro de 2021.

³³ [Folha Online - Brasil - Saiba mais sobre Furlan, ministro do Desenvolvimento de Lula - 13/12/2002 \(uol.com.br\)](https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43530.shtml) Último acesso em novembro de 2021.

Além dos grandes empresários, outros grupos participavam do CDES naquele período, embora em menor escala, como sindicalistas, entidades da sociedade civil, acadêmicos e personalidades. Os sindicalistas tiveram participação aquém dos demais grupos durante grande parte do período observado no estudo. Além disso, as lideranças presentes pertenciam à burocracia sindical, e não necessariamente atuavam na prática sindical. Cabe destacar que alguns conselheiros-sindicalistas eram gestores de fundos de pensão. Citando Lênin, o autor os classifica como “verdadeiros *agentes da burguesia* no seio do movimento operário” (GUIOT, 2015, p. 86).

Cabe destacar também que, segundo o autor, os empresários estavam mais organizados do que qualquer outro setor presente no CDES. Havia claro predomínio do setor industrial e agroindustrial, seguido pelo setor comercial e de serviços, e, por fim, pelo setor bancário e financeiro não bancário. O estudo observou, ainda, que várias das indústrias e agroindústrias que tinham representação no CDES eram beneficiadas com vultosos recursos do BNDES, e muitos dos conselheiros-empresários participavam também de entidades estritamente comprometidas com a visão de mundo burguesa e empenhadas na garantia dos interesses do grande capital, como a FIESP, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (GUIOT, 2015).

É possível notar, portanto, a presença de importantes setores do capital durante os anos Lula. Embora Guiot tenha feito sua pesquisa a partir do CDES, sabe-se que o empresariado estava envolvido nos mais diversos espaços daquele governo. Este se baseou na conciliação, tendo aberto frentes de diálogo tanto com a burguesia quanto com os trabalhadores, e privilegiado, em grande parte, a primeira, ainda que não tenha deixado de atender algumas demandas dos últimos.

2.9.2 Apassivamento da classe trabalhadora

Por um tempo, aparentemente o proletariado precarizado brasileiro esteve satisfeito com os modestos alívios em suas condições de existência proporcionados pelo lulismo. Observou-se recuo de mobilizações políticas e resultados eleitorais favoráveis ao PT. Com isso, grande parte do debate sobre o lulismo voltou-se para a quietude do proletariado (BRAGA, 2012).

Ao longo dos dois mandatos de Lula, a relação estabelecida entre o governo federal e os movimentos organizados da classe trabalhadora garantiu redução substancial do número de greves e demais manifestações sociais. Tal relação deve-se, notadamente, aos vínculos históricos entre o PT e os movimentos sociais, a exemplo do MST. No que concerne à CUT, com efeito, o transformismo de grupo que a afetou durante os anos 1990 contribuiu para a sua postura mais conciliadora durante os anos Lula, mas merece destaque o envolvimento de dirigentes sindicais em órgãos governamentais, conforme já mencionado anteriormente.

Pode-se afirmar, dessa forma, que o lulismo gerou um apassivamento da classe trabalhadora, o que perdurou até junho de 2013, já no governo Rousseff, quando manifestações espontâneas que se espalharam pelo país em um curto espaço de tempo demonstraram que a conciliação estava em risco. Mas, até aquele momento, a gestão petista vinha obtendo êxito ao privilegiar as negociações com a classe trabalhadora, sobretudo através das diversas conferências realizadas ao longo daqueles anos, que faziam um contraponto à truculência usada pelo governo FHC contra os movimentos sociais.

Segundo Braga (2016), houve também, a partir de 2003, uma reorientação do sindicalismo cutista no sentido de intensificar o diálogo social. A Central assumiu, assim, o protagonismo na tentativa de pacificação das tensões entre capital e trabalho. O autor explica que a justificativa utilizada para a transformação do sindicalismo em linha auxiliar do governo federal foi o argumento de que se tratava de uma oportunidade histórica fazer parte de um projeto de governo que era claramente a favor da participação dos sindicatos. Em decorrência disso, principalmente pelo apoio da CUT a uma agenda em torno das (contra) reformas previdenciária, tributária, sindical e trabalhista, a Central teve participação destacada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e no Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Arcary (2011) considera que, ao se transformar em partido de governo, o PT se tornou o principal responsável pela contenção social, já que visava garantir a governabilidade de Lula. Por longo período teve êxito, tanto que teve a maior e mais duradoura aceitação política dentre os presidentes pós-redemocratização.

Como visto no primeiro capítulo, ao analisar as administrações municipais do PT, Coelho (2005) considerou que o abafamento das contestações sociais promovidas pelos governantes, que pediam “paciência” em nome da governabilidade, acabou sendo útil à ordem vigente. Por isso, o historiador chamou essa parcela da esquerda de “esquerda para o capital”, enfatizando que aqueles que um dia foram intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, para

usar a categoria gramsciana, haviam se tornado intelectuais da burguesia no seio do proletariado. Com a eleição de Lula, em 2002, vimos esse fenômeno se ampliar para a esfera nacional.

Iasi (2012, p. 286) observou que “o capital em sua fase madura, parasitária, exige que seu domínio implique em um grau cada vez maior de cooptação e apassivamento do proletariado”. Para tanto, nada mais providencial do que o que aconteceu no Brasil: o maior partido da classe trabalhadora já fundado na América Latina, tendo à frente um ex-líder sindical, chegou à instância máxima de poder, mas em um momento em que já não pretendia mais superar a ordem vigente, tendo o objetivo apenas de administrá-la. Dessa forma, o que ocorreu foi o seguinte:

A mesma classe trabalhadora que entre o final da década de 1970 e boa parte dos anos 1990 equilibrou a correlação de forças e impôs patamares de resistência à acumulação de capitais, garantiu direitos e os inscreveu na ordem constitucional consagrada em 1988, parece assistir passiva ao desmonte dessas garantias e direitos, emprestando, ainda que de forma não ativa, seu respaldo à atual forma de acumulação que se implantou no início do século XXI. A mesma classe que resistiu ao desmonte do Estado e das políticas públicas alia-se aos seus antigos adversários para desarmar a classe trabalhadora diante da disputa do fundo público agora colocado a serviço da acumulação privada, em nome de um mito revivido: o desenvolvimento. (IASI, 2012, p. 286-287)

É nesse sentido que se insere o governo de coalizão de classes do PT, que numa suposta neutralidade – suposta porque a neutralidade é impossível em uma sociedade de classes –, tentou articular diferentes projetos de modo a atender interesses de trabalhadores e capitalistas. Esse pacto se apresentou na forma de uma democracia de cooptação e permitiu o disciplinamento da luta de classes. Os objetivos de tal pacto eram aqueles que serviam à acumulação de capital: crescimento econômico, reformas e ajustes do Estado, além de “oferecer o fundo público como alvo da valorização do capital estrangulado por sua crise”. Para tanto, desarmar a classe trabalhadora consistiu em condição fundamental, e isso foi feito graças à existência de uma burocracia “que negocia em nome da classe para implementar uma política contra seus verdadeiros interesses” (IASI, 2012, p. 315).

O autor conclui que a democracia de cooptação, que teve como base a focalização das ações sociais de modo a reduzir a pobreza absoluta, se desenvolveu a partir de um setor que emergiu da classe trabalhadora e, no poder, acabou por resolver os problemas de hegemonia da burguesia. Por isso, ele compara o PT à experiência da social-democracia que, “pensada

como um caminho alternativo para se chegar ao socialismo, torna-se mais um eficiente meio de evitá-lo” (IASI, 2012, p. 316).

A essa funcionalidade de um núcleo da classe trabalhadora para a consolidação da supremacia burguesa no Brasil, Francisco de Oliveira (2010a) atribuiu o termo “hegemonia às avessas”. Este fenômeno inclui a cooptação de amplos setores sociais, seja através da cooptação direta de dirigentes, como no caso dos sindicalistas, seja por meio da concessão de parques benefícios sociais, mas que parecem muito para quem pouco ou nada tinha, seja ainda via diálogos e negociações.

Braga (2012) defende que o lulismo representou uma “revolução passiva à brasileira” apoiada em duas formas de consentimento popular: o consentimento passivo das classes subalternas e o consentimento ativo das direções sindicais. Nas suas palavras:

Após a derrota da greve de 1980 e reconhecendo os riscos que a ruptura com a estrutura oficial trazia para a reprodução de seu próprio poder burocrático, a direção metalúrgica reconciliou-se progressivamente com o sindicalismo de Estado, sem, contudo, deixar de negociar concessões aos operários com as empresas. Por sua vez, esses progressos foram obtidos à custa da pacificação das assembleias operárias e da incorporação dos militantes de base mais destacados ao aparato burocrático. Após 2003, essa relação dialética de pacificação social, cujos protagonistas são as direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva, transformou-se no eixo da vida política nacional. O controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre o consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista. (BRAGA, 2012, p. 181-182)

Ademais, a década de 2000 marca o que o autor chamou de uma “reviravolta transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado. As razões para tal são o preenchimento de número exponencial de cargos governamentais de direção e assessoramento por sindicalistas (cerca de 1.305 cargos com o poder de controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais), bem como a ocupação de posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais também por líderes sindicais. Além disso, a reforma sindical promovida pelo governo transferiu cerca de 100 milhões de reais, provenientes do imposto sindical, às centrais. Dessa forma, “o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país” (BRAGA, 2012, p. 204).

O autor considera que houve um reforço da tutela do movimento sindical de base pelo aparelho de Estado, o que se deveu ao encontro de demandas represadas dos movimentos

sociais com o “transformismo sindical” efetivado pelo lulismo. Assim, para ele, Lula foi capaz de garantir a “incorporação de parte das reivindicações dos ‘de baixo’ com a bem orquestrada reação à subversividade esporádica dos subalternos”. Mas não só isso:

[...] da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal. (BRAGA, 2012, p. 213).

Em outro texto, o mesmo autor diz o seguinte: “trata-se de uma relação social de dominação apoiada na articulação entre o consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais” (BRAGA, 2017, p. 102). Em consequência do transformismo vivenciado pelas lideranças sindicais, estas se afastaram das demandas das bases sociais. Dessa forma, o autor considera que o transformismo da burocracia lulista foi além do imaginado por qualquer sindicalista populista no sentido de criar raízes profundas no Estado e nas empresas.

No que diz respeito ao “consentimento passivo das classes subalternas”, esse se deu pela tríade composta pelas políticas públicas distributivas, crescimento da economia e aumento e formalização do mercado de trabalho. Assim, foi possível o aumento do consumo e, com isso, um relativo progresso material. No entanto, esse processo trouxe consigo a precarização do trabalho e o endividamento das famílias.

Oliveira (2010a) elaborou a tese de que, com a despolitização da pobreza e da desigualdade promovida por Lula, que as transforma em questões administrativas com o BF, e a cooptação dos movimentos sociais, sobretudo devido aos altos cargos ofertados aos dirigentes sindicais, acabou-se gerando no Brasil uma “hegemonia às avessas”. Para ele:

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam peadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está

finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. (OLIVEIRA, 2010a, p. 26)

Para o sociólogo, isso denota um novo tipo de dominação, em que os dominados realizam uma “revolução moral”. Algo semelhante teria acontecido na África do Sul com Mandela. Em resumo, o autor explica sua hipótese da seguinte maneira:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominados – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. (OLIVEIRA, 2010a, p. 27)

Cerca de quatro anos depois de elaborar essa hipótese, quando o segundo mandato de Lula já se encaminhava para o seu fim, Oliveira (2010b) a revisitou. Ele deixa claro que nunca defendeu que Lula recebeu um mandato revolucionário de seus eleitores, mas sim um mandato reformista no sentido clássico do termo. Assim ele teria se proposto, e era esperado dele, avanços na socialização da política, como mais espaço para a participação popular, maior redistribuição de renda, bem como o fim do patrimonialismo. No entanto, os resultados foram o oposto.

Àquela altura já era possível avaliar que mesmo na economia, usada por Lula como um de seus principais trunfos, a taxa média de crescimento durante seus mandatos foi menor do que a média histórica. Ademais, este crescimento se baseou, sobretudo, na “vocação agrícola” do país, baseando-se na exportação de *commodities* agropecuários. Como lembra o autor, as exportações voltaram a ser lideradas por bens primários, o que não ocorria desde 1978.

A conclusão a que chega Oliveira (2010b) é que, diferente do que ensinava o socialista democrático Karl Polanyi, isto é, deter a autonomia do mercado e dos capitalistas, Lula fez aumentar essa autonomia, na esteira do neoliberalismo iniciado por Collor e seguido por FHC. Assim, “se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação” (OLIVEIRA, 2010b, p. 375).

Paulani (2010) acredita que o sucesso do governo Lula não pode ser encontrado no terreno econômico *stricto sensu*. A autora concorda com tese de Oliveira de “hegemonia às avessas” e explica que ela:

pode ser interpretada como sendo o resultado de uma separação insólita entre os papéis atribuídos à classe hegemônica, tal como concebida por Gramsci: uma classe exerce a liderança moral e intelectual, enquanto sua oposta exerce a liderança material. (PAULANI, 2010, p. 127)

E pontua que “o fato de a liderança moral ser exercida pela classe dominada é muito mais funcional para o exercício da liderança que importa (a material), do que no caso em que ambas as lideranças são exercidas pela classe dominante”. A situação pode ser observada de outro ângulo: pode-se considerar que a hegemonia continua sendo dos dominantes (do capital), mas é operada pelos dominados (que detêm o comando do Estado). O resultado de um outro ponto de vista é o mesmo (PAULANI, 2010, p. 127).

2.9.3 Reforma agrária

Desde seus documentos fundacionais o PT defendeu uma reforma agrária ampla sob o controle dos trabalhadores rurais. Por isso, esteve presente na criação do MST em 1984, com o qual preservou forte ligação desde então. Em 2000, quando o PT já estava em processo de transformismo, Lula ainda defendia a erradicação dos latifúndios e criticava o então presidente FHC por não fazê-lo:

Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terra! Isso não tem justificativa em nenhum país do mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos. (*apud* OLIVEIRA, 2010c, p. 326)

Em texto de 2003, o então presidente do PT, José Genoíno, afirmava que o aumento das ocupações de terras e dos acampamentos sinalizava a necessidade da implementação da reforma agrária, e que a eleição de Lula havia gerado essa expectativa. No entanto, argumentava que o movimento por terra precisava compreender que a demora nos trâmites de

desapropriação e a escassez de recursos impunham limites à velocidade dessa reforma. Portanto, a única saída racional e politicamente correta era a negociação entre governo e movimento de uma agenda realista de assentamentos. Em contrapartida, o movimento deveria se comprometer a agir “dentro da lei”.

Em seguida, Genoíno (2003) cita o agronegócio, graças ao qual o Brasil se tornou uma potência competitiva e exportadora na área. Segundo ele, seria desastroso para o país questionar a pluralidade dos modelos de exploração da agricultura. Ainda assim, reconhece o problema histórico do acesso à terra e reafirma o compromisso do PT com uma reforma agrária ampla e pacífica, afirmando a vontade política do governo Lula de realizá-la.

No entanto, o que se viu de concreto na gestão petista foi um reduzido número de assentamentos e a priorização do agronegócio. Como nos lembra Fernandes (2013), em 2003 Plínio de Arruda Sampaio coordenou uma equipe para a elaboração do Plano Nacional da Reforma Agrária, que previa o assentamento de 1 milhão de famílias entre 2004 e 2007, destinando para tal fim 120 milhões de hectares de terras obtidas através de desapropriação, regularização, permuta, compra e venda, embora fossem necessários apenas 35 milhões de hectares para assentar esse número de famílias. O autor considera a proposta modesta, uma vez que a agricultura capitalista detém aproximadamente 300 milhões de hectares, o que corresponde a 70% das propriedades agropecuárias. Isso significa que 35 milhões de hectares consistem em menos de 12% do território capitalista, o que não abalaria as estruturas do poder hegemônico. Ainda assim, a proposta não foi aceita pelo governo.

Com isso, naquele mesmo ano foi formulado o II Plano Nacional da Reforma Agrária, sob coordenação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. A meta era assentar 400 mil famílias, financiar terras para 130 mil e regularizar as terras de mais 500 mil famílias, tudo entre 2003 e 2006. Fernandes (2013, p. 195) avalia que:

Apesar de tímido, o II PRNA tentou seguir as metas da proposta elaborada por Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a “integração” do campesinato no capitalismo.

A meta, no entanto, não foi atingida. Ao final do segundo mandato de Lula apenas 37% dela havia sido cumprida. Deste total, 74% dos assentamentos foram realizados através da regularização fundiária de terras da União e apenas 11% de desapropriações, enquanto o restante proveio de compra de terras, reconhecimento etc (FERNANDES, 2013, p. 195).

Analisando os dados oficiais sobre os assentamentos, Ariovaldo U. de Oliveira (2010c) concluiu que o Incra manipulou informações porque catalogou como assentamentos novos tanto a regularização fundiária, quanto o reconhecimento de assentamentos antigos e os reassentamentos de atingidos por barragens. Portanto, é uma inverdade divulgar que 448.954 novas famílias foram assentadas entre 2003 e 2007 (prazo do II PNRA). Segundo ele, o número real de assentamentos novos no período foi de apenas 163 mil famílias. Em 2010 a maior parte daqueles que estavam acampados em 2003 continuava na mesma situação. Eram, de acordo com o autor, mais de 100 mil famílias.

Além disso, na Amazônia foram transferidos milhares de hectares de terras públicas para o que o autor chama de agrobandidismo. Isso foi feito através de assentamentos ilegais facilitados por funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, num esquema que regularizava terras griladas por madeireiros. Por isso, Oliveira (2010c) considera que na gestão petista ocorreu uma contrarreforma agrária, sobretudo porque o que começou de maneira ilícita e chegou a resultar na exoneração de funcionários, teve atenção do congresso e do presidente, que, por pressão do setor madeireiro, aprovaram leis que na prática davam aos grileiros o direito às terras, a exemplo das leis 11.196/05 e 11.763/08.

Mas, de acordo com Fernandes (2013), o principal motivo para a estagnação da reforma agrária é a prioridade dada ao agronegócio. Ele considera que houve a implementação de políticas para o desenvolvimento de agricultura camponesa, mas não o suficiente para diminuir o nível de subalternidade do campesinato ao agronegócio, tampouco para promover uma reforma agrária ampla.

2.9.4 Conferências e participação popular

De acordo com Avritzer (2012), as conferências nacionais tiveram início na era Vargas, quando aquele governo convocou a primeira conferência de saúde. A Constituição de 1988, por sua vez, institucionalizou conferências nas áreas de saúde e assistência social. No entanto, ainda segundo o autor, foi a partir de 2003 que essa forma de participação popular teve um grande impulso. De 115 conferências nacionais realizadas entre a década de 1940 e o ano de 2010, 74 delas ocorreram durante o governo Lula e abrangeram diversas áreas temáticas, como meio ambiente, cultura, direitos humanos, dentre outras. Podemos citar

também outras formas de participação popular no mesmo período, como os conselhos, consultas públicas, mesas de negociação e ouvidoria.

Devemos lembrar que, além de ser uma das bandeiras da luta pela redemocratização, a participação popular nos espaços institucionais esteve também na agenda do PT desde os anos 1980. Visto por este prisma, os diálogos que o governo federal promoveu com os movimentos sociais e segmentos da sociedade civil podem ser entendidos como uma possibilidade de intervenção dos trabalhadores nos processos decisórios. No entanto, o sentido dessa participação em espaços públicos não está previamente definido, podendo levar a experiências concretas de democratização ou não apresentar resultados efetivos.

Na análise de Avritzer (2012), as conferências trazem algum elemento de efetividade, mas também apresentam fortes lacunas. Para ele:

Estas lacunas são provocadas pelo fato de ainda não haver uma forma de gestão que se articule claramente com as decisões das conferências nacionais. Assim, as áreas com maior tradição de participação e que têm conselhos bem estruturados têm sido capazes de dar consequência às decisões das conferências. Em outras áreas é muito mais difícil e nuançado o quadro. A questão da efetividade das políticas participativas no plano nacional continuará, a meu ver, dependente da implementação de arranjos capazes de integrar participação e gestão. Estes arranjos é que podem eventualmente implementar de forma mais decisiva decisões de conferências que, para serem mais efetivas, terão também de ter prioridades mais claras. (AVRITZER, 2012, p. 22)

Outros autores expressam uma visão ainda mais crítica. Para Lesbaupin (2010, p. 3), o governo buscou passar aos movimentos sociais a aparência de um espaço de diálogo e participativo, recebendo suas lideranças para negociações, aberto às conferências. Ainda no último ano da gestão de Lula, o autor avaliou que “sem dúvida, há muito mais conferências neste governo do que no anterior, mas da participação à decisão política há uma grande distância, e o governo cede apenas no que quer”.

No geral, as críticas chamam atenção também para a falta de discussão de questões estruturais nesses espaços, para o baixo poder dos movimentos sociais nas decisões finais, como pontuado por Lesbaupin (2010), bem como para a baixa concretização das deliberações, como apontado por Avritzer (2012).

Apesar de ressaltar a importância dessas experiências participativas, Paludo (2019) destaca os seus limites:

[...] a participação não foi o método central do governo, não se destacou ao ponto de se tornar um estilo marcante da atuação política e de gestão das políticas públicas nas diferentes esferas de poder e nas diversas áreas de governo. Houve avanços, houve ampliação da participação quantitativa e qualitativamente, houve a consecução de algumas demandas, que inclusive se tornaram importantes programas de governo, ainda que as demandas, as sugestões, as propostas e as resoluções sejam muito amplas e a maioria não tenha tido execução. Percebe-se também a falta de interface entre as diferentes áreas e temas, não apenas do governo com a sociedade, mas internamente nos Ips [institutos participativos] e entre os órgãos, evitando que haja mais disputa de recursos do que uma cooperação e coordenação de programas. (PALUDO, 2019, s/p)

Além disso, o autor enfatiza que, apesar de um impulso qualitativo da participação social no Brasil, existiu um déficit no aspecto deliberativo e no controle social sobre as políticas públicas. Da mesma forma, permaneceu o desafio de potencializar as experiências de democracia participativa e articular de melhor maneira as experiências locais com as federais.

2.10 A eleição de Rousseff e a perpetuação do lulismo

Ao final do governo Lula, o cenário era animador:

Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, “descontando efeitos contábeis”, para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família (PBF). O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado. (SINGER, 2012, p. 8)

As medidas citadas, voltadas para a redução da pobreza e ativação do mercado interno, surtiram resultados considerados satisfatórios pelo governo e população em geral: o crescimento do PIB saltou para 7,5% em 2010, o desemprego caiu para 5,3%, o índice de Gini caiu de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010 (SINGER, 2012, p. 8).

Isso levou muitos analistas e intelectuais a vislumbrarem uma mudança efetiva. Singer (2012) cita entrevista de Maria da Conceição Tavares, na qual ela afirma que acreditava que o

país estava no rumo certo para a igualdade. Lembramos também Sader (2013), que acreditou estar sendo construída uma hegemonia pós-neoliberal no Brasil.

Singer (2012) considera que, no primeiro ano de seu mandato, Rousseff conseguiu equilibrar as tensões importadas para dentro do Estado e manter o discurso que equaciona, em estilo lulista, as disparidades do capitalismo nacional. Todavia, como veremos adiante, as contradições não tardaram a aparecer.

3 Crise do governo de conciliação de classes (2013-2016)

Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidente do Brasil, iniciou seu mandato em 2011, tentando seguir a mesma linha de seu antecessor. Com o programa Minha Casa Minha Vida como carro-chefe, conseguiu manter baixos índices de desemprego e seguiu aplicando a política de valorização do salário mínimo. O programa Bolsa Família foi mantido com papel de destaque. Esses fatores permitiram que Rousseff usasse a “histórica diminuição da desigualdade social” como principal trunfo na sua campanha de reeleição em 2014.

No entanto, naquele momento a situação já não era tão favorável à gestora petista. De acordo com os levantamentos realizados pelo IBOPE, em julho de 2011, 48% consideravam o governo ótimo ou bom e 36% consideravam regular. Em janeiro de 2013 os que consideravam ótimo ou bom subiram para 63%, enquanto 29% avaliavam como regular. Faltando pouco para a reeleição, em setembro de 2014, os que consideravam ótimo ou bom eram 38%, e os que avaliavam como regular eram 33%.³⁴ Apesar disso, a presidente terminou seu primeiro mandato, em dezembro de 2014, com 52% de aprovação, tendo subido quatro pontos percentuais desde setembro daquele ano.³⁵

Em 2016, por outro lado, Rousseff teve os piores índices de desaprovação da história. Em dezembro de 2015, mês em que o processo de *impeachment* foi aberto por Eduardo Cunha, chegou a 70% o percentual dos que consideravam seu governo ruim ou péssimo, ante apenas 9% de avaliação positiva e 20% de avaliação regular.³⁶

Nas páginas seguintes, tentaremos abordar alguns fatores que acreditamos terem sido decisivos para a crise e consequente queda do governo Dilma Rousseff. Dentre os elementos aos quais nos debruçaremos a partir de agora, estão a intensificação das manifestações populares que culminaram nas jornadas de junho de 2013 e a guinada deste movimento à direita, o crescente conservadorismo na sociedade brasileira, a crise econômica e o lavajatismo.

³⁴ <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/cni-ibope/avaliacao/dilma>

³⁵ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/17/interna_politica,600316/aumenta-popularidade-de-dilma-que-encerra-1-mandato-com-52-de-apro.html

³⁶ [Avaliação de Presidentes - CNI-IBOPE - Dilma | cem \(usp.br\)](#)

3.1 Fim do apassivamento? Antecedentes de 2013

Como visto no capítulo anterior desta tese, o governo Lula teve o papel de apassivar a classe trabalhadora brasileira. Em seu governo, houve significativa diminuição do número de greves e mobilizações populares, ao passo que havia diálogo do governo com os movimentos sociais, sobretudo através das conferências. Assim, algumas demandas dos trabalhadores foram atendidas, mas sempre às custas de, em nome da governabilidade, ter paciência e aguardar o momento certo para conquistas maiores.

Assim, as manifestações que varreram o país em junho de 2013 pareceram, a princípio, uma ruptura com o que vinha ocorrendo no campo das lutas sociais. Consideramos que aquele foi um momento decisivo para a gestão petista, o ponto inicial da crise que se seguiu. Todavia, como já afirmaram alguns analistas, junho de 2013 não foi um raio no céu azul.

O contexto já estava mudando há um tempo. As greves vinham crescendo gradativamente nos anos anteriores. Segundo publicação do DIEESE:

Os dados da série de greves revelam que o total de 554 ocorrências cadastradas em 2011 é o maior verificado desde 1997, ano em que foram registradas 631 greves. Tomados como referência, estes dois pontos – os anos de 1997 e de 2011 – delimitam um intervalo de 15 anos marcado pela relativa estabilidade do número de greves em baixo patamar. Esse dado contrasta com o período anterior – que pode ser delimitado *grosso modo* de meados da década de 1980 a meados da década de 1990 – caracterizado pela considerável frequência de movimentos grevistas, cujo destaque é o ano de 1989 quando foram registradas 1.962 greves. (DIEESE, 2012, p. 3-4)³⁷

Analisando os dados disponibilizados pelo DIEESE, pudemos perceber que as greves foram diminuindo a partir de 1996, ano no qual assistimos a 1.228 greves e paralisações. Nos anos seguintes, elas foram diminuindo gradativamente, passando de 631 em 1997 para 298 no último ano de FHC, em 2002. O primeiro ano da era Lula teve um total de 340 greves. O número voltou a diminuir ou permanecer estável até 2007, mas em 2008 houve um aumento e chegou ao total de 411.

Segundo a análise de Braga (2015), desde 2008 a atividade grevista foi retomada de forma aparentemente consistente, apontando para uma insatisfação mais profunda. As greves

37 https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.html

bancárias se tornaram praticamente rotineiras em várias capitais. Outras categorias também retomaram as atividades de mobilização, como professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil e rodoviários.

Entre 2010 e 2011 as greves aumentaram em 24%, sendo que algumas, como dos bancários e dos funcionários dos correios, foram mais longas do que o habitual. Em sua opinião, isso significa que os trabalhadores estavam percebendo que o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo lulismo não era capaz de prover progresso material da forma como queria fazer crer o *marketing* governamental.

O impulso grevista, para ele, permaneceu ativo em 2012:

[...] em Belo Monte, cerca de 7 mil trabalhadores espalhados por todas as frentes de trabalho da usina hidrelétrica cruzaram os braços por 12 dias; no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí (RJ), pelo menos 15 mil trabalhadores entraram em greve no dia 9 de abril, permanecendo 31 dias parados; ainda no início do ano, foram registrados 10 dias de greve em Jirau e na plataforma da Petrobras em São Roque do Paraguaçu (BA); além de novas paralisações em Suape, greves em várias obras dos estádios da Copa do Mundo de futebol etc. (BRAGA, 2015, p. 85)

Analisando os dados, o autor considerou que era possível perceber a mudança de comportamento político dos grevistas. As reivindicações dos trabalhadores da esfera privada incluíam participação nos lucros e resultados, ajuste do tíquete-alimentação, assistência médica, reclamações por atrasos dos salários e depósitos do FGTS. Esses são, em sua visão, sinais que apontam para a deterioração do ambiente empresarial, no caso das greves na indústria, bem como a degradação das condições de consumo, no caso também dos trabalhadores do setor de serviços.

Ele acredita que o sindicalismo lulista não tinha interesse em mobilizar os trabalhadores, motivo pelo qual o ritmo das greves dos anos 2000 havia sido relativamente lento, mas o ciclo de greves e paralisações no canteiros de obras do PAC e no setor da construção civil no Norte e Nordeste, bem como greves de bancários, de professores e de trabalhadores dos correios deixaram claro o aumento do interesse do precariado brasileiro nas atividades sindicais.

Articulando os eventos brasileiros à conjuntura global, Braga (2015) considera que as metamorfoses do trabalho no contexto de globalização capitalista, com aumento da

precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, deu início a um novo ciclo de rebeliões sociais nas regiões periféricas e semiperiféricas do capitalismo.

3.2 Manifestações de 2013

No dia 06 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) promoveu um protesto em São Paulo contra o aumento de 20 centavos no valor da passagem dos transportes públicos municipais e intermunicipais. Cabe destacar que o aumento estava programado para janeiro daquele ano, mas a presidente Dilma solicitou o adiamento para não impactar nos índices de inflação. Assim, o reajuste foi anunciado em junho, provocando a reação do MPL. Desde sua fundação, em 2005, este movimento já vinha liderando manifestações contra o aumento tarifário dos transportes, e em 2013, antes mesmo de junho, já havia promovido atos em Taboão da Serra-SP (janeiro) e Porto Alegre (abril).

Em publicação do final daquele ano, após a ampla repercussão que as manifestações de junho tiveram, o MPL relatou que sua história remonta a 2003, quando uma série de protestos ocorreram em Salvador durante todo o mês de agosto em resposta ao aumento da tarifa do ônibus, o que ficou conhecido como Revolta do Buzu. No ano seguinte, em 2004, protestos motivados pela mesma razão ocorreram em Florianópolis. Na Revolta da Catraca, como ficou conhecido o movimento da capital catarinense, manifestantes ocuparam terminais e bloquearam a ponte que dá acesso à ilha. Com isso, o aumento das passagens acabou sendo revogado pelo poder público. Vem daí a base para a criação do MPL, em 2005:

Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior. (MPL, 2013, p. 33)

Inicialmente, visando apenas o passe livre estudantil, o movimento acabou se ampliando em torno da pauta sobre o direito à cidade, ou seja, o entendimento de que o acesso à cidade é direito dos trabalhadores e o transporte público é o meio de usufruí-lo, sendo a tarifa o impeditivo para tal. A partir de sua fundação, o MPL liderou atos contra o aumento

tarifário em diversas capitais, obtendo vitórias importantes, como a revogação do aumento, em muitos casos, e a aprovação do passe livre estudantil, dentre outras conquistas.

É considerando essa origem orgânica e popular do movimento que iniciou as manifestações de 2013, bem como a espontaneidade do crescimento dos atos daquele emblemático mês de junho, que discordamos dos analistas que, ao levarem em conta o desenrolar dos acontecimentos, com forte guinada à direita, avaliaram que as jornadas foram uma ação planejada por grupos conservadores e neoliberais que visavam à derrubada de Rouseff.

Dessa forma, avaliamos que os eventos ocorridos naquele momento, ao contrário de serem articulados por forças obscuras e eficientes a ponto de conseguirem conquistar o objetivo de derrubar o governo, consistiram no resultado de um acúmulo de insatisfação provocado pela frustração de grande parcela da população trabalhadora que almejava melhores condições de vida e trabalho, e por um tempo acreditou que estava conseguindo. No entanto, essa ascensão esbarrou em um teto. Como visto no capítulo anterior, por mais que houvesse emprego, grande parte das contratações eram precarizadas; ainda que a renda aumentasse e fosse possível adquirir bens de consumo, havia aumento do endividamento, já que a renda não aumentava o bastante; mesmo que muitas famílias estivessem colocando filhos em faculdades pela primeira vez, o mercado de trabalho não absorvia mão-de-obra qualificada na mesma proporção em que ela era formada, dentre outros aspectos.

Vainer (2013) lembra que o irromper das manifestações de junho de 2013 pegou os governantes, políticos, a imprensa e até mesmo os cientistas políticos de surpresa. Tal surpresa se deu pela rapidez com que os protestos se espalharam, pela multidão que angariaram, bem como pela diversidade de temas e problemas levantados. Mas para ele:

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se. (VAINER, 2013, p. 88)

Para Maricato (2013), quem acompanhava o dia-a-dia das grandes cidades não se surpreendeu com as manifestações. O preço dos imóveis, por exemplo, sofreu um aumento de 153% em São Paulo entre os anos de 2009 e 2012, e de 184% no Rio de Janeiro no mesmo período. De acordo com a autora, isso ocorreu devido ao lançamento do PAC II e do programa

habitacional Minha Casa Minha Vida, desenhado pelo empresariado da construção civil e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. O investimento privado no mercado residencial teve aumento de 45 vezes entre 2002 e 2011, passando de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 79,9 bilhões, enquanto os subsídios governamentais subiram de R\$ 784.727 milhões para R\$ 5,3 bilhões. A proximidade dos megaeventos – Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016 – agravou a questão devido às remoções para a efetivação das obras. Assim:

A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. (MARICATO, 2013, p. 55-56)

Outro problema vivenciado pelos moradores das grandes cidades era, com efeito, a ineficiência e o preço do transporte público. Conforme relata a autora, até um terço da população de São Paulo levava mais de três horas diárias em viagens para chegar ao trabalho e voltar para casa. Além da precariedade do transporte coletivo, a desoneração dos automóveis fez dobrar o número de carros, resultando na piora do tráfego. As políticas da área de transporte deram prioridade ao transporte individual e a obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis.

De acordo com Vainer (2013, p. 94-95):

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto.

Cabe lembrar que em 2011 uma onda de manifestações varreu a Europa e países do Oriente Médio. Zizek (2013) afirma que, embora muitos analistas insistissem que aqueles movimentos não faziam parte de um todo, de uma mesma insatisfação global, uma vez que cada um tinha um motivador diferente, é preciso ressuscitar a categoria marxiana de totalidade; no caso, a totalidade do capitalismo global. Ele explica:

O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político. (ZIZEK, 2013, p. 255-256)

Continua o autor:

O que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual. (ZIZEK, 2013, p. 256)

Ele lembra, ainda, que muitos lugares que haviam prosperado nos anos anteriores, e portanto, em tese, onde não haveria tantas razões para protestos, mantinham em seus “porões” trabalhadores altamente precarizados, a exemplo do Qatar e Dubai, onde, por trás do *glamour*, há imigrantes praticamente escravizados nos bastidores.

No Brasil, segundo Braga (2015), quando as manifestações se tornaram grandes, três hipóteses surgiram:

1) jornalistas que apoiavam o governo, a exemplo de Paulo Henrique Amorim, acreditaram se tratar de um golpe orquestrado pela mídia, sobretudo devido à ampla cobertura em tempo real e o espaço dedicado nos telejornais, bem como pela presença das classes médias tradicionais nos protestos. Braga (2015) afirma, no entanto, que essa hipótese falha por não poder explicar a origem popular dos protestos e a defesa dos serviços públicos como saúde e educação.

2) a cúpula do PT tentou argumentar que o sucesso das políticas públicas dos últimos dez anos foi tanta que as expectativas aumentaram e a “nova classe média” foi às ruas exigir mais. O autor indaga por que a elevação das expectativas resultaria em atos com 8 milhões de pessoas justamente no mês de junho.

3) a terceira hipótese relacionava as Jornadas de Junho ao contexto de protestos ao redor do mundo que já vinham desde 2011. Uma cultura política democrática nascida com o auxílio das redes sociais estaria se chocando com um sistema político hierarquizado e resistente à

participação popular. Para o autor, isso ignora tanto o evento detonador quanto a abrangência dos atos ocorridos no Brasil.

Mas Braga (2015) considera que todas as três hipóteses carregam um pouco de verdade, afinal, muitos foram às ruas após ver os atos na mídia, da mesma forma que houve um aumento das expectativas com os serviços públicos e uma nova cultura política democrática desenvolveu-se no Brasil. Todavia, os protestos não tiveram a dimensão política atribuída por essas hipóteses. Para o sociólogo:

Sem se embrenhar na dialética social existente entre a forma assumida pela luta política em junho passado e a transformação da estrutura de classes do país ocorrida na última década, tais teses acabam pecando por certa unilateralidade na abordagem dos protestos, obnubilando a compreensão de seus desdobramentos atuais. (BRAGA, 2015, p. 150)

Como o autor já vinha defendendo anteriormente, para ele, o modelo de desenvolvimento da gestão petista, em vez de consolidar a hegemonia política do PT, alimentava um estado permanente de inquietação social que podia se transformar em indignação popular. Por isso, para os analistas que estudavam mais a fundo as condições da classe trabalhadora naquele período, o irromper das manifestações não chegou a ser uma surpresa. Aliás, o número de greves, como já salientado, vinha crescendo desde 2008 e bateu recorde em 2012. Ademais, a partir de 2010 a oferta de emprego começou a cair ininterruptamente. Assim, o país vivenciava um momento que mesclava desaceleração da economia, mobilizações sociais e desgaste do modelo de desenvolvimento adotado no período (BRAGA, 2015, p. 156).

Segundo pesquisa apresentada pelo autor, a grande maioria dos manifestantes de junho era composta por jovens trabalhadores escolarizados, mas mal remunerados.

Desnudada pelos jornais, a brutalidade militar exercida sobre uma reivindicação considerada justa pela população despertou na juventude trabalhadora a consciência de ‘fazer explodir o contínuo da história’, como diria Walter Benjamin. (BRAGA, 2015, p. 158)

Assim, protestos inicialmente contra o aumento das passagens adquiriram outros alvos, como os altos gastos com a Copa do Mundo e as condições da educação e saúde públicas. Uma constante nos cartazes era a frase: “Queremos hospitais padrão FIFA”, em uma

alusão às exigências da FIFA para os estádios de futebol que elevavam os gastos do Estado com as arenas.

Relacionando os eventos de junho de 2013 com o processo de formação da consciência de classe, Iasi (2013) explica que normalmente as pessoas vivenciam as contradições urbanas de forma individual, isto é, estão no mesmo lugar, passando pelas mesmas experiências, “mas não formam um grupo, e sim um coletivo serial no qual prevalece a indiferença mútua” (p. 102).

O grupo se forma no momento em que, nas palavras do autor, “a impossibilidade se torna ela mesma impossível”. Ocorre, assim, a passagem da serialidade para a explosão de massas que presenciamos no Brasil e em várias partes do mundo” (IASI, 2013, p. 110). Dessa forma, ao contrário do que uma análise rápida pode fazer supor, e do que alguns acreditaram ser realidade, o *start* das manifestações não se deu exatamente pela comunicação e organização via redes sociais. Afirma Iasi:

O que move a classe e seus setores internos de um momento para o outro do processo de consciência não é a propaganda de um setor esclarecido (com o desvelamento de nexos mais particulares ou universais da totalidade) sobre aqueles não esclarecidos, salvando-os das trevas, procedimento agora facilitado por meios digitais de divulgação. Este é um mito que herdamos da burguesia e sua fé na educação, agora apenas atualizado ao saltar da prensa de Gutenberg para os *ágeis* teclados de *smartphones*. (IASI, 2013, p. 109-110)

O autor considera que, visto o caminho escolhido pelo PT de coalizão de classes e acordo com a burguesia, sua estratégia que acabou desarmando a classe trabalhadora e sacrificando sua independência em nome da governabilidade, sem jamais convocar a ação política da classe, a explosão de 2013 e a forma como ela se deu são compreensíveis. Ao contrário do que previa o projeto democrático-popular, não houve um acúmulo de forças capaz de gerar uma democratização que preparasse o terreno para avanços futuros. Ao contrário, ocorreu a reversão da consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum.

Assim, a explosão das contradições se manifestou de forma multifacetada, congregando elementos contra a ordem, elementos contra o governo e elementos conservadores. O nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo e a retomada da extrema direita se fizeram presentes, causando preocupação nos campos progressistas envolvidos. Isso

abriu espaço para que a mídia tentasse pautar o movimento, sendo o combate à corrupção a principal bandeira surgida.

O autor argumenta, ainda, que o governo tinha tanta confiança na passividade dos movimentos sociais que a presidente Dilma negociou para que o aumento das passagens fosse jogado para junho, pouco tempo antes da Copa das Confederações, talvez por acreditar que a população estaria ocupada demais torcendo pela seleção brasileira e não repararia se um grupo de jovens estivesse protestando contra o aumento.

Cabe observar que o MPL já vinha promovendo atos de menor dimensão no mês anterior. Houve uma manifestação no dia 03 de junho, quando a PM foi chamada para conter o protesto. Em novo ato no dia 06, a PM respondeu com bastante violência, usando gás lacrimogênio e balas de borrachas. Também houve ato e confronto com a polícia no Rio de Janeiro.³⁸

No dia seguinte, mais um protesto em São Paulo reuniu cerca duas mil pessoas. As coisas se intensificaram na outra semana, quando os protestos continuaram e os prefeitos e governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro criticaram os protestos e defenderam a repressão policial. Reportagem do Portal G1 do dia 11 trazia a seguinte chamada: “Paes critica manifestantes”. No dia 12, mais três reportagens: “Haddad diz não dialogar com violência”, “Alckmin chama manifestantes de baderneiros” e “Cabral questiona interesses dos militantes”. À época, como todos devem recordar, Eduardo Paes era prefeito do Rio, Fernando Haddad prefeito de São Paulo, Geraldo Alckmin governador de SP e Sérgio Cabral governador do RJ.³⁹

O dia 13 de junho marcou o quarto e mais violento dia de protesto na capital paulista, com dezenas de feridos e quase duzentos detidos. Segundo reportagem da época, a Anistia Internacional mostrava preocupação com o aumento da repressão às manifestações, bem como com o discurso das autoridades.⁴⁰

Vainer (2013) acredita que a dura repressão policial aos protestos tenha ligação com os grandes eventos marcados para ocorrerem no país a partir daquele ano – Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016. Segundo sua visão, havia preocupação dos governantes de que as manifestações pudessem manchar a imagem do Brasil justamente em um momento no qual as atenções do mundo estariam

38 <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>

39 <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>

40 <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>

voltadas para cá. Não à toa, o ministro da Justiça apareceu no principal telejornal para colocar a Força Nacional à disposição dos governos estaduais e municipais.

Até o dia 13, os atos no Rio e São Paulo reuniam alguns milhares de participantes. Foi a partir dali que a adesão aumentou. No dia 17 mais de 270 mil pessoas estiveram presentes em protestos em mais de 30 cidades pelo país. A simpatia da população já havia sido conquistada. Viana (2013) descreve um momento curioso que indica isso.

No dia 13 de junho, momento do quarto protesto contra o aumento das passagens na cidade de São Paulo, o programa Brasil Urgente, apresentado por José Luiz Datena no canal Bandeirantes, exibia imagens ao vivo, enquanto seu apresentador demonstrava indignação com aqueles jovens fazendo “baderna” e “impedindo o direito de ir e vir dos cidadãos”, segundo ele. Nas palavras ditas por Datena, “protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública”.

Além disso, argumentava que “isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento” (DATENA *apud* VIANA, 2013, p. 132-133). Na sequência, lançou uma enquete que questionava se os telespectadores eram a favor desse tipo de protesto. Para sua surpresa, a maioria dizia ser a favor. Não conformado com a resposta do público, o apresentador reclamava: “Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...”.

Então, Datena decidiu reformular a pergunta. Para o novo questionamento, “você é a favor de protesto com baderna?”, a resposta do público foi novamente favorável. O apresentador se deu por vencido: “Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]” (DATENA *apud* VIANA, 2013, p. 134).

A cobertura da mídia aos protestos não se limitou a isso. Percebendo a amplitude dos que estava ocorrendo, os principais telejornais cobriam os eventos. Canais de notícia transmitiam em tempo real. Comentaristas televisivos davam seus palpites. Alguns deles criticavam a motivação, argumentando que vinte centavos, o valor do aumento das tarifas dos transportes, era muito pouco para motivar protestos de tamanho impacto. Merece destaque o comentário de Arnaldo Jabor no Jornal da Globo no dia 12 de junho.

Segundo ele, não fazia sentido que os protestos estivessem ocorrendo por apenas 20 centavos, uma vez que era visível, em sua ótica, que os participantes eram filhos de classe média, e não pobres que precisariam daquele dinheiro. Talvez os atos tivessem influência daqueles que ocorriam na Turquia, mas lá havia uma clara motivação, pois se tratava de

resistência ao islamismo fanático. Mas no contexto das manifestações brasileiras, de acordo com ele, não havia causa, então talvez o motivo fosse a ausência de causa, a ignorância política misturada a um rancor sem rumo. Então ele sugeriu uma pauta para os protestos: a PEC 37, que visava impedir o Ministério Público de investigar e seria votada no Congresso no dia 26.⁴¹

Peschanski (2013) considera que uma característica peculiar daquelas mobilizações foi seu caráter propositivo, uma vez que era mais “a favor” de algo do que “contra”. Ou seja, mais do que contra os 20 centavos de aumento da tarifa de transportes, o MPL colocava em pauta a discussão acerca da proposta de tarifa zero do transporte público.

A autora argumenta que tal proposta é especialmente justa no Brasil, pois aqui as montadoras repassam cada vez mais os seus custos ao Estado e aos cidadãos, uma vez que obtêm do governo redução de impostos, bem como seus compradores têm facilidade de crédito. Isso elevou enormemente a venda de carros individuais. Na opinião dela, o imposto sobre as montadoras deveria aumentar, como acontece com outros produtos nocivos, em vez de diminuir; e deveria aumentar também, paulatinamente, o imposto sobre o consumidor do transporte individual à medida que um sistema de transporte público funcional e gratuito se consolide.

Os manifestantes respondiam às críticas dos comentaristas televisivos com cartazes com dizeres como: “Não é por 20 centavos”, “É pelos nossos direitos”, “É por saúde e educação”, etc. Souto Maior (2013) acredita que aquelas manifestações, apesar de sua complexidade, não deixaram dúvida de que a população almejava mais serviços públicos e de qualidade.

Mas à medida que as ruas ganhavam adesão, as pautas se multiplicavam. Às reivindicações acerca de políticas públicas e direitos sociais foram somadas queixas sobre corrupção, em especial. Cabe observar o papel do *cyber* grupo Anonymous.

O grupo de hackers que – como o nome diz – são anônimos, ganhou destaque através da internet e se portou como líder das manifestações. Após o comentário de Arnaldo Jabor, o grupo divulgou um vídeo afirmando que a PEC 37 era uma preocupação do movimento e seria debatida no momento certo. A partir dali, essa passou a ser uma das principais pautas do protesto. Assim, um movimento que teve início em torno da agenda ligada ao direito à cidade e a serviços públicos foi se diversificando e se voltando, em ritmo acelerado, para a pauta

41 <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>

anticorrupção por influência de um comentarista televisivo conservador e de um grupo cuja cara ninguém conhece.

O site Brasil 247 trás publicação datada de 21 de junho de 2013 que mostra que vídeo do Anonymous chamado “As cinco causas” recebeu mais de um milhão de visualizações em 24 horas. Essas causas eram as seguintes: arquivamento da PEC 37, saída de Renan Calheiros da presidência do Senado, investigação das irregularidades nas obras da Copa do Mundo de 2014, aprovação no Congresso de lei que transformasse corrupção em crime hediondo e fim do foro privilegiado para autoridades.⁴² Percebe-se, pois, uma agenda que já havia se voltado integralmente para a pauta anticorrupção.

Não queremos dizer com isso que a corrupção endêmica que vivenciamos no Brasil não deva ser motivo de revolta popular, mas essa não era a questão que deu origem ao movimento, e nem a motivação que levou aqueles jovens a tomarem as ruas e arriscarem sua integridade física em confrontos com a polícia. Com a guinada da pauta, as jornadas de junho se tornaram difusas e foram chamariz para setores conservadores e/ou despolitizados, que contaminaram os atos com o antipartidarismo e o nacionalismo exacerbado.

Dissertando sobre os acontecimentos, Secco (2013) acredita que a perplexidade adveio do fato de serem manifestações puramente políticas, embora tenham sido detonadas pelo aumento das passagens, que se espalharam por aproximadamente quinhentas cidades, mesmo após a revogação do aumento em mais de cem dessas cidades.

O autor cita matéria de jornal impresso da época:

Segundo a Folha de S.Paulo, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%. Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes. Além disso, a preferência partidária sempre foi baixa no Brasil, embora tenha se revelado ainda menor na pesquisa citada. (SECCO, 2013, p. 171)

Secco (2013) lembra que nos atos ocorridos em São Paulo nos dias 20 e 22 a pauta se duplicou. De um lado havia a pauta relacionada à tarifa dos transportes, colocada pelo MPL, que já vinha desde o início dos protestos. De outro, uma pauta foi colocada de cima para baixo através dos veículos de comunicação. De acordo com ele:

42 <https://www.brasil247.com/brasil/anonymous-dita-em-video-a-agenda-do-movimento>

A pauta massificada nasce de baixo apenas aparentemente. Num universo de simulacros desprendidos de suas bases, em que os indivíduos relacionam-se diretamente sem mediações visíveis, os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política. Assim, ela se reduz a uma crítica generalizada dos próprios políticos profissionais, *mas não do modo de produção da política*, enredando-se num emaranhado abstrato. A totalização de suas demandas teria de ser mais do que a simples soma das partes que se despem de modo fragmentado nas ruas. O protesto sustentado pelo capital monopolista, invertido nos meios de comunicação de massa, se torna uma *flash mob*. (SECCO, 2013, p. 172)

Assim, apesar dos protestos terem sido, em sua grande maioria, marcados através das redes sociais, especialmente por meio da aba “evento” do Facebook, os temas continuaram sendo produzidos pela mídia hegemônica, que em sua cobertura tratava as passeatas como aceitáveis desde que a ação dos “vândalos” fosse rechaçada.

Trazendo a cronologia dos fatos, Secco (2013) nos lembra que:

os dois primeiros atos seguiram a tradicional capacidade de arregimentação do MPL em protestos de rua (cerca de 2 mil pessoas). O quarto ato ainda foi pequeno, mas a repressão policial desencadeou uma onda de solidariedade ao MPL, o que levou ao ato seguinte cerca de 250 mil pessoas. O sexto ato manteve parte do ímpeto (18 de junho) e, logo depois, os governos baixaram as tarifas de ônibus e metrô. Foi a vitória do movimento popular. Mas como sói acontecer na história, a afirmação do movimento popular trazia em si a sua negação. (SECCO, 2013, p. 174)

O autor acredita que a violenta repressão policial a jornalistas e a jovens aparentemente de “classe média” pode ter facilitado a solidariedade ao movimento. A mídia conservadora se viu, assim, forçada a apoiar os protestos, mas imprimiu sua própria pauta. Dessa forma, “o decisivo não foi a violência, tão *natural* contra trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa” (SECCO, 2013, p. 176).

Em 20 de junho, novo ato. Este contou com a participação de aproximadamente 1 milhão de pessoas em cerca de 400 cidades, sendo 22 capitais. Para Braga (2015), aquela explosão de indignação popular só teve precedente no que tange à amplitude nas Diretas Já, em 1985, e no Fora Collor, em 1992.

Ele acredita que

talvez seja possível sugerir que sua explosão deveu-se a uma *processualidade interna*, de superação de um longo período de letargia, articulada com uma *processualidade externa*, caracterizada

por uma época de sublevações em escala global, que se ampliaram enormemente a partir da crise estrutural de 2008. (BRAGA, 2015, p. 114)

No dia 20, no entanto, a manifestação já apresentava outra cara. Conforme explica Secco (2013), embora grande parte dos manifestantes fossem os mesmos que já estavam nas ruas há vários dias, com suas pautas progressistas, grupos conservadores, que ele considera neonazistas, se vestiam de verde-amarelo e tentavam expulsar aqueles que carregavam bandeiras de partidos. Essa mudança ideológica coincidiu com a queda abrupta do número de pessoas presentes nos atos a partir de então. O movimento que começou apartidário havia se tornado antipartidário.

Mesmo com a queda no número de manifestantes, o espalhamento geográfico dos protestos de manteve elevado. Via-se agora a interiorização das manifestações, até então predominantes nas capitais, seguindo a mudança ideológica e a fragmentação das pautas reivindicadas. O MPL foi, sem dúvida, a organização dirigente da primeira fase dos protestos, mas não tinha mais qualquer poder sobre essa nova fase. De acordo com o autor:

Agora estamos finalmente diante de revoltas em países de industrialização periférica. Obviamente, cada uma delas é diferente entre si. As revoltas no sul da Europa, em Istambul ou no mundo árabe respondem a problemas domésticos. A pergunta a se fazer é: por que, sendo tão diferentes, guardam entre si um ar de familiaridade? São revoltas disseminadas pelas redes virtuais, nas quais as pessoas agem como singularidades, mas o conjunto é construído pela reação calculada dos donos do poder e da informação. Assim, sua potencialidade revolucionária pode ser cooptada, como foi visto anteriormente. (SECCO, 2013, p. 181)

Lima (2013) nos recorda que, num primeiro momento, a mídia condenou as manifestações, defendendo sua repressão com rigor. No entanto, sua avaliação inicial foi alterada devido à grande adesão popular aos atos. Começou, então, a cobrir em tempo real, se posicionando como uma observadora imparcial. Nas palavras da autora:

O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes. (LIMA, 2013, p. 226-227)

A mesma autora considera que a mídia teve papel central na demonização da política. Além disso, viu aquele evento como uma oportunidade para tentar desconstruir as conquistas das gestões petistas no que tange ao combate à desigualdade e à pobreza.

Como assinala Bringel (2017), os manifestantes pertenciam, sobretudo, a uma geração que não vivenciou o processo de transição democrática em meados da década de 1980, tampouco conheceu o PT como uma força mobilizadora, apenas como uma força burocrática e como o partido da situação.

Os participantes das manifestações de 2013 eram indivíduos e grupos sociais diversificados, inclusive ideologicamente. Essa diversidade refletia uma indignação difusa, demandas heterogêneas e a ausência de liderança única e atores tradicionais. Bringel (2017) compara essas características às de outras mobilizações que ocorreram na mesma época em outras partes do mundo.

Segundo esse autor, uma das principais características das jornadas de junho foi sua capilaridade em todo o território nacional, embora, dependendo da cidade, tenham variado a lógica de mobilização, a composição social dos manifestantes e a correlação de forças. Ele considera que junho foi também, em algumas localidades, a representação coletiva de um processo permanente de articulação e organização política. Assim, um amplo espectro da sociedade se encontrava mobilizada em torno de pautas difusas que partiam de diferentes perspectivas, coexistindo em um mesmo espaço, levando até o mesmo *slogan*, em alguns casos, como contra a corrupção ou contra o governo, mesmo tendo construções e horizontes divergentes.

Para ele, as manifestações sempre foram contraditórias e heterogêneas, implicando, inclusive, disputa de classes. Aqueles manifestantes de orientação mais à esquerda tendiam a reivindicar melhoria dos transportes e da educação pública, por exemplo, enquanto outros manifestantes eram mais atraídos por pautas ligadas à indignação contra a corrupção e aos políticos em geral.

O jornalista Sakamoto (2013), ao observar os protestos, reparou que a maioria dos cartazes empunhados pelos manifestantes da Avenida Paulista trazia comentários tirados das redes sociais Facebook e Twitter.

O jornalista observou também que, apesar das manifestações terem origem de esquerda, muitos que estavam nas ruas não eram progressistas. Aliás, frisa o autor, “vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da ‘elite branca’ paulistana à chamada ‘nova classe

média' que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão)” (SAKAMOTO, 2013, p. 238-239).

Ele lembra que a população brasileira é majoritariamente a favor da redução da maioria penal, contrária ao aborto e ao casamento gay, preconceituosa contra imigrantes pobres da América do Sul e indiferente ao genocídio de jovens negros nas periferias. Dessa forma, o fato de ter algumas centenas de milhares de manifestantes nas ruas lutando por uma pauta justa e legítima não mudaria essa realidade.

Além disso, no embalo dos protestos inicialmente progressistas, grupos conservadores se organizaram através da internet e pegaram carona. Suas pautas eram paralelas, como nos recorda Sakamoto (2013), o que ficou evidente no ato do dia 20, após a revogação do aumento das tarifas. Conforme o jornalista, na Paulista eles eram uma minoria ruidosa, chata e violenta, mas fizeram adeptos rapidamente pelo discurso fácil e superficial. Os trajés usados eram, notadamente, o verde-amarelo.

Ainda de acordo com Sakamoto (2013), esse grupo chegava a atacar verbal e fisicamente militantes de esquerda e sindicalistas, sentindo-se à vontade para agir em público da forma que agia anteriormente sob o anonimato proporcionado pela internet.

Mas embora existisse sim uma ultradireita sedenta por derrubar um governo minimamente progressista, a maioria daqueles que se voltaram contra os militantes de partidos de esquerda era formada por jovens sem formação política que foi facilmente cooptada pelo grupo minoritário de fato fascista. Esses jovens traziam muita raiva e indignação, que não era necessariamente contra o sistema partidário, mas sim contra instituições tradicionais que representavam a autoridade, como os políticos e até a imprensa (SAKAMOTO, 2013).

Contraditoriamente, observa o autor, esses jovens que se voltaram inicialmente contra a violência policial, negavam o direito de livre associação em partidos e livre expressão, o que também é uma violência. Aliás, essa parcela de militantes inserida em organizações já estava acordada enquanto o “gigante” dormia.

O jornalista relata que começou a ouvir gritos de “abaixo os partidos” ainda no dia 17 e, ao questionar os jovens o porquê de tal palavra de ordem, eles não sabiam responder ao certo. Com efeito, eles haviam comprado um discurso fácil que cabia em sua indignação. Assim:

Dentre esses indignados que foram preparados, ao longo do tempo, pela família, pela escola, pela Igreja e pela mídia para tratarem o mundo de forma conservadora, sem muita reflexão, filhos de pais que viveram o auge do neoliberalismo, tem gente simplesmente com muita raiva de tudo e botando isso para fora. O PSDB tem culpa nisso. O PT tem culpa nisso. Pois a questão não é só garantir emprego e objetos de consumo. Sinto que eles querem sentir que poderão ser protagonistas de seu país e de sua vida. E enxergam a classe política e as instituições tradicionais como parte do problema. (SAKAMOTO, 2013, p. 243)

O jornalista considera que era previsível que grupos conservadores mais radicais aproveitassem o momento e o descontentamento da população para apontar a classe política que estava no poder como culpada. Isso porque esses grupos flertam com o autoritarismo e viram naquilo uma chance de desestabilizar as instituições.

Cabe observar também a repercussão das manifestações na aprovação do governo. Uma pesquisa realizada pelo Ibope em março de 2013 apontou que a popularidade da presidente Dilma estava em alta, sendo que 63% dos entrevistados consideravam seu desempenho ótimo ou bom, e 79% aprovavam seu desempenho pessoal. Esses números alçavam Rousseff a um patamar histórico no quesito popularidade, mesmo quando comparados aos números de Lula no final de seu segundo mandato, que tinha 59% de popularidade. No final de junho, no entanto, outra pesquisa apontou que a aprovação ao governo havia caído para apenas 30% (BRAGA, 2015).

Em resposta às manifestações, Dilma Rousseff propôs os “5 pactos”, numa clara alusão às “5 causas” presentes no vídeo no grupo Anonymous. A presidente reuniu os 27 governadores e os 26 prefeitos das capitais e propôs cinco pactos nacionais acerca de responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação.⁴³

O primeiro pacto referente à responsabilidade fiscal previa estabilidade da economia e controle da inflação. O segundo, sobre a reforma política, sugeria a convocação de um plebiscito para reformular regras sobre o financiamento de campanhas, coligações partidárias, programa eleitoral em rádio e TV, dentre outros pontos. No que tange à saúde, a presidente solicitou que governadores e prefeitos acelerassem investimentos já contratados em serviços do SUS, além de ampliar os convênios com hospitais filantrópicos. Prometeu, ainda, a contratação de médicos para atuarem em localidades com carência desses profissionais e a ampliação das vagas de medicina nas universidades. Para os transportes, Rousseff propôs desonerar o setor, o que permitiria a redução das tarifas. Além disso, ela intencionava destinar

⁴³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>

50 bilhões de reais para obras de mobilidade urbana e criar o Conselho Nacional do Transporte Público. Por fim, no que concerne à educação, ela pediu apoio à proposta, que já tramitava no congresso, que destinava 100% dos royalties do petróleo para essa política pública.

Dos itens apresentados, podemos considerar que a equipe econômica do governo procurou, ainda que com medidas antipopulares e sem muito êxito, manter a proposta da presidente. De forma mais eficiente, houve, através da criação do programa Mais Médicos, lançado em 08 de julho de 2013, a contratação de médicos e a inserção desses profissionais em periferias e localidades afastadas, de modo que populações do interior, indígenas, quilombolas e ribeirinhas tiveram acesso à atenção primária à saúde. Ademais, o Congresso aprovou e Rousseff sancionou em 09 de setembro de 2013 a Lei nº 12.858, que destinava parte dos recursos do petróleo e gás natural para as áreas da saúde e educação.

Por outro lado, as outras propostas não foram adiante. O aumento do valor das passagens de transportes já havia sido revogado a partir do dia 19 pelos próprios governadores e prefeitos devido à intensificação dos atos, mas no início do ano seguinte o aumento foi superior. Em junho o reajuste de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 foi impedido, mas em 2014 a passagem em São Paulo foi para R\$ 3,50. Já em 2015 foi para R\$ 3,80.⁴⁴ Nenhuma outra manifestação contra os reajustes teve a mesma adesão de 2013.

Mas no que tange às lutas sociais, qual foi o legado das Jornadas de Junho? De acordo com Secco (2013), durante aquele mês não houve nenhuma greve importante que acompanhasse os protestos. Apenas em julho as centrais sindicais convocaram uma greve geral para o dia 11. Fato importante de ser destacado é que isso não ocorria desde 1991. Na ocasião, participaram 200 mil pessoas em 157 cidades. Embora o número de participantes tenha sido menor do que no mês anterior, a abrangência geográfica foi maior. Todavia, o impacto se deveu, sobretudo, à paralisação dos transportes públicos em algumas capitais e ao bloqueio de rodovias na maior parte dos estados.

Segundo Braga (2017), em agosto ainda havia atos que conseguiam reunir apenas alguns milhares de participantes. O governo aparentemente havia recuperado parte do prestígio perdido. Por outro lado, houve um crescimento galopante do movimento grevista. O SAG-DIEESE contabilizou 2.050 greves ao final daquele ano, um aumento de 134% em

44 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>

relação ao ano anterior, que havia registrado 877 greves. O número de horas paradas foi de 111.342, ante 86.921 de 2012.⁴⁵

Conforme a análise de Braga (2017), bancários, professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e cobradores permaneceram em forte atividade grevista entre 2013 e 2015. O autor destaca o protagonismo da esfera privada, que superou a esfera pública, totalizando 54% das greves e consolidando a tendência iniciada em 2012.

Mas para além do movimento sindical, outros tipos de manifestação foram germinados em 2013. Braga salienta que:

Nesse sentido, é importante destacar que as Jornadas de Julho não se esgotaram nos protestos de rua, mas transbordaram em múltiplas direções que se revelam apenas quando deslocamos nossa observação para as margens das cidades, das regiões, das classes sociais, do mercado de trabalho e das formas de representação política. Assim, já no final de 2013, começaram a aparecer as primeiras notícias a respeito da repressão empreendida tanto pela Polícia Militar (PM) quanto por seguranças privados aos “rolezinhos”, isto é, encontros organizados pelo Facebook por jovens moradores das periferias da cidade, em *shopping centers* paulistanos. (BRAGA, 2017, p. 232)

Além dos passeios de grupos de jovens em *shoppings*, que foram considerados uma afronta pelas elites, devem ser destacadas as ocupações das escolas e universidades públicas. Esse importante movimento teve início em 2015 e se intensificou em 2016, e através dele os estudantes conseguiram barrar projetos estaduais e federais que precarizariam ainda mais a educação.

Ainda antes disso, em 2014, o movimento “Não vai ter Copa” questionava os gastos com os estádios construídos para a Copa do Mundo daquele ano. O evento esportivo, no entanto, ocorreu normalmente. A única marca negativa para o governo foram as vaias recebidas por Rousseff durante as cerimônias de abertura e encerramento do torneio.

Bringel (2017) considera que as manifestações de junho de 2013, as maiores do país nas últimas três décadas, abriram um novo ciclo político. Embora não se possa dizer que o golpe de 2016 foi consequência das manifestações, como afirmam algumas análises simplistas, houve uma mudança no cenário político e uma inflexão na sociedade com diversas interpretações.

45 <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>

3.3 As eleições de 2014

Como relatado anteriormente, Rousseff conseguiu recuperar uma parcela da sua popularidade que havia se esvaído em junho de 2013, mas ela nunca voltou aos patamares atingidos antes daquelas manifestações. Segundo os dados do Ibope, seu melhor desempenho desde o início do mandato foi na pesquisa divulgada em 01 de março de 2013, quando 63% dos entrevistados consideravam o governo ótimo ou bom. Em 01 de junho, esse número havia caído para 55%, mas em 01 de julho foi para 31%, enquanto 37% consideravam regular e 31% consideravam ruim ou péssimo. A aprovação subiu um pouco nos meses seguintes, mas o pico foi em dezembro de 2013, quando 43% avaliavam como ótimo ou bom. Ou seja, Rousseff nunca mais atingiu aprovação superior a 50%.⁴⁶

Em 2014, ano eleitoral, pesquisa do supracitado instituto demonstrou que ela voltou a apresentar apenas 31% de aprovação como ótimo ou bom em 01 de junho, mas um mês antes do pleito, em 01 de setembro, 38% consideravam ótimo ou bom, enquanto 33% consideravam regular e 21% ruim ou péssimo. Percebe-se, pois, que o cenário não estava muito favorável para a reeleição da petista.

Ainda assim, Dilma Rousseff liderou as pesquisas de intenção de voto durante toda a corrida eleitoral com números que variavam entre 34% e 41%, segundo pesquisas de diferentes institutos. A candidata Marina Silva, então filiada ao PSB, apresentou números entre 20% e 34%, chegando a empatar com a então presidente na pesquisa Datafolha de 28 e 29 de agosto. Entretanto, ela desidratou ao longo da campanha às vésperas do primeiro turno apresentava 20% das intenções na Vox Populi, 21% no Ibope e 22% na Datafolha.⁴⁷

Já o tucano Aécio Neves chegou a apresentar pouco mais de 20% das intenções de voto antes da oficialização da candidatura de Marina Silva,⁴⁸ mas caiu para a terceira colocação, tendo seu pior desempenho na pesquisa Datafolha realizada entre 01 e 03 de setembro. No entanto, na reta final cresceu nas pesquisas e de fato conseguiu a vaga no

⁴⁶ [Avaliação de Presidentes - CNI-IBOPE - Dilma | cem \(usp.br\)](#)

⁴⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisas_eleitorais_para_a_elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_de_2014_no_Brasil

⁴⁸ Marina Silva compunha como candidata à vice a chapa de Eduardo Campos, que faleceu em 13 de agosto de 2014, vítima de acidente aéreo. Assim, Marina foi anunciada como candidata à presidência pelo PSB em 20 de agosto.

segundo turno com 33,55% dos votos válidos. Rousseff foi a primeira colocada com 41,59%, enquanto Silva teve 21,32% dos votos.⁴⁹

Segundo Braga (2017), naquele pleito, a candidatura de Marina Silva atraiu uma massa de jovens entre 16 e 33 anos que era mais escolarizada que seus pais e recebia uma renda individual próxima à deles. Em sua análise:

Apesar de reconhecer certo progresso ocupacional na última década e meia, esses eleitores demonstravam insatisfação com os limites da regulação lulista. Em um primeiro momento, nem Aécio Neves nem Eduardo Campos lograram seduzi-los. Afinal, ambos eram políticos identificados com o sistema partidário criticado por esses jovens. Mas o que dizer da líder de um partido que é uma “rede”, uma mulher que não é “nem de esquerda nem de direita”, oriunda de uma região longínqua do país, cuja trajetória de vida está associada à preservação ambiental e que fala o tempo todo em “nova política”? E, de fato, durante parte da campanha eleitoral de 2014, Marina Silva absorveu parte dos votos tanto das classes médias tradicionais quanto dos eleitores jovens que vivem em famílias que recebem entre dois e cinco salários mínimos mensais. (BRAGA, 2017, p. 175)

O autor acredita que os jovens eleitores de Marina Silva almejavam uma mudança progressista, o que se tratava de uma ilusão, já que era de se supor que ela faria um governo tão neoliberal quanto o segundo mandato de Rousseff. Por outro lado, a então candidata do PSB não foi capaz de disputar com o PT a direção dos movimentos sociais. Ele explica:

Assim, o *consentimento ativo* das direções permaneceu estável, garantindo a Dilma Rousseff um enorme poder de reação durante a campanha eleitoral. Ademais, o subproletariado não se afastou da candidata governista. Entretanto, por algumas semanas, Marina Silva disputou com o lulismo o *consentimento passivo* de parte dos subalternos, atraindo aquela massa precarizada de trabalhadores jovens do setor de serviços acantonada nas periferias das principais cidades brasileiras. (BRAGA, 2017, p. 176)

Todavia, como sabemos, Marina perdeu força e não conseguiu chegar ao segundo turno. Muitos culpabilizam a campanha petista pela desidratação da adversária. Em matéria do site Exame publicada no dia do primeiro turno – logo após o encerramento do pleito – e assinada por Beatriz Souza, traz especialistas afirmando que a campanha de Rousseff usou contra Silva as mesmas táticas que o PT criticava quando eram usadas contra Lula, e que isso

49 <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/>

foi feito porque Neves era o adversário ideal para o segundo turno, pois somente assim poderiam polarizar: desenvolvimentistas contra liberais.⁵⁰

A própria candidata já havia reclamado no mês anterior de uma campanha “desleal”, segundo suas palavras, feita pelos dois principais partidos adversários, que questionavam sua capacidade de, caso eleita, garantir a governabilidade. A campanha petista ainda lançava dúvidas sobre a manutenção de programas sociais, como o Bolsa Família.⁵¹

O segundo turno trouxe Dilma Rousseff contra Aécio Neves. A primeira pesquisa divulgada pelo Ibope, realizada em 07 e 08 de outubro, trazia o tucano à frente com 46% das intenções de voto, contra 44% da petista. Ela conseguiu reverter ao longo do mês e nas últimas pesquisas divulgadas na véspera do segundo turno aparecia com 48% contra 41% na Vox Populi, 47% contra 43% na Datafolha e 49% contra 43% no Ibope.⁵² O resultado final do pleito foi de 51,64% para Dilma Rousseff e 48,36% para Aécio Neves. Tratou-se de uma diferença de apenas 3.459.963 votos.⁵³

Bringel (2017) afirma que, apesar das críticas aos partidos em geral, e ao PT em particular, aquelas eleições mobilizaram os brasileiros. Parte dos eleitores que defendiam o governo o faziam por considerá-lo um “mal menor”. Naquele contexto, afirma o autor, o PT se localizava no centro do espectro político e, sem nenhum tipo de autocrítica interna, destacava as conquistas de sua gestão e tentava monopolizar o campo progressista, acusando os setores à sua esquerda de fazerem o jogo da direita.

Conforme Iasi (2017, p. 349):

[...] a polarização da campanha contra o PSDB (Marina foi um episódio inflado que não se manteve) obrigou os petistas a desenterrar o discurso da luta entre ricos e pobres, do fantasma do passado e, na reta final, produzir um factóide diversionista, segundo o qual se tratava de um embate de projetos que contrapunha, de um lado, a direita privatista, que atacaria os direitos dos trabalhadores e reverteria as “conquistas” alcançadas; e, de outro, uma proposta progressista, que enfrentaria a crise com crescimento (o que implicaria na manutenção da generosa ajuda aos capitalistas) e não atacaria os direitos dos trabalhadores.

50 <https://exame.com/brasil/ataques-a-marina-silva-foram-o-trunfo-de-dilma-na-campanha/>

51 <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/09/pt-e-psdb-estao-em-uma-campanha-desleal-contramim-diz-marina.html>

52 https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisas_eleitorais_para_a_elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_de_2014_no_Brasil

53 <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/2turno/>

“Nenhum direito a menos!” se tornou praticamente o *slogan* da campanha de Dilma Rousseff. No entanto, antes mesmo do segundo mandato ter início, a presidente já anunciou um ajuste fiscal que faria cortes orçamentários e aumento de impostos no valor de até 100 bilhões de reais.⁵⁴ Para colocar a tarefa em prática, recorreu a um nome de confiança do mercado financeiro: Joaquim Levy. O ajuste rendeu à presidente reeleita acusações de estelionato eleitoral.

De acordo com Iasi (2017), os setores progressistas e movimentos populares tiveram, assim, que arcar com o constrangimento de ver o governo que se reelegeu com um discurso à esquerda se voltar para a implementação de um projeto que havia sido proposto pela direita. Para o autor:

Os movimentos sociais e populares já tinham cumprido sua função, agora era o momento da incrível arte do pragmatismo político no qual o governo do PT tinha que gerar as condições para se manter no governo até o final e, quem sabe, um próximo mandato. Nessa direção, era necessário recompor sua base real (não a chamada “base social”), acertar a vida com o Congresso e tomar as medidas amargas contra os trabalhadores para garantir a continuidade da política de *superávit* primário e a sangria de recursos do fundo público para o capital financeiro. (IASI, 2017, p. 349-350)

Rousseff, no entanto, rejeitou as acusações de estelionato eleitoral e defendeu o ajuste, alegando que se tratava de uma medida necessária em razão do agravamento da crise econômica. Segundo ela, aquelas medidas eram necessárias para o crescimento do país e tinham apenas caráter corretivo, não configurando alteração no programa de governo anteriormente apresentado.⁵⁵

3.4 Crise econômica

A crise econômica já despontava no início do primeiro mandato de Rousseff e foi este um dos principais motivos de seu enfraquecimento e do acirramento do segundo turno da disputa eleitoral. De acordo com publicação do DIEESE (2012), no início de 2011, o contexto internacional era desfavorável devido ao agravamento da crise nos países europeus. Alguns

⁵⁴ <https://exame.com/economia/governo-dilma-busca-ajuste-fiscal-de-ate-r-100-bi-em-2015/>

⁵⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/27/politica/1422394073_738837.html

reflexos sentidos aqui foram pressões inflacionárias e juros elevados. A medida adotada pelo governo foi cortar gastos correntes.⁵⁶

Na análise de Bringel (2017), Rousseff apostou no continuísmo, no entanto, o início de seu mandato se deu em um contexto de mudança de cenário. A crise financeira de fato chegou ao Brasil, deixando o pacto de classes ameaçado. A partir daí, o que se viu foi o rompimento de alguns setores com o governo. Segundo o autor, o realinhamento do empresariado e das elites econômicas foi progressivo, deixando claro seu maior compromisso: seu benefício próprio. Para a oposição, havia novas brechas de atuação política, provocando o desligamento de alguns grupos da base de sustentação do governo.

Anderson (2016) relata que o crescimento da economia brasileira passou de 2,72% em 2011 para mero 1% no ano seguinte. Ou seja, um crescimento que já era medíocre passou a ser insignificante. A inflação, por sua vez, aumentou, beirando os 6% em abril de 2013. Para a crise econômica contribuiu, ainda, a queda abrupta, a partir de 2011, dos preços das principais *commodities* exportadas pelo Brasil. Segundo o autor, o minério de ferro teve uma queda de 180 dólares por tonelada para 55 dólares, enquanto a soja passou 40 para apenas 18 dólares, e o petróleo bruto de 140 para 50 dólares o barril. Cabe lembrar que, ao final do segundo governo Lula, as exportações de bens primários subiram de 28% para 41%, ao passo que os manufaturados tiveram queda de 55% para 44%. Ao final do primeiro governo Rousseff, as matérias-primas correspondiam a mais da metade do valor das exportações.

Com o fim da era de *boom* das *commodities*, o consumo interno também entrou em declínio. Anteriormente, durante o governo petista, houve um enorme incremento do mercado interno, puxado pelo aumento do poder de compra das classes populares, o que se deu tanto pelo aquecimento do mercado de trabalho, quanto pelo aumento dos salários e pela injeção de crédito aos consumidores.

Este último ponto é especialmente relevante. O mesmo autor explica que, durante os anos do PT, os empréstimos feitos pelo setor privado a consumidores atingiu o dobro do nível dos países vizinhos. Em 2014, as famílias brasileiras já tinham, em média, 1/5 de sua renda destinada a pagamentos de juros sobre empréstimos pessoais. Assim, a era do consumismo já não era mais viável. Com a queda do consumo e aumento das greves, os industriais, que antes foram enormemente beneficiados pela alta produtividade durante o período de crescimento, foram retirando seu apoio ao governo Rousseff.

⁵⁶ [DIEESE - balanço das greves - Balanço das greves em 2010 e 2011 - dezembro/2011](#)

De acordo com Anderson (2016), o governo tentou recuperar o setor industrial e, no final de 2012, confrontou os bancos e os obrigou a adotarem um patamar inédito de 2% de juros. Inicialmente, a FIESP deu mostras de satisfação com a medida, mas logo em seguida apoiou os manifestantes antiestatistas de junho de 2013.

Todos estes motivos contribuíram para a inviabilidade da “nova matriz econômica” que o então ministro da fazenda Guido Mantega pretendia colocar em prática. O autor explica que o objetivo de Mantega era estimular a economia a partir do aumento dos investimentos. Todavia, os meios para fazê-lo haviam diminuído.

Singer (2016) considera que este período no qual Mantega tentou aplicar a “nova matriz econômica” corresponde, pelo seu caráter efêmero e seu contorno vago, a um “ensaio desenvolvimentista”. Concretamente, as medidas adotadas durante o primeiro governo de Dilma Rousseff foram as seguintes:

- Redução dos juros: considerada a principal mudança, levada a cabo pelo então ministro da fazenda Guido Mantega e propagandeada pela presidente. Efetivamente, o governo abaixou os juros dos bancos públicos, pressionando, assim, os bancos privados a fazerem o mesmo para manter a concorrência.
- Uso intensivo do BNDES: este aumentou consideravelmente sua linha de crédito por meio de repasses recebidos diretamente do tesouro.
- Aposta na reindustrialização: foi lançado, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior, que previa a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a ampliação do MEI (Microempreendedor Individual), e mais de 280 outras medidas.
- Desonerações: além da desoneração da folha de pagamentos em alguns setores, houve a desoneração do IPI e do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) e mudanças no regime de tributação do setor automotivo.
- Plano para infraestrutura: foi lançado um programa de investimentos em logística que previa altos recursos para rodovias e ferrovias.

- Reforma do setor elétrico: a medida provisória que previa baratear em 20% o preço da energia elétrica atendia tanto às indústrias quanto às camadas mais pobres da população.
- Desvalorização do real: o Banco Central agiu para desvalorizar o real, de modo a aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.
- Controle de capitais: foram tomadas providências para impedir que a entrada de dólares valorizasse o real.
- Proteção ao produto nacional: aumentaram-se os impostos sobre produtos importados e criou-se um plano para compras de mercadorias nacionais por setores públicos.

Segundo o autor, desde 2006, quando Guido Mantega ocupou o Ministério da Fazenda, já foram sendo criadas condições para uma maior intervenção estatal na economia. Um exemplo foi o PAC. Depois disso, em 2008, os bancos públicos adquiriram papel central na reorganização produtiva. Porém, na visão de Singer, a redução dos juros efetuada pelo governo Rousseff desagradou ao setor financeiro, até então partícipe do pacto entre classes estabelecido por Lula.

O curto ensaio desenvolvimentista seguiu tal cronograma, conforme relata o cientista político: logo no primeiro ano de Rousseff, em agosto de 2011, teve início um período de redução dos juros bancários. O governo, além da efetiva intervenção na economia que colocava em vigor, resolveu publicizar suas ações. Em fevereiro de 2012, o Ministério da Fazenda declarou batalha contra o *spread*, afirmando, em seu boletim, que esse era elevado se comparado a outras economias. Este posicionamento foi endossado pouco tempo depois pelo presidente do Banco Central em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde afirmou que a redução do *spread* havia sido estabelecida pela presidente como prioridade do governo. O mesmo se repetiu em falas de Guido Mantega e da própria presidente ainda no primeiro semestre daquele ano. Dilma Rousseff, no pronunciamento em cadeia de rádio e TV de Primeiro de Maio, foi firme ao declarar guerra aos altos lucros do sistema financeiro brasileiro.

Pouco antes do pronunciamento, os bancos estatais, após pressão governamental, diminuíram os juros e aumentaram limites de linhas de crédito para empresas e pessoas

físicas. Com isso, visavam acirrar a concorrência com os bancos privados. Estes últimos, por sua vez, temerosos com as possíveis perdas, aceitaram, através de sua federação, a redução dos *spreads*, desde que tivessem algumas condições atendidas. Dentre as condições, estava a diminuição de impostos e do depósito compulsório fixado pelo Banco Central. No entanto, a Fazenda, através de Mantega, negou veementemente os pedidos, fazendo com que os bancos recuassem e desistissem da chantagem. Nesse cenário, a presidente estava muito confortável para ir à televisão criticar os altos rendimentos do setor bancário.

O contexto continuou favorável durante os meses seguintes, nesse e em outros aspectos, a exemplo da taxa de desemprego de apenas 4,6%. Isso impulsionou os bons resultados para o PT nas eleições municipais de 2012. Singer considera que aquilo demonstrava que o projeto lulista estava “de vento em popa” (SINGER, 2016, p. 37).

No final daquele ano, o governo preparava, ainda, a diminuição do preço da energia elétrica, de maneira a contemplar tanto a indústria (já que se tratava de uma reivindicação da Fiesp), quanto a população pobre. Com isso,

O ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção, assim como os bancos comerciais, algum controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e as encomendas da Petrobras, as compras governamentais e as tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, o programa de investimento em infraestrutura lançado, o aumento do limite de endividamento dos Estados estabelecidos. (SINGER, 2016, p. 37)

Segundo a análise de Singer, o ensaio desenvolvimentista representou uma tentativa do lulismo, sob a gestão Rousseff, de articular uma coalizão entre industriais e trabalhadores, que, no entanto, fracassou. Após um período de aparente êxito da nova matriz econômica, compreendido entre meados de 2011 e final de 2012, o próprio Banco Central iniciou um ciclo de alta de juros que durou dois anos e meio a partir daquele momento. Segundo o autor:

Num átimo, a situação mudara. Ao elevar sistematicamente a Selic, restabeleceu-se a dualidade típica anterior ao ensaio, na qual a Fazenda buscava meios de fazer a economia deslanchar e o BC apostava na contração, carreando recursos para os rentistas. A partir daí a nova matriz oferece resistência surda, crescentemente enfraquecida, à pressão em favor de um choque recessivo completo. Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as

privatizações na área de transportes foram pontilhando a volta atrás. (SINGER, 2016, p. 38-39)

Por outro lado, a ideologia neoliberal recuperava o fôlego graças aos organismos internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), às corporações multinacionais, aos meios de comunicação de massa e veículos especializados em economia, como a revista britânica *The Economist* e o *Financial Times*. Todas essas vozes criticavam duramente o ativismo estatal e recomendavam o corte de gastos e, até mesmo, a demissão de Mantega. Com isso, foi-se criando um clima ideológico propício para reversão da matriz. A política econômica do governo Rousseff passou a ser criticada também por analistas brasileiros, que enxergaram no abandono do tripé do neoliberalismo (controle da inflação com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante) a causa de um “desarranjo geral” (SINGER, 2016, p. 41).

A crise econômica começava a se fazer visível no cotidiano da população. Naquele contexto, irromperam as manifestações de junho de 2013. Em 2014, porém, foi possível manter os baixos índices de desemprego e a elevação do salário; o que ajudou a presidente a se reeleger. Mas devido à crise, a campanha de reeleição de Rousseff foi desafiadora. Afinal, cabia a ela garantir que continuaria dando prioridade à melhoria das condições de vida dos trabalhadores. No entanto, como já pontuado, Dilma não cumpriu a promessa de “nenhum direito a menos”, bordão que repetia durante a campanha.

Durante a campanha, a presidente procurou garantir ao eleitorado progressista que não cederia ao cerco neoliberal, ao contrário de seus principais adversários. No entanto, após se reeleger, ela fez o contrário: buscou um nome no mercado para o Ministério da Fazenda que desse início ao ajuste fiscal. Como justificativa, recorreu à longa duração da crise internacional.

Como recorda Anderson (2016), antes mesmo do início formal do segundo mandato, a presidente aderiu à tese de que se fazia necessária maior austeridade. Ela trocou seu ministro da fazenda, escolhendo agora o discípulo da Escola de Chicago e diretor de um dos maiores bancos privados do Brasil, Joaquim Levy.

A política econômica pautada na redução de gastos sociais e de crédito dos bancos públicos, privatizações e aumento de taxas em prol do superávit primário visava abaixar a inflação e restaurar a confiança do mercado. O resultado desse pacote, no entanto, foi o oposto do esperado pelo governo: o país entrou em uma recessão generalizada com queda do investimento e dos salários, aumento alarmante do desemprego, que dobrou, recuo ainda

maior do PIB e diminuição das receitas tributárias, agravando mais o quadro de deficit público.

Anderson (2016) acredita que nenhum índice de popularidade de governo resistiria a uma deterioração econômica tão rápida. Porém, a crise de popularidade de Dilma Rousseff foi efeito também do não cumprimento das promessas de campanha segundo as quais não retiraria direitos dos trabalhadores. Difundiu-se bastante entre seus eleitores a ideia de estelionato eleitoral. Assim, ela teria feito uma campanha progressista, mas aderido à agenda liberal de seu adversário tucano. Isso gerou desilusão e raiva entre muitos daqueles que a apoiaram.

Conforme os dados do Ibope, apenas dois meses após o início do segundo mandato, a aprovação do governo já havia caído abruptamente. Os 40% de avaliação como ótimo ou bom registrados em 01 de dezembro de 2014 caíram para 12% em 01 de março de 2015, ao passo que nesta mesma data 23% consideravam o governo regular e 64% consideravam ruim ou péssimo. A baixa aprovação chegou a 9% em 01 de junho de 2015, enquanto a reprovação teve pico de 70% em primeiro de dezembro de 2015.⁵⁷ Simultaneamente, grandes manifestações puxadas pela direita exigiam a saída da presidente e ocorria forte ataque midiático ao governo devido à crise e a escândalos de corrupção.

3.5 Lavajatismo

A Operação Lava Jato teve início em março de 2014 e consistiu em um conjunto de investigações da Polícia Federal que inicialmente visava apurar um esquema de corrupção na Petrobrás, esquema este que ficou conhecido como “petrolão”. Segundo as investigações, diversos políticos estavam envolvidos, além de diretores da estatal e grandes empresários. A operação desdobrou-se para outros casos de corrupção na administração pública, como superfaturamentos em obras públicas, e foi responsável pela prisão de centenas de pessoas.

A grande mídia recebeu com entusiasmo a notícia da deflagração das investigações e passou a cobrir com afincamento cada nova fase, cada prisão e delação, dando enorme espaço ao assunto nos principais telejornais do país, nos jornais e revistas impressos e nos principais sites de notícias. Durante o ano de 2015, ao mesmo tempo que a crise econômica assolava o

⁵⁷ [Avaliação de Presidentes - CNI-IBOPE - Dilma | cem \(usp.br\)](#)

país, as investigações da Operação Lava Jato, que o Ministério Público Federal classificou como a maior investigação de corrupção da história do Brasil, pareciam onipresentes na mídia, que usava um discurso de moralização da política. Com isso, o governo Rousseff foi ficando cada vez mais isolado (BRINGEL, 2017), pois embora houvesse o envolvimento de políticos de diferentes partidos, era notório o destaque dado aos políticos petistas que eram acusados de ter envolvimento no “petrolão”. Além disso, apesar de não haver denúncias contra Rousseff, a mensagem passada era de que ações ilegais e desvio de verbas ocorriam sob o seu governo e em estatal dirigida por pessoas indicadas por ela.

Nas palavras de Miguel (2018, p. 24):

Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas ou indubitavelmente falsas que estigmatizava o PT – e, por consequência, toda a esquerda – como encarnação da desonestidade e do mal. Entre os rumores mais absurdos fabricados e disseminados na internet e a cobertura tendenciosa de jornais e emissoras de televisão não há uma fronteira e sim um *continuum*.

Anderson (2016) critica também a parcialidade da mídia. Com efeito, era notável a atenção dada a qualquer vazamento que prejudicasse o PT. Tratamento bem diferente do observado quando havia informações que pudessem afetar a oposição.

Convém destacar, ainda, que muitos juristas passaram a criticar os métodos utilizados pela operação. Essas críticas chamavam a atenção para excessos e para o risco de desrespeito à Constituição, bem como para o caráter midiático da Lava Jato.⁵⁸ Segundo Anderson (2016), Sérgio Moro, juiz que se tornou a “estrela” da operação, já havia demonstrado sua indiferença em relação aos princípios básicos da lei e das regras quando, com pouco mais de trinta anos, publicou um artigo exaltando os magistrados italianos responsáveis pela Operação Mani Pulite nos anos 1990, antecipando ali os procedimentos que viria a adotar uma década depois.

Conforme explica o autor:

El peligro de tener una Judicatura actuando en ese espíritu es el mismo en Brasil que el que fue en Italia: una campaña absolutamente necesaria contra la corrupción se vuelve tan influenciada por el desdén por el debido proceso, con una colusión tan inescrupulosa con los medios masivos, que en vez de orientar una nueva ética de legalidad, acaba confirmando la duradera falta de respeto social por la ley. Berlusconi y sus herederos son la prueba viva de eso. (ANDERSON, 2016, p. 56)

⁵⁸ <https://www.conjur.com.br/2016-mar-22/juristas-criticam-excessos-judiciario-acoas-lava-jato>

Um exemplo da conduta do então juiz pode ser visualizado no seguinte episódio:

Moro lanzó sus escuchas incendiarias el día 16 de marzo. Una semana después, la policía de São Paulo invadió la casa de uno de los ejecutivos de la Odebrecht, la mayor contratista de América Latina, cuyo director recientemente había sido sentenciado a 19 años de prisión por un crimen de soborno. En la casa, los policías encontraron una lista con 316 políticos, con cantidades de dinero asociadas a sus nombres. Estaban incluso figuras tradicionales del PSDB, del PMDB y de otros varios partidos – un verdadero panorama de la clase política brasileña. Objetivamente hablando, esa lista producía mucho más ruido que el de la conversación entre Lula y Dilma. Pero era un ruido menos conveniente: directamente de Curitiba, Moro rápidamente tomó una posición contraria, ordenando que las listas fueran colocadas bajo secreto para impedir cualquier especulación. (ANDERSON, 2016, p. 58)

Moro buscava manter a postura de um juiz imparcial, mesmo estando nítido na época que havia clara perseguição ao PT, enquanto partidos de oposição ao governo eram poupados. Moro ignorava denúncias contra eles. Além disso, como lembra Anderson (2016), ele saudou as manifestações pró-impeachment, num claro sinal de parcialidade. “O Brasil está nas ruas”, disse o então juiz.

Mais tarde, com o vazamento em junho de 2019 das conversas de *Telegram* entre o juiz e os procuradores da Lava Jato, não restaram dúvidas da ilegalidade das ações da operação. Afinal, Moro cedeu informações privilegiadas à promotoria e a auxiliou na construção dos casos. Em suma, o juiz ajudou a acusação a elaborar os processos que ele próprio iria julgar.⁵⁹

Como observa Boito Jr. (2020), Moro sabia que estava burlando as regras do direito, mas, ainda assim, buscava manter a aparência pública de neutralidade. Com efeito, juízes e procuradores justificavam a sua ação ilegal com base em um aparente bem maior: a suposta função do Judiciário e do Ministério Público de “combater a corrupção em defesa do interesse geral do país”.

Os apoiadores da Operação Lava Jato, por sua vez, acreditavam – ou diziam acreditar – que estavam a favor do fim da corrupção. Porém, eles estavam cientes de que a destituição de Rousseff, que nunca teve nenhuma denúncia de corrupção, levaria à presidência um

59 A Vaza Jato consistiu no vazamento das conversas entre Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato via aplicativo de mensagens e foi divulgada pelo site *The Intercept* a partir de 09 de junho de 2019. O vazamento foi feito por Walter Delgatti Neto, que ficou conhecido como “*hacker* de Araraquara”, e fornecido ao jornalista Glenn Greenwald, responsável pelo site *The Intercept Brasil*.

notório corrupto: Michel Temer. Boito Jr. (2020) enfatiza que a prática negava o discurso, e questiona se o discurso seria mero disfarce, uma vez que é sabido que os principais apoiadores da Lava Jato consistiam na parcela mais abastada e preconceituosa da população.

De acordo com a análise de Casara:

Tem-se o chamado “populismo judicial”, isto é, o desejo de agradar ao maior número de pessoas possível através de decisões judiciais (ou às corporações que constroem a opinião pública), como forma de popularizar a Justiça, mesmo que para tanto seja necessário violar direitos e garantias fundamentais. Assim, juízes passaram a priorizar a hipótese à qual a mídia aderiu em detrimento dos fatos. A verdade tornou-se dispensável e, por vezes, inconveniente. (CASARA, 2018, p. 77)

Além disso, o autor considera que há uma tendência conservadora do sistema de justiça brasileiro que tem raízes históricas, mas, em certos casos, isso se transformou em práticas explicitamente ligadas ao espectro da “nova direita”. Isso ocorre devido à adesão do mundo jurídico à racionalidade neoliberal, que está na base do Estado pós-democrático. Assim, a conquista dos objetivos é sobreposta à ética, a exemplo das numerosas prisões contrárias à legislação (muitas delas realizadas para forçar delações premiadas), negociações com acusados para a obtenção de informações que conformassem a hipótese acusatória, dentre outras distorções e ilegalidades.

3.6 Neoconservadorismo no Brasil

Concomitante à crise econômica e a todo o contexto já retratado nas páginas anteriores, viu-se no Brasil e no mundo o crescimento do que pode ser considerada a extrema direita. Com efeito, grupos extremistas conquistaram maior visibilidade através das redes sociais a partir de meados da primeira década do século XXI, bem como houve o fortalecimento de políticos ultraconservadores, com a eleição de alguns destes, a exemplo de Donald Trump, eleito nos EUA em 2016. Outro exemplo do fortalecimento do neoconservadorismo foi o Brexit, no Reino Unido.

O Brasil acompanhou essa tendência, tendo vivenciado também – situação que permanece – o crescimento do ideário identificado como conservador e/ou de direita. Isso é percebido em diversas frentes que se articulam, como o destaque adquirido por

comunicadores (jornalistas e outras figuras com espaço em veículos de imprensa e blogs), a criação de grupos destinados a expandir as ideias conservadoras e/ou liberais e o crescimento das igrejas de matriz evangélica.

Segundo Miguel (2018), a extrema-direita brasileira possui três eixos: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo reciclado. O primeiro, proveniente da “escola econômica austríaca”, prega o Estado mínimo e o mercado como regulador natural da sociedade. Além disso:

A “liberdade” brilha como o valor central das organizações libertarianas. Seus porta-vozes se esforçam para radicalizar temas que já estão presentes, de forma mais matizada, na tradição liberal do século XVIII em diante: a oposição imanente entre liberdade e igualdade, a igualdade como ameaça à liberdade. Esta suposta oposição se torna equivalente à distinção entre a esquerda, defensora da igualdade, e a direita, que veste as cores da liberdade. (MIGUEL, 2018, p. 17-18)

O segundo eixo se baseia no pressuposto de que há uma verdade revelada e isso anula qualquer chance de debate. A partir dos anos 1990, o fundamentalismo religioso começou a ser tornar uma força política com a entrada de pastores no parlamento. Tanto dentro do Congresso quanto fora, através de pastores que se utilizam de rádio e televisão, os evangélicos são ferrenhos opositores do aborto, dos direitos da população LGBTQIA+, dentre outros temas.

O autor pontua que o PT, atento a esse quadro, se esforçou para construir laços com líderes religiosos, algumas vezes com sucesso, a exemplo do apoio que Lula recebeu da Igreja Universal, enquanto outros grupos permaneceram na oposição. Mas os que apoiaram não exitaram em abandonar Dilma quando o governo começou a ruir.

O terceiro eixo consiste em uma reciclagem do anticomunismo da época da Guerra Fria, mas agora com uma nova roupagem, pois na América Latina a “ameaça” passou a ser o bolivarianismo venezuelano. Apesar do PT ter feito um governo que em nada lembrava o socialismo, o partido veio a ser apresentado por esses grupos como a própria encarnação do comunismo no Brasil. Assim, anticomunismo e antipetismo se tornaram, em muitos casos, quase sinônimos.

Em alguns aspectos, o anticomunismo se funde com o reacionarismo moral. Isso porque criou-se uma teoria de que a estratégia dos comunistas é a destruição dos “valores tradicionais” da sociedade ocidental, como a família e a religião. O formulador de tal

estratégia seria Gramsci. Trata-se de uma leitura fantasiosa da obra do pensador italiano que a direita chama de “marxismo cultural”.

Vejamos, a seguir, de forma mais concreta, como foi possível o crescimento dessa vertente no Brasil.

De acordo com o Casimiro (2016), embora a ascensão da nova direita a diferentes espaços sociais seja um tema em voga atualmente, esse processo teve início a partir dos anos 1980, no período de reabertura política pós-ditadura militar. Cabe frisar que entidades empresariais já atuavam politicamente tanto no seio da sociedade civil, quanto dentro das instituições do Estado restrito, antes e durante o regime militar, mas, por volta dos anos 1980, as classes dominantes lançaram mão de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica e passaram a organizar-se em grupos específicos – o autor utiliza a categoria aparelhos privados de hegemonia (APH’s) –, que tinham como principal objetivo disseminar a ideologia neoliberal, organizar setores das classes dominantes, formar quadros, atuar sobre as classes dominadas para adequá-las e formar consenso.

Recorrendo a Gramsci, Casimiro nos lembra que a dominação de classe ocorre não apenas em órgãos estritamente estatais, mas por dentro da sociedade civil. Nesse sentido, esses novos APH’s podem ser considerados uma das principais estratégias adotadas por frações da burguesia brasileira para reestruturar a dominação no contexto interno de reabertura política e externo de disseminação do neoliberalismo. É essa forma mobilizada e aparelhada de determinados segmentos burgueses que constitui o que o autor denomina “nova direita”.

Para o historiador,

A construção da hegemonia de determinado grupo (fração burguesa) e sua concepção de mundo é um processo dinâmico e contínuo, que necessita de constante atualização para sua revitalização e permanência. A hegemonia, dessa forma, não é um fim, mas sim, é um momento da dinâmica do próprio processo que, enquanto hegemônico, de um lado, precisa ser garantido permanentemente e, de outro, cria seus próprios mecanismos de atualização. O Estado representa uma forma de materialização institucional e veículo fundamental nesse processo de construção da hegemonia. (CASIMIRO, 2016, p. 28)

Casimiro (2018a) lista os principais APH’s criados por estes grupos a partir dos anos 1980. São eles:

· Instituto Liberal (IL). Foi fundado em 1983 por alguns empresários e intelectuais de orientação neoliberal e financiado ao longo dos seus dez primeiros anos de existência por diversos grupos econômicos dos setores industrial, financeiro e até midiático, como as Organizações Globo. Tinha como objetivo difundir a ideologia neoliberal entre as elites brasileiras. Em 2012, explica o autor, o IL passou por um processo de reformulação em seu quadro dirigente e em suas propostas, e passou a adotar “uma atuação midiática mais incisiva e um discurso mais radical em torno de pautas liberal-conservadoras” (CASIMIRO, 2018a, p. 25).

· Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Fórum da Liberdade. O primeiro consiste em uma *think tank* liberal fundada em 1984 por jovens empresários gaúchos. De acordo com o autor, o IEE tinha a expectativa de influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, mas, além disso, visa “educar” a juventude burguesa para a “liderança” e formar novos intelectuais orgânicos. O IEE organiza, ainda, o Fórum da Liberdade, um dos principais eventos difusores do pensamento neoliberal.

· Instituto Millenium (IMIL). Fundado em 2006 durante uma edição do Fórum da Liberdade, teve entre seus articuladores nomes com forte presença nos meios de comunicação. Segundo o autor:

A capacidade de difusão de seus pressupostos e sua concepção de mundo a partir de aparelhos ideológicos como a mídia, os espaços acadêmicos e as entidades de representação setorial ou de classe, amplia a dimensão de sua atuação para muito além das ações meramente institucionais promovidas pelo IMIL. É justamente nessa sua capacidade de composição de quadros, atuantes, no essencial, alinhados aos seus princípios, que reside a sua principal força enquanto intelectual coletivo do projeto neoliberal no Brasil. (CASIMIRO, 2018a, p. 28-29)

· Instituto Von Mises Brasil (IMB). De vertente mais ortodoxa, fundado em 2010, atua com a produção e divulgação, principalmente entre jovens e universitários, de materiais voltados à valorização do mercado e desprezo pelo bem público. Casimiro considera que esta organização tem uma atuação doutrinária de extrema-direita de cunho profascista.

· Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Movimento Brasil Livre (MBL). Criado em 2012 como uma versão brasileira do Students for Liberty, o EPL tem como público-alvo os jovens e

universitários. O MBL, por sua vez, consiste em um braço do EPL criado com o objetivo de participar das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Atualmente, sua atuação caracteriza-se por discursos de ódio e patrulha ideológica.

Como observa Casimiro, nos anos 1980 a direita buscava se rearticular em espaços de dominação. Com isso, surgiram APH's que tinham atuação mais técnica e discurso voltado quase exclusivamente ao campo econômico. Porém, a partir dos anos 2000, tanto os APH's já existentes quanto os recentemente criados, adotaram uma postura mais agressiva e discurso voltado também à pauta moral.

Conforme o autor, essa nova direita é ideologicamente heterogênea, abrangendo vertentes distintas, como a Escola de Chicago, a Escola Austríaca e até orientações mais fundamentalistas, como o chamado libertarianismo. Mas, apesar dos conflitos internos, ela consegue assegurar seus interesses essenciais de ampliação das taxas de lucro e acumulação de capital. Assim:

O momento da organização para o convencimento (que se insere no conjunto da guerra de posição) já envolve, ao menos no caso brasileiro, a organização para o movimento, para a tomada abrupta de parcela do poder de Estado – não como coisa ou em uma concepção funcionalista –, mas como ataque aos suprimentos das classes subalternas, como mecanismo fundamental para a ampliação das formas de expropriações das classes trabalhadoras [...]. (CASIMIRO, 2016, p. 6)

Em seu trabalho, o historiador faz o estudo da forma de atuação destes grupos direitistas na sociedade civil, sem desvincular eventuais participações no Estado restrito, a exemplo do Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) criada em 2001, com o objetivo de levar valores do mercado, como a “eficiência” e a competitividade, à gestão pública. De acordo com Casimiro, o MBC teve membros indicados pela Casa Civil a quatro ministérios.

Conforme lembra Anderson (2016), essa situação também é explicada pelo crescimento da religião evangélica em suas múltiplas variantes, que em 2016 já era seguida por cerca de 20% da população brasileira. Segundo o mesmo autor, diferente dos EUA, o perfil ideológico das igrejas evangélicas no Brasil não é muito específico, com exceção de pautas como aborto e direitos da população LGBTQIA+, em que há quase unanimidade no posicionamento contrário.

Em reportagem no Jornal Nexo sobre a ascensão e influência das igrejas neopentecostais no Brasil, Rocha (2020) destacou que o neopentecostalismo teve início nos Estados Unidos durante os anos 1960 como uma dissidência do protestantismo e do pentecostalismo, este último surgido também em terras estadunidenses no início do século XX. No Brasil, o pentecostalismo teve início na década de 1910 com a Igreja Assembleia de Deus, enquanto sua versão “moderna” chegou aqui com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, em 1977. Atualmente, há mais igrejas que seguem a mesma linha, como a Igreja Internacional da Graça de Deus, de R. R. Soares, e a Igreja Mundial do Poder de Deus, de Valdomiro Santiago.

Ainda segundo a reportagem, o Brasil foi o país em que houve o maior crescimento de população evangélica no mundo nos últimos tempos, os levantamentos, no entanto, embora categorizem igrejas evangélicas como missionárias (batistas, metodistas e presbiterianas) e pentecostais, não diferenciam pentecostais de neopentecostais.

No censo de 2010, o último realizado até o momento, a população de evangélicos no país era de 42.275.440,⁶⁰ ou seja, aproximadamente 16 milhões a mais do que os 26.184.941 registrados no censo de 2000. Em termos percentuais, houve um aumento de 61% em dez anos. Evangélicos correspondiam a 22,2% da população em 2010. Em 2000, eram 15,4%, em 1991, o percentual era de 9,0% e, em 1980, de 6,6%.⁶¹ Pesquisa da Datafolha realizada em 2019 estimou que os brasileiros, naquele ano, já correspondiam a 31% da população.

Como mencionado, os dados censitários diferenciam evangélicos pertencentes a igrejas de missões e pentecostais. Assim, foi revelado que este último grupo foi o que mais cresceu na década de 2000. Enquanto houve um aumento de apenas 747.062 – passando de 6.939.765, em 2000, para 7.686.827, em 2010 – de evangélicos missionários, o crescimento de pentecostais foi de 7.395.235 no mesmo período – passando de 17.975.249 para 25.370.484. Há ainda um número de evangélicos (9.218.129) de perfil não definido.⁶²

No entanto, como também já foi pontuado, não se sabe quanto desse total é de neopentecostais. Mas, segundo reportagem do Jornal Nexo, especialistas afirmam que o neopentecostalismo ainda é uma corrente minoritária entre os evangélicos.

60 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

61 <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia#:~:text=Os%20evang%C3%A9licos%20foram%20o%20segmento,1980%2C%206%2C6%25>.

62 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

No entanto, algumas características dessa corrente, ainda de acordo com Rocha (2020), são o uso de meios de comunicação de massa para angariar novos fiéis e o posicionamento de igrejas em pontos estratégicos, o que permite, por exemplo, que pessoas possam frequentar cultos entre o fim do trabalho e a volta para a casa. Com efeito, isso tem levado ao crescimento dessas agremiações nas últimas décadas.

Mas estamos tratando desse assunto por uma razão específica. Acreditamos ser esse um dos principais potencializadores da expansão do pensamento conservador nos últimos tempos. Sociólogo consultado pela reportagem citada, Ricardo Mariano afirma que tanto as igrejas pentecostais quanto as neopentecostais veem a ocupação de cargos no executivo e no legislativo como uma estratégia para assegurar seus interesses institucionais e para defender seus valores morais e sua visão de mundo.

Esses grupos rejeitam as pautas progressistas defendidas pelos partidos de centro-esquerda e esquerda, como aquelas ligadas à ampliação dos direitos da população LGBTQIA+. São terminantemente contrários, ainda, ao aborto – mesmo em casos permitidos por lei (estupro, risco de vida para a gestante ou feto anencéfalo) – e à legalização ou descriminalização das drogas – inclusive ao uso da maconha para fins medicinais. São críticos também aos direitos humanos e ao conceito de laicidade do Estado. Cabe ressaltar que esses grupos entendem que a Bíblia expressa a verdade absoluta, que se não seguida pode resultar em desgraça para a nação. Por isso, procuram transformar seus valores pessoais em universais, negando a diversidade e o direito humano de livre crença ou falta de crença.

Sabe-se, porém, que algumas igrejas apoiaram os governos Lula e Dilma, a exemplo da de Edir Macedo. Como recorda Rocha (2020), durante a campanha de 2010 ele chegou a defender Dilma Rousseff quando a oposição alegou, com claro intuito de desgastá-la perante os conservadores, que ela era favorável ao aborto. Macedo teria dito que espalhar uma informação sem ter certeza era “fazer o jogo do diabo”. Isso se explica, como revela a reportagem, pela visão pragmática do bispo, que almeja estar sempre do lado do poder. Como pudemos ver no desenrolar dos acontecimentos, ele apoiou Temer e depois Bolsonaro.

O apoio aos governos, no entanto, exige contrapartidas. Nos governos petistas a IURD tinha ministérios. Além disso, os presidentes acabavam pisando em ovos para não se indispor com o discurso conservador da igreja, a exemplo de Rousseff, que precisou se declarar contrária ao aborto. Ainda assim, as pautas progressistas do partido, como a expansão dos direitos dos grupos sociais historicamente oprimidos, em especial da população LGBTQIA+, assustou os conservadores ao longo do tempo. O caso mais notório foi o chamado “kit gay”.

O projeto “Brasil sem Homofobia” foi lançado em 2004 pelo governo federal. A proposta era combater a discriminação contra a população LGBTQIA+. Uma das frentes foi o projeto “Escola sem Homofobia”, voltado para capacitar professores para lidarem com as questões relacionadas a gênero e sexualidade e, assim, evitar a disseminação de preconceitos. No entanto, em 2011, quando o material a ser distribuído aos professores já estava pronto, deputados conservadores, muitos ligados à igreja, mas nem todos, iniciaram um enorme *frenesi* acusando a cartilha de incentivar a homossexualidade e a promiscuidade entre crianças. Diversas *fake news* foram disseminadas, levando parte da sociedade a acreditar que o material seria distribuído às crianças de escolas públicas e teria o poder de incentivar essas crianças a se tornarem homossexuais ou transgêneras. Dada a repercussão, a presidente Dilma cedeu à pressão e suspendeu a distribuição do material.⁶³ A cartilha foi apelidada pelos conservadores de “kit gay” e foi amplamente mencionada nos anos seguintes como uma “evidência” de que o governo petista incentivava o que eles chamam de “ideologia de gênero”.

Cabe destacar que a expressão “ideologia de gênero” não é utilizada pelo campo progressista, que defende a ampla discussão sobre as questões de gênero na sociedade, incluindo as escolas, com vistas a combater o machismo e a homotransfobia. Ela foi cunhada por conservadores e hoje é utilizada por aqueles que veem essa discussão como uma ameaça ao patriarcalismo e à heteronormatividade, e que costumam alegar a “defesa da família” para justificar sua reação ao avanço dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

A já citada reportagem do Jornal Nexa revela outro fato importante: há políticos e eleitores que, mesmo não sendo evangélicos, estão mais inclinados ao campo conservador e, por isso, acabam recebendo grande influência dos argumentos e discursos provenientes das igrejas evangélicas.

Além disso, Rocha (2020) destaca que as denominações neopentecostais, além de apostarem nos cultos televisivos – que chegam até aquelas pessoas que não têm tempo ou recursos para frequentarem cultos presenciais –, também optaram por se instalarem, preferencialmente, em regiões periféricas e desassistidas pelo Estado. Assim, seus primeiros seguidores eram pessoas da base da pirâmide social, com baixa renda e baixa escolaridade. De acordo com o levantamento censitário de 2010, 63,7% dos membros dessas igrejas possuíam renda de até um salário mínimo.

Nas palavras de Paula (2012, s/p):

63 <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

A maioria do público dessas igrejas tem baixa escolaridade, estão submetidos à violência constante e à inexistência da presença sistemática e de qualidade do Estado. Onde os serviços básicos do Estado não chegam ou são deficitários, práticas assistenciais, como programas de alfabetização e distribuição de alimentos dessas igrejas suprem necessidades básicas e mediam a relação entre Estado e comunidade. Suas lideranças também são importantes na intermediação de conflitos com outros grupos dentro das comunidades, como traficantes, associações de moradores etc. Isso significa também dar aos seus fiéis uma identidade na comunidade, torná-los pessoas de algum prestígio e poder. Não é à toa que elas vêm crescendo nas regiões mais carentes das cidades, onde até mesmo ONGs, sindicatos, movimentos sociais etc. não ousam entrar. Com isso, estão assumindo um papel estratégico de intermediação entre Estado e sociedade e formando muitas vezes a cultura política dessas populações.

Ricardo Mariano, pesquisador consultado pela matéria do Jornal Nexo, afirma que o discurso predominante dos cultos mistura autoajuda com empreendedorismo, estimulando os fiéis a buscarem renda e bens de consumo. Isso surtiu grande efeito na chamada “nova classe C” no contexto de ascensão social dessa parcela da população na era Lula.

Com o passar do tempo, essas igrejas foram adentrando também os bairros mais nobres, embora algumas delas, como a Sara Nossa Terra e a Renascer sempre tenham apostado em uma linguagem mais próxima da classe média.

Cabe notar que o discurso de autoajuda, que coloca o esforço e a fé individuais como responsáveis não apenas pela salvação da alma, mas também por conquistas terrenas, vai de encontro a qualquer perspectiva de classe. Ou seja, nesses espaços difunde-se a ideia de somente a ação divina pode solucionar conflitos familiares, problemas de saúde física e mental, assim como questões financeiras. E para que Deus possa agir, a pessoa precisa demonstrar fé e merecimento em forma de ofertas financeiras e esforço individual. Assim, perde-se qualquer referência de luta coletiva para a resolução de problemas como desemprego ou baixos salários.

Além disso, expressões da “questão social” ligados a problemas de saúde mental ou conflitos familiares são tratados como ações do diabo que somente Deus pode resolver. Ou seja, perde-se qualquer discussão sobre os efeitos do capitalismo na sociedade e na vida das pessoas. O capitalismo, inclusive, é algo idealizado por essas igrejas. Os fiéis dessas igrejas, mais do que ter bons empregos, almejam ser capitalistas.

Paula (2012) chama atenção para o grande poder de convencimento dos líderes evangélicos frente a seus milhões de fiéis. Além disso, as grandes igrejas têm recursos para

sustentar campanhas eleitorais (a conta para os governos chega depois). Assim, devido à pressão sofrida por estes grupos, na campanha de 2010, Dilma Rousseff precisou se comprometer a, se eleita, não tomar qualquer iniciativa para mudar a legislação sobre aborto e outros temas relacionados à família e à livre expressão das religiões.

Existe, ainda, um terceiro campo de crescimento do pensamento neoconservador. Chaloub e Perlatto (2016) destacam o espaço na imprensa e no mercado editorial dado a pensadores de direita, a exemplo de Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Diogo Mainardi, entre outros. Muitos deles já tinham colunas em jornais desde os anos 1990, mas ganharam maior projeção na esfera pública nos anos 2010.

Os autores consideram que esses são os intelectuais da “nova direita” brasileira, mas destacam que o fortalecimento do discurso de direita não ficou restrito às fronteiras brasileiras. Isso porque as últimas décadas registraram o surgimento de diferentes vertentes de pensamento direitista em várias partes do mundo. Esse pensamento se alimentou da crise do Estado de Bem-Estar, bem como do pensamento marxista e da queda do Muro de Berlim.

Eles levantam também a hipótese de que, no Brasil, esses pensadores se sentiram mais à vontade para se declararem abertamente de direita quando já se passavam mais de duas décadas desde o fim da ditadura. Como esta era identificada à direita, antes havia um receio de defender essa postura tão abertamente. Ademais, apesar da perpetuação das mazelas sociais, houve maior intervenção do Estado, durante os anos do PT, visando redistribuição de renda. Em contrapartida, isso incentivou um grupo a buscar se diferenciar defendendo ideias liberais como o Estado mínimo.

Outro fator que favoreceu o crescimento desses pensadores foi a mudança do mercado editorial, no perfil dos jornais de grande circulação – que deram mais espaço a colunistas ideológicos –, além da popularização da internet. Redes sociais como *Twitter* e *Facebook* deram, com efeito, maior visibilidade a esses nomes.

Chaloub e Perlatto (2016) citam, ainda, matéria da revista *Piauí* que apontava a Radio Jovem Pan como um dos principais veículos que abrigava a agenda de direita. O mercado editorial, por sua vez, viu o crescimento de um público mais interessado em obras políticas com perfil conservador e atendeu à demanda, publicando uma série de livros de autores alinhados a esse pensamento, e até mesmo de revisionismo histórico, a exemplo da trilogia “Guia Politicamente Incorreto” de Leandro Narloch. Mais tarde, as editoras passaram a apostar também na tradução de obras conservadoras estrangeiras.

Esses nomes da “nova direita” se aproveitaram dessa “onda” e emplacaram livros com altas vendas, como “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, de Olavo de Carvalho, lançado em 2013 a partir da reunião de artigos publicados anteriormente em jornais e revistas. Nele há a defesa de que os cidadãos são ludibriados pelo governo, pela academia e pela própria cultura popular. Além, é claro, de tentar desacreditar ao máximo o pensamento de esquerda.⁶⁴ Como sabemos, esse tipo de raciocínio ganhou alta adesão nos anos seguintes, com grupos conservadores colocando em dúvida a credibilidade até mesmo da educação e da ciência.

Constantino foi outro que alcançou boas vendas, bem como espaço midiático e crescimento nas redes sociais, com livros que generalizam a classe artística – como se todos fossem “esquerdistas hipócritas” –, tentam passar a ideia de que o pensamento de esquerda é hegemônico e nocivo, e defendem as privatizações, alegando que elas farão o país melhorar. Em geral, esses escritores de direita tentam passar a imagem de que o pensamento de esquerda é dominante e ser liberal, conservador e direitista é ser corajoso, pois vai contra a maré, como diz o título de um dos livros do próprio Constantino: “Contra a maré vermelha: um intelectual sem medo de patrulhas”, que consiste em uma coletânea de artigos que escreveu para o jornal *O Globo* e foi publicado em 2015.

Outros nomes que publicaram em livros coleções de artigos que escreveram para jornais e revistas foram Guilherme Fiuza, Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo e Marco Antônio Villa, todos com conteúdo fortemente antipetista, culpabilizando não só o partido, então no poder, mas o pensamento de esquerda em geral pelas mazelas do país. Empenhavam-se também em relacionar a corrupção ao PT, praticamente como se não tivesse havido corrupção em outros governos. Todos esses nomes tiveram bons desempenhos nas livrarias e em vendas digitais, “evidenciando a capilaridade de seus argumentos entre amplos segmentos da opinião pública” (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 29).

Cabe destacar também a vinculação desses autores a organizações como o Instituto Liberal, Instituto Millenium, Instituto Ludwig Von Misses, Instituto Liberdade, Instituto de Estudos Empresariais, Estudantes pela Liberdade e o Instituto Ordem Livre. Organizações estas que foram criadas nas últimas décadas ou passaram por reformulações. O Instituto

⁶⁴ A título de curiosidade, em uma rápida pesquisa sobre o livro na internet encontramos o seguinte comentário de um leitor, datado de 2014: “Um livro que pode salvar o Brasil do comunismo: Olavo de Carvalho tem a capacidade brilhante de prever, detectar e desmascarar as jogadas sujas da conspiração da esquerda, que planeja fazer fortuna ao se apossar das riquezas e poder, sem se importar com o Brasil”. Disponível em <https://www.zoom.com.br/livros/o-minimo-que-voce-precisa-saber-para-nao-ser-um-idiota-carvalho-olavo-de-9788501402516> Acesso em maio de 2022.

Liberal, por exemplo, foi criado em 1983 e era voltado para divulgação dos clássicos do liberalismo, mas passou a dar ênfase em uma militância social e virtual mais agressiva. Várias delas têm vínculos com grupos empresariais e de mídia, como a Editora Abril, o Grupo Estadão, a Gerdau, o Grupo Suzano, etc. Todos estes faziam críticas ao governo brasileiro de então, na época encabeçado pelo PT, e se manifestavam favoravelmente a um modelo mais liberal (CHALOUB e PERLATTO, 2016).

Segundo os autores:

De maneira geral, esses institutos reúnem empresários, economistas, juristas, jornalistas e outros intelectuais, e se comportam como *think tanks* orientados para a defesa dos valores e das políticas liberais. Além disso, alguns desses institutos se engajam de forma mais direta em movimentos como o chamado “Escola sem Partido”, que procura aprovar um Projeto de Lei contra a “doutrinação” e “contaminação político-ideológica” da esquerda nos espaços escolares. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 30)

Chaloub e Perlatto (2016) levantam a hipótese de que tanto os sucessos quanto os fracassos do PT contribuíram para o fortalecimento desse pensamento no Brasil. Como sucesso, são citadas as melhorias para a classe trabalhadora, que despertou reações de alguns segmentos. Em sentido contrário, os fracassos estão ligados aos escândalos de corrupção e à não efetivação de uma agenda mais reformista, que enfraqueceram o discurso do partido.

Para os autores, a oposição partidária não foi capaz de emplacar uma agenda alternativa e deixou um vácuo que acabou ocupado por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e o Revoltados Online. Estes, em articulação com alguns dos nomes citados acima, buscam se apresentar como as vozes da oposição.

Há ainda outro aspecto que pode ter contribuído para a maior difusão do pensamento conservador, que consiste na crise do sistema político e partidário, já exposta durante as manifestações de 2013. Nesse contexto, ganhou força o discurso que coloca em descrédito os políticos em geral, bem como as instituições tradicionais. O mesmo discurso foi usado, inclusive, recordam os autores, para a criação do Partido Novo em 2011, com registro pelo TSE em 2015.

Os autores classificam a “nova direita” brasileira em dois grupos, a *direita teórica* e a *direita militante*, mas identificam pontos de convergência entre elas. Assim, uma primeira aproximação diz respeito à retórica de “terra arrasada”, isto é, uma análise segundo a qual

tanto o momento atual do Brasil quanto sua história pregressa e sua cultura são carentes de vitórias e conquistas.

Outro ponto de concordância entre os dois grupos direitistas é a completa responsabilização da esquerda por todas as mazelas do país, sejam as atuais, sejam as históricas. Assim:

O panorama extremamente negativo sobre o país muitas vezes é relacionado ao predomínio da esquerda no cenário político e intelectual nacional. Há, por vezes, um esforço de localização dessa hegemonia da esquerda, que em diversos momentos, é remetida aos anos que se sucederam à ditadura militar, como muitas vezes afirma Luiz Felipe Pondé. No mais das vezes, entretanto, a esquerda passa a ser diretamente identificada com o mal, sintetizando os mais diversos aspectos negativos aparentemente dispersos na sociedade e na história. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 34)

Ainda segundo Cheloub e Perlatto (2016), essa argumentação decorre da visão moralizada desses pensadores no que concerne à política e à sociedade. Assim, numa concepção binária que é promovida justamente pelo moralismo, opositor ideológico é tomado como inimigo, não cabendo o diálogo, mas a guerra. Dessa forma, “a reivindicação da superioridade moral ante a política é não apenas evidente na ampla maioria dos autores, como aparece como um dos critérios para distinguir a direita da esquerda” (Cheloub e Perlatto, 2016, p. 34). Para eles, a esquerda, além de equivocada, é moralmente ruim, o que tentam comprovar, inclusive, expondo traços da vida pessoal de seus principais intelectuais.

Na seguinte citação fica claro esse pensamento:

Uma das posições do pensamento conservador que mais me encanta é que, para ele, o problema do homem é, sobretudo, moral, e só secundariamente político. A negação disso porém, sempre serviu à esquerda e aos “sociólogos” para se liberarem da responsabilidade moral. Esse é também um traço “mau-caráter” da esquerda. (PONDÉ *apud* CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 34)

O termo “esquerdopata”, criado por Reinaldo Azevedo, tenta passar a noção, ao utilizar um sufixo que remete à doença, de que ter afinidade com o pensamento de esquerda não representa apenas afinidade de ideias, mas consiste em uma patologia psíquica. O efeito disso é a descredibilização do pensamento de esquerda, afinal, com portadores de doença mental é difícil manter o diálogo.

Percebe-se também no que já foi escrito acima que a “nova direita” tem a percepção de que a esquerda domina praticamente todos os campos no Brasil e no mundo. Para esses pensadores, a política, a economia, a cultura, a mídia, dentre outras áreas, têm hegemonia de “esquerdistas”. Assim, como observam Chaloub e Perlatto (2016), o PSDB, partido responsável pela devastação neoliberal no Brasil, é considerado de esquerda. Como sabemos, nada mais distante da realidade. Os mesmos autores demonstram ao citar Constantino que este acredita que Barak Obama é comunista e Luciano Huck é um representante do que ele chama de “esquerda caviar”.

O pensamento direitista também tem a tendência de atribuir ao seu próprio discurso a maior capacidade de representar o mundo. Isto é, o discurso de direita estaria mais próximo do real, enquanto a esquerda teria como características devaneios e abstrações, que seriam ignorância ou má-fé. Assim:

Os argumentos da direita seriam, nesse sentido, não apenas superiores moralmente como também sobranceiros em sua capacidade de compreender o que os cerca. Mais uma vez estamos diante de um corriqueiro argumento do pensamento conservador, fortemente reproduzido pelo pensamento autoritário brasileiro. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 35)

Com base nessa concepção, eles procuram desconstruir consensos, como, por exemplo, sobre a ditadura militar. Se após a redemocratização parecia ser consensual na sociedade brasileira que houve um golpe em 1964 e que a ditadura foi maléfica – com pequenas exceções em alguns meios militares –, alguns pensadores da “nova direita” começaram a disseminar, ainda na década de 2000, que o golpe foi necessário para barrar uma suposta ascensão do comunismo e que o regime não era autoritário.

Diversas instituições, como a mídia e a academia, são constantemente criticadas pela “nova direita”. Para esta, a academia consiste em um “antro” de doutrinação comunista, sendo suas aulas e seus livros verdadeiras cartilhas destinadas a doutrinar. A mídia é vista por eles também como uma área na qual a esquerda é hegemônica.

Ademais, esses pensadores difundem teorias segundo as quais haveria conspirações a nível mundial destinadas a expandir o comunismo. Não é preciso pontuar que para eles o comunismo é maléfico. Um exemplo dessas teorias são as conjecturas de Olavo de Carvalho acerca do Foro de São Paulo, que foram difundidas por outros direitistas. E como contra argumentação a quem questiona a falta de evidências dessas teorias, as respostas são sempre

relacionadas ao desconhecimento do debatedor, que não poderia enxergar a realidade por estar contaminado pela mídia ou doutrinado pelo pensamento esquerdista. Para os autores por nós citados:

O discurso repagina a argumentação anticomunista comum nos anos 1960, que justifica as incompreensões de seu raciocínio pela ação da ideologia adversária, a qual impedia a visão da verdade. Se o esquerdismo é uma doença – como aponta o termo “esquerdopata” – um dos seus sintomas é a perda da capacidade de ver o óbvio. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 36)

Outra característica comum a ambas as alas do neoconservadorismo brasileiro é a tentativa de transmitir a ideia de que a direita está alinhada aos interesses e opiniões da população, ao passo que a esquerda estaria preocupada apenas com os próprios interesses. Dentre as justificativas para tal, eles citam a defesa feita pela esquerda aos direitos das minorias. Em geral, a “nova direita” ridiculariza essa agenda e as minorias são tratadas por neologismos pejorativos, como *feminazis*, *gayzistas*, *abortistas*. Da mesma forma, a esquerda é criticada por sobrepor o social ao individual. Afinal, tem bastante força na direita a noção de meritocracia.

Outro ponto característico é a aproximação feita por essa direita entre um forte conservadorismo moral e uma ampla adesão ao capitalismo liberal. Ou seja:

Está ausente do pensamento desses autores o velho temor conservador que receava que ampla expansão da lógica da mercadoria, inerente ao capitalismo, acabasse por solapar os valores sobre os quais se fundavam as sociedades tradicionais. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 37)

Dessa forma, na “nova direita” tanto os conservadores aderem ao liberalismo econômico quanto os liberais aderem ao conservadorismo moral.

Dessa combinação decorrem os fortes ataques às minorias. Segundo Chaloub e Perlatto (2016), era mais fácil para essa ala atacar o PT pelo partido ter assumido a agenda de defesa dos direitos das minorias – inclusive tendo criado secretarias temáticas e ampliado a política de cotas –, do que pela política econômica, uma vez que o fato do partido nunca ter ameaçado as bases capitalistas dificultava que ele fosse acusado de “comunização”. Como sabemos, não é bem assim, pois mesmo o governo do PT tendo estado há anos-luz de qualquer menção ao socialismo ou comunismo, e mesmo sem críticas ao capitalismo e sem nenhuma reforma estrutural, sabemos que o neoconservadorismo o associa ao comunismo.

Ademais, o comunismo é para o neoconservadorismo algo maléfico que tem por objetivo corroer os valores morais da sociedade e generalizar a pobreza entre a população, enquanto seus líderes se apropriam da riqueza socialmente construída.

Mas, além disso, os neoconservadores associaram qualquer defesa das minorias à esquerda, e segundo eles isso faz parte de um plano de destruição das bases morais da sociedade ocidental com vistas a dominar o mundo. Parece ridículo e realmente é, mas essa é a argumentação desse grupo e angariou grande número de adeptos na última década.

Com efeito, o PT sempre foi o principal alvo da “nova direita” brasileira. Além de constantemente atrelar o partido à corrupção, sendo seus líderes também acusados de desvirtuamentos morais.

O PT, nesse discurso, não apenas retoma velhos vícios do passado, representante maior do comunismo em terras nacionais, como produz graves problemas para o futuro, já que não vige no Brasil uma democracia, mas uma ditadura que silencia as vozes da direita e ilegitimamente lega o poder à esquerda. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 38-39)

Dessa forma, o que essa direita deseja de fato, como fica claro em seus textos, não é apenas derrotar o PT nas urnas, mas apagá-lo do cenário político.

[...] não obstante a presença de intelectuais de direita não seja um fenômeno novo na história do Brasil, o protagonismo no debate público dos autores aqui analisados é uma novidade, quer seja quando se investiga a forma de inscrição deles na imprensa, na internet, nas rádios, no mercado editorial e nos diferentes institutos de perfil liberal que se fortaleceram ao longo dos últimos anos, quer seja quando se considera a retórica e os argumentos por eles mobilizados no debate público que, se por um lado, se ancoram em agendas clássicas da direita, por outro, passam por um processo de *aggiornamento* para se vincular às disputas políticas colocadas na conjuntura. (CHALOUB e PERLATTO, 2016, p. 39)

No cenário político, especificamente, Miguel (2018) ressalta que a direita nunca esteve ausente da cena brasileira, mas grupos de direita que assumem um discurso abertamente conservador ou reacionário ganharam mais visibilidade durante os governos petistas. O PSDB, por exemplo, segundo o autor, assumiu um discurso mais atrasado por cálculo político. Por isso, usou o discurso antiaborto nas eleições de 2010 e a favor da redução da maioridade penal nas eleições de 2014. O autor considera que:

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, o que se tornaria amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso. (MIGUEL, 2018, p. 21-22)

Assim, foi crescente na cena política brasileira a adoção do ideário ultraconservador, às vezes por convicção, às vezes para ganhar os eleitores conservadores. Tornaram-se recorrentes os discursos contra os direitos humanos, com o argumento de que eles protegem bandidos; contra os direitos sexuais e reprodutivos, questionando até mesmo o aborto em casos já previstos em lei; contra os programas sociais, sob a alegação de que eles desestimulam o trabalho; dentre outros. Cabe observar que alguns parlamentares e candidatos já defendiam tais pautas, mas vimos esses debates se ampliarem nos últimos tempos, sobretudo em 2018, mas mesmo antes disso, como é possível perceber pelo que foi abordado ao longo deste capítulo.

Convém ressaltar também outro elemento. Após as manifestações de 2013, alguns grupos de extrema direita fundados naquele contexto buscavam passar uma imagem antissistêmica, uma vez que associavam o governo petista ao sistema. Transmitem um discurso antipolítica, passando a ideia de que todos os políticos eram igualmente ruins e corruptos, e se apresentavam como a “nova política”. Os grupos que mais se destacaram foram os já citados Movimento Brasil Livre, cujo nome remete ao Movimento Passe Livre, e o Vem Pra Rua. Esses grupos foram formados majoritariamente por jovens pertencentes às camadas mais abastadas da população, que buscavam emular uma aura de coragem, rebeldia e subversão.

Se pararmos para refletir, podemos perceber que anteriormente esses adjetivos eram mais associados a jovens que se identificavam como de esquerda. Jovens que até pouco tempo atrás usavam camisas do Che Guevara, ouviam músicas que traziam letras de protesto, como as bandas Rage Against the Machine, System of a Down ou a brasileira O Rappa, e participavam de eventos antissistêmicos como o Fórum Social Mundial. Com os anos de governos do PT, associado à esquerda – e visto por muitos como a totalidade da esquerda

brasileira, ignorando que existem outros partidos e movimentos mais à esquerda que o PT –, parcela significativa da juventude passou a ter a ideia de que a esquerda representa o sistema, e ser contra ele requer a restauração ao invés do progresso, e que ser de direita é ser rebelde e subversivo.

Além disso, devemos ter em mente o fascismo, o ódio de classe, a misoginia e mais uma gama de preconceitos imbuídos nesses jovens. Assim, quando dizem querer a preservação da família e a proteção das crianças, estão na verdade expressando seu ódio contra mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, indígenas, entre outros, que para eles não devem ter os mesmos direitos que homens brancos heteronormativos. Expressam seu ódio contra pobres, que para eles não devem frequentar os mesmos espaços e ter acesso aos mesmos bens de consumo.

A seguinte análise de Bulgarelli (2018), ao se situar no contexto da eleição de 2018, foge de nosso recorte temporal, mas corrobora com nossa hipótese de que parcela da juventude viu nas bandeiras conservadoras um meio de mostrar rebeldia e subversão:

Nas mesmas escolas em que estudantes secundaristas lutaram por uma educação de qualidade bastante alinhada às bandeiras dos movimentos LGBTI, feministas e negro, há muitos jovens que não se viram representados pelas ocupações. Não é de se espantar, portanto, que o crescimento da candidatura de Jair Bolsonaro tenha oferecido a muitos desses jovens uma alternativa capaz de fazer experimentar a vida política de maneira rebelde, contestatória e antissistêmica. Até mesmo a noção de opressão passou a ser reinterpretada. Para uma juventude receosa em ser tomada como careta, despolitizada, à margem do curso da história, as representações da opressão funcionam como um dispositivo não apenas legítimo como também “bacana” de se posicionar politicamente. (BULGARELLI, 2018, p. 104)

Esses grupos angariaram uma gama de asseclas através das redes sociais, compartilhando ódio em suas páginas do Facebook e em vídeos do Youtube. Buscavam passar a imagem de que estavam em busca da moralização da sociedade e do combate à corrupção. Através do compartilhamento de *fake news* e de vídeos muitas vezes violentos, em que confrontavam verbalmente professores, funcionários públicos, artistas e até adolescentes em escolas, ganharam fama e disputaram cargos políticos.

Nas eleições municipais de 2016 já pudemos ver os primeiros resultados eleitorais. Fernando Holiday, um jovem negro que age contra o movimento negro, filiou-se ao DEM – na época o partido com mais membros com denúncias de corrupção, diga-se de passagem – e

foi eleito ao cargo de vereador da cidade de São Paulo. Nas eleições seguintes, outros membros do mesmo grupo se elegeram para as câmaras estaduais e federal.

Esse neoconservadorismo crescente, que não é um caso isolado do Brasil, mas está em consonância com uma tendência mundial das últimas duas décadas, relacionou o PT a essas pautas que julgam serem contrárias à família e à moral. De fato, o partido se coloca a favor de uma agenda progressista, ainda que limitada pelo conservadorismo presente na sociedade brasileira. No campo dos direitos humanos podemos citar, por exemplo, a Comissão da Verdade no governo Rousseff. Também houve avanços no que tange à questão LGBTQIA+. Assim, o espectro conservador se voltou ainda mais contra a presidente e conseguiu angariar uma gama de seguidores, utilizando-se, na maioria das vezes, da desinformação de grande parcela da sociedade, que acredita em *fake news* e compra a ideia de que de fato existia um *kit gay* destinado a “desvirtuar” crianças, dentre outras informações falsas difundidas pela direita.

3.7 As manifestações pelo “Fora Dilma” e seu componente misógino

Já abordamos neste capítulo as manifestações de 2013. Segundo Bringel (2017), após a fase altamente heterogênea das manifestações de 2013, teve início em 2014 uma nova fase de movimentos mais claramente delineados à direita ou à esquerda. Ademais, o período pré-eleitoral de meados daquele ano já acirrava a polarização. Esta se seguiu em 2015, após a vitória apertada de Rousseff e a insatisfação do campo opositor, gerando um clima de instabilidade. Para o autor, se espalhou um discurso de medo e ódio, com tentativa de apropriação dos significados dos protestos de junho de 2013. Assim:

La potencia de radicalización de la democracia que disputaba las protestas como posibilidad de emergencia de lo nuevo era vista por muchos como una tragedia y se ve ahogada por la repetición de la historia como farsa, entre junio de 2013 y el golpe de 2016, de manera similar a lo que Marx planteara para la secuencia de acontecimientos transcurridos entre junio de 1848 y el golpe de diciembre de 1851. (BRINGEL, 2017, p. 151)

De acordo com Rocha (2018), o primeiro protesto contra Rousseff foi realizado antes das eleições de 2014, quando o movimento Vem Pra Rua conseguiu reunir 10 mil pessoas. No segundo turno, os grupos de direita reuniram-se em torno de Aécio Neves e davam sua vitória

como certa. Apenas seis dias após Rousseff ser reeleita, um candidato a deputado também derrotado chamado Paulo Batista convocou o primeiro ato *pró-impeachment* através de sua página do Facebook. Apesar de receber 100 mil confirmações, apenas 2.500 pessoas compareceram na Avenida Paulista. Após quinze dias, novo protesto, desta vez convocado pelo grupo Revoltados Online. Marca deste momento, segundo a autora, a “ressurreição” do MBL, que havia sido originalmente criado durante as manifestações de 2013. Posteriormente, ocorreram três eventos similares, nos quais os diferentes grupos de direita procuraram trabalhar em conjunto. Uma grande manifestação ocorreu em 15 de março de 2015, convocada pelo MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online.

Conforme lembra Anderson (2016), decorridos apenas três meses do início do segundo mandato de Rousseff, ruas de diversas capitais já reuniam manifestantes exigindo sua destituição. Na direção dessa onda estavam os movimentos neoconservadores que foram criados ou ganharam força após 2013. Aproveitando tanto essa mostra de impopularidade do governo quanto as pesquisas muito desfavoráveis à presidente, o senador Aécio Neves, candidato derrotado em 2014, e seu partido, PSDB, passaram a articular o *impeachment*.

O mesmo autor lembra que naquele ano de 2015, quando Rousseff fez seu pronunciamento televisivo no Dia Internacional da Mulher, moradores das grandes cidades reagiram batendo panelas nas janelas dos prédios, tipo de manifestação que seria frequente a partir de então, tanto que no Dia do Trabalhador a presidente nem mesmo conseguiu fazer o tradicional discurso.

Anderson (2016) destaca que os grupos da direita radical – MBL, Vem Pra Rua e Revoltados OnLine – apesar de pequenos, contavam com massiva participação nas redes sociais, especialmente o Facebook, rede que tem no Brasil seu segundo maior número de usuários, sendo o primeiro os EUA. Esses grupos conseguiram se articular através da internet muito melhor do que a esquerda. Mas como ressalta o autor, é preciso levar em conta o perfil de classe daqueles que têm acesso ao Facebook.

Rocha (2018) sinaliza que as redes sociais foram decisivas para o *boom* das novas direitas no Brasil e em especial no contexto de protestos contra o governo Rousseff. Segundo Ribeiro (2018a) as páginas que mais cresceram no Facebook nos meses que se seguiram às manifestações de 2013 foram as de conteúdo anticorrupção.

Essas páginas, até então, estavam posicionadas entre as páginas de esquerda e as de direita. Muitos de seus leitores se juntaram aos ativistas que se manifestavam contra o aumento das passagens

trazendo consigo um conjunto mais difuso de pautas anticorrupção e por mais direitos sociais. Por motivos que não cabe especular neste texto, essa recém formada esfera pública se cindiu ainda naquele ano, afastando da esquerda grande parte daqueles que foram às ruas pela primeira vez e aproximando-os da direita. Esse deslocamento está na gênese do campo antipetista. (RIBEIRO, 2018a, p. 88)

Com efeito, os componentes principais das manifestações iniciadas no final de 2014 e fortalecidas durante 2015 foram a crise econômica, para a qual se atribuía a responsabilidade à presidente, e a corrupção, pauta impulsionada pelo lavajatismo.

Rocha (2018), ao estudar o financiamento dos grupos de direita que organizaram os atos, observou que:

À medida que as manifestações cresciam, com a ajuda da divulgação massiva por parte da grande mídia dos escândalos revelados pela operação Lava Jato, os três movimentos começaram a ganhar proeminência e passaram a receber financiamento de empresários e atores políticos de oposição [...] (ROCHA, 2018, p. 52)

Esses recursos, no entanto, minguaram após o *impeachment*, mesmo com o fortalecimento desses grupos nas redes sociais, deixando claro que o objetivo daqueles que financiaram havia sido alcançado.

Boito Jr. (2020), em estudo sobre os conflitos de classe durante os governos do PT, sustenta que a fração burguesa associada ao grande capital comandou o movimento golpista que resultou na destituição de Rousseff em 2016.

O autor chama a atenção também para o fato de que uma parcela da população, notadamente aquela mais abastada, passou a reconhecer nos membros da Operação Lava Jato seus representantes políticos e eram essas pessoas que eram chamadas às ruas para se manifestarem pela destituição da presidente. Tentava-se passar a impressão de que o governo do PT era o mais corrupto da história e que os desvios de verba ocasionaram a crise econômica. Como se sabe, essas ideias ainda estão presentes em parte da população. Isso resultou no antipetismo que elegeu Jair Bolsonaro em 2018.

Assim, em março de 2015, ainda no primeiro trimestre do novo mandato de Rousseff, a crítica ao governo já havia ampliado sua força na internet e se transformado em protestos de rua. Os grupos de direita citados se apresentavam como os principais organizadores e levaram um número alto de pessoas aos atos. A maioria dos presentes era composta por pessoas de maior poder aquisitivo. Os protestos eram realizados aos domingos. Com efeito, a escolha do dia servia para mostrar uma distinção em relação aos atos de trabalhadores, geralmente

ocorridos durante a semana. Verbalizavam que o protesto no domingo não atrapalhava a economia. Os meios de comunicação demonstraram apoio desde o início. A Globo News e outros canais de notícias mostravam os atos em tempo real e exaltavam o fato deles serem “pacíficos”.

No dia 15 de março houve atos em todos os estados, no DF e em cidades do exterior. Na Avenida Paulista, a Polícia Militar calculou 1 milhão de pessoas, mas o Instituto Datafolha estimou que estiveram presentes 210 mil pessoas. Os manifestantes vestiam a camisa da Seleção Brasileira de Futebol, pintavam o rosto com as cores verde e amarela como no Fora Collor e empunhavam a bandeira do Brasil e cartazes com dizeres contra a presidente e a corrupção. Os atos contaram também com a presença de diversos famosos, como o ex-jogador Ronaldo, o músico Lobão, a cantora Wanessa Camargo e o ator Malvino Salvador.⁶⁵

No mês seguinte, novos protestos pelo país inteiro. Na Avenida Paulista, a Polícia Militar calculou 275 mil manifestantes dessa vez, e o Instituto Datafolha 100 mil pessoas. Matéria do El País com falas de participantes mostra que, além da queda de Rousseff, não existia coesão entre as demandas apresentadas. Havia aqueles que defendiam o *impeachment* e aqueles que consideravam que a melhor saída seria a convocação de novas eleições, pois não queriam que o vice Michel Temer assumisse a presidência. Havia ainda aqueles que acreditavam que a melhor solução seria uma intervenção militar temporária para “limpar” o país e depois a entrega do poder para os civis. Existia até quem achava que esses civis não deveriam ter filiação partidária (?).⁶⁶

As manifestações continuaram acontecendo ao longo daquele ano e no seguinte, reunindo milhões de participantes nas grandes e médias cidades brasileiras. Boito Jr. (2018) considera que elas foram decisivas para pressionar o Congresso pela abertura e aprovação do processo de *impeachment*.

Cabe salientar um ponto importante nessa conjuntura: a misoginia presente nos atos contra a presidente. Gentili (2016) lembra que Dilma Rousseff foi tratada com misoginia desde que assumiu seu primeiro ministério no governo Lula. De fato, esse comportamento de desprezo a mulheres que exercem com firmeza funções de comando ainda é típico de nossa sociedade patriarcal e, com efeito, foi reproduzido por políticos, empresários e jornalistas.

Tudo se acirrou ainda mais quando Rousseff se tornou presidente e, principalmente, quando a crise explodiu e o sentimento antipetista aumentou. Ela era tachada de “burra” e

⁶⁵ <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contra-governo-fecha-avenida-paulista-em-sao-paulo.html>

⁶⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426281898_162390.html

incompetente, e sobre ela eram criadas piadas e boatos. Tirava-se de contexto suas falas para que elas parecessem desconexas.

Quem não se lembra da famosa “saudação à mandioca” e da sugestão de “estocar o vento”? Ambas as falas fazem total sentido, basta querer entender. No primeiro caso, ao discursar no evento de abertura dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas ela fez referência ao alimento base dos povos originários brasileiros; no segundo caso, em entrevista coletiva na ONU, ao afirmar não existir ainda tecnologia para “estocar vento”, demonstrou estar inteirada das pesquisas científicas acerca das energias renováveis. Já naquela época, pesquisadores do Reino Unido desenvolviam técnica para estocar energias solar e eólica.⁶⁷ Atualmente existem mais iniciativas nessa área. Como afirmou Sereza (2020), “Dilma, ao contrário do que se fez parecer, sabia muito bem sobre o que falava nos dois casos: o problema foi de quem não quis entendê-la”.⁶⁸

Os deboches à presidente eram frequentes em cartazes nas manifestações, em memes na internet e até mesmo na imprensa. Isso, como era de se esperar, não deixou de acontecer na ocasião da votação do *impeachment*. Gentili (2016) considera que o desprezo destinado à Rousseff naquela ocasião não consistiu apenas em rejeição ao governo. Mais do que isso, e extremamente importante destacar:

Es una reacción que se explica en el marco de un emergente fascismo social y desde un ensordecedor ejercicio de misoginia, de machismo descontrolado, de pura humillación por el sólo hecho de ser mujer. Sí, es verdad, probablemente, si fuera hombre también la estarían hoy destituyendo. Pero no creo que si fuera hombre hubiéramos visto multiplicarse las más diversas formas de desprecio que desde el parlamento, algunos medios y ciertos inquisidores evangélicos, han manifestado estos días con la más absoluta impunidad. (GENTILI, 2016, p. 81)

Gentili (2016) lembra também que o percentual de mulheres no parlamento brasileiro é extremamente baixo. Naquela legislatura não chegava a 10%, tendo diminuído ou ficado estagnada nos anos anteriores. Segundo o autor, isso deixava o Brasil como um dos países com menor representação de mulheres em cargos eletivos, atrás, por exemplo, do Paquistão. Assim, ele considera que as expressões misóginas, os cartazes machistas e os insultos sexistas que tivemos a infelicidade de ver televisionados naquele fatídico domingo da votação no

⁶⁷ <https://operamundi.uol.com.br/samuel/41934/dilma-esta-errada-por-querer-estocar-vento-para-cientistas-britanicos-nao>

⁶⁸ <https://operamundi.uol.com.br/analise/64365/sobre-saudar-a-mandioca-e-estocar-vento-dilma-estava-certa>

Congresso que destituiu a primeira presidente mulher da história do Brasil não devem surpreender.

Ribeiro (2018b) parece ter razão ao afirmar que o impedimento de Dilma Rousseff é um sinal claro de que o lugar da mulher como ser político está em risco.

3.8 O golpe

Bringel (2017) coloca a crise política brasileira dentro de um contexto mais abrangente. Conforme o autor, nos anos anteriores uma onda de desestabilização já vinha sacudindo a América Latina. As ofensivas golpistas fracassaram em alguns casos, como na Venezuela em 2002, na Bolívia em 2008 e no Equador em 2010. Todavia, tiveram êxito em outros, como em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012 e, finalmente, no Brasil em 2016.

Defendemos, diferentemente da grande mídia e dos setores conservadores, que Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado. Para nos contrapor aos argumentos de que o processo de *impeachment* foi legítimo, nos apoiamos mais uma vez em Bringel (2017). Segundo ele, os defensores da legalidade do impedimento da presidente brasileira, bem como dos demais presidentes que sofreram os golpes citados, levantam quatro pontos:

- 1) Essas experiências recentes em nada se assemelham às experiências de golpes passados. Assim se apegam a uma imagem congelada e deixam de contextualizar as experiências e os tipos de golpes do presente.
- 2) Argumentam que os golpes são praticados por militares. Assim, se esquecem que existem outras instâncias, como o parlamento e o judiciário, que também podem praticar tal ação.
- 3) Há aqueles que alegam que não foi um golpe, pois todos os trâmites legais foram cumpridos. Essa argumentação, no entanto, não considera o processo sociopolítico que resultou na destituição do cargo presidencial.
- 4) Há também os que alegam que um golpe resultaria necessariamente em um regime autoritário ou uma paralisia dos procedimentos democráticos. Em contraponto a isso, Bringel (2017) considera que seria oportuno discutir o sentido de democracia e de ditadura no momento atual, uma vez que as democracias contemporâneas se restringem cada vez mais ao seu sentido formal.

Segundo o autor:

[...] los golpes de Estado del siglo XXI mantienen su esencia, aunque puedan cambiar, en algunos casos, su apariencia. El carácter eminentemente parlamentario del golpe brasileño, reforzado por el aparato jurídico-mediático brasileño, no puede obviar el carácter de ruptura ilegítima a través de la cual los golpistas apartaron a la presidenta Dilma sin pruebas por un supuesto crimen de responsabilidad fiscal que consiste, además, en una práctica habitual realizada por casi todos los gobernantes en el país. (BRINGEL, 2017, p. 143)

Assim, não se pode esperar que os golpes de Estado ocorram no século XXI da mesma forma que ocorriam no século passado, uma vez que há mudanças conjunturais, nas dinâmicas e tendência geopolíticas e geoeconômicas, bem como transformações do Estado na atualidade, e tudo isso implica a ressignificação da discussão sobre os agentes, os meios e os fins dos golpes (BRINGEL, 2017).

Betto (2016) é outro que descreve a destituição de Rousseff como um golpe parlamentar, como o paraguaio de 2012, e também como o ocorrido em Honduras em 2009, que depôs o presidente Manuel Zelaya.

Para Löwy (2016), ocorreu um golpe de Estado “pseudolegal”. Ainda que o processo que depôs a presidente Dilma tenha sido chamado de “constitucional” ou “institucional”, não foi nada menos do que um golpe levado a cabo por parlamentares largamente envolvidos com corrupção (cerca de 60% deles) sob o pretexto de irregularidades contábeis. Para o autor, o golpe de Estado legal parece ser a estratégia dos novos tempos dos oligarcas latino-americanos para se livrarem de presidentes progressistas, mesmo os moderados.

Temos procurado demonstrar ao longo do capítulo os caminhos que levaram ao golpe. Para Bringel (2017), a crise política no Brasil tem raízes diversas. Esta somente pode ser compreendida se feita uma análise processual e multidimensional, considerando-se tanto o contexto sociopolítico brasileiro quanto o global. Dessa forma, não apenas elementos políticos devem ser considerados, mas também os de natureza econômica, cultural e social.

O autor acredita que o imaginário criado durante os governos petistas de que o país nunca havia estado tão bem se choca com o antipetismo visceral presenciado na sociedade durante o primeiro mandato de Rousseff. Sua vitória apertada gerou um clima de instabilidade que foi alimentado pela oposição liderada pelo senador Aécio Neves. Os partidos que compunham a base aliada, por sua vez, começaram a abandonar o governo ao darem-se conta da queda de aprovação do mesmo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, na mesma eleição de 2014 em que Rousseff foi reeleita, o congresso teve sua composição mais conservadora da história, até então. Ou seja, a partir dali a maioria das cadeiras do Poder Legislativo foi ocupada por militares, líderes religiosos, ruralistas, empresários, entre outros.

Segundo Boito Jr. (2018), os elementos que levaram ao golpe foram os seguintes:

Primero, el ya citado hecho de que el PSDB no aceptó la derrota en la elección presidencial de 2014 y por lo tanto inició una serie de acciones en la justicia intentando anular el resultado de las urnas; segundo, el hecho también ya citado de la pequeña representación de los partidos de izquierda y del centro izquierda en el Congreso Nacional; tercero, el que el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), un partido de clientela y siempre dispuesto a apoyar al gobierno del momento a cambio de cargos y partidas del Estado, retiró su apoyo al gobierno de Dilma y elaboró un programa neoliberal puro y duro para propiciar la ascensión de Michel Temer, entonces vicepresidente de Dilma; cuarto, el “periodismo de guerra” practicado por los grandes medios contra el gobierno; quinto, la persecución judicial contra el PT, contra las grandes empresas nacionales del ramo de la construcción pesada y contra Petrobras, que dio los argumentos morales al golpe de Estado; en fin, el hecho de que cerca de un tercio o más de los diputados y senadores fueran ellos mismos denunciados o reos en las investigaciones de corrupción y se encontraban descontentos con la política de Dilma Rousseff de no intervenir en los trabajos de la operación Lava-Jato. (BOITO JR., 2018, p. 92-93)

O mesmo autor (2020) acredita que a crise política que pôs fim ao ciclo petista advém de uma ofensiva restauradora perpetrada pela direita neoliberal. Ele classifica essa ofensiva como *restauradora*, pois ela pretende retomar a hegemonia do grande capital internacional, e da fração burguesa ligada a ele, no poder.

Essa ofensiva encontrou apoio ativo de uma fração da classe média. Além disso, conseguiu, segundo o autor, neutralizar ou atrair setores burgueses e populares que antes dispensavam apoio aos governos do PT, a exemplo da Fiesp e da Força Sindical, que passam a fazer oposição à Rousseff. Parte da burguesia interna que antes era aliada do governo se bandeou para o lado golpista.

Ele realizou um levantamento das publicações de algumas entidades empresariais. São elas: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Sindicato da Indústria Naval (Sinaval), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB), a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). As publicações analisadas datam tanto do primeiro governo Rousseff quanto do momento de crise política.

Em sua análise, o autor observou que as associações pesquisadas tinham reivindicações recorrentes durante todo o segundo mandato de Rousseff. Eram elas: juro baixo, câmbio depreciado, financiamento público, investimento em infraestrutura, entre outras. Destacavam-se também reivindicações referentes à retirada de direitos dos trabalhadores, como reforma da previdência, reforma trabalhista, redução de gastos sociais, redução do funcionalismo público, entre outras. Segundo o autor, essas últimas reivindicações ganharam força com o prolongamento da crise econômica. Como vimos, elas foram atendidas por Michel Temer. Ainda segundo ele, parte da burguesia interna permaneceu neutra, a exemplo da indústria da construção naval, que tinha taxa de crescimento de 19% ao ano.

Segundo Anderson (2016), tanto o setor financeiro quanto o industrial se juntaram na hostilidade ao governo Rousseff. Que apoio a presidente poderia esperar? Para o autor, os sindicatos, embora ainda atuantes no governo, eram apenas uma sombra do que foram no passado; os pobres, principais beneficiários das políticas redistributivas, continuavam desorganizados, já que nunca foi preocupação do PT mobilizá-los em torno de uma força coletiva; os movimentos sociais foram mantidos à parte do governo.

O autor considera que a falta de apoio popular para lidar com a pressão das elites fez Rousseff mudar o rumo após sua apertada reeleição e em cenário de recuo econômico. Tentou uma política de contenção semelhante à dos primeiros anos do governo Lula, mas as condições externas eram totalmente distintas, inviabilizando qualquer paralelo.

Ele nos recorda que o movimento pelo *impeachment* teve crescimento em setembro de 2015, tendo diversos personagens se cruzando, como os membros do MBL e Revoltados Online fotografando com Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e os líderes da Lava Jato se encontrando com políticos do PSDB e lobistas *pró-impeachment*. Além disso, os ataques da imprensa ao governo e seu partido cresciam ainda mais com novas denúncias diárias.

No dia 02 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra Rousseff. Para tanto, ele aceitou o requerimento elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Pascoal que se baseava nas chamadas “pedaladas fiscais”, prática que consiste em atrasar repasses a bancos públicos para cumprir as metas de previsão orçamentária. Cabe frisar que, apesar de ser uma prática reprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ela é recorrente na administração pública brasileira, já

tendo sido utilizada por diversos chefes do executivo anteriores a Rousseff, sem nenhuma represália.

Em março de 2016, a Lava Jato intensificou os ataques. Logo no dia 04, Sérgio Moro ordenou uma condução coercitiva de Lula para prestar depoimento sem ter enviado qualquer intimação previamente. O argumento era de que Lula, se intimado, poderia ter se recusado, e que poderia haver perturbação da ordem pública caso manifestantes favoráveis e contrários a Lula soubessem antes a data e o local do depoimento. A imprensa foi avisada com antecedência e ficou de plantão em frente à casa do ex-presidente para mostrar de todos os ângulos ele sendo levado pela Polícia Federal. A ação foi criticada por juristas, uma vez que é de praxe que primeiro seja feito o convite, e só em caso de não comparecimento seja realizada a condução coercitiva. Ou seja, Moro cometeu abuso de poder, o que, aliás, já era sua prática recorrente na Lava Jato.⁶⁹

Como lembra Anderson (2016), na semana seguinte já se via nas ruas a maior manifestação desde a ditadura (segundo a polícia, compareceram 3,7 milhões de pessoas), cujas pautas eram justiça contra Lula e a destituição de Rousseff.

No dia 16 do mesmo mês, a presidente anunciou Lula como ministro da Casa Civil e a posse ocorreu no dia seguinte. No entanto, Moro vazou uma conversa telefônica entre Lula e Dilma na qual dava a impressão de que a nomeação destinava-se a dar ao ex-presidente foro privilegiado, deixando-o livre das investigações e possíveis sanções contra ele. Aquilo foi um prato cheio para a imprensa. Cabe ressaltar aqui a ilegalidade do grampo e vazamento de uma conversa da chefe de Estado, mas isso não foi questionado pela grande mídia. Os partidos PSDB e PPS apresentaram uma ação no STF pedindo a suspensão da nomeação, o que foi atendido pelo ministro Gilmar Mendes no dia 18, ou seja, menos de 24 horas após a posse.⁷⁰

Na mesma noite, o PMDB, partido do vice-presidente e de seis ministros de Estado, anunciou que estava deixando a base de apoio do governo. Com isso, o terreno ia sendo preparado para a destituição da presidente.

Assim, ao PSDB, partido de Aécio Neves, se juntou o MDB, partido de Cunha, e do vice-presidente da República, Michel Temer. Ambos articularam, junto a outros partidos menores, para a destituição de Dilma Rousseff, a despeito dos mais de 54 milhões de votos

⁶⁹ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/520333/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>

⁷⁰ Mais tarde, quando a versão completa da conversa foi vazada, ficou claro que Moro divulgou apenas a parte que convinha ao seu objetivo, para dar a entender que a nomeação era para dar foro privilegiado a Lula. Na verdade, como ficou claro depois, o que Dilma queria era que Lula a auxiliasse na articulação com a base, de modo a evitar o golpe.

recebidos por ela em 26 de outubro de 2014. Eles tiveram o apoio de importantes grupos empresariais, financeiros e de meios de comunicação (BRINGEL, 2017).

Os partidários mais enfurecidos do *impeachment* chegaram a acampar na frente de casas de congressistas e direcionar a eles mensagens intimidatórias. Antes disso, o juiz do STF que repreendeu as ações irregulares de Moro foi hostilizado, chamado por militantes direitistas de “traidor” e “bandido do PT” (ANDERSON, 2016).

Cabe observar também o movimento do mercado financeiro durante esse processo. Como observou Anderson (2016), a bolsa de valores, por exemplo, subiu quando Lula foi detido, caiu quando ele foi anunciado como ministro, e voltou a subir quando sua posse foi anulada.

Em abril de 2016, o processo foi julgado pela Câmara. No dia 17 daquele mês, em uma sessão extraordinária ocorrida em um domingo e transmitida em tempo real pelas principais emissoras do país, 367 deputados votaram pela admissibilidade do processo de destituição de Dilma Rousseff. Esta foi afastada de imediato, dando lugar ao vice Michel Temer.

Boito Jr. (2020) considera que a votação do *impeachment* foi uma derrota acachapante para o governo, principalmente levando-se em conta que grande parte dos parlamentares que deram os votos favoráveis compunham anteriormente a base de apoio à Rousseff. O processo foi concluído no Senado em 31 de agosto com 61 votos contra 20.

Como lembra o autor:

O processo de impeachment imputou a Dilma Rousseff um suposto crime de responsabilidade representado por uma prática fiscal corrente nos executivos federal, estaduais e municipais do país. O Senador Antonio Anastasia (PSDB – MG), relator do processo de impeachment no Senado da República, foi criticado em plenário por defender o impeachment alegando como motivo uma operação fiscal que ele próprio, Anastasia, tinha realizado mais de trinta vezes quando governador de Minas Gerais. Com a esperteza e a frieza que lembra o comportamento daqueles que vivem de expedientes, respondeu que não era ele o réu do processo que então relatava. E seguiu adiante. (BOITO JR., 2020, p. 12)

Ou seja, aplicaram somente a Rousseff uma lei que não foi aplicada a nenhum chefe do executivo que praticou a mesma irregularidade anteriormente. Além disso, dois dias depois, a prática se tornou regular, para que o caso de Dilma Rousseff não virasse precedente e nenhum outro governante pudesse ser punido. Além de não haver, na época, consenso

jurídico sobre essa prática ser crime, ela se tornou legal dois dias após a destituição de Rousseff.⁷¹

Sobre essa sessão da Câmara, Gentili (2016) faz o seguinte comentário:

Parecia un show de talentos en el que cada participante enviaba saludos a quienes lo estaban mirando, saludaba a una hija que cumplía años ese mismo día, a un abuelo cariñoso ya fallecido, a un esposa amada o a un grupo de fieles amigos del barrio. “A mi tía Xexê, que me cuidó de pequeño”, sostuvo uno, casi al borde de las lágrimas. Parecía, más bien, una ceremonia evangélica, en la que cada fiel se encomendaba a Dios, rogándole inspiración y protección. Parecía, en verdad, una macabra ceremonia de linchamiento público, un rito medieval y mediático, un reality show inquisidor, con actores mediocres ejecutando su patético papel, uno tras otro, envueltos en banderas, portando pancartas y con sus trajes adornados con cintas de colores, fanchos de una comparsa desafinada, moviéndose en procesión hacia el altar del escarnio, desde el que desplegaban sus discursos de odio, sus ofensas y amenazas. (GENTILI, 2016, p. 27)

O autor chama atenção para o baixo nível dos parlamentares, visível em seus discursos no momento do voto. Ademais, o autor destaca que 60% dos representantes daquela legislatura respondiam a processos judiciais, sendo muitos deles por corrupção. Dos 65 membros da Comissão de *impeachment*, nada menos que 36 enfrentavam ações pelos mais diversos motivos. Ainda assim:

Aunque cerca de 200 de los 367 diputados que votaron a favor del *impeachment* están involucrados en procesos judiciales, no les impidió gritar a viva voz que destituían a la presidenta para acabar con la corrupción y moralizar el país. (GENTILI, 2016, p. 28)

Ele menciona que no dia da votação do *impeachment*, o deputado que ocupava a função de 1º secretário da Câmara, Beto Mansur, chegou a chamar Rousseff de “incompetente” e afirmou que era necessário “recuperar o Brasil”. O parlamentar em questão já respondeu a diversos processos por improbidade administrativa, licitação fraudulenta e violação de leis trabalhistas.

Deve-se salientar também que, embora o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff tenha sido por irregularidades fiscais, os parlamentares que davam seu voto favorável citavam, na maioria das vezes, a temática anticorrupção. Conforme o mesmo autor,

⁷¹ <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>

menos de 5% mencionaram as supostas irregularidades orçamentárias. Rousseff, cabe frisar, nunca teve nenhuma denúncia de envolvimento em esquemas de corrupção.

Ou seja, como observa o autor, os deputados colocaram em evidência que os argumentos jurídicos contra Rousseff não tinham fundamento, sendo apenas uma desculpa para alienar e sequestrar a soberania popular, através da qual a presidente foi democraticamente eleita.

Boito Jr. (2020) foi outro que chamou atenção para o fato de grande parte dos parlamentares justificar o voto com base em valores retrógrados que remetem ao patriarcalismo e a uma hipócrita retórica anticorrupção.

Cabe aqui trazer um ponto já abordado no capítulo dois: o presidencialismo de coalizão. Nas palavras de Abranches datadas de 1988:

Uma coalizão pode formar-se com base em amplo consenso político e ser liquidada pela divergência quanto a princípios e orientações de política econômica e social corrente. Esta pode produzir seu progressivo fracionamento e dificultar, sistematicamente, a formulação e implementação de ações governamentais imprescindíveis, a administração de programas e a alocação de recursos. Mais que isto, pode comprometer irremediavelmente o relacionamento com as bases majoritárias de sustentação do governo, estimulando a polarização e a radicalização. (ABRANCHES, 1988, p. 29)

O que o autor descreve pôde ser visto no episódio do *impeachment*. A coalizão acabou dissolvida, o que dificultou o segundo mandato de Rousseff devido a frequentes boicotes no Congresso e gerou uma radicalização a ponto de retirá-la do cargo.

Segundo Bringel (2017), havia a esperança na cúpula do PT de que houvesse contestação nas ruas ao processo de *impeachment*, principalmente depois da votação na Câmara dos Deputados em 17 de abril, mas os protestos favoráveis à destituição da presidente foram maiores do que os contrários.

Para Boito Jr. (2020), o governo Rousseff foi passivo à ofensiva, o que dificultou a ação dos movimentos populares. Para ele, o governo optou por um recuo passivo, cedendo, inclusive, com a adoção de medidas liberais após se opor a elas na campanha eleitoral de 2014. Assim, o autor escreveu:

Esse cenário obrigou as classes populares a lutarem – praticamente sozinhas, pois a resistência do governo e do seu partido tem sido pífia – contra a tentativa de golpe de Estado branco da direita e, ao mesmo tempo, resistirem às medidas e às ameaças do Governo

Dilma Rousseff às pequenas conquistas dos últimos anos. A situação é de defensiva em toda a linha. (BOITO JR., 2020, p. 16-17)

Se as manifestações pró-*impeachment* foram gigantes, por outro lado, a mobilização popular pró-Dilma, embora existente em alguns meios, não demonstrou ter força. Anderson (2016) aponta algumas razões para isso. Primeiramente, as denúncias de corrupção vindas desde o mensalão fez com que o partido perdesse grande parte da simpatia que despertava junto à classe média. Assim, aqueles que lutaram contra o golpe eram majoritariamente sindicalistas e funcionários públicos que ainda estavam ligados ao partido visando preservar os direitos trabalhistas dos ataques neoliberais, bem como os demais direitos sociais ainda existentes no país. A população mais pauperizada, notadamente os beneficiários dos programas de transferência de renda, não compareceu às ruas para defender o governo. Cabe frisar que esta população nunca se organizou em torno de pautas coletivas. O PT que poderia ter atuado nesta frente enquanto pôde, não o fez.

Diante da iminência do golpe, Boito Jr. (2020) considera que os governistas demoraram a reagir, e quando enfim o fizeram, optaram pelos meios restritos ao judiciário e ao congresso, em detrimento das lutas nas ruas com apoio popular. Como lembra o autor (2018), nos oito meses em que o processo transcorreu, desde sua abertura em dezembro de 2015 até sua finalização no Senado em agosto de 2016, Rousseff jamais apelou aos trabalhadores para que defendessem o mandato escolhido pelas urnas em outubro de 2014. Segundo o autor, é nítido que o governo sequer cogitou mobilizar os trabalhadores em sua defesa.

Os ultraesquerdistas, nessa visão, permaneceram neutros, motivo pelo qual suas organizações entraram em crise. O autor não esclarece que grupos ele chama de ultraesquerdistas. Devemos lembrar que o PSOL se colocou contrário ao golpe, defendendo a continuidade do governo democraticamente eleito. O PSTU, sem representação na Câmara, defendeu que não se tratava de um golpe, e sim de um enfrentamento entre dois setores burgueses,⁷² e conceituou um golpe como algo que resultaria necessariamente na supressão das liberdades democráticas e na instauração de outro regime.⁷³ Quanto ao PCB, também sem representante na Câmara, este pontuou em seu site oficial: “Trata-se de um golpe jurídico e político, sim, mas um golpe intra-burguês”.⁷⁴

⁷² <https://www.pstu.org.br/polemica-nao-teve-golpe/>

⁷³ <https://www.pstu.org.br/a-queda-de-dilma-seria-um-golpe/>

⁷⁴ <https://pcb.org.br/porta2/11058>

O sociólogo nos recorda também que os setores populares beneficiados pelas políticas sociais do PT consistiam, em grande parte, a uma massa desorganizada e politicamente impotente. Os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff não tiveram preocupação em transformar esse apoio que se refletia em votos em apoio organizado e consciente, optando por estabelecer com esses setores uma relação de tipo populista. Como resultado, quando o PT precisou que a população fosse às ruas para defender o governo do golpe, eles não compareceram.

O movimento sindical, por sua vez, também não esteve unânime na defesa do governo Rousseff. Ainda que as direções da CUT, da CTB e da Intersindical tenham participado das manifestações de luta contra o golpe, os grandes sindicatos estiveram ausentes (BOITO JR., 2020).

De acordo com o autor, devido à estrutura sindical corporativa de Estado, os sindicalistas brasileiros negligenciam a importância da política nacional para o movimento e focam suas ações nas campanhas salariais de sua categoria.

Separando por regiões, Anderson (2016) explica que no Nordeste, onde o PT se fortaleceu durante seu governo, a força rural se manteve dispersa, enquanto o Sul e Sudeste, locais onde o PT se enfraqueceu, se tornaram redutos da nova direita.

O mesmo autor aponta também, como um dos motivos para o enfraquecimento da militância petista, o transformismo que fez o partido de tornar meramente uma máquina eleitoral financiada por grandes empresas, em detrimento daquela mobilização social orgânica que fez do PT uma força política nas regiões urbanas e industriais. E como já visto e trazido também por esse autor, o partido perdeu força nessas regiões e cresceu em áreas rurais e desindustrializadas, nas quais predominava a tradição de submissão à autoridade e medo da desordem.

Boito Jr. (2020) lembra que setores dos trabalhadores da massa marginal que se organizam em movimentos por terra e moradia fizeram resistência ativa ao golpe, porém, numericamente não foram relevantes frente aos apoiadores do golpe. O restante da massa marginal, que representam um grande quantitativo da população, estiveram neutros diante da crise política e se ausentaram da luta nas ruas.

No momento da crise, quando a força e a soberania do governo petista desmancharam-se no ar, os trabalhadores da massa marginal não tinham condições ideológicas e nem organizativas para saírem na defesa do governo. Os governos Lula e Dilma e o próprio PT abriram mão de organizar essa massa, de levá-la a superar o

populismo e fazê-la ver que ela deve depender de suas próprias forças. Não quiseram e não puderam recorrer a ela em sua defesa. (BOITO JR., 2020, p. 53)

Na opinião de Betto (2016), a história poderia ter sido diferente se o PT tivesse valorizado as lideranças populares de esquerda, que poderiam ter ocupado mais assentos no Congresso. Ao invés disso, o partido optou por fazer alianças não confiáveis, das quais acabou se tornando vítima.

Talvez não fosse a função de um governo organizar a classe trabalhadora, mas com certeza era função de um partido. E disso, como pudemos ver principalmente ao longo do primeiro capítulo, o PT abriu mão já faz muito tempo. Optou por fazer alianças com partidos e políticos sabidamente não confiáveis. Afastou-se da atuação prática dos movimentos sociais e, ainda que tenha mantido diálogo constante com os mesmos, sua política acabou por apassivá-los. Não foi capaz de mobilizar as massas em torno de um projeto. O partido se absteve de formação política, trabalho de base.

No governo, optou por uma política de conciliação de classes, tentando atender a gregos e troianos. Notadamente, para a classe trabalhadora foi destinado apenas o que era possível, em detrimento de reformas estruturais, afinal, não poderia haver confronto. No entanto, essa política encontrou um limite. Quando o governo petista já não servia ao capital, o apoio que o partido recebia dos trabalhadores não foi suficiente para salvá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que tenhamos tentado abarcar o amplo contexto da história do PT entre os anos 1980 e 2002, bem como sua experiência no governo entre 2003 e 2016, deixamos de abordar dois debates, a respeito dos quais traçaremos algumas linhas adiante.

O primeiro debate não abordado ao longo desta tese é aquele levantado principalmente por Jessé Souza (2017), mas encontrado também em outros autores, como Boito Jr. (2020). Para estes estudiosos, a elite se sentiu incomodada com a ascensão social dos mais pobres propiciada pelas políticas sociais dos governos Lula e Rousseff. Assim, a luta contra a corrupção foi um motivo secundário, mas colocado em primeiro plano no discurso pró-*impeachment* porque não parecia aceitável assumir o real motivo, e o movimento acabaria isolado.

Para Souza (2017), o ódio de classes tem raízes no passado escravocrata do Brasil, e ainda hoje perdura um pacto antipopular entre o que ele chama de “elite dos proprietários” e a “classe média”, que misturam aspectos racionais, como a preservação de privilégios, e irracionais, como o ódio.

Na análise de Miguel (2018), a classe média se viu sem nenhuma melhoria durante a gestão petista, ao passo que os pobres eram beneficiados por programas sociais e os ricos por lucros estratosféricos. Assim, se viu arcando sozinha com todas as benesses do governo ao pagar altos impostos, ter os serviços encarecidos devido ao aumento dos salários, além de se sentir roubada devido aos escândalos de corrupção.

Para nós, parte dessa argumentação faz muito sentido. No entanto, tais autores também enfatizam o ódio por, exemplo, pobres nos aeroportos e filhos de porteiros nas universidades como fator que levou segmentos da classe média às ruas contra o governo Rousseff. Ainda que não se possa negar que certos setores ficaram incomodados com a perda da “exclusividade” de coisas como viagens de avião ou diplomas universitários, que de fato se popularizaram, acreditamos que essa motivação para o antipetismo esteja mais no subconsciente dessas pessoas, sem que tenha sido uma motivação consciente para a ida às ruas em nome do *impeachment*, como alguns autores fazem parecer.

O segundo debate não abordado diz respeito às suspeitas de interferência externa nas operações da Lava Jato e no golpe jurídico-parlamentar de 2016. Diversos autores afirmam haver evidências concretas de participação da CIA. Boito Jr. (2018), por exemplo, chama

atenção para a ligação entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o Ministério Público brasileiro através de cursos oferecidos pelo órgão estrangeiro aos juízes e promotores que participaram da Lava Jato. Ele sinaliza, ainda, a existência de uma rede internacional de instituições que se apresentam como organizações anticorrupção. Essas entidades teriam apoio do imperialismo estadunidense e se destinariam, na verdade, a breçar governos incômodos.

Descamps e Bouafia (2016) acreditam que os ataques golpistas no Brasil são um ataque indireto dos EUA aos BRICS. Inclusive, segundo eles, o ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos teria relatado esse movimento de Washington e a tentativa de colocar no poder um governo de direita sob seu controle, de modo a minar as relações do Brasil com China e Rússia.

Para Weisbrot (2016), está claro que o governo estadunidense favoreceu o golpe de Estado no Brasil. O encontro de um funcionário do alto escalão do Departamento de Estado dos EUA com o senador Aloysio Nunes, partidário do *impeachment*, seria uma amostra. Tais evidências parecem-nos concretas, ainda mais se lembrarmos que os EUA já haviam espionado a presidente Dilma através de grampo telefônico, como foi revelado pelo site Wikileaks.⁷⁵ No entanto, ainda paira um quê de teoria da conspiração em tal abordagem.

Assim, apesar de não discordarmos de nenhum dos dois debates pontuados acima, temos ressalvas. Dessa forma, optamos por não abordar tais assuntos ao longo da tese, não descartando a possibilidade de nos debruçarmos sobre tais questões em estudos futuros.

Portanto, neste trabalho discutimos, no capítulo um, o processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores. O PT nasceu no contexto das lutas pela redemocratização do país, entre o final dos anos 1970 e início nos anos 1980, e no seio do movimento operário do ABCD paulista. Manteve, desde o princípio, forte ligação com os principais instrumentos de luta da classe trabalhadora criados no mesmo período, como a CUT e o MST, além de outros movimentos sociais. Apesar de jamais ter sido um partido revolucionário no sentido leninista, o PT visava à transformação social. Todavia, acreditava que isso seria possível através da chegada à presidência. Lula, seu principal nome, foi candidato três vezes, antes de enfim se eleger em 2002.

Ao longo desse tempo, no entanto, não ficou alheio às mudanças conjunturais. Assim, fatores como a entrada do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no país, tiveram forte

75 <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/07/eua-espionaram-presidente-dilma-rousseff-ministros-e-diplomatas.html>

efeito sobre a CUT e também sobre o PT. Este, assim como outros partidos de esquerda do mundo inteiro, também foi afetado pelo fim da URSS. A estes elementos externos, juntaram-se outros elementos que também foram responsáveis por um processo gradual de moderação do programa partidário, que foi ficando cada vez mais parecido com os demais partidos da ordem. As sucessivas derrotas de Lula nas eleições presidenciais dos anos 1989, 1994 e 1998 foi fazendo o PT ampliar suas alianças com partidos burgueses, bem como ir retirando de seu programa, aos poucos, suas pautas consideradas mais radicais. Em sentido oposto, o partido aumentou muito sua participação nos cargos legislativos, bem como nos governos estaduais e prefeituras. Com isso, havia o esforço para não perder esse espaço, o que gerou um processo de burocratização. As relações com os movimentos sociais permaneceram, mas passaram a ser cada vez mais formais, em detrimento da presença na luta cotidiana da classe trabalhadora.

No capítulo dois, discutimos o período de sucesso da gestão petista no governo federal, após a chegada de Lula ao cargo máximo do poder executivo. Ele tomou posse em 01 de janeiro de 2003 e, inicialmente, manteve a mesma política econômica de seu antecessor, que tanto criticava. Dessa forma, as bases do neoliberalismo foram mantidas. Mas, beneficiando-se de um contexto externo bastante favorável, conseguiu resultados melhores que FHC.

Consideramos que o PT esteve à frente de um governo de conciliação de classes, uma vez que buscou atender a interesses de setores burgueses e também da classe trabalhadora. No entanto, é preciso considerar que uma parcela da burguesia, precisamente aquela mais ligada ao capital internacional, sempre se voltou contra o governo, se vendo representada pelo PSDB.

Aos trabalhadores, a gestão de Lula concedeu algumas melhorias, em detrimento de reformas estruturais, uma vez que estas se chocariam com os interesses da burguesia. Assim, alguns dos principais programas do governo Lula, continuados pelo de Dilma Rousseff a partir de 2011, foram o Bolsa Família, o crédito consignado, o Programa Universidade para Todos e o Minha Casa Minha Vida. Além disso, houve aumento real do salário mínimo e dos postos de emprego formal.

Diversas críticas, no entanto, podem ser feitas a esses programas e medidas. O BF, além de não sido transformado em lei de renda mínima e ter sido deixado à mercê de governos futuros utilizarem como moeda de troca, não gerou a autonomia das mulheres beneficiárias conforme pretendia. O crédito consignado contribuiu para o enorme endividamento das famílias e aumento da transferência da renda destas para instituições

bancárias através dos juros. O Prouni inseriu os jovens da classe trabalhadora em instituições de ensino superior de baixa qualidade, e estes, ao obterem um diploma universitário, não encontravam um mercado de trabalho que desse conta de suas expectativas. O MCMV transferiu seus beneficiários para regiões afastadas dos centros das cidades e carentes de serviços públicos, além de gerar um grande *boom* imobiliário. O salário mínimo cresceu anualmente acima da inflação, mas permaneceu longe do valor do salário necessário calculado mensalmente pelo DIEESE. Os postos de trabalho gerados eram, em sua maioria, precarizados e pagavam baixos salários. Ainda assim, levando-se em consideração as décadas passadas, com alto desemprego e empobrecimento das famílias, a melhoria ocorrida nos anos 2000 levou à alta popularidade de Lula.

Reconhecemos, por outro lado, aspectos importantes da gestão petista que consideramos seu real legado. São eles: a expansão da rede federal de ensino superior através da criação de novos institutos e universidades federais, a expansão da atenção primária à saúde através da consolidação da Estratégia Saúde da Família, e a expansão da política pública de assistência social através da implantação dos serviços socioassistenciais.

Dilma Rousseff “herdou”, no primeiro momento, o governo e a popularidade de Lula. No entanto, a política de conciliação começou a dar sinais de esgotamento. O ritmo das greves, após um período de estagnação, vinha numa crescente e aumentou ainda mais logo no início dos anos 2010. Mas foram as jornadas de 2013, quando jovens frustrados com a baixa qualidade dos serviços públicos foram às ruas, que as contradições do governo ficaram bem claras. Contudo, aquelas manifestações rapidamente tiveram uma guinada à direita, jogando um balde de água fria naqueles que esperavam o fortalecimento das pautas sociais.

Contra Rousseff, pesaram também o agravamento da crise econômica mundial, que chegou com força ao Brasil, e o crescimento do neoconservadorismo. Este fenômeno é mundial e teve expressão também no Brasil. O PT, identificado a pautas identitárias, como gênero, sexualidade e raça, dentre outras, começou a sofrer forte rejeição dos setores conservadores.

Somam-se a esse contexto os escândalos de corrupção envolvendo o partido, que ganharam enorme espaço na mídia após a deflagração da operação Lava Jato, coordenada pelo Ministério Público. Desde aquela época, alguns juristas já apontavam que esta operação cometia ilícitos e era parcial, tratando com pesos e medidas diferentes as denúncias de corrupção que envolviam os partidos de oposição ao governo. Hoje, sabe-se que diversas manobras foram realizadas para prejudicar o governo.

Apesar de conseguir se reeleger para um segundo mandato, Rousseff teve crescente rejeição, além de perder a base aliada no Congresso, o que a impediu de conseguir governar de fato a partir de 2015. Setores da burguesia que a apoiavam foram se voltando para a oposição. Assim, a presidente ficou extremamente isolada, tornando muito difícil resistir ao golpe que se avizinhava. Nas ruas, as manifestações contra ela foram expressivas, mas o contrário não se viu. Apesar de alguns movimentos sociais também realizarem atos de apoio ao governo, estes foram pequenos e não surtiram efeito.

Apesar dos diversos tropeços do PT e de Dilma Rousseff especificamente, a primeira presidente mulher da história do Brasil foi retirada do cargo através de um golpe de Estado, uma vez que não havia ilícitos praticados por ela. As chamadas “pedaladas fiscais”, nas quais o processo de *impeachment* se baseou, eram cometidas por todos os líderes do executivo sem nenhuma consequência e se tornaram legais, por lei sancionada por Temer, poucos dias após a petista ser deposta.

Com efeito, a crise do governo Rousseff deixou claro que a política de conciliação de classes encabeçada pelo PT havia encontrado seus limites. Em um contexto de acirramento da crise econômica, o capital exigiu o que talvez ela não pudesse dar. Devemos lembrar que ela cedeu em muitos aspectos, a exemplo do ajuste fiscal anunciado para o segundo mandato, e de uma minirreforma da previdência que mudou as regras do seguro-desemprego e das pensões. Mas a reforma trabalhista e o teto dos gastos implementados por Temer, bem como a reforma da previdência que ele tentou aprovar, mostram que o capital já não queria mais a conciliação.

É preciso enfatizar também que todo o contexto das manifestações contrárias à Rousseff e o golpe expressaram também a misoginia presentes na sociedade brasileira. Ela foi ofendida de todas as formas, foi exposta a insultos de cunho sexista e a julgamentos de sua competência. “O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras devemos de enfrentá-las.”, discursou Dilma, usando os versos de Maiakovski, ao final da sessão que pôs o fim definitivo em seu mandato no Senado, em 31 de agosto de 2016.

A experiência petista no governo federal foi a experiência de esquerda possível nos marcos do capitalismo? Principalmente, do capitalismo periférico? Temos exemplos recentes de governos na América Latina que conseguiram se radicalizar, mas devemos considerar também que o PT é produto de seu tempo e espaço, bem como, dos limites conjunturais com os quais esbarrou, tanto na sua formação, quanto no seu desenvolvimento e no governo, ainda que os erros objetivos daqueles que tomaram as decisões não devam ser invisibilizados.

Com um possível novo mandato de Lula a caminho, terá início um novo ciclo petista. A conciliação já está expressa na aliança com Geraldo Alckmin, seu antigo adversário e tradicional político de direita. Sabemos que não podemos esperar as reformas tão almejadas pela classe trabalhadora, mas com o atual governo fascista de Jair Bolsonaro, um novo governo Lula será um respiro para a esquerda. Resta saber se a esquerda crítica ao PT conseguirá se fortalecer e desenvolver um novo projeto de alternativa societária.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. v. 31, n 1, 1988, pp 5-34

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “consertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n 15, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf> Acesso em setembro de 2019.

ANDERSON, Perry. Crisis en Brasil. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio; PRAUN, Luci. Construção e desconstrução do trabalho no Brasil: da conciliação ao golpe. In. PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro (Orgs). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ARCARY, Valério. Prefácio. In. GARCIA, Ciro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In. IPEA. Rio de Janeiro, maio de 2012. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf

BELLO, Carlos Alberto. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 157-183

BEHRING, Elaine. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

BEHRING, Elaine. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. Ser Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265/12584

BETTO, Frei. Por un nuevo progresismo. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

BOITO JR. Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM3armando.pdf

BOITO JR. Armando. **A burguesia no Governo Lula**. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In. GALVÃO, Andréia; BOITO JR, Armando (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO JR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Coleção Párias Ideias. Goiânia: Phillos Academy, 2020.

BOITO JR, Armando. El golpe de Estado en Brasil. Argumentos, v. 31, 2018. pp. 85-101

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In. SALVADOR, Evilásio; et al. (Org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 55-92

BRAVO, Maria Inês. Prefácio. In. MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. Curitiba: Prismas, 2015.

BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In. BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: FAPERJ, 2017. pp. 141-154

BRITO, Cassius. Os Governos Lula como realização da estratégia democrático-popular. In. IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

- BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo. As múltiplas faces da desigualdade. In. CAMPELLO, Tereza (coord). **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília: FLACSO/CLACSO, 2017.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 1, 2016. pp. 25-42
- CASARA, Rubens. Precisamos falar da “direita jurídica”. In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A nova direita no Brasil: aparelhos da ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese [Doutorado em História]. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2016.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. Dominação burguesa e os aparelhos de doutrinação da nova direita no Brasil contemporâneo. *Revista História & Luta de Classes*, ano 14, 2018a. pp. 24-34
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- CHASE-DUNN, Chistopher; et al. Movimientos sociales y regímenes progresistas em América Latina: revoluciones mundiales y desarrollo semiperiférico. In. ALMEIDA, Paul; ULATE, Allen Cordero (eds). **Movimientos Sociales em América Latina: perspectivas, tendencias y casos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In. SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. pp. 123-134

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de doutorado. Niterói, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

DELGADO, Guilherme C. Desigualdade social no Brasil. In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DESCAMPS, Elodie; BOUAFIA, Tarik. Crónica de un golpe anunciado. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERRERAS, Norberto. Da Revolução Cubana à experiência chilena. A década de 1960 e os primórdios da década de 1970. In. FERRERAS, Norberto; SOUSA, Rodrigo Farias de. **História da América III**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento: contribuições ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1991/07/02.htm> Acesso em outubro de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. pp 191-205

FILGUEIRAS, Luiz; *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FIGUEIREDO, Isabel Mansur. **A estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a questão da incompletude do capitalismo no Brasil**. Tese [Doutorado em Serviço Social] – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GALVÃO, Andreia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In. GALVÃO, Andréia; BOITO JR, Armando (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem**. Tese [Doutorado em História] – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GARCIA, Cyro. **PT: a ruptura com a lógica da diferença**. Dissertação [Mestrado em História] – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GENOÍNO, José. A urgência da reforma agrária (2003). In. ALVES, Sarkis (Org). O PT e a questão agrária no Brasil. PERSEU: História, Memória e Política. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Nº 17, Ano 12, 2019. pp. 254-255
Disponível em
https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Perseu_17.pdf

GENTILI, Pablo. Brasil: estado de excepción. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

GENTILI, Pablo. Hablemos del golpe en Brasil, hijo. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Dos Cadernos do Cárcere 1929-1935. In. COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In. SALVADOR, Evilásio; et al. (Org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 243-260

GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-10). In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa. In. SALVADOR, Evilásio; et al. (Org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIOT, André. **Dominação burguesa no Brasil**: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese [Doutorado em História] – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

IASI, Mauro Luis. **Metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia** na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In. SALVADOR, Evilásio; et al. (Org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KAUCHAKJE, Samira. Participação social no Brasil diante da desestruturação das políticas sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Revista Emancipação**, n. 2, p. 159-179, 2002. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/35/32>. Acesso em junho de 2021.

KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366p. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/khwkr/pdf/keck-9788579820298.pdf>

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LAGE, Daniel. Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Socialdemocracia: a Atualização do Estado Burguês. In. IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas anticapital, 2019.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1988.

LÊNIN, Vladimir. O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In. LÊNIN, Vladimir. **Obras escolhidas**, v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. pp 219-305

LESBAUPIN, Ivo. Uma análise do governo Lula 2003-2009: de como servir aos ricos sem deixar de atender aos pobres. 2009. Disponível em www.iserassessoria.org.br/novo/produtos/biblioteca.php

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. Lua Nova, São Paulo: Cedec, nº 44, 1998. pp. 81-106.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. Brasil: el golpe de Estado. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

MAGALHÃES, João Paulo de A.; et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANCE, Euclides André. A Estratégia Democrático-Popular. 2017. Disponível em <http://euclidesmance.net/wp/index.php/2017/04/03/edp/>

MANDEL, Ernest. A burocracia no movimento operário. In. MANDEL, Ernest; ANDERSON, Perry. **A burocracia no movimento operário**. Cadernos Democracia Socialista, v.5. São Paulo: Editora Aparte, 1980.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. Curitiba: Prismas, 2015.

MARX, Karl. Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988. pp. 1-82

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988. pp. 7-41

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In. GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINEIRO, Adhemar S. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MPL (Movimento Passe Livre). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In. OLIVEIRA, Francisco de (org.); BRAGA, Ruy (org.); RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010a. pp. 21-27

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In. OLIVEIRA, Francisco de (org.); BRAGA, Ruy (org.); RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010b. pp. 369-376

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no Governo Lula. In. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010c.

PALUDO, José Roberto. Abordagem sobre a participação no Governo Lula. In. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 11, núm. 3, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5365>

PAULA, Marilene de. Religião e política: os evangélicos no poder. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, 8 de maio de 2012. Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2012/05/08/religiao-e-politica-os-evangelicos-no-poder>

PAULANI, Leda. O Projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, Estado de emergência econômica e hegemonia às avessas no Brasil. In. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 109-134

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMAR, Valter. **A metamorfose**. São Paulo: Página 13, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PZREWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Márcio Moretto. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018a.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018b.

ROCHA, Camilo. A ascensão e influência das igrejas neopentecostais. Nexo Jornal, 19 de abril de 2020. Disponível em [A ascensão e influência das igrejas neopentecostais | Nexo Jornal](#) Acesso em junho de 2022.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In. GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. Crítica e sociedade: revista de cultura política. v1, n3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez, 2011.

SADER, Eder. [Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo \(1970-80\)](#). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SECCO, Lincoln. Jornadas de Junho. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Sobre saudar a mandioca e estocar o vento: Dilma estava certa. Opera Mundi, São Paulo, 26 de abril de 2020. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/analise/64365/sobre-saudar-a-mandioca-e-estocar-vento-dilma-estava-certa>

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil** (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987. 240p.

SILVA, Antonio Ozaí da. O dilema da Social-Democracia (2) - Reforma e Revolução: Bernstein, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. *Revista Espaço Acadêmico*, 10(118), 123-130. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12682>

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora Leya, 2017.

STÉDILE, João Pedro. Los golpistas mostraron a qué vinieron. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

THERBORN, Göran. Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista. In. **Margem Esquerda**, nº 10. Boitempo: São Paulo, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VIANA, Sílvia. Será que formulamos mal a pergunta? In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WEISBROT, Mark. El golpe de estado en Brasil y el “retroceso” de Washington en América Latina. In. GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In. MARICATO, Ermínia; et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Documentos oficiais

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. **O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

DIEESE. **Balanco das greves em 2010-2011**. n 63, novembro de 2012. Disponível em https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.html

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios**. São Paulo, 1979. Disponível em <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de Fundação**. São Paulo, 1980. Disponível em www.pt.org.br

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Compromisso com a mudança**. São Paulo, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Congresso Nacional do PT: Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores, 30 de agosto a 2 de setembro de 2007, São Paulo, Brasil**. – Porto Alegre : Partido dos Trabalhadores, 2007. <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>